XI CONGRESSO DO CPERS

CADERNO DE TESES

DEMOCRACIA VIVA,
EDUCAÇÃO PRESENTE.

26, 27 e 28 de maio de 2023
em BENTO GONÇALVES - RS

CPERS CNTE
SINDICATO FILIADO À CNTE

SUMÁRIO

TESE 1
UNIDADE PRA CONQUISTAR! POR UM CPERS DE LUTAS, INDEPENDENTE E CLASSISTA 06

TESE 2
DEMOCRACIA, VALORIZAÇÃO, DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E SEGURANÇA NAS ESCOLAS 17

TESE 3
TESE DA CONSTRUÇÃO SOCIALISTA E APOIADORAS(ES)
"SE MUITO VALE O JÁ FEITO, MAIS VALE O QUE SERÁ" 31

TESE 4
MTPE.RS – MOVIMENTO TRABALHISTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA INCLUSIVA E DE QUALIDADE 42

TESE 5
TESE DO BLOCO DE LUTAS PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA PARA O XI CONGRESSO ESTADUAL DO CPERS
FORTALECER A TRINCHEIRA ANTINAZISTA! DEFENDER A EDUCAÇÃO PÚBLICA E OS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA! 47

TESE 6
VIDA LONGA E DIGNA AOS TRABALHADORES IDOSOS!
COLABORAÇÃO AO CONGRESSO DO CPERS POLÍTICAS ESPECÍFICAS 52

TESE 07
POR UM CPERS QUE VALORIZE E ACOLHA AS PAUTAS DAS CONTRATADAS E DOS CONTRATADOS! 55

TESE 08
UNIR A CATEGORIA PARA UNIR A CLASSE: O CPERS QUE PRECISAMOS 62

TESE 09
TESE CSD: DEMOCRACIA, ESPERANÇA, LUTA E RESISTENCIA 70

TESE 10
TESE MOVIMENTO PÓ DE GIZ/2023
CPERS COMBATIVO, CLASSISTA E DEMOCRÁTICO 79

TESE 11
TESE CUT PODE MAIS 83

TESE 12
EM DEFESA DA UNIDADE DA CATEGORIA, DOS 14,95% PARA TODOS E PELA
REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO – NEM CPERS INDEPENDENTE E DE LUTA 91

TESE 13
"A ESCOLA É, SOBRETUDO, GENTE" PAULO FREIRE 96

TESE 14
TESE DA AVANTE/ESCOLA DO POVO PARA CONTRIBUIR COM O XI CONGRESSO DO CPERS/SINDICATO 105

TESE 15
TESE TLS/MES – CONGRESSO DO CPERS/2023
POR UM PROJETO ANTICAPITALISTA DE EDUCAÇÃO 109

TESE 16
PELA EFETIVAÇÃO DE CONTRATADOS E TERCEIRIZADOS SEM NECESSIDADE DE CONCURSO 128

TESE 17
CTB - AVANÇAR NA LUTA E COM LULA 130

TESE 18
CPERS DE LUTA PARA TEMPOS DE GUERRA 137

TESE 19
EDUCADORAS QUE BATALHAM POR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, DIREITOS SOCIAIS E VIDA DIGNA
TESE DO COLETIVO ALICERCE 153

TESE 1

UNIDADE PRA CONQUISTAR!
POR UM CPERS DE LUTAS, INDEPENDENTE E CLASSISTA

CONJUNTURA INTERNACIONAL

A conjuntura internacional está marcada por lutas decisivas e heróicas da classe trabalhadora. Em primeiro lugar, é necessário destacar a brava resistência da classe operária e do povo ucraniano, que já dura mais de um ano diante da guerra de ocupação de Putin. Essa guerra prolongou-se no tempo, superando os prognósticos do regime de Putin e de todos os imperialismos, porque se apoia centralmente em uma poderosa resistência operária e popular que, apesar dos limites que a direção burguesa lhe impõe, enfrenta a invasão e questiona objetivamente a estabilidade de toda a Eurásia.

O prolongamento da guerra e a força de luta da classe operária e do povo ucraniano agudizam as contradições inter-imperialistas, dentro da União Europeia e da OTAN, agravando a crise da ordem mundial. Na França, uma explosiva e histórica mobilização de massas vem enfrentando a reforma da previdência e a repressão do governo Macron. A dimensão dessa mobilização também impacta a resistência da classe trabalhadora na Europa e potencializa as perspectivas da luta operária em diversos setores e países.

Agravando o quadro da economia mundial, o mundo ainda assiste à evolução de uma crise no sistema bancário imperialista. A falência de um dos maiores bancos nos EUA e de outro grande banco suíço colocaram a possibilidade de uma nova recessão econômica mundial. Essa combinação de crise econômica e luta de classes agudiza os ataques da burguesia e a necessidade de luta e organização independente da classe trabalhadora mundial.

A instabilidade se retrata, não apenas na Europa Ocidental, mas também em outros continentes. Assim, além da greve geral na França, vemos a onda de greves na Grã-Bretanha, os processos de luta no Equador, os confrontos no Peru e lutas em diversas regiões devido ao aumento do preço do combustível e do trigo.

A solidariedade internacional às lutas de nossa classe é fundamental nesse momento. Os povos latino-americanos devem lutar contra o imperialismo estadunidense, e em busca de soberania nacional. O governo Lula/Alckmin deve interromper imediatamente a venda de armamentos ao governo de Dina Boluarte, e a classe trabalhadora em todo o continente precisa apoiar a luta do povo peruano contra a repressão e a exigência de renúncia do governo.

É necessária toda a solidariedade da classe trabalhadora mundial com a resistência ucraniana, pois se trata de uma luta pela soberania nacional. A burguesia do país, representada por Zelenski, não só não levará essa tarefa até o final, como se aproveita da guerra para atacar os direitos das(os) trabalhadoras(es). A única paz justa, para esta guerra justa de libertação nacional travada pela Ucrânia, é uma paz que garanta a unidade territorial da Ucrânia e sua plena independência da Rússia, da UE e dos EUA. A vitória é possível se a classe operária tomar em suas mãos a direção da resistência.

Registramos que o CEDS tem posição diferente sobre a guerra da Ucrânia e Rússia.

CONJUNTURA NACIONAL

A DERROTA ELEITORAL DE BOLSONARO E A LUTA CONTRA A ULTRADIREITA

Apesar de não significar o fim do bolsonarismo e sua militância organizada, a derrota eleitoral de Bolsonaro interrompe o projeto de poder da ultradireita e seus planos de ditadura no Brasil. Bolsonaro e sua camarilha representam uma expressão do capitalismo em decadência, tendo desferido uma série de ataques aos direitos e às liberdades democráticas, além de políticas diretamente predatórias e destrutivas do meio ambiente, como o incentivo ao desmatamento e garimpo ilegal em terras indígenas e povos tradicionais. Além disso, propaga ideologias reacionárias, como machismo, misoginia, racismo e xenofobia, incluindo o negacionismo

que teve seu auge durante a pandemia.

Boa parte da classe trabalhadora, do povo pobre, da juventude e dos setores marginalizados sentem alívio com o fim deste governo genocida. Bolsonaro personificou a face mais cruel do capitalismo no país, sendo a cara da burguesia herdeira dos escravocratas que agora se transforma no "agro" e em rentistas. Procurou desregulamentar todos os direitos, pagar o mínimo de salários e direitos, terceirizar e privatizar os serviços públicos, destruir a Amazônia para expansão do agronegócio, liberar agrotóxicos e permitir o assassinato de pequenos agricultores, povos indígenas e quilombolas, bem como de suas lideranças.

As atrocidades cometidas contra a classe trabalhadora e o povo pobre incluíram quase um milhão de mortes na pandemia, desemprego em massa, reformas que retiraram direitos previdenciários e trabalhistas, o aprofundamento do sofrimento de mulheres, negros, negras e LGBTQI+, além do genocídio impiedoso de povos indígenas, como os yanomamis. Tal política de terra arrasada demonstrou-se a serviço do aprofundamento da submissão e do processo de entrega das riquezas do país ao grande capital. Este é um retrato nítido da barbárie capitalista imposta pelo processo de recolonização do Brasil.

Mesmo com a derrota eleitoral, a ultradireita não baixou a guarda. A tentativa golpista de 8 de janeiro, os bloqueios e manifestações golpistas organizados pelo bolsonarismo contaram com a cumplicidade e apoio do comando das FFAA, do governo do DF e de órgãos como o GSI e a ABIN. Mostraram a força bolsonarista que permanece no interior das Forças Armadas, das Polícias Militares, Polícia Rodoviária Federal (PRF), etc. Tudo isso demonstra que permanece em primeiro plano a tarefa fundamental de enfrentar e derrotar o bolsonarismo e a extrema direita em nosso país!

A investigação e a punição exemplar com a prisão de todos os golpistas sem **nenhuma anistia,** começando pelos líderes e os empresários que os financiaram, é uma exigência decisiva neste momento. A impunidade e o "esquecimento" da atuação criminosa desses golpistas é o que pode estar sendo costurado nos acordos do andar de cima de nosso país. Convém lembrar que o Brasil saiu de 21 anos de ditadura, com todos seus horrores, garantindo impunidade total aos seus crimes. Ao contrário da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, deixou as FFAA intactas, assim como sua "doutrina" autoritária, seus privilégios e suas benesses.

Não é possível derrotar as ações do bolsonarismo e nem impedir, pra valer, novas tentativas golpistas, deixando impunes os golpistas de 8J. Mas, além da exigência de punição e prisão dos golpistas, é decisivo mobilizar as massas e organizar a autodefesa da classe trabalhadora. As ações da ultradireita só serão verdadeiramente derrotadas nas ruas, pela consciência e ação organizada dos trabalhadores e trabalhadoras.

A classe trabalhadora deve confiar nas suas próprias forças e a única forma de enfrentar e derrotar a ultradireita é através da mobilização da classe trabalhadora, com organização própria dos trabalhadores e da sua autodefesa! É preciso levar uma importante discussão ao conjunto da classe trabalhadora e da juventude, sobre a necessidade de nos organizarmos, com independência de classe, para nos defender e, também, para a defesa das liberdades democráticas – os direitos de reunião, organização e opinião – que conquistamos com muitas lutas.

O GOVERNO LULA-ALCKMIN E AS NECESSIDADES DA CLASSE TRABALHADORA

Apesar da expectativa da classe trabalhadora e da juventude diante do novo governo Lula, este tem como fundamento uma aliança com amplos setores da burguesia nacional e do imperialismo. Um programa comum com os capitalistas não tem nenhuma possibilidade de reverter a tendência de decadência e empobrecimento do país nem o processo de recolonização do Brasil pelos países ricos e multinacionais.

As primeiras medidas e anúncios do governo revelam sua submissão aos interesses capitalistas: aumento de apenas 1,3 % no valor do salário mínimo, cumprimento pela metade das promessas de campanha relativas a tabela do Imposto de Renda, a apresentação de reajuste de apenas 8% para o funcionalismo, não alteração estrutural no preço dos combustíveis, nem qualquer controle sobre o preço dos alimentos, conivência com o processos de privatizações (vide

Metrô de MG) e, principalmente, a negativa em revogar as Reformas Trabalhista, Previdenciária e do Ensino Médio. Assim, as necessidades fundamentais da classe trabalhadora não serão atendidas por um governo que se propõe apenas a administrar a crise capitalista, responsável pela brutal degradação vivida em nosso país.

A promessa expressa no slogan "Unir e reconstruir o Brasil" é uma mistificação de um governo de colaboração de classes que, em última instância, estará a serviço da dominação de classe que levou a uma situação em que 33 milhões de pessoas passam fome e 125 milhões vivem em insegurança alimentar. Uma situação em que trabalhadoras(es) em regime análogo à escravidão são encontradas(os) sem que haja prisão ou expropriação dos grandes empresários envolvidos. Uma situação em que mais de 10 milhões vivem em áreas de risco vulneráveis a desastres, enquanto ricaços lucram com a especulação imobiliária.

Não é possível governar para duas classes cujos interesses são antagônicos. Se se governa para a burguesia, não é possível atender os trabalhadores. Quando muito, serão dadas migalhas, sem resolver os problemas estruturais. A manutenção do capitalismo significa aprofundar as mazelas em que vivem os pobres e a classe trabalhadora.

A força da nossa classe está na sua independência em relação à burguesia e aos governos de aliança com a patronal, e na mobilização e organização independentes, em prol de nossas reivindicações mais sentidas e de uma alternativa das(os) trabalhadoras(es) e dos setores populares e oprimidos para o Brasil.

É PRECISO ENFRENTAR OS SUPER-RICOS E AVANÇAR NA ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO INDEPENDENTE

Para mudar de verdade esse país, é preciso acabar com a lógica de exploração e rapina, que rouba grande parte do que é produzido aqui para enriquecer banqueiros. É necessário revogar por completo as reformas trabalhista e previdenciária e a Lei das Terceirizações, garantindo emprego com carteira assinada a todos. É necessário reduzir a jornada de trabalho para 36 horas, sem reduzir os salários e duplicar o salário-mínimo, rumo ao salário do Dieese.

Temos que lutar por educação, saúde, moradia e serviços públicos de qualidade, suspendendo o pagamento da dívida aos banqueiros. É preciso parar a destruição ambiental, com a demarcação das terras indígenas, a reforma agrária, a titulação dos territórios quilombolas e contra o Marco Temporal.

É preciso, ainda, parar as privatizações, retomando o que já foi entregue ao capital estrangeiro e que se converteram em verdadeiras escoadoras de riquezas do país para fora. Empresas como a Petrobrás, que na prática já está nas mãos dos banqueiros internacionais, e a Eletrobrás, que acabou de ser vendida num esquema fraudado. Acabar também com a Lei de Responsabilidade Fiscal, substituindo-a por uma Lei de Responsabilidade Social, suspendendo o pagamento da dívida aos banqueiros. Acabar com o teto de gastos e sem qualquer lei que aplique arrocho para beneficiar os banqueiros.

Para avançar nessa tarefa, a classe trabalhadora precisa se organizar, de forma independente, sem qualquer ilusão no governo Lula-Alckmin. E lutar para que os ricos paguem pela crise! Da mesma forma, devemos construir a unidade de ação para combater a ultradireita, que seguirá atuando. A mobilização e organização independente da classe trabalhadora precisam estar a serviço de uma estratégia socialista, para mudar a sociedade e pôr um fim ao capitalismo!

CONJUNTURA ESTADUAL

A realidade vivida pela classe trabalhadora no RS está também marcada pelo aumento da fome, do desemprego, da miséria e das opressões, machismo, racista, lgbtfobia e xenófoba. O retrato mais escandaloso dessa situação são as recorrentes descobertas de pessoas vivendo e trabalhando em regime análogo à escravidão. Mais de um milhão de gaúchas(os) vivem com fome e a superexploração cresce enquanto os grandes capitalistas, o agronegócio e banqueiros enriquecem exponencialmente. Essa burguesia é favorecida inclusive com recursos públicos, retirados da saúde, educação, habitação, emprego, etc.

O governo Leite chefiou, nos últimos anos, os planos burgueses em nosso Estado.

Cada passo de seu governo foi decidido a partir dessa sanha capitalista: retorno ao

pagamento da dívida com a União, adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, privatização da CEEE e Corsan, desmonte do plano de carreira da educação pública, congelamento salarial do funcionalismo, aumento de impostos indiretos, plano de privatização do Banrisul, etc. Sistematicamente, Eduardo Leite cortou verbas essenciais à população, atacou direitos e perseguiu trabalhadoras(es) que lutavam contra seus projetos. Quando achou necessário não hesitou em ficar ao lado de Bolsonaro.

Em relação à educação, os retrocessos foram violentos. Durante anos, os salários foram pagos com atraso e chegaram ao menor valor da história após sete anos de congelamento, além da retirada dos planos de carreira, triênios e direitos das(os) aposentadas(os) e funcionárias(os) das escolas. As(os) trabalhadoras(es) contratadas(os) são exploradas(os) brutalmente, com seus direitos sumariamente ignorados. Somente entre 2016 e 2021, foram fechadas 171 escolas, mais de 7.300 turmas e reduzidos 10.800 professores em sala de aula. A quantidade de escolas que permanecem com falta de educadoras(es) cresce em todo o Estado. Quase cinco milhões de jovens e adultos não possuem educação básica no RS.

A reeleição de Eduardo Leite, além de revelar a satisfação da classe dominante com seu governo, tem também relação com as atitudes complacentes da oposição parlamentar na Assembleia Legislativa e das direções majoritárias do movimento sindical. Inúmeros projetos foram aprovados com votos daqueles que deveriam fazer feroz oposição ao governo Leite, ao mesmo tempo em que a direção do CPERS recebe elogios da grande imprensa por sua "moderação" e "disposição ao diálogo".

Essa atitude burocrática e conciliadora com um governo que ataca diariamente a classe trabalhadora chegou ao ponto de defender, no segundo turno das eleições, que as(os) trabalhadoras(es) votassem em Eduardo Leite. Mais uma vez, a perda de independência de classe conduz a um fortalecimento de um governo inimigo dos trabalhadores, que conseguiu aprofundar os ataques do governo Sartori!

BALANÇO DO CPERS

O balanço do CPERS/Sindicato é absolutamente negativo justamente por conta dessa estratégia conciliadora com os governos e a burguesia. A direção do Sindicato manteve a mesma estratégia, a mesma postura, da negociação, que era um monólogo, e táticas de pressão no parlamento, negando a organização de base, da construção das paralisações, da implementação de políticas como a do "Fora Leite".

Por especial responsabilidade da atual Direção Central, houve perdas de conquistas históricas da categoria, como o plano de carreira, os triênios, licença-prêmio, etc. Iremos fechar nove anos com setores da categoria, que são as(os) aposentadas(os), com salários não só congelados, mas reduzidos, devido ao desconto da previdência que passaram a pagar.

A atual direção é protagonista da maior vergonha e traição da história do CPERS. Avalizou – diante de um governo determinado a se consolidar atacando direitos históricos das(os) educadoras(es) – a entrega do plano de carreira em um acordo às costas das decisões da categoria e rifou nossa greve justamente em um bom momento da luta contra Eduardo Leite. A satisfação da classe dominante com essa atitude ficou expressa nas páginas da grande imprensa do RS.

Pela primeira vez na história, a grande maioria da categoria ativa nas escolas e nas salas de aula não tem carreira, inclusive com alguns já se aposentando. A grande maioria da categoria, que levou anos construindo carreira, estão a cada ano perdendo o que conquistaram, sendo a maioria dos casos de pessoas que passaram 30 anos lutando para ter alguns direitos e desde 2019 para cá, nestes quase 4 anos, perderam tudo que conquistaram. Temos as(os) funcionárias(os) que em 9 anos, somente tiveram míseros 6% de reajuste. Além disso, as(os) contratadas(os) que possuem a parcela do completivo maior que o seu salário, mesmo que ganhassem 100% de reajuste não mudaria a sua renda. Agregado a tudo isso há ainda a falta de servidoras(es), excesso de trabalho, a impossibilidade de adoecer e ameaça da terceirização.

Quanto às(aos) professoras(es), o Governo Leite aplica a fundo a política do Governo Tarso, em que o valor do Piso da categoria se torna, na prática, o teto, em que ninguém da categoria ganha acima disso, fazendo a mesma coisa com as(os) funcionárias(os) e o salário-

mínimo regional. Juntando a isso temos o fim das carreiras que citamos anteriormente, o ataque à escola pública com as reformas, etc.

A Direção Central do Sindicato é responsável direta por essa situação, pois, levou Leite para dentro do Sindicato para tomar cafezinho, preferiu pressionar o parlamento ao invés de mobilizar a categoria e denunciar o Governo, além de em 2020 negociar os nossos direitos, levando à situação catastrófica e de derrota em que se encontra a categoria atualmente.

Essa situação leva também ao enfraquecimento do Sindicato com um grande número de desfiliações, sendo esse o período nos últimos 20 anos em que temos o menor número de filiados ao Sindicato, com as(os) diretoras(es) dos núcleos, após 30 anos, terem perdido as suas liberações, chegando ao cúmulo de ser comemorado pela direção como vitória, o pagamento dos dias em Greve, numa política de chantagem do Governo Leite para que se fizesse campanha pelo voto nele no 2º Turno das eleições de 2022.

A Assembleia Geral do dia 3 de março demonstrou que existe uma ampla rejeição à política imobilista dessa direção. A vitória, construída pelos setores da oposição, da rejeição ao projeto de Leite que não cumpre a lei do piso constitui um passo no sentido de retomar com força a luta por uma nova direção do Cpers. Confiamos na disposição de luta da categoria, apesar da Direção Central. Este é o caminho necessário para que as(os) trabalhadoras(es) em educação possam novamente buscar o caminho da mobilização independente dos governos e da burguesia.

SINDICAL

FUNCIONÁRIAS(OS) DE ESCOLA SÃO ABANDONADAS(OS) PELA DIREÇÃO DO CPERS E ATACADOS PELO GOVERNO LEITE!

Justamente as(os) colegas que vivem sob a maior exploração e uma brutal opressão foram as(os) maiores prejudicadas(os) pela política de conciliação da atual direção do Cpers. São mulheres a maioria dos agentes educacionais, que vivem com salário básico inferior ao mínimo e com extrema sobrecarga de tarefas. A aceitação passiva da exclusão desse setor do reajuste deste ano demonstra a que ponto pode chegar uma direção sindical que aceita renunciar a direitos em pseudo-negociações com os governos de plantão.

As(os) funcionárias(os) de escola sempre foram vanguardas na mobilização de nossa categoria, inclusive garantindo boa parte das manifestações nos períodos mais decisivos da luta de classes. Nas escolas, são pilares fundamentais para o processo de aprendizagem. Mas, apesar de toda essa importância, permanecem invisíveis aos governos burgueses, que se recusam a realizar novos concursos e impulsionam o máximo de precarização e terceirizações. Muitas vezes, ainda sofrem com assédio de algumas direções de escola que agem como braço do governo.

Agora, diante de mais uma inaceitável atitude de indiferença da direção de seu próprio Sindicato, a revolta se tornou generalizada! Não bastassem vários anos com um mísero reajuste de 6%, a carga exaustiva e a generalização de doenças relacionadas ao trabalho, ainda precisam suportar a ausência de iniciativas fortes do Cpers em sua defesa.

O setor tem suas condições de vida destroçadas pela terceirização e pelos ataques sistemáticos dos sucessivos governos. Chega de trabalhar doente, com salários de fome e com medo da demissão! As(os) funcionárias(os) exigem dignidade, respeito, valorização, visibilidade, concurso público e reajuste salarial imediato. Direitos iguais para trabalho igual. Defesa, valorização e reconhecimento da carreira de Agentes Educacionais. Para retomar conquistas é preciso uma nova direção para o CPERS Sindicato!

EM DEFESA DO IPE

O IPE é considerado uma de nossas principais conquistas e que poucas categorias ainda mantêm, o qual sempre foi alvo de ataques de todos os governos, que pretendem se desobrigar da nossa saúde e previdência. O Governo Leite deu passos largos para a liquidação do IPE quando reestruturou e o dividiu em duas fundações, IPE-Saúde e IPE-Previdência, diga-se de passagem, sem resistência por parte das direções do funcionalismo e da Assembleia Legislativa ou mobilização das categorias.

IPE-Saúde

No IPE-Saúde nitidamente o Governo Leite sucateou e trabalhou para privatização, aproveitando-se da pandemia da COVID-19, para deixar 100% do atendimento sendo feito de forma online, dificultando de forma extrema o acesso aos serviços. Provocando o aumento das alíquotas, como as do PAMES e PAC, não dando um reajuste adequado aos prestadores de serviço, o que tem provocado um aumento do descredenciamento de médicos(as), inclusive com paralisações no atendimento e o desligamento de associados. O maior problema é a falta de transparência, pois não sabemos dos valores arrecadados e repassados pelo Governo e principalmente o arrocho salarial do funcionalismo que baixa a arrecadação e também colabora no aumento do desligamento de associados, que em muitos casos veem o SUS como alternativa.

É fundamental exigirmos da Direção Central e dos representantes do CPERS no IPE, que combatam a privatização e o sucateamento, que exijam a transparência na arrecadação e uma auditoria das contas, o retorno do atendimento presencial, a ampliação da prestação de serviços e a manutenção dos valores das alíquotas. Também é urgente uma campanha em defesa de um IPE público e de qualidade.

IPE-Previdência

Ressaltamos que tivemos uma batalha histórica para que a previdência não fosse responsabilidade do IPE e, portanto, dos trabalhadores. Com a criação da fundação IPE-Previdência, o Governo Leite transfere a responsabilidade das aposentadorias para o IPE, aumentando as alíquotas e saqueando o salário das aposentadas(os) para garantir o pagamento das aposentadorias, além de surrupiar o patrimônio do IPE-Saúde através da transferência para o IPE-Previdência. Importante lembrar que a cada dia que passa aumenta o número de aposentadas(os) e a existência de cada vez menos concursados ativos leva ao desequilíbrio nas contas da Previdência com a inversão da pirâmide etária. Lembramos também que o cálculo da alíquota é baseado em faixas salariais, portanto, ao não reajustar as faixas salariais o Governo tem aumentado significativamente o número de contribuintes com faixa superior a 11%.

Necessitamos que a Direção Central e os representantes do CPERS no IPE-Previdência cobrem transparência para sabermos o quanto é efetivamente arrecadado e qual o crescimento dessa arrecadação, quais os valores gastos com a previdência complementar, se o Governo tem mantido o repasse patronal à previdência, exigir o atendimento presencial para que o funcionalismo possa encaminhar e agilizar seus processos de aposentadoria e os benefícios referentes às pensões, defender que se faça a atualização dos valores salariais das faixas de contribuição, o fim do desconto da previdência das(os) aposentadas(os) e a devolução desse valor que foi saqueado.

O IPE É NOSSO! POR UM IPE PÚBLICO E DE QUALIDADE, SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES!

CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, DIREITOS IGUAIS JÁ! PELA EFETIVAÇÃO DAS(OS) CONTRATADAS(OS) SEM A NECESSIDADE DE CONCURSO PÚBLICO

Com a imposição da política de terceirização que só acelera a precarização do trabalho no país e a miséria da classe trabalhadora, vemos como uma das principais bandeiras que deve ser empunhada pelo nosso sindicato a defesa de uma política de efetivação para todas e todos as educadoras contratadas do magistério público estadual.

A luta pela **efetivação** de todas(os) educadoras(es) contratados, uma vez que a política de precarização do trabalho foi imposta conscientemente por sucessivos governos visando a precarização desses trabalhadores, precisa ser uma política construída dentro do sindicato, com ampla participação da categoria, para que tenhamos unidade na luta e contra todo e qualquer tipo de relação de trabalho precário. Se defendemos a bandeira que é contra a terceirização, contra qualquer tipo de vínculo de trabalho que seja análogo a escravidão, sejamos os primeiros a erguer a faixa pela luta para efetivar aquelas e aqueles que sofrem com essa condição imposta pelo governo, de precarização, há anos dentro da nossa categoria. Sem superar esta política de manutenção dos contratos ditos "emergenciais",

jamais poderemos ter justiça e força total para uma luta sindical.

No magistério gaúcho temos uma enorme porcentagem de trabalhadores em educação contratados (cerca de 43%) que desempenham a mesma função dos efetivos, mas nos encontramos em condições precárias de trabalho, pois somos os primeiros a sofrerem com perseguições e intransigências de coordenadorias, direções e SEDUC, principalmente durante as greves, com ameaças que servem como perseguição política por parte das direções e governo.

Diante de tal condição que, reforçamos mais uma vez, a "contratação temporária" é uma imposição e uma política do governo do estado, pois nenhuma das trabalhadoras e trabalhadores contratados escolheu essa condição, fomos empurrados para ela, por isso, a resposta que precisamos dar é a efetivação dos atuais contratados sem concurso público, para acabarmos com essa divisão dentro da categoria e fortalecermos nossas lutas. Trata-se de defender a efetivação apenas das contratadas e contratados que já estão trabalhando no Estado e que já cumprem os mesmos deveres, mas que não possuem os mesmos direitos.

Essa política levada à frente seria uma conquista histórica colocando todos os trabalhadores e trabalhadoras na educação do RS nas mesmas condições de trabalho e ao mesmo tempo uma vitória contra a precarização do trabalho na educação imposta por inúmeros governos nos país.

A luta por concurso público é uma luta que deve ser pautada e levantada pelo sindicato sempre, mas precisamos que este seja implementado de forma a garantir que TODAS E TODOS contratos tenham sua efetivação já garantida, pois somente assim poderemos lutar contra a privatização dos serviços públicos. Uma política que realmente garanta igualdade de direitos e deveres para toda categoria nada tem a ver com "apadrinhamento" ou "entrada pela porta dos fundos", como a direção do sindicato e parte da categoria alegam quando se dizem contrários a essa possível política sindical, além de também colorem essa política como "inconstitucional", sendo que sabemos muito bem que tudo se modifica a partir da luta das trabalhadoras e trabalhadores. O que necessitamos é de uma construção de um plano de luta pela efetivação que possibilite a aquelas e aqueles que já estão trabalhando como contratos possam ter sua efetivação no quadro do magistério.

É evidente que o plano do governo é sucatear cada vez mais a educação pública, e isso fica escancarado quando percebemos que Eduardo Leite chama um concurso público para apenas mil e quinhentas vagas, que não atende a necessidade mínima do quadro de educadoras(os) do estado e nem mesmo abre vagas para todas as áreas de conhecimento. Somado a isso, este concurso "fake" não abre vaga alguma para as funcionárias(os), demonstrando mais uma vez que trata-se apenas de uma jogada política do governo psdbista, sem nenhuma intenção de garantir um amplo quadro de trabalhadoras(os) ativas efetivas.

Para o ingresso no quadro do magistério, após a concretização da efetivação dos contratos precários da ativa, a prioridade deve ser o concurso público, sem nenhuma concessão a contratações "emergenciais" futuras. Assim a defesa dos concursos públicos será para que mais nenhuma trabalhadora sofra com a condição de contratada.

Essa visão que é totalmente pautada em uma luta política por direitos a todas e todos da categoria do magistério do RS deve servir como ponto principal para a emancipação da luta de toda a classe trabalhadora, pois um programa assim só pode ser conquistado com a mobilização independente da classe trabalhadora, no caminho para a construção de uma sociedade livre de opressão e exploração.

Incorporar o CPERS a pauta das trabalhadoras e trabalhadores contratados, e também as terceirizadas, é um grande passo para que tenhamos a construção de uma pauta classista e que realmente combata o capitalismo e as suas reformas devastadoras para a categoria e para conjunto da classe trabalhadora, pois entendemos que os governos neoliberais avançam na precarização do trabalho para aumentar seus lucros, e também para dividir a classe trabalhadora e esvaziar os sindicatos. Por isso, afirmamos nossa luta pela efetivação, contra a precarização da vida da classe trabalhadora e pela revogação da lei de terceirização e da reforma trabalhista!

Nossa luta vai além das instâncias do sindicato do magistério, precisamos estar na linha

de frente na defesa de classe e unificar nossas forças para combater as reformas dos governos, a miséria que nos é imposta por esse regime golpista é exigir que todo o trabalhador tenha direitos, sem nenhuma imposição institucionalizada.

Registramos que o CEDS tem posição diferente referente à efetivação, defendendo o concurso público como única forma de ingresso.

CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO, POR CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO PARA TODA A CLASSE TRABALHADORA

No ano de 2017, foi aprovada no congresso nacional a terceirização de qualquer tipo de vínculo empregatício, a terrível reforma trabalhista. essa decisão foi ratificada em 2018 pelo STF, e desde então vivenciamos o aprofundamento da precarização das relações de trabalho no Brasil.

Sabemos que as piores condições de trabalho estão reservadas para a classe trabalhadora pobre e sem recursos dignos para sua subsistência e resistência. A piora das condições de trabalho, com salários mais baixos, nenhuma garantia de direitos mínimos e sem garantias de manutenção deste posto de trabalho, são fatores que deixam mais vulneráveis estes trabalhadores, que em sua maioria, são mulheres.

Dados do DIEESE, ao final de 2014 trazem a informação de que a cada 100 vínculos ativos pouco mais de 40 foram rompidos – já nos setores tipicamente terceirizados, essa relação é de 100 vínculos ativos para 80 rompidos. Esse último dado indica que os vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas têm alta rotatividade. Em relação a jornada de trabalho, observa-se que 85,9% dos vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas possuem jornada contratada na faixa de 41 a 44 horas semanais contra 61,6% nas atividades tipicamente contratantes, isso demonstra que a precarização das condições de trabalho só aumentam com esse tipo de relação empregatícia, deixando evidente a necessidade de se combater tal tipo de contratação.

O conjunto dessa medida tomada no governo ilegítimo de Michel Temer (2016-2018) e que se fortaleceram no governo da extrema-direita de Bolsonaro (2019-2022) comprovam que essas alterações ditas "legais" e que ampliem o uso dessa forma de contratação resultam em abusos na utilização dessa modalidade por empresas e também pelo estado, intensificando a precarização das condições de vida e de trabalho.

Com a terceirização livre e sem fiscalização, as empresas se aproveitam para tornarem comuns os vínculos empregatícios que são apresentam condições análogas à escravidão. Como vimos nos aterrorizantes casos na serra gaúcha, onde trabalhadores terceirizados vivem em condições de extrema miséria, sem direitos e sem salários, algo que reafirma a demanda por lutas realmente organizadas por aqueles que devem cumprir o papel de organização da classe trabalhadora, os sindicatos, pois essa perversa condição de terceirização é o avanço do trabalho precário no Brasil, e essa exploração precisa acabar, para que sejamos todas e todos trabalhadores com direitos assegurados e livres para combater o sistema capitalista.

Sabendo desta realidade, é preciso que a nossa ferramenta de lutas faça parte da luta pela efetivação das trabalhadoras terceirizadas que trabalham nas escolas do RS, e que hoje convivem com a insegurança do regime de contratação precária de trabalho, sem garantias e sem direitos. Como pudemos acompanhar durante o ano de 2022, as terceirizadas contratadas pela empresa prestadora de serviços para o estado, GFG Recursos Humanos, deixou de pagar salários, os VTs e VAs das trabalhadoras. Essas funcionárias prestavam um serviço público sem o qual as escolas não têm condições de funcionamento, mesmo assim não são funcionárias públicas com plenos direitos, pois não houve concurso para efetivá-las. Essa é a realidade que nos é imposta: precarização.

Diante de tal crise que é criada pelo capitalismo e suas reformas desestruturantes de direitos dos trabalhadores, sabemos qual é o papel das centrais sindicais nesta luta. O Cpers é um dos maiores sindicatos da américa latina e pode cumprir um importante papel na luta pela revogação das reformas trabalhista e da previdência de forma integral, na defesa da classe trabalhadora e por direitos iguais.

APOSENTADAS: RETOMAR OS DIREITOS

O Governador Eduardo Leite, ao longo do seu primeiro mandato no governo do Rio Grande do Sul, aprofundou o sucateamento do patrimônio público dos gaúchos. E, na esteira dessa lógica perversa, as carreiras das aposentadas(os) foram terrivelmente prejudicadas com os ataques e o desmonte do Plano de Carreira do Magistério Estadual, incluindo o aumento do nosso desconto previdenciário. Em seu segundo mandato, Leite novamente repete na grande mídia promessas eleitorais vazias de valorização da educação, contudo as educadoras aposentadas(os) estão entre as mais prejudicadas com o projeto político de Leite e de seus apoiadores.

As nossas conquistas históricas de direitos ao longo de uma vida profissional de dedicação e trabalho em prol de uma educação pública gaúcha de qualidade, são fruto da luta da categoria e deveriam significar, na prática, para as aposentadas(os), uma verdadeira valorização profissional. O Governo Leite, no entanto, com o desmonte do Plano de Carreira, entre outras ações, ignora as conquistas de paridade e integralidade de reajuste igual entre ativos e inativos. Isto é, Eduardo Leite, e aqueles que o financiam, além das graves e persistentes agressões à educação pública em todos os níveis, vem covardemente sucateando um dos elos mais frágeis de nossa categoria. Em suma, a disparidade entre o reajuste oficial e o reajuste efetivo dado pelo governo é mais uma, entre tantas, contradições deste governo que pesam contra as Educadoras com anos de dedicação ao magistério público.

A direção do CPERS, por sua vez, tem realizado um enfrentamento que não é proporcional e à altura dos ataques que as aposentadas(os) estão sofrendo permanentemente pelo Governo Leite. Já que o projeto político Leite, além da desvalorização profissional, leva à precarização das condições de vida. É necessário, portanto, a criação de uma secretaria capaz de aglutinar trabalhadoras inativas, bem como traçar políticas específicas e vitoriosas que interrompam os constantes ataques que penalizam a vida das aposentadas/os.

Lamentavelmente, hoje, nossos governantes veem a educação como prejuízo e não como investimento social. Acreditávamos que teríamos uma aposentadoria tranquila, mas, infelizmente, estamos vivenciando a cada ano que passa a diminuição dos nossos salários e de nossos direitos. Estes conquistados em décadas de luta. Estamos envelhecendo, sofrendo com doenças e pagando remédios caros, porém sem condições de arcamos com nossas despesas mínimas.

POR UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E COM GARANTIA DE DIREITOS

O modelo de ensino normalmente está alinhado ao projeto de país implementado ou desejado. Nos últimos anos passamos por uma série de medidas neoliberais que rebaixam as perspectivas do Brasil na divisão internacional do trabalho ao passo que retiram direitos da classe trabalhadora, intensificando a exploração para elevar as taxas de lucros de uma burguesia periférica que tenta sobreviver no capitalismo decadente.

A contrarreforma do ensino médio, que foi a primeira das contrarreformas a ser aprovada, tem dois objetivos básicos: 1. entregar o fundo público da educação aos tubarões do mercado (via livros didáticos, cursos de formação e o próprio currículo) e 2. normalizar a terra arrasada neoliberal através de "disciplinas" que retiram o conteúdo social, político e econômico incentivando a saída individual. Nesse sentido a "disciplina" de "Projeto de Vida" é central e não por acaso só perde em carga horária para Matemática e Português e inclusive já adentra o próprio ensino fundamental.

Mas enquanto a escola pública é obrigada a aplicar o currículo do novo ensino médio com "disciplinas" bizarras como "O que rola por aí" e "Brigadeiro Caseiro" a escola particular finge que adere e as escolas de elite, que cobram até R$ 15 mil a mensalidade, garantem aos seus alunos a educação básica que necessitam para poderem concorrer às vagas de graduação nas melhores instituições do país.. Dessa forma criou-se uma educação de castas no país que consolida a desigualdade de classes.

Se o objetivo do novo ensino médio é perverso, seu projeto é disfuncional a ponto das próprias fundações empresariais terem de reconhecer que o problema não se limita à implementação, como fez o Todos Pela Educação. Porém, essa turma não quer a revogação da contra reforma pois isso significaria romper os

contratos que os tubarões do mercado já fizeram com os governos. Não se trata de pedagogia mas de negócios, e essa política conta com o poder e influência de gente como Lemann e Itaú.

As mobilizações, tanto de rua como nas redes sociais, obrigaram o governo Lula a interromper a implementação do mesmo. No entanto, como o próprio governo entregou o MEC às fundações empresariais, é preciso fortalecer as mobilizações pela revogação completa do novo ensino médio.

Mobilizar para colocar para fora do MEC as fundações empresariais é o primeiro passo para a revogação do novo ensino médio, pois elas farão de tudo para "melar" essa reivindicação popular. O próprio Todos Pela Educação já havia se antecipado durante a transição do governo Lula com um documento com propostas de ajustes. Nesse sentido consideramos um grave erro da DC do CPERS defender que as comunidades escolares implementem a escola de tempo integral neoliberal que nada tem a ver com a escola de tempo integral que sempre defendemos.

Apoiamos os comitês pela revogação e defendemos a construção de um movimento nacional com paralisações e greve geral da educação, unificando as escolas com as universidades.

A pauta da revogação do novo ensino médio tem um grande potencial de adesão e se for priorizada pelas direções sindicais e sociais pode impulsionar um movimento de contestação de todas as outras contrarreformas neoliberais e as privatizações.

Tais ações pela garantia de uma educação democrática e que garanta o mínimo de conhecimento básico aos educandos da rede pública deve estar atrelada à luta pela gestão democrática nas escolas. Não podemos recuar um passo diante de mais essa ameaça à educação pública do RS. Eduardo Leite e Raquel Teixeira querem manter as trabalhadoras (os) sob sua tutela, sem que possamos ter nossa liberdade de cátedra e nossa autonomia pedagógica garantidas. Para além, necessitamos que o sindicato fortaleça essa luta contra as perdas de autonomia dentro das escolas e que avance contra o governo, exigindo a manutenção deste direito, a nossa gestão democrática.

POLÍTICAS ESPECÍFICAS

PCDs EXISTEM E RESISTEM: GOVERNO BOLSONARO E SUA POLÍTICA DE ATAQUES CONTRA A POPULAÇÃO PCD E O PAPEL DO CPERS

Na posse do governo Bolsonaro, marcado por um gesto tão significativo da primeira-dama com seu discurso em libras, deu-se a entender que havia um interesse em ampliar as políticas de auxílio à comunidade pcd's. Passado o governo Bolsonaro, esse pronunciamento ,se provou vazio e tão medíocre e cruel quanto o mandato do próprio presidente. Analisamos com detalhe de fatos o desastre e o retrocesso que o governo Bolsonaro trouxe para as pessoas com deficiência.

O desmonte às políticas direcionada e destinadas à população pcd's começa no quarto mês de governo quando, em abril de 2019, Bolsonaro por meio de um decreto extinguiu os conselhos sociais que integravam a política nacional de participação social (PNPS), sendo um desses o conselho nacional dos direitos da pessoa com deficiência (Conade). O Conade foi um órgão superior de deliberação colegiada, criado no ano de 1999 com a função de acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência.

No mesmo ano, Bolsonaro tentou flexibilizar a lei do cumprimento de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. em cumprimento ao artigo 93 da lei 8.213/91, as empresas com 100 ou mais funcionários são obrigadas a ofertarem de 2% a 5% das vagas para pessoas com deficiência. Por meio do projeto de lei 6159/2019, tentou-se uma flexibilização para que as empresas pudessem ter apenas uma pessoa com deficiência no quadro geral de funcionários e funcionárias , tentando acabar com uma conquista histórica em relação à inclusão.

Nesse mesmo projeto de lei, Bolsonaro se dedicou bastante, e o mesmo tentou aprová-lo várias vezes. Em setembro de 2020, o então ministro da educação Milton Ribeiro fez, mais uma atitude desprezível desse governo, que por meio do decreto 10.502/2020, tentou criar escolas "especializadas" para pcd's, restringindo a convivência das crianças que possuem algum tipo de deficiência, quase aos moldes de um campo de concentração para pcd's.

Esse decreto fere não só os princípios da Constituição de 1988 como também a Lei de

diretrizes e bases da educação nacional (LDB), de 1996. Segundo dados recentes, em 2020, 93,3% dos 1,3 milhão de crianças e adolescentes com deficiência na educação básica estavam matriculados em escolas regulares. O decreto, felizmente, foi barrado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, porém sem nenhuma ilusão no judiciário.

Seguindo os ataques a contra a população pcd's, Bolsonaro fez um corte de 60% das verbas do programa farmácia popular, acabando com o direito de quem precisa de fraldas, remédios, etc. O corte foi feito para garantir recursos para as emendas parlamentares que sustentavam o orçamento secreto. Como qualquer governante de extrema-direita, Bolsonaro não fez nem a política do bem-estar social prioridade do seu governo, essa sequer foi uma pauta, foram ataques em sequência aos direitos de conjunto da classe trabalhadora.

Por fim, foram quatro anos em que Bolsonaro governou apenas para si, para o seu clã e grande parte da burguesia brasileira e internacional. Percebe-se então, que desde o primeiro ano do governo Bolsonaro ocorreram medidas e tentativas que reforçam atitudes capacitistas e ações que contribuem para a segregação e uma política de genocídio de uma população de mais de 17 milhões de brasileiros de pcd's.

O que nos cabe agora, após a eleição da chapa Lula-Alckmin, sabendo que a mesma mantém a burguesia nas rédeas do jogo, é continuar lutando de forma consciente e organizada para que nenhum direito seja retirado da comunidade pcd's e avançar por mais, como também exigir de nosso sindicato (Cpers), demais sindicatos e centrais sindicais uma luta efetiva que coloque nas pautas das lutas claramente a defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras pcd's.

PLANO DE LUTAS

INTRODUÇÃO

A conjuntura em que ocorre o Congresso do CPERS Sindicato está marcada por uma luta nacional pela revogação da reforma do Novo Ensino Médio (NEM). Este é um dos recentes ataques à educação em nosso país e enfrenta uma forte resistência de estudantes, educadores e da comunidade escolar. Trata-se da implementação de políticas conduzidas por setores empresariais interessadas nos lucros advindos da privatização da educação, que estiveram por trás também da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Essa efervescência na educação em todo o país combina-se com várias lutas fundamentais da classe trabalhadora: revogação das Reformas Trabalhista e Previdenciária, anulação das privatizações, suspensão do pagamento das dívidas, contra todas as formas de opressão, aumento imediato do salário-mínimo rumo ao salário do DIEESE, revogação de todas as medidas antidemocráticas de Bolsonaro, plano emergencial de obras públicas, reforma agrária, etc.

E, particularmente, a necessidade da continuidade das lutas das(os) educadoras(es) gaúchas(os) que, na prática, têm sido abandonadas pela atual direção de nosso Sindicato. Essa tarefa se combina com a luta por uma nova direção para o CPERS. Basta de conciliação e derrotas! Unidade das(os) lutadoras(es) pra resgatar um Sindicato independente e classista.

- Unificar a luta entre trabalhadoras e trabalhadores em educação e estudantes pela revogação do novo Ensino Médio e as reformas trabalhista e previdenciária.
- Lutas pelo IPE público de qualidade e com investimentos.
- Passagem gratuita já para educadoras(es) e estudantes.
- Efetivação já das educadoras(es) contratadas e terceirizadas. Trabalho igual com direitos iguais.
- Organizar encontro estadual das trabalhadoras(es) contratadas(os).
- Organizar encontro estadual das trabalhadoras(es) PcD's.
- Acessibilidade em todas as escolas já!
- Lutar pelo piso salarial nacional para todas e todos os trabalhadores em educação do RS, ativas(os) e aposentadas(os).
- Lutar por um real aumento do vale alimentação.
- Resgatar nosso plano de carreira com claros critérios de avanço para toda a categoria.
- Concurso público para funcionárias(os) e especialistas já.
- Jornada de lutas das(os) aposentadas(os) contra o desconto da previdência, reposição da parcela de irredutibilidade, reajustes na parcela autônoma e piso nacional para to-

das(os).

- Jornada de lutas das(os) funcionárias(os) de escola por um básico de R$ 1.500,00, concurso público e manutenção do plano de carreira.

Registramos que o CEDS tem posição diferente referente à efetivação, defendendo o concurso público como única forma de ingresso.

REFORMA ESTATUTÁRIA

COLEGIADO NA DIRETORIA CENTRAL E NOS NÚCLEOS

As lutas coletivas dos trabalhadores ou populares, em busca de direitos, melhores condições de vida e/ou trabalho deu origem aos sindicatos, cooperativas, associações e outras agremiações. Sendo conquistas coletivas, as direções destas mesmas entidades deveriam ser geridas e administradas de forma que representassem este coletivo, como em sua origem costumeiramente eram organizadas.

A forma presidencialista de dirigir entidades no Brasil responde a uma imposição da antiga CLT, forma pela qual uma pessoa detém o status e poder de representar uma categoria inteira. Essa forma de direção tornou as disputas sindicais personalistas e burocratizadas, onde vários grupos, minorias e independentes não se veem representados. Avaliamos que a forma presidencialista não atende aos anseios da maioria de nossa categoria, que precisa se enxergar representada na direção para se sentir parte da luta. A direção presidencialista deve ser substituída por uma gestão que represente o coletivo.

Em direções colegiadas, todos os diretores têm o mesmo peso de decisão em seu voto, dividindo tarefas e responsabilidades. Por fim, no colegiado, são eliminados os cargos presidencialistas e organiza-se a diretoria em torno de secretarias ou processos de organização, tais como: três coordenadores gerais, três coordenadores de finanças e um coordenador para cada secretaria. O mais importante é que, sem a figura do presidente, minimizam-se as disputas pelos cargos mais importantes da entidade, tornando os processos eleitorais mais politizados, educativos e prevalecendo as propostas e programas.

PROPORCIONALIDADE DIRETA E QUALIFICADA EM TODAS AS INST NCIAS DO CPERS

Com a proporcionalidade, significa que as diretorias da entidade (central e núcleos) serão constituídas de acordo com o percentual que cada chapa obtiver na eleição. Todas as chapas que disputam o processo eleitoral elegerão diretores correspondentes ao percentual de votos obtidos, proporcionando maior confiança na entidade, porque setores menos expressivos ou minoritários, antes alijados da diretoria, agora poderão estar representados, defendendo suas propostas e sua forma de dirigir, legitimando-a. A qualificação da proporcionalidade garante que todas as secretarias e cargos da entidade serão escolhidos de acordo com a representação de cada chapa, não permitindo que a chapa com maior votação escolha todos os cargos de maior relevância.

Somos uma categoria muito grande e heterogênea. Nenhum setor de pensamento, por maior que seja, representará toda a diversidade. É imprescindível, pois, ter um estatuto que garanta de melhor forma todas as opiniões. A proporcionalidade, assim sendo, vem no sentido de democratizar a entidade. Nossas eleições acontecem de três em três anos e é somente aí que se pode referendar uma direção. Como não somos um sindicato com proporcionalidade, quem ganha leva tudo e isso pode redundar em uma direção equivocada por três anos.

O mais importante é que a proporcionalidade fortalece o Sindicato como entidade, pois todos se sentem representados. As chapas menos votadas passam a compor a diretoria da entidade pelo peso da representação que obtiveram na votação da escolha da direção do sindicato. A proporcionalidade, enfim, garante um melhor encaminhamento das propostas votadas em assembleias ou congressos, mesmo sendo estas votações contrárias a eventuais maiorias que, no momento, dirigem o Sindicato.

ASSINAM:

MLS – Rejane de Oliveira e demais companheiras(os)

DL – Andrea Ortiz e demais companheiras(os)
CEDS – Christiane Gomes e demais companheiras(os)
COMBATE – Matheus Schneider e demais companheiras(os)
INDEPENDENTES – Vanessa Tschechotzky, Jonathan Saldanha, Dênia Goulart e demais companheiras(os)

TESE 2

DEMOCRACIA, VALORIZAÇÃO, DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E SEGURANÇA NAS ESCOLAS.

1) CONJUNTURA

1.1) CONJUNTURA INTERNACIONAL

UM MUNDO MARCADO POR GUERRAS HÍBRIDAS, REVOLUÇÕES COLORIDAS E ENGENHEIROS DO CAOS

Pessoas de todos os continentes sofrem as consequências, mesmo que indiretas da guerra entre Rússia e Ucrânia. As duas nações têm vínculos históricos, culturais, econômicos e políticos desde sempre, no entanto há mais de um ano se enfrentam em campo de batalha. Apesar deste fato militar, todos sabem que a verdadeira guerra não é entre os países do leste europeu. Os verdadeiros inimigos são Estados Unidos e Rússia. Então resta a pergunta: por que não são esses dois grandes Estados que se enfrentam na guerra?

As grandes potências nucleares não podem se enfrentar diretamente em uma guerra, pois as consequências humanitárias seriam catastróficas para todos envolvidos devido ao equilíbrio na tecnologia nuclear que alguns países mantêm entre si, principalmente EUA, Rússia e Irã. Além disso, outra grande nação também tem dificultado os interesses econômicos dos estadunidenses, a China. Por isso, uma nova maneira, ou nem tão nova assim, tem sido desenvolvida pelos norte-americanos, a guerra híbrida.

A Guerra Híbrida é aquela em que o alvo não é atacado diretamente. Ou seja, os Estados Unidos não atacam diretamente a Rússia ou a China, mas procuram desestabilizar seus inimigos patrocinando, ou estimulando, ou insuflando, outras nações a fazer o serviço pesado, como aconteceu com a Geórgia anos atrás e agora a Ucrânia em relação à Rússia. Ou o Tibet em relação à China. Campanhas de sabotagem geopolítica indireta sob as aparências de movimentos pró-democracia. (Korybko, 2018) O governo estadunidense estimula o caos e a divisão interna nos países inimigos apoiando clandestinamente oposições e movimentos sociais contestadores, criando instabilidade política e até a mudança do governo, exatamente como aconteceu com a Ucrânia em 2014.

As Revoluções Coloridas são parte da estratégia da Guerra Híbrida, com o objetivo de promover um ataque indireto ao governo inimigo sem movimentar uma força militar convencional. O propósito é tomar o poder e derrubar a liderança do estado colocando aliados pró-americanos no lugar. Vários exemplos ocorreram na Ásia e na África. Uma tentativa fracassada de promover uma revolução colorida na Venezuela ocorreu através dos movimentos do "governo interino" de Juan Guaidó, reconhecido pelos Estados Unidos. E os movimentos de maio e junho de 2013, no Brasil, que culminaram com o golpe de 2016 que derrubou a presidenta Dilma Rousseff não são mera coincidência.

Nesse contexto internacional que se acirra cabe lembrar que os Estados Unidos é o país com a maior pegada militar do mundo - bases, edifícios e estruturas militares em países estrangeiros. Apenas na África são mais de 17 bases permanentes e semipermanentes no continente que tem 54 países. Fora as bases em outros países aliados como Japão, Coréia do Sul, Israel, Arábia Saudita, entre outros.

Tudo isso tem o propósito de evitar que a geopolítica internacional se estruture no multilateralismo, que é o que interessa para o Brasil. A luta dos Estados Unidos é manter o unilateralismo subjugando todos os países e continentes aos seus interesses geopolíticos e econômicos. Mesmo a Europa, especialmente França, Inglaterra e Alemanha, não passam de ventríloquos dos interesses estadunidenses potencializados pela OTAN.

O contexto europeu é interessante, pois

1. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Defendendo nossa soberania: As bases militares dos EUA na África e o futuro da unidade africana. Dossiê nº42. São Paulo, Julho de 2021.
2. EMPOLI, Giuliano da. Os engenheiros do caos. Como as fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. 1ªed. São Paulo, Vestígio, 2019.

o uso de uma nova ferramenta estratégica foi experimentada para a promoção das revoluções coloridas: a internet e as redes sociais. No livro *"Os Engenheiros do Caos. Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições"*, de Giuliano da Empoli demonstra como o Movimento 5 Estrelas foi pioneiro em conquistar o poder do estado italiano através de partido de novo tipo e eleições marcadas pelo uso das redes sociais e lideranças políticas outsiders.

A Itália foi o primeiro caso de outsider que se serviu de um arranjo baseado nas redes sociais para a chegada ao poder de uma nova elite política liberal fora do campo político. Mas, o método se espalhou pelo mundo, chegando inclusive ao Brasil na eleição de 2018 que levou Bolsonaro à presidência. Mesmo nos Estados Unidos a eleição de Barack Obama e, depois, de Donald Trump, as redes sociais e seus algoritmos foram utilizados para desequilibrar o jogo político.

Nesse jogo internacional o que interessa para a classe trabalhadora? Certamente um mundo multipolar, onde nenhuma nação imponha seus interesses imperialistas aos demais países. Nesse sentido é uma virada importante que os brasileiros ao eleger Lula, tenham recolocado no centro da articulação internacional um projeto que busca a autodeterminação dos povos. A valorização dos BRICS, com a boa notícia da eleição de Dilma Rousseff para presidir do banco dos países aliados, é a retomada de uma política internacional altiva e independente do Brasil. Agora, resta a luta pelo fim da guerra, onde o Brasil poderá ter um papel relevante.

1.2) CONJUNTURA NACIONAL

Desde o último congresso do CPERS realizado em setembro de 2019 muitas coisas aconteceram no Brasil. O país estava sofrendo os primeiros sete meses do governo do genocida. Os educadores brasileiros haviam sido eleitos os inimigos do daquele bando no poder. Muitos atos contra os interesses nacionais e do povo trabalhador seriam praticados até dezembro de 2022, quando teve fim o mandato do inominável.

O Brasil passou por uma fase de desregulamentação de direitos sociais, a flexibilização da legislação de controle de armas – o brasileiro se armou – aumentaram os casos de violência contra as mulheres, os negros e os LGBTQIA+. Na questão ambiental, "deixaram passar a boiada", ou seja, o desmatamento e as invasões em áreas de proteção e reservas indígenas se potencializaram enormemente.

E, em 2020 tem início a pandemia de Covid-19, que ceifou a vida de pessoas do mundo inteiro e, no Brasil em geral ganhou contornos dramáticos, especialmente em razão da inércia e inoperância proposital do então presidente. Razão pela qual ganhou a alcunha merecida de genocida. Na educação foram contundentes os índices de educadores que vieram a óbito em função da contaminação pelo vírus.

Além das mortes por dois anos as escolas e as universidades se mantiveram fechadas e, um outro desafio se apresentou diante dos educadores, o ensino remoto. A rede educacional do país inteiro se mostrou despreparada para atuar no novo contexto, equivocadamente apelidado de "novo normal". Os educadores tiveram que trabalhar em dobro, utilizando recursos próprios para financiar os equipamentos eletrônicos (computadores, notebooks, celulares, smartphones, internet) para exercerem a profissão. Se uma lição pode ser tirada da conjuntura de 2020 e 2021, do ensino remoto e das aulas síncronas, é que os professores são imprescindíveis para uma educação de qualidade e, nada substitui a relação presencial, afetiva e efetiva da vivência pedagógica na sala de aula e na escola.

Foram quatro anos de crise: na saúde, no ambiente, na sociedade e, especialmente, na economia. O Brasil encolheu, a economia definhou com a política ultraliberal de Paulo Guedes e Bolsonaro. Os reflexos estavam em todas as partes: desemprego, fome, miséria, as pessoas voltaram a viver nas ruas. Os preços da carne, do gás de cozinho e da gasolina expuseram com força a crise nas casas dos brasileiros. E o retorno com força da inflação motivaram os brasileiros a reverem suas escolhas políticas, em outubro de 2022 Bolsonaro foi derrotado nas urnas.

Entretanto, a derrota eleitoral não significa o fim do bolsonarismo e da direita. Muito há que se fazer, que se reconstruir. Mas é certo que o país vive uma conjuntura mais positiva com a eleição do Presidente Lula e seu 3º mandato.

O que causa otimismo para a luta e, motiva a militância do CPERS. A CNTE, na recente plenária intercongressual elencou três frentes que são estratégicas para o Brasil avançar e recuperar o tempo perdido, a saber:

> **1)** taxar os super-ricos para financiar políticas de educação, saúde, previdência, moradia, transporte, emprego e renda nas proporções exigidas pelas sociedades de todo o mundo; **2)** efetivar o Fundo Internacional de Combate à Pobreza e o Fundo para o Meio Ambiente, criado na Conferência do Clima do Egito (COP 27); e **3)** resgatar o papel do Estado como agente provedor de serviços básicos de qualidade, indutor do desenvolvimento inclusivo e sustentável e distribuidor das riquezas nacionais. (CNTE, 2023, p.06)

É preciso ter consciência que a nova conjuntura que o Brasil vive, contudo, mesmo com um governo liderado por Lula, é de muita disputa. Os rumos do governo e do país não estão consolidados, é preciso muita luta, muito movimento social organizado e, muita pressão. As classes dominantes jamais deixam de lado seus interesses, basta lembrar o que fizeram em Brasília, em 08 de janeiro. Por isso é preciso manter a energia para a luta renovada e, o congresso do CPERS será um momento estratégico para definição de objetivos, táticas e estratégias na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e de um Brasil melhor.

1.3) CONJUNTURA ESTADUAL

O governo do Rio Grande do Sul, a partir de Sartori e Leite, trilha o caminho do conservadorismo e segue a receita ultraliberal nos aspectos econômicos: através das privatizações de empresas e serviços públicos, reformas que suprimem direitos dos trabalhadores, aumento da informalidade e da precarização, vem desconstituindo as funções públicas do estado que resulta em baixa qualidade dos serviços mais necessários para a população que mais precisa.

O atual governador radicalizou a agenda ultraliberal no Rio Grande do Sul, superando o que foi iniciado por Antônio Britto, Germano Rigotto, Yeda Crusius e Sartori. Para isso Eduardo Leite conta com uma maioria folgada na ALERGS, e com o apoio dos setores empresariais do RS. Mostrou total alinhamento na agenda econômica com o governo Bolsonaro. Os recursos aplicados na educação reduziram de 32,8% da Receita Líquida de Impostos e Transferências em 2014 para 26,7% em 2018 e para 27,9% em 2022.

Depois de 60 meses de humilhação por atrasos entrou em cena o ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários. E o governo Leite foi radical: trabalhadores da ativa e aposentados, a partir de 2015, até o corrente ano, perderam mais da metade do seu poder aquisitivo; o vale refeição de 12,12 é uma vergonha nacional; com a reforma previdenciária os aposentados passaram a sofrer um confisco que agrava duplamente o quadro de perdas; a base salarial dos funcionários de escolas estão entre os piores do país – 82,9 % dos servidores públicos que recebem completivo são de escolas; a "parcela de irredutibilidade" tem sido utilizada para absorver reajustes devidos - da correção do fundeb; redução ao número de servidores efetivos; a folha dos ativos - entre 2015 e 2023- encolheu 0,6% contra uma inflação de 62,83%; e, o mais grave: destruiu o plano de carreira.

O Governo Leite promoveu reformas com intensos ataques aos servidores por uma opção de projeto político. Elegeu os servidores como responsáveis pela "crise do estado". Engana a sociedade com uma forte propaganda nos meios de comunicação, uma vez que fechou o ano de 2022 com superávit de 3,34 bilhões. Alega dificuldades orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal sendo que, em 2022 comprometendo apenas 47,8% da sua receita com despesa pessoal e concede em torno de 20,1 bilhões em renúncias fiscais por ano. Não se trata de crise financeira. Trata-se de um projeto político que exclui a educação e os trabalhadores. Suas prioridades são a economia, o mercado, os empresários. Um governo que subtrai dos trabalhadores para fazer generosidades aos empresários. Não é possível garantir qualidade na educação se os recursos aplicados reduziram de 32,8% em 2014, para

3. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). 4ª PLENARIA INTERCONGRESSUAL PROFESSOR JOÃO FELÍCIO. Reconstruir o Brasil com as Educadoras e Educadores da Educação Pública. Brasília, 2023.

26,7% em 2018 e para 27,9% em 2022, com uma remuneração média líquida que cresceu apenas 22,5% nos governos Sartori e Leite, frente a uma inflação de 61%.

Foram anos de muitos ataques e também de muita resistência e luta dos Cpers. Nosso sindicato sempre organizou a resistência e a luta para defender os direitos e a educação pública. Construiu a maior greve e a maior mobilização das últimas décadas. Não faltou sindicato, nem luta. O que faltou foi governo popular!

2) BALANÇO

Em sua terceira gestão, a direção do CPERS continuou a lutar, junto com a categoria, bravamente contra as politicas de mercantilização da educação pública, no estado do RS e no Brasil.

Nacionalmente, os trabalhadores derrotaram o governo Bolsonaro. Que tantos direitos retirou dos servidores públicos: fim dos triênios, desconto previdenciário dos aposentados, não contagem do tempo de serviço para promoções durante a pandemia, entre outros.

Na pandemia o CPERS usou de toda sua força para evitar que trabalhadores em educação e alunos ficassem expostos a contaminação da COVID 19. Conseguimos, no auge da pandemia, garantir o isolamento quando o governador Eduardo Leite exigia o retorno das aulas presenciais. Foi uma luta árdua, pois a pressão empresarial foi muito forte, inclusive com ações intimidatórias contra a juíza que deu a liminar ao sindicato.

Foram realizadas caravanas para conferir as condições das nossas escolas. Observou-se ali, explicito, o projeto de sucateamento e abandono. Escolas que ficaram amis de um ano sem luz, alunos estudando na penumbra, várias com partes interditadas pois não ofereciam segurança para os alunos, algumas, literalmente, caindo; furtos da fiação, escolas sem funcionarem devido um sinistro, outras que foram atingidas por vendavais e não foram recuperadas, alunos e trabalhadores em educação trabalhando em locais insalubres, etc.

Como resultado das caravanas foi feita a denúncia na SEDUC, imprensa e deputados, entregando um dossiê sobre tudo que foi observado. Nada ou quase nada mudou.

A categoria viu suas conquistas do plano de carreira serem diluídas nos "reajustes" concedidos no piso. Dos 32%, somente 16% da categoria foi contemplada, o Plano de Carreira do Magistério sofreu um achatamento, que só não foi maior pela ação da categoria que mostrou para os deputados que manter a proposta, apresentada pelo governo, de 7% de diferença entre entre o nível 1 e nível 6, para 30% entre esses níveis. Garantimos, em lei, os percentuais entre os níveis, coisa que o governo não admitia, pois tinha a intenção de tornar o piso em teto. E só depois de muita pressão, conseguimos garantir o pagamento dos 54 dias de greve, apesar do governo dizer que essa seria uma forma pedagogica para evitar a greve.

Nesse ano, novamente o governo divide a categoria ao apresentar um reajuste de 9,45% de reajuste, desrespeitando o decreto do MEC que definiu 14,95% de reajuste ao piso. Somente 30% dos professores ativos receberam, realmente, esse índice e, dos aposentados, apenas 20%. Os agentes educacionais ficaram totalmente fora do reajuste, mesmo tendo um básico vergonhoso, de pouco mais que 650 reais. O governo faz questão de desconhecer que os agentes educacionais fazem parte da Secretaria da Educação e podem ser pagos pelo FUNDEB.

O próximo desafio é unificar todos os servidores públicos para juntos, pressionarmos o governo do estado para cumprir a constituição e fazer a revisão geral dos salários para que nossos professores e funcionários aposentados, que perderam a paridade, e nossos colegas agentes educacionais, tenham uma recomposição em seus salários.

A direção atual tem na sua composição duas agentes educacionais por entender a importância desse segmento em nossa luta. Nessa gestão, conseguimos a insalubridade, depois de mais de 30 anos de luta, para nossos colegas, que juntos com os professores, fazem a escola funcionar. Ainda estamos lutando para o cumprimento da lei que estendeu, também aos contratados, esse direito.

Estamos atentos a renovação dos contratos emergenciais e a conquista de um concurso público, mesmo que em número insuficiente, é uma forma de garantir que esses colegas possam ser aprovados e nomeados, garantindo mais direitos. A direção está oferecendo um curso preparatório, gratuito, para ajudar nossos colegas

nesse momento tão importante para sua vida profissional.

Nossa luta pela revogação do novo ensino médio não é de hoje. Tão logo foi apresentada a proposta, discutida e formatada entre 4 paredes, sem a participação, efetiva, da comunidade escolar, percebemos que nossos alunos seriam os grandes prejudicados. Desde 2019 realizamos diversos seminários, lives e discussões sobre o tema. Essa proposta visa impedir que alunos da escola pública tenham acesso a universidade e formarmos mão de obra barata para o mercado. Posicionamo-nos contra sua implantação e fomos para o chão da escola para acompanhar sua implementação. O que vimos confirmaram o que já temíamos. Percursos formativos oferecidos não contemplavam o que nossos alunos esperavam, professores em sofrimento, pois foram designados a trabalhar disciplinas as quais não tinham formação, falta de estrutura das escolas e o desinteresse dos alunos, levando-os a uma falta de interesse, perspectiva de futuro e de possibilidade de disputar uma vaga nas universidades.

Lutamos por um amplo debate na sociedade, com participação da comunidade escolar, criando espaços de discussão através de Conferências municipais, estaduais e nacional.

Participamos do Comitê Estadual, Revoga Novo Ensino Médio, como orientou a CNTE e cada núcleo do sindicato foi desafiado a reproduzir, no interior, comitês regionais para levar essa discussão para o chão da escola, unificando professores, funcionários, alunos e pais, nessa luta.

3) MOVIMENTO SINDICAL

Desde o golpe de 2016, a classe trabalhadora, as entidades sindicais e seus dirigentes sofrem ataques de toda ordem, a maioria inspirados em pricípios neoliberais que propõem a aniquilação da organização sindical, através de mecanismos como a pulverização dos sindicatos (por empresas), a prevalência do negociado sob o legislado, a desvalorização e não regulamentação da negociação coletiva no setor público; além da inviabilização financeira das entidades sindicais por meio da supressão do art. 8º, inciso IV da Constituição Federal. Com a Reforma Trabalhista de Temer, muitas práticas consideradas antisindicais passaram a vigorar no país, em função da retirada de vários direitos e garantias trabalhistas que conduziram a à precarização do trabalho, vulnerabilizando ainda mais as relações de trabalho, o aumento desenfreado da terceirização, inclusive da atividade fim, e trabalho análago à escravidão são práticas adotadas por vários setores em todo país, recentemente denunciadas fortemente no RS.

Nesse contexto, o CPERS/SINDICATO sempre foi uma importante ferramenta histórica de luta da classe trabalhadora, atuando não só na organização e na luta pela educação pública e seus educadores, professores e funcionários de escola, mas também na busca da unidade com as demais categorias de trabalhadores e trabalhadoras e dos movimentos sociais, pela garantia de direitos, defesa dos servidores e serviços públicos e contra todo e qualquer ataque a democracia. Apesar de não estarmos filiados a uma central sindical, a unidade com as centrais sindicais e Movimento Unificado dos Servidores Públicos foi estratégica para construirmos a luta contra as políticas neoliberais dos Governos Sartori/Leite e Bolsonaro.

A eleição de Lula, maior líder sindical da história brasileira, abre uma nova janela de possibilidades para se alterar questões importantes da estrutura trabalhista e sindical no Brasil, mesmo com a composição liberal e conservadora do Congresso. Porém temos que ter clareza de que vencemos a eleição e não o fascismo, às ruas deverão continuar sendo o nosso encontro para garantir que nossas pautas sejam atendidas. Para isso precisamos urgente debater com a categoria a importânica da filiação à uma central sindical, só unidos com os demais trabalhadores teremos força para vencer essa onda de ódio e massacre aos trabalhadores e trabalhadoras.

No campo da educação, a luta sindical tem se concentrado sobremaneira para garantir as atualizações anuais do piso do magistério, recorrentemente descumprida por governos estaduais e municipais. No RS o governo Leite se vangloria de "pagar o piso" para os professores, mas isso foi fruto de uma manobra que alterou o plano de carreira do magistério, achatou os níveis e transformou as vantagens temporais em

uma parcela de irredutibilidade, a qual foi ou está sendo absorvida ao subsídio sistematicamente a cada reajuste, o que na prática não representa rejuste nenhum após 8 anos amargando salários atrasados e parcelados. Incluindo nesse assínte também os funcionários de escola que mesmo com um dos mais baixos salários básicos do estado (R$ 657,00) tiveram, nesses 8 anos, apenas 6% de rejuste em 2022.

A CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), não mediu esforços na luta em defesa da democracia e da soberania nacional, e nesse período foi fundamental na luta e organização da classe trabalhadora. Por isso tão logo o novo governo assumiu, apresentou sua pauta de reivindicações ao MEC, com destaque para a revogação do Novo Ensino Médio, a reformulação da BNCC, a instituição do Forum Permanente para acompanhamento da meta 17 do PNE, a regulamentação do piso e das diretrizes nacionais de carreira para os profissionais da educação e a extinção das escolas cívico-militares.

Cumpre ainda destacar que a proposta de Reforma Administratica do governo Bolsonaro, que o novo governo Lula já sinalizou que não dará proseguimento, tenta, entre outras coisas, disseminar com mais intensidade a exploração do trabalho no setor público. Não podemos dar trégua, devemos manter a luta pela realização permanente de concursos públicos, contra a iniciativa privada atuar diretamente na oferta dos serviços públicos e por valorização dos servidores e servidoras.

Por fim, hoje vivemos um novo cenário político nacional, mas no RS o cenário é o mesmo e com tendência de aprofundamento ainda maior da política neoliberal, pois o governador se apresenta como uma alternativa ao campo centro-direita para a futura presidência do Brasil, por isso não medirá esforços para que suas propostas sejam aprovadas e executadas. E a nós, trabalhadores e trabalhadoras em educação, só resta a luta, a organização e a unidade com todas e todos os demais trabalhadores, unificados em uma Central Sindical. UNIDOS SOMOS MAIS FORTES!

4) POLÍTICAS ESPECÍFICAS (EDUCACIONAL, FUNCIONÁRIOS, APOSENTADOS, LGBTQ+, JOVENS, MULHERES)

4.1) EDUCACIONAL

A democracia, tão abalada em nosso país desde o golpe político, jurídico e midiático de 2016, ficou evidente que o ataque vem a passos largos a uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas e que faz parte de um projeto político ideológico de diminuição na política educacional. Com uma postura ultraliberal, na redução do estado, onde percebemos claramente o sucateamento do ensino público para garantir as privatizações e mercantilização, o ataque aos costumes e saberes, a mordaça no debate crítico, entre outras iniciativas de uma ideologia exótica, com forte influência de um fascista no Palácio do Planalto, ou seja, militarista. Políticas públicas educacionais que só trazem preocupações e retrocessos para a classe trabalhadora da educação. Precisamos sim, construir um projeto de educação de estado com o princípio de direito a escola pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada e democrática.

O ataque direto e frontal ao PNE (Plano Nacional de Educação) e suas metas de valorização dos profissionais em Educação e NEM (Novo Ensino Médio(13.415/2017) e na qual BNCC (Base Nacional Comum Curricular impôs enormes recuos aos avanços já conquistados tanto na questão da valorização profissional quanto do próprio processo ensino aprendizagem para os/as educadores/as e a sociedade . A CNTE organizou o contraponto dessa desvalorização, juntamente com as Universidades, movimentos sociais e estudantes através da 1º CONAPE (conferência Nacional Popular de Educação). E no ano 2022 tivemos a 2º CONAPE na qual tiramos a ¨CARTA de NATAL, um documento com a importância no processo de organização, mobilização e luta dos movimentos ligados a educação e que no seu bojo está pela revogação do Novo Ensino e BNCC. E abrirmos um amplo debate na comunidade escolar e na sociedade. Qual é Ensino Médio que queremos?

A Mercantilização e a privatização, fomentadas pela Reforma, caminham em sintonia com a Emenda Constitucional n° 95, emenda essa que congelou, por 20 anos, os investimentos públicos em políticas sociais, inclusive na educação. Precisamos lutar contra

qualquer afronte aos princípios democráticos das escolas e a imposição de uma proposta política gerencialista construída para controlar a autonomia dos profissionais da educação. A lógica da diversidade dá lugar a uma perspectiva de engessamento e homogeneização ou padronização curricular. Há uma premente necessidade de se fortalecer a gestão democrática contando com o apoio da comunidade escolar. Opor-se ao fortalecimento de uma gestão corporativa, por parte do estado, impedindo qualquer retirada dos postos de trabalho dos(as) educadores(as) é de fundamental relevância na resistência da preservação da educação pública.

Com o novo do FUNDEB permanente EMENDA CONSTITUCIONAL N°108/2020, que foi uma significante vitória para educação pública, mas devemos lutar e disputar para que seus recursos sejam direcionados para pagamento do PISO para os profissionais da educação que se subentende como professores, especialistas, funcionários de escola. que está art.70,I, da LDB, e para estrutura das escolas públicas no CACS(conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB) e que tenhamos acesso aos balanços de receitas e despesas de MDE(Manutenção e Desenvolvimento do Ensino), para fins de acompanhamento do VAAT(Valor aluno ano total), de acesso a extratos bancários específicos por parte dos conselheiros, entre outros.

O CPERS/Sindicato, tem o dever de continuar com o propósito de estar à frente a qualquer debate pedagógico de construção de uma escola pública que defenda a laicidade, democrática. A comissão de Educação que foi proposta nesta terceira gestão, deve continuar com várias comissões que tenham como principal objetivo, a discussão e defesa da educação Indígena, do campo, da EJA (Educação de Jovens e Adultos), dos Especialistas em Educação (Orientadores, Supervisores e Inspetores), Educação Básica. Em todas essas comissões o objetivo único é que a escola deve vivenciar, na sua prática, a construção de projeto político pedagógico com conceitos e práxis democráticas. Compreender e defender e que respeite onde o alunado está inserido e que a comunidade escolar deve ser autoridade máxima para definir sua própria base curricular.

Devemos aprimorar cada vez mais, a Mostra Pedagógica, continuar como marca da nossa gestão de valorização da escola pública, mostrar que com toda a precariedade das escolas públicas e educadores (as) mal remunerados e salários atrasados, parcelados, sem nenhum reajuste há 7 anos, que vivenciamos no último período com governos neoliberais SARTORI/ LEITE que não priorizam a educação. Os(as) educadores(as) mesmo com todo o processo de uma pandemia conseguiram demonstrar e fazer o seu melhor, no chão da escola, juntamente com seus educandos(as). Através do empenho dos envolvidos podemos constatar, teoria e prática imbricadas na construção do conhecimento desenvolvendo, ainda que com tantos contratempos, possibilitou o ensino e aprendizagem.

As palavras de PAULO FREIRE em seu Livro PEDAGOGIA DA AUTONOMIA, que destaca a importância dos educadores e suas práticas na vida do aluno. Pois, se educar é a nossa vida, lutar é o nosso exemplo. E tarefa primordial é trazer a comunidade escolar e a sociedade pra o nosso lado pra defender a escola pública que queremos.

4.2) FUNCIONÁRIOS

A atual Direção Central do CPERS, que desde 2014 está sob o comando da professora Helenir, primeira presidenta a ser reeleita pela terceira vez em 2021, conta com cinco novos integrantes, entre estes mais uma funcionária da educação, que chega para fortalecer a luta deste segmento. Nossa direção vem lutando incessantemente contra o descaso do governo Leite para com os funcionários da educação, que cumprem papel fundamental no processo educacional.

Já faz quase uma década que enfrentamos no RS o neolibealismo, representado pelo MDB e PSBB, que se instalaram no Palácio Piratini, com a tarefa de cumprir agenda neoliberal do projeto de estado mínimo, que prevê em seu bojo, entre outros malefícios, a privatização dos serviços públicos. A educação não escapou da sanha neoliberal dos dois partidos, que contam com apoio irrestrito da grande mídia, de uma maioria comprada na ALERGS e das vistas grossas do judiciário gaúcho.

Aprovada em 2016, com o golpe que afastou a presidenta Dilma, a reforma trabalhista traz em seu bojo a terceirização, maior precarização da

relação de trabalho, mais ainda que os contratos emergenciais, que sofrem pressão de CRES E SEDUC, por não estarem garantidos por uma carreira. A Terceirização foi uma das primeiras ações do atual governo, no seu primeiro mandato, rumo a privatização da educação pública.

O governo Leite alicerçado pela reforma trabalhista (Lei 13467/17), traz a terceirização para as escolas estaduais, assim como trouxe as fundações, que já atuam na educação pública gaúcha de forma indireta, utilizando-se de recursos públicos, que poderiam ser investidos em concursos públicos, melhoria da estrutura das escolas, investimentos em formação dos Profissionais e principalmente em reajuste salarial, pois desde novembro de 2014, os funcionários da educação, só receberam 6% do realinhamento salarial no início de 2022, que ainda deixou de fora os funcionários que precisam do completivo, para atingir o piso regional, promovendo assim uma miserabilidade jamais vista para os funcionários da educação no RS. Esse enxugamento da máquina pública ficará marcado como o maior sucateamento da história da educação do Rio Grande do Sul. Essas são as "novas e desastrosas façanhas"!!

Em sua segunda gestão como governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB) segue fechando os olhos para uma parcela essencial da categoria: os funcionários da educação, indispensáveis para o processo educacional nas escolas públicas estaduais.

Com um salário base de R$ 657,97 (40 horas), funcionários representam 90% dos piores salários do Rio Grande do Sul e, de acordo com o INPC/IBGE, entre novembro de 2014 e fevereiro de 2023, deduzida a Revisão Geral (6%) concedida em 2022, acumulam perdas inflacionárias que ultrapassam 54,32%, Cerca de 12 mil servidores(as) precisam de um completivo, já que não recebem nem o Salário Mínimo Regional.

Insensível diante da maior miserabilidade da nossa história, o governo segue excluindo os funcionários da proposta de reajuste aprovada pelo MEC. Sabemos que os funcionários não estão contemplados na lei do PSPN do magistério, mas existimos, trabalhamos e somos indispensáveis dentro das escolas. Os motivos alegados pelo governo, são a falta de recursos. Porém o novo FUNDEB, que hoje permite pagamento de funcionários, fechou as contas com 430 milhões de saldo bancário, dados do DIEESE, pesquisados no site da SEFAS. Para contemplar os funcionários de escola, no ano de 2023 seria necessário apenas o valor de 75 milhões.

Sabemos que esse descaso, tem nome: terceirização, política que não está dando certo no RS mas o governo insiste em manter, com vistas na privatização da educação pública do RS.

O DIEESE ainda aponta que em 2020, a terceirização de mão de obra nas áreas de limpeza e higiene, serviços de apoio, serviços gerais, vigilância e zeladoria, representava em média R$ 13 milhões por ano.

O CPERS acredita que terceirizar a mão de obra desses serviços é precarizar o serviço público e impossibilitar realização de novos concursos públicos para estas áreas.

Governo gasta milhões com contratos precários, principalmente nas áreas da limpeza e alimentação e acaba comprometendo a qualidade.

A mão de obra barata acaba saindo cara para quem mais precisa; as denúncias sobre as empresas que burlam aos direitos trabalhistas mais básicos: salário e vale-transporte e alimentação, falam por si só. Motivos pelos quais insistimos na realização de concursos públicos.

O último concurso para funcionários da educação foi realizado no governo Tarso em 2014, já com os novos cargos criados por ele, no plano de carreira da categoria que são: Agente Educacional II Interação com Educando; Agente Educacional II Técnico em Informática; Agente Educacional I Técnico em Nutrição e Agente Educacional II Assistente Financeiro, porém nem todos os cargos foram incluídos nesse concurso, entre estes alimentação e infraestrutura, parte mais fragilizada, pela precarização da relação de trabalho.

Portanto a realização de novos concursos, se faz necessária com urgência, bem como as promoções no plano de carreira.

Sobre piso salarial nacional

Todos sabem que os funcionários da educação não estão contemplados na lei do piso salarial nacional do magistério, que foi fruto de mais de 50 ano de luta. A carreira desse segmento da categoria, assim como o ingresso no serviço

público é nova e nossa luta pelo PSPN, tem que ser constante e junto com a nossa Confederação dos trabalhadores em Educação CNTE, que aprovou na última plenária Intercongressual, em março de 2023, debates sobre PSPN para funcionários da educação, com base no artigo 206 da CF.

Sobre data Base.

A CUT, Central Única dos Trabalhadores e Trabalhadoras está com uma reunião marcada com o presidente Lula, para tratar da regulamentação da convenção 151 da OIT, Organização Mundial do Trabalho, que institui data base para servidores públicos. Ou seja todo ano os governos precisam reunir com sindicato, para negociação salarial.

4.3) APOSENTADOS(AS)

Os aposentados do CPERS/Sindicato, com a bagagem histórica de lutas são exemplo para nossa categoria. Tem o protagonismo nos movimentos, reivindicações e também se destacam na cultura nacional quer na dança, no teatro, na música, na poesia enfim nas manifestações políticas culturais de nossa terra.

Coordenados pelo Departamento, os educadores aposentados criam suas próprias ações sempre em um contexto geral da categoria visando uma educação de qualidade e melhorias profissionais para todos os educadores, sejam eles aposentados ou não.

O Departamento visa, sempre, a inclusão de todos aposentados em suas ações do Sindicato. Estimulamos a criação de estratégias pelos coletivos regionais e estadual para a participação nas atividades sindicais. Nosso aposentado é estimulado a permanecer na luta e também enriquecer os coletivos Sindicais com suas experiencias de luta e de vida.

Na nossa jornada não faltou a luta pela paridade, integralidade, Plano de Carreira, Previdência entre tantos outros direitos, mas, infelizmente o capital falou mais alto, deputados se alinharam a Eduardo Leite e apagaram a história de lutas e conquistas de longas datas, rebaixando carreiras e usurpando direitos conquistados.

Sempre tivemos uma bandeira muito forte para a defesa do IPE saúde, nossa luta é para que continue público e de qualidade, inclusive com melhorias e ampliação de serviços.

Os educadores aposentados não se intimidaram com a infinidade de ataques sofridos, estão firmes na luta e prometem contar através da história, do teatro, da dança e sobretudo de vigílias, dos atos públicos o quanto esse governo desconhece o valor da educação e da história. Não calaremos diante das injustiças feitas aos aposentados da educação!

4.4) LGBTQIAP+

Nos últimos anos, temos acompanhado uma preocupante onda de retrocessos em relação aos direitos da população LGBTQIAP+ no nosso país. Esses retrocessos incluem a ascensão de líderes políticos conservadores que promovem discursos de ódio e intolerância contra as pessoas LGBTQIAP+, a diminuição do financiamento para políticas públicas que visam garantir os direitos dessa população e a tentativa de criminalizar a expressão de identidades de gênero e orientações sexuais não-heteronormativas.

Esses retrocessos têm gerado um clima de medo e insegurança para muitas pessoas LGBTQIAP+, pois muitas enfrentam diariamente a discriminação e violência em suas vidas. Além disso, eles representam também um retrocesso na luta pelos direitos humanos e pela igualdade de direitos para todos e todas.

Infelizmente, diante de um governo fascista e da política do ódio no nosso país, alimentada também por líderes religiosos conservadores, a violência contra a população LGBTQIAP+ encontrou um aumento substancial e preocupante nos últimos anos. Alguns dados sobre o aumento da violência contra a população LGBTQIAP+ no Brasil entre 2016 e 2022 incluem:

> Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, organização que monitora a violência contra a população LGBTQIAP+ no país, em 2016 foram registrados 343 homicídios de pessoas LGBTQIAP+ no Brasil. Em 2020, esse número subiu para 347.
>
> De acordo com o Atlas da Violência 2021, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a taxa de homicídios de pessoas

> LGBTQIAP+ no Brasil aumentou 10,7% entre 2018 e 2019.
>
> Em 2020, a Aliança Nacional LGBTI+ divulgou um levantamento que apontou um aumento de 61,7% nas denúncias de violência contra pessoas LGBTQIAP+ durante a pandemia de Covid-19, em comparação com o mesmo período do ano anterior.
>
> Em abril de 2022, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) divulgou um relatório que mostrou um aumento de 20,4% nos assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2021 em relação ao ano anterior.

Esse cenário, deixado pelo fascismo e conservadorismo cruéis, seguem atingindo a população LGBTQIAP+, especialmente pelo viés da classe trabalhadora e da dificuldade de ingresso e permanência no mercado de trabalho. Alguns dados que ilustram essa análise:

> Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2019, a taxa de desocupação entre pessoas LGBTI+ era de 13,4%, enquanto a taxa de desocupação da população em geral era de 11,9%.
>
> De acordo com uma pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia, em 2019, 70% das pessoas LGBTI+ entrevistadas disseram ter sofrido algum tipo de discriminação no mercado de trabalho.
>
> Em 2020, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) divulgou uma pesquisa que mostrou que 47% das pessoas LGBTI+ entrevistadas disseram ter sido recusadas em uma vaga de emprego por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero.
>
> O Atlas da Violência 2021, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontou que 14% dos casos de violência contra a população LGBTI+ ocorrem no ambiente de trabalho.

A flexibilização de direitos e vulnerabilização dos trabalhadores e trabalhadoras só atinge mais ainda quem já vivencia diariamente o assédio e o preconceito dentro da perspectiva do trabalho. Garantir direitos e pensar as políticas públicas como forma de inclusão desses trabalhadores e trabalhadoras é essencial para que possamos começar a pensar em avanços na dignidade e igualdade de direitos para a população LGBTQIAP+ no Brasil.

É importante que se diga que os consideráveis avanços nas políticas públicas dentro dessa pauta, ocorridos durante os mandatos do PT, ainda são o que mantém boa parte da resistência dessa população diante de ataques contínuos à sua dignidade e à própria existência. Em seus dois primeiros mandatos, Lula adotou uma série de medidas destinadas a garantir os direitos da população LGBTQIAP+, além de promover o debate público sobre questões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual, o que ajudou a combater a discriminação e a aumentar a conscientização sobre essas questões. Já no governo Dilma, importantes avanços foram conquistados, como a criminalização da homofobia, o reconhecimento da identidade de gênero e o uso obrigatório do nome social em órgãos públicos federais, a criação do Programa Brasil Sem Homofobia e o reconhecimento do casamento igualitário, que permite a declaração de união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Já na perspectiva de retomar avanços e reduzir com urgência o cenário de terra arrasada produzido mesmo diante de tantas políticas de inclusão, o novo mandato do governo Lula produziu, como principal medida para iniciar o debate sobre a pauta, a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras (CNLGBTQIA+), com o objetivo de ajudar na elaboração e execução de ações e medidas governamentais para pessoas que integram a comunidade LGBTQIAP+. O conselho será formado por 19 representantes de organizações da sociedade

civil, além disso, 19 representantes de ministérios do governo também farão parte do programa. A participação, no entanto, não terá nenhum tipo de remuneração.

Entre as principais funções do conselho, estão: propor estratégias para a avaliação e o monitoramento das ações governamentais voltadas às pessoas LGBTQIA+; promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a temática de direitos e inclusão; apoiar campanhas destinadas à promoção e à defesa de direitos e de políticas públicas para as pessoas LGBTQIA+; acompanhar e apresentar recomendações para projetos legislativos que tenham implicações sobre essa comunidade; receber e analisar representações ou denúncias de condutas ou situações contrárias aos direitos das pessoas LGBTQIA+.

O cenário encontra, portanto, novas perspectivas de avanço. No entanto, ainda há muito a ser feito em relação aos direitos da população LGBTQIAP+. É preciso que governos, para além da esfera federal, e sociedade em geral se mobilizem para garantir a igualdade de direitos e combater a discriminação e a violência contra as pessoas LGBTQIAP+. É necessário que se criem mais políticas públicas, promova-se mais educação e conscientização sobre questões de gênero e sexualidade e se trabalhe para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e justa. É necessário que se mantenha a luta e a mobilização popular para garantir novas conquistas e recuperação de direitos, e ainda a manutenção de direitos conquistados. A palavra de ordem é luta! Lutar sempre para seguir conquistando e para não retroceder jamais.

4.5) JUVENTUDE

A mobilização e o engajamento da juventude é uma questão importante no movimento sindical, considerando a necessidade de incorporar as novas gerações na luta coletiva em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Pensar em renovação é pensar no fortalecimento da categoria, é considerar a necessidade do processo de formação de base entre os/as jovens trabalhadores/as em Educação para efetivar sua participação na luta sindical, frente ao projeto que vivemos no último período de barbárie e do fascismo. Projeto esse que combatemos e aliamos a experiência daqueles e daquelas que construíram sua trajetória dentro do sindicato, sob uma perspectiva Freireana de que todos/as podemos ensinar e aprender, pois a juventude também pode contribuir com a luta e muito.

Por isso precisamos construir ações que promovam a liderança e o protagonismo da juventude no movimento, o " Coletivo da Juventude do CPERS" traz a possibilidade do/a jovem trabalhador/a em educação se perceber enquanto pertencente à esta luta, participando efetivamente das decisões. A formação, apoio, incentivo e empoderamento da juventude permite que a nossa luta pela categoria, pela democracia e por uma sociedade mais justa amplifique nosso poder de fala, enquanto coletividade e unidade. Precisamos oportunizar ações culturais, eventos de formação e debates sobre os materiais do sindicato, como as cartilhas, para que os jovens possam se reconhecer pertencentes e se engajar na luta por seus direitos.

4.6) MULHERES

A conjuntura dos últimos anos passou de uma perspectiva positiva e de avanços em relação à pauta das mulheres para uma cruel frente de retrocessos que vem tanto por conta do avanço de pautas conservadoras e desmonte dos espaços organizados para pensar e executar políticas públicas para mulheres. A pandemia agravou intensamente os casos de violência e feminicídio, enquanto pautas de retirada de direitos afetaram, sobretudo, mulheres. E entre as mulheres, especialmente mulheres negras. O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) apontou, por exemplo, uma queda de 94% nos recursos carimbados propostos para políticas específicas (ações orçamentárias) de combate à violência contra a mulher. Já em 2021, o orçamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para ações voltadas para a promoção dos direitos das mulheres foi reduzido em 61%, passando de R$ 126 milhões em 2020 para R$ 49 milhões em 2021. Além disso, em 2019, o governo federal suspendeu por seis meses o repasse de verbas para os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência em todo o país, o que prejudicou a continuidade do trabalho desses serviços. Isso tem resultado direto nos atendimentos e na instrumentação de

fato da luta contra a violência.

Na prática, resultou em um expressivo aumento nos índices de violência contra a mulher no país. O ano de 2022 foi de aumento em todas as formas de violência contra a mulher. Segundo o Instituto Datafolha, a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, cerca de 50 mil mulheres sofreram algum tipo de violência a cada dia no ano passado. Em média, são mais de duas mulheres agredidas por hora no país.

Segundo dados do Atlas da Violência 2021, em 2019, foram registrados 1.326 casos de feminicídio no país, o que representa um aumento de 7,2% em relação a 2018. Esse período representa apenas um ano de governo Bolsonaro, maior responsável pelo desmonte das políticas públicas de proteção à mulher e igualdade de gênero. Além disso, em 2020, houve um aumento de 17,1% nos casos de violência doméstica registrados em comparação com o mesmo período do ano anterior, de acordo com dados do extinto Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O desmonte iniciou em 2018, quando o governo Bolsonaro extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, incorporando suas funções em outros ministérios. Além disso, em 2019, Bolsonaro editou um decreto que alterava a composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, retirando a participação da sociedade civil e limitando a representação do governo federal.

O cenário, como sempre, ainda foi mais cruel com as mulheres da classe trabalhadora. As reformas que propuseram o maior desmonte de direitos trabalhistas da história, em um protagonismo dividido entre Temer e Bolsonaro, atingiram de forma cruel as mulheres. A Reforma da Previdência, por exemplo, desconsiderou completamente a tripla jornada de mulheres e o trabalho doméstico, impossibilitando ou dificultando o direito ao gozo dos direitos de previdência social e aposentadoria para milhares de brasileiras que perderam, assim, dignidade para os momentos de maior vulnerabilidade. O aumento da idade mínima para gozar da aposentadoria e do tempo mínimo de contribuição para receber 100% do benefício foi uma verdadeira violência institucional com as mulheres. A mudança nas regras para receber a pensão por morte e o acúmulo de pensão e aposentadoria também atingiu de forma drástica as mulheres, maioria no recebimento desses benefícios.

Já a reforma trabalhista vulnerabilizou as mulheres e flexibilizou direitos históricos conquistados pelas trabalhadoras. A realidade das mulheres no mundo do trabalho por si só é historicamente precarizante, na medida em que ainda ocupam poucos cargos de comando, têm salário inferior aos dos homens e altos índices de taxas de desemprego. Isso aliado ainda aos índices de assédio sexual e moral nos ambientes corporativos. Mas a reforma essa situação de precarização piora e torna a mulher trabalhadora mais frágil e submissa, ainda, no ambiente laboral, o que reflete obviamente em seu ambiente doméstico.

Por exemplo, a criação da possibilidade de voluntariamente a mulher lactante e gestante apresentar atestado de médico de sua confiança para afastamento ou não de atividades insalubres, o que em verdade coloca a mulher lactante e gestante em situação de fragilidade perante seu empregador, quando a questão de saúde é pública e deveria ser uma obrigação o afastamento e não um ato voluntário de uma trabalhadora que precisa do emprego para sobreviver. Além de toda a flexibilização da jornada de trabalho, da terceirização e "uberização" do trabalho, que atingiram, principalmente, mulheres, que são a maior fatia dos profissionais terceirizados no mercado de trabalho, e também são maioria na informalidade que toma conta do país, onde se trabalha mais, ganha menos e não existem direitos trabalhistas.

Diante desse cenário de desmonte, vemos uma população feminina brasileira empobrecida e em um cenário alarmante de insegurança alimentar no Brasil. Segundo o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II Vigisan), publicado em agosto de 2022, a cada 10 lares governados por mulheres ou por pessoas negras de ambos os gêneros, 6 possuíam algum nível de insegurança alimentar. Isso é o reflexo de uma sociedade historicamente machista, racista e que encontrou nos últimos anos respaldo em discursos de ódio contra mulheres e em políticas públicas que vulnerabilizam de forma abismal as

mulheres trabalhadoras do nosso país.

Entender esse cenário é muito importante para reconhecer as necessidades de novas políticas que levem em consideração a imensa desigualdade a que estão submetidas as mulheres e o agravamento dessa desigualdade nos últimos anos, fruto de governos machistas e conservadores, que vulnerabilizam trabalhadoras. É necessário que se compreenda o cenário para que a sociedade entenda o avanço nas políticas para mulheres como uma responsabilidade de governos e da população como um todo.

No governo Lula, recém iniciado, o avanço nas políticas públicas vem em tempo récorde, e reflete a urgência da necessidade de políticas públicas efetivas para mulheres no Brasil. Antes do início do governo, foi anunciada a recriação do Ministério da Mulher, que ficou sob o comando de Cida Gonçalves, especialista no combate à violência de gênero que já integrou outro governo Lula e o governo Dilma, no papel de secretária de enfrentamento à violência contra a mulher. já no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, foi anunciado um pacote de medidas, assinado pelo presidente, voltado à defesa das mulheres.

Igualdade de salário, combate à violência de gênero, distribuição gratuita de absorventes e retomada de obras de 1.189 creches estão entre as ações, anunciadas, em um pacote de medidas que representa um investimento de R$ 960 milhões do orçamento público apenas este ano. As áreas contempladas vão de igualdade salarial à combate ao assédio, e contemplam oportunidades para mulheres do campo e da cidade, dentro de suas particularidades, tanto no mercado de trabalho, quanto em relação à políticas de proteção.

Recentemente, foi anunciada a medida que instaura o funcionamento 24h de Delegacias da Mulher no Brasil, além da criação do número de WhatsApp do Disque Denúncia, que também servirá como um canal de informação para mulheres que buscam os seus direitos e proteção diante da violência.

A caminhada, embora no momento positiva, ainda encontra inúmeros obstáculos históricos e institucionais, o que nos alerta para a necessidade de nos mantermos em luta constante. Sabemos, depois de ver tantos avanços dilacerados por dois presidentes, um golpista e um fascista, que o futuro para as mulheres segue sendo de luta e de reafirmação de direitos, igualdade e independência. A luta pelo fim da violência de gênero em todas as instâncias e de todos os tipos segue mais urgente do que nunca, e mesmo os direitos que começaram a ser restabelecidos ou garantidos agora devem ser zelados e a luta pela manutenção e avanço não deve cessar. Compreender a necessidade de formação, mobilização e vigilância constante sobre a pauta das mulheres é compreender o nosso papel em um futuro melhor para todas.

5) PLANO DE LUTAS

1. Lutar pela ampliação urgente do básico vergonhoso dos salários dos funcionários da educação/fim do completivo.
2. Seguir lutando por concursos para professores que garantam as vagas existentes em todas as áreas de conhecimento;
3. Exigir a retomada dos processos de avaliações e promoções no plano de carreira dos professores e funcionários da educação do RS.
4. Lutar pelo pagamento de insalubridade para Agente Educacional IV- Interação com os Educandos e para Agente Educacional - Monitor, muitos trabalham com alunos especiais e fazem higienização.
5. Cobrar do governo a revisão sobre a formação exigida no edital do concurso para monitores e a realidade da prática dentro das escolas.
6. 6- Cobrar respeito às atribuições das funções dos monitores e de todas as áreas de atuação dos funcionários da educação.
7. Combater o assédio moral contra funcionários da educação.
8. Exigir do governo a reestruturação dos critérios que definem o número de funcionários para cada escola do RS.
9. Continuar a Mostra Pedagógica como valorização da escola pública.
10. Organizar os comitês pelo revoga NEM e BNCC nos 42 núcleos do CPERS.
11. Fomentar as comissões de educação nos núcleos para debater a escola pública que queremos.
12. Participar do Fórum Estadual de Educação com o papel de garantir maior estabilidade, segurança jurídica e função de estado e controle,

monitoramento e assessoramento PNE.

13. Lutar contra a militarização da educação, escola sem partido, ensino domiciliar; fechamento da EJA, Educação do Campo, Educação Indígena e Quilombola;
14. Promover encontros pedagógicos para debater o Novo Ensino Médio, Ensino Fundamental e suas respectivas mudanças na BNCC; Ensino Híbrido como meio e não como fim.
15. Lutar por plataformas tecnológicas públicas;
16. Lutar contra a mercantilização e privatização da educação pública;
17. Lutar pela autonomia da gestão democrática;
18. Lutar por concurso público para os funcionários de escola, professores, especialistas da educação;
19. Lutar pela ampliação do básico dos funcionários de escola da educação;
20. Lutar pela retomada dos processos de avaliações e promoções no plano de carreira dos funcionários da educação do RS;
21. Lutar por formação condizente com o trabalho exercido por monitores e interação com educando;
22. Exigir respeito as atribuições das funções de todas as áreas de atuação dos funcionários da educação nas escolas;
23. Rever os critérios que definem o número de funcionários para cada escola do RS;
24. Lutar pela inclusão de todos funcionários da educação reconhecido Art. 61- LDB, no projeto que tramita no Congresso Nacional o PL 2531/21 que institui o Piso Salarial Nacional para os profissionais técnico/administrativo das escolas de educação básica e organizar com os deputados federais de esquerda do RS que seja feita uma emenda ao projeto.
25. Lutar pelo cumprimento do piso salarial na carreira e também pelos 35% das verbas para a educação.

ASSINA:
ARTICULAÇÃO SINDICAL (ArtSind)

TESE 3

Tese da Construção Socialista e Apoiadoras(es)

"SE MUITO VALE O JÁ FEITO, MAIS VALE O QUE SERÁ"

1) CONJUNTURA

1.1) CONJUNTURA INTERNACIONAL

ORGANIZAR A LUTA E ENFRENTAR A EXTREMA DIREITA!

Apesar de ter sofrido importantes derrotas eleitorais, como a de Trump e também de Bolsonaro, a extrema direita segue bastante organizada e firme em seus propósitos.

Ter esta caracterização ajuda aqueles e aquelas que dedicam as suas vidas à luta sem trégua contra o capitalismo, saber a força dos inimigos da nossa classe e não subestimá-los é muito importante.

A crise econômica, política e ecológica do sistema capitalista tem colocado em xeque as grandes potências imperialistas, que avançam na exploração da classe trabalhadora.

Sendo que estas questões agudizam as disputas imperialistas pelo controle do planeta, onde de um lado estão os EUA e seus aliados e de outro, a China e os seus.

Atualmente, a guerra Rússia-Ucrânia expressa um exemplo desta disputa que, envolvendo não apenas os dois países em conflito, mas a Otan/Estados Unidos, em apoio militar à Ucrânia, e a China, na diminuição dos efeitos das sanções à Rússia na compra do petróleo e do gás.

Por se tratar de uma guerra imperialista, felizmente se fortalece a consciência de que, neste tipo de conflito, quem perde é a classe trabalhadora, também há um rechaço ao aumento dos gastos com a mesma. "Pelo fim da guerra na Ucrânia"!

ESTADOS UNIDOS

Dois bancos regionais quebraram recentemente (Silicon Valley Bank e Signature Bank), colocando o sistema financeiro do país em risco. A alta dos juros nos Estados Unidos está penalizando até mesmo instituições sólidas, como é o caso do Credit Suisse, que anunciou que tomará empréstimo de US$ 54 bilhões junto ao banco central da Suíça, visando reforçar sua liquidez.

Para se ter uma ideia, esta cifra é superior ao valor da dívida externa da Argentina, que é de U$ 44 bi. A maior parte dos economistas norte-americanos acredita que o país entrará em recessão neste ano. O país já destinou mais de U$ 100 bilhões para a guerra. A expectativa é que a atividade americana cresça 0,5% em 2023, em comparação com 2022.

AMÉRICA LATINA

O BID prevê crescimento de apenas 1% para a América Latina e o Caribe em 2023. Além de todos os fatores que atingem os países centrais, a região ainda sofre com a insegurança alimentar e energética e o avanço da miséria.

Em Cuba, onde, em 2021, ocorreram os maiores protestos desde a revolução de 1959, há uma onda de descontentamento e o povo parece não aguentar mais a pobreza imposta há décadas.

A situação segue tensa no Peru. Em dezembro de 2022 o parlamento ignorou a tentativa do presidente Castillo de dissolver o Congresso e a esmagadora maioria votou por destituí-lo do cargo. Castillo é detido, acusado de "rebelião". Desde então, o país está dividido entre apoiadores e contrários ao ex-presidente, com disputas nas ruas do país.

Vale registrar que o pós-pandemia agravou os problemas que os governos e a burguesia jogam nas costas das(os) trabalhadoras(es): disparo da inflação, sobretudo dos alimentos, a alta dos juros, a redução dos salários, e também a destruição ambiental, que tem afetado setores importantes como a agricultura e causado um agravamento na crise hídrica.

SÓ A LUTA PODE MUDAR A VIDA!

Em 2022, ano em que a vacina se massificou, reduzindo o número de mortes em todos os continentes, houve um significativo aumento no número de greves, praticamente todas elas por reivindicações ligadas a salário, condições de trabalho, emprego ou contra a carestia. Também ocorreram lutas importantes pela manutenção de

direitos. Servidores(as) públicos(as) continuam sendo vanguarda.

Na Europa, respondendo a uma onda de inflação e aumento do custo de vida e das taxas de juros, é onde os(as) trabalhadores(as) têm dado a resposta aos ataques com grandes mobilizações e poderosas greves.

Em Portugal, Alemanha, Inglaterra, Espanha, Itália e até em países sem tradição de lutas, como a Dinamarca, os(as) trabalhadores(as) estão se levantando contra esta situação.

A França é um capítulo à parte. Milhões estão, desde o início de 2023, lutando contra mais uma reforma da previdência, que aumentou a idade para aposentadoria. "Que a luta de lá nos inspire, para retomarmos aqui esta questão".

Por fim, recolocamos, mais uma vez, num Congresso do CPERS, que o nosso Sindicato precisa retomar a solidariedade ativa às lutas internacionais e ter um GT e/ou Coletivo responsável por trabalhar estas questões na base da categoria, organizar debates, respeitar posições divergentes, entre outras coisas.

1.2. NACIONAL

Defender o governo contra os ataques da extrema direita sem perder a independência de classe!

Certamente, durante os últimos anos, vivemos uma experiência terrível, com um presidente fascista e que impôs uma política de retrocesso, tanto nas questões sociais, quanto nas econômicas. O povo sofreu com o negacionismo, que cobriu o país de luto, com 700 mil mortes pela pandemia, com o avanço da violência, da intolerância e do preconceito.

Bolsonaro tentou, ao longo de todo o mandato, criar as condições objetivas para implantar um regime de exceção, pisoteou nas liberdades democráticas e, mesmo após a derrota nas eleições, seguiu tentando dar um golpe de Estado, como vimos no dia 8 de janeiro em Brasília.

Por certo, o fascista não governou como queria, a resistência de setores organizados, sindicatos combativos, juventude, movimentos sociais e populares, para preservar direitos, pavimentou a possibilidade de uma vitória eleitoral.

Interromper este ciclo, que poderia levar à consolidação de um regime político reacionário, foi fundamental para que a classe trabalhadora tenha melhores condições para seguir lutando. Importante seguirmos firmes, exigindo punição sem anistia para os golpistas e mantendo um combate sem trégua à extrema direita.

Com certeza, as esperanças de milhares de ativistas, que viram Lula recebendo a faixa presidencial das mãos de pessoas tão importantes para a luta do nosso povo, se renovaram. Em seus primeiros atos como presidente, anunciou iniciativas fundamentais na área ambiental, na ciência, tendo, inclusive, revogado o decreto de liberação das armas.

Entretanto, o novo governo assume com enormes desafios, até porque os setores da burguesia que apoiaram Lula (leia-se Rede Globo), cobram a conta. Nos três primeiros meses de governo, podemos afirmar que o sistema financeiro continua dando as cartas. Juros altos e prioridade absoluta para o pagamento da dívida pública.

Na proposta econômica apresentada pelo governo, a promessa **é manter o resultado primário (saldo entre a arrecadação e as despesas do governo, sem considerar o pagamento de juros da dívida) e dentro da meta estabelecida para os próximos anos.**

O anunciado "arcabouço fiscal" do governo tem sua centralidade no ajuste fiscal. Ora, esta é a pauta do mercado. Nesta lógica, para que o governo faça investimentos sociais, é necessário que a arrecadação aumente e, ainda assim, os gastos ficam limitados a 70% desse aumento.

Sabemos que este debate é complexo, mas uma coisa é certa, se o mercado financeiro está chantageando o governo para que aprove este projeto o mais rápido possível, é porque o mesmo vai ser sustentado mais uma vez com o sacrifício da classe trabalhadora.

No governo anterior, a burguesia brasileira lucrou muito. Mesmo na pandemia, os bilionários aumentaram suas fortunas. E o povo sofreu. O Brasil tem o quarto pior salário da América Latina e mais de 40 milhões de trabalhadores(as) estão na informalidade.

Precisamos inverter esta lógica, dizendo que o dito "arcabouço fiscal" não passa de mais um plano neoliberal e que não pode ser apoiado pelas(os) trabalhadoras(es).

Não há tempo para esperar, é fundamental que os sindicatos, os movimentos sociais e a juventude sigam colocando suas principais demandas na ordem do dia.

Ocupar as ruas para avançar nas pautas da classe trabalhadora, mantendo a independência de classe é o único caminho para impedir que a extrema direita retome as rédeas da disputa política no nosso país.

1.3. ESTADUAL

PROPOMOS FAZER O BALANÇO DO VOTO EM LEITE NO SEGUNDO TURNO!

Não estamos requentando uma polêmica, mas retomando posições políticas fundamentais em momentos conjunturais difíceis. Quando Leite disputou o segundo turno com Sartori, nosso posicionamento foi "Nem Sartori, nem Leite".

Infelizmente, o movimento e, inclusive, os partidos de esquerda apontaram Leite como a "alternativa menos ruim". Pior que isto, Leite venceu a eleição e vários sindicatos receberam o mentiroso em suas sedes, reforçando sua imagem de "bom moço" e de "governo do diálogo".

Não temos dúvida de que esta caracterização desarmou as(os) servidoras(es) públicas(os) e, quando o verdadeiro ultraliberal descontou os dias de greve, desmontou o movimento de resistência e aprovou a mais nefasta reforma administrativa do país. A desmoralização foi total.

Muitas(os) podem não concordar, mas nós sustentamos que, depois desta derrota, foi impossível construir outras mobilizações fortes o suficiente para desgastar a imagem do "representante do mercado" a ponto de prejudicar suas aspirações políticas.

Depois de quatro anos de derrotas, foi muito difícil até mesmo construir uma opção eleitoral. Felizmente, depois de muita pressão da base, aconteceu a unidade entre PT/PSOL para apresentar uma alternativa vista como capaz de derrotar o bolsonarista Onyx e a outra face da mesma política, representada por Eduardo Leite.

Infelizmente, por muito pouco Edegar Pretto/Pedro Ruas não foram para o segundo turno e isto trouxe de volta o velho dilema colocado para os(as) eleitores(as): "quem é o menos ruim"? Que os partidos que atuam por dentro do regime burguês vacilem, até podemos entender, mas entidades e dirigentes sindicais do serviço público não se posicionarem claramente pelo voto nulo é inadmissível.

Resultado desta tragédia: as categorias fragilizadas, os partidos que representam o movimento sem uma política efetiva de oposição, a ponto de votar numa proposta criminosa (a do reajuste de 9,45%) que dividiu as(os) educadoras(es), isto porque não teve nenhuma consistência a mobilização que tentamos fazer.

CHEGOU A HORA DE VIRAR ESTE JOGO!

Eduardo Leite governa sustentado em três pilares: a mentira, uma base parlamentar fisiológica e total apoio da mídia. Assim, ele consegue impor sua política privatista e de retirada de direitos.

Mente porque se diz "homem de diálogo" quando, na verdade, não ouve e não negocia nada. Usa desta condição para se mostrar como um político moderno, atento às demandas sociais, mas, no fundo, é um ultraliberal convicto e ambicioso.

Leite mantém sua parceria com o PP e o MDB. Agora agregou o PDT, partido que deixou de apoiar as lutas dos(das) trabalhadores(as) em troca de cargos no governo. Isto deve ser denunciado no movimento, pois seus representantes nos sindicatos continuam atuando.

O governador burlou mais uma vez a Lei do Piso Nacional. Isto enfraquece a luta nacional pelo cumprimento da mesma. Certamente não podemos esperar que a mídia denuncie estas manobras, pelo contrário, ainda defende o governador. É sabido que recursos existem, mas sua prioridade não é e nunca foi a educação ou os serviços públicos.

Agora Leite vira seu canhão para o IPE Saúde. Depois de quase dois meses de "jogadas ensaiadas" com a RBS, o governo conclui o que já se sabia: vai majorar alíquotas. Primeiro as matérias sobre as cobranças "por fora", depois as manifestações de médicos e outros profissionais em relação às tabelas e, como conclusão, mais um brutal ataque aos já miseráveis salários do funcionalismo.

Eduardo Leite é, sem dúvida, o pior governador que o RS já viu! Servidores(as)

com salários congelados, empresas públicas estratégicas, como CEEE e CORSAN privatizadas e segue com a farra das isenções e da sonegação.

Enquanto sustenta a festa da sua turma, exclui funcionárias(os) e aposentadas(os) e transforma o Piso em teto, mentindo para toda a sociedade gaúcha. Reajustou com índices astronômicos os salários der seus amigos, secretários, vice-governador, CCs e FGs. Se cala frente aos privilégios de juízes e promotores.

É preciso construir a maior unidade possível com os(as) servidores(as) públicos(as) estaduais para desmascarar este governador. Organizar uma campanha de denúncias, mostrando toda a sua crueldade, a sua política de destruição dos direitos, do patrimônio público. Sua faceta antidemocrática também deve ser revelada. Sequer se colocou contra o fascista negacionista do Bolsonaro. Se calou!

Por fim, o papel do CPERS será fundamental nesta tarefa política, o sindicato tem que se colocar como um dos porta-vozes do movimento contra Eduardo Leite, pois se não usar a sua força para enfraquecer este inimigo de classe, a categoria vai se sentir cada vez mais enfraquecida para reagir e se mobilizar.

2. BALANÇO DO CPERS
UMA DÉCADA DE RESISTÊNCIA, MAS DE MUITAS DERROTAS!

Diferente de outros Congressos do CPERS, queremos aproveitar o momento rico de diálogo com a base, numa situação que julgamos privilegiada pela posição que ocupamos hoje no Sindicato.

Dirigimos Núcleos, temos representações no Conselho Geral, mas não fazemos parte da composição que dirige o CPERS há quase 10 anos. Também nunca quisemos participar organicamente de uma oposição unificada.

Achamos importante explicar esta questão, porque a opção de não fortalecer nenhum dos dois blocos que polarizam o cotidiano do Sindicato é consciente e avaliamos que ajuda a oxigenar a elaboração política e fortalece a necessária unidade de ação para o enfrentamento aos nossos inimigos de classe.

O que também nos tranquiliza para atuar desta maneira é o fato de que não caracterizamos que a vanguarda dirigente do CPERS se divida entre lutadores e burocratas, que se colocam nos aparelhos do Sindicato para obter privilégios e mudar as suas vidas.

Dito isto, queremos registrar que a situação política, tanto no âmbito internacional e nacional, quanto local, tem se caracterizado pelo aprofundamento dos ataques ao nível de vida da classe trabalhadora e, como se não bastasse, enfrentamos o avanço da extrema direita, tentando ferir de morte as liberdades democráticas da nossa classe.

No entanto, não estamos entre aqueles que acham que a classe trabalhadora foi derrotada e que, atualmente, o que nos resta é tentar humanizar o capitalismo. A luta de resistência demonstra que disposição para seguir lutando existe. Achamos que esta conclusão também serve para a nossa categoria.

Neste sentido, queremos refletir sobre a situação do CPERS. A composição que está na Direção Central (há quase 10 anos) se autoproclama como a Diretoria que mais sabe ouvir a base e, portanto, tem autorização para dialogar com os governos e a base parlamentar dos mesmos, como tática em todas as lutas que travamos. Será mesmo que a maioria da base da categoria tem acordo com a tática de pressão aos parlamentares ao invés de enfrentar o governo?

O problema é que, ou a base do CPERS cansou de lutar, ou a atual diretoria não está fazendo a leitura correta! Resistimos sim, fizemos muita mobilização, mas estamos acumulando derrotas históricas e, o mais grave, estas derrotas podem desmoralizar a vanguarda e impedir que o nosso Sindicato seja a referência para as novas gerações.

Nesta última mobilização, exemplo mais recente, votamos por rejeitar a proposta criminosa do Leite, que dividia a nossa categoria e deixava funcionárias(os) e aposentadas(os) de fora. Pois bem: o que foi feito para que essa decisão tivesse consequências favoráveis para nossa categoria?

Fomos para a praça, montamos nossas barracas e a ação da base se resumiu a visitar deputados e tentar virar votos da direita. Honestamente não sabemos se seria possível mudar a situação, mas, na primeira mobilização que fizemos depois da AG, poderíamos ter feito uma caminhada até a SEDUC e desmascarar esta Secretária representante dos empresários.

Quando entramos na AL no dia da votação, não deveríamos ter ficado lá, pelo menos por um tempo, para dar um ar de combatividade para a nossa ação? Ocupado por um determinado tempo o gabinete da presidência, por exemplo. Por que não fizemos? Seria porque os 30% que irão receber o índice estavam pressionando para que aprovassem rapidamente? Não acreditamos nisso!

Como afirmamos antes, a última mobilização é só um exemplo para que, a partir dela, possamos refletir com a base e com a vanguarda os próximos passos das nossas ações.

Por fim, nosso balanço não tem o objetivo de nos colocarmos como "donas(os) da verdade", ao contrário, o desafio é para que todas e todos pensemos no futuro deste importante Sindicato.

3. SINDICAL

Nos difíceis anos de governo Bolsonaro, vários esforços foram feitos para garantir a tão necessária "unidade de ação" para organizar a resistência, lutar pelas liberdades democráticas e contra a extrema direita.

Para além dos(as) estudantes, movimento de mulheres e Frentes Políticas, as Centrais construíram o chamado "Fórum das Centrais" e passaram a coordenar estas lutas. Reivindicamos esta unidade.

No entanto, avaliamos que a extrema direita continua organizada, não só aqui no Brasil, mas no mundo todo, portanto, a unidade com todas(os) que lutam por liberdades democráticas segue sendo fundamental.

Nós, que subscrevemos esta tese, rompemos com a CUT em 2003 e fomos parte da fundação da CSP Conlutas. Hoje não estamos atuando em nenhuma Central Sindical. Desde 2019, fortalecemos uma articulação nacional, constituída por Sindicatos do campo classista, movimentos populares, juventude e Correntes Políticas/Partidos de Esquerda, chamada Fórum Sindical, Popular e das Juventudes.

O FSPJ, para além de organizar a participação destes setores nas mobilizações, tem como objetivo defender junto ao movimento a necessidade de um amplo debate sobre o processo de reorganização da classe trabalhadora.

Sabemos que a burocratização do movimento sindical, o machismo, o atrelamento das entidades ao aparelho do estado e aos governos, seguem sendo entraves poderosos para a construção da nova direção para a nossa classe e, por isso, defendemos que o CPERS precisa estar sempre aberto para fazer este debate e organizar a sua base para defender as concepções classistas.

Além dos debates mais gerais que abordamos aqui, queremos retomar um que nos parece estratégico para fortalecer a atuação dos(as) Servidores(as) Públicas(os) Estaduais.

Iniciamos afirmando que não temos qualquer diferença em relação à Frente do Serviço Público das três esferas, que foi política da Direção do CPERS neste último período. No entanto, ela não pode substituir uma articulação estadual.

Também não se pode confundir "unidade de ação" com fóruns ou frentes orgânicas que definem estratégias e elaboram política contra os inimigos de classe. Nas mobilizações, devemos sair às ruas com todos(as) que querem fazer aquela luta específica, mas não podemos causar confusão na base, fortalecendo entidades ou burocratas que historicamente são conhecidos como "pelegos do movimento sindical".

Por fim, defendemos que o CPERS, além das lutas pontuais que temos pela frente, retome o debate de uma estratégia comum com os Sindicatos do campo classista dos(as) servidores(as) públicos(as). Esta organização pode significar um salto de qualidade para o enfrentamento às políticas ultraliberais de desmonte do serviço público no estado.

4. POLÍTICAS ESPECÍFICAS

4.1. EDUCAÇÃO

O NOVO ENSINO MÉDIO NÃO PODE SER REFORMADO, PRECISA SER DERROTADO!

Sabemos que o debate educacional não será um divisor de águas no XI Congresso do CPERS, até porque, o nosso Sindicato participou da Plenária Intercongressual da CNTE e todas as deliberações no campo da educação foram aprovadas por unanimidade.

A nossa Confederação hoje faz parte das entidades que estão na luta para derrotar o NEM. Ao CPERS cabe, com independência frente ao governo, fortalecer a luta em nível nacional e ser vanguarda aqui no estado.

A agenda imposta pela iniciativa privada e

organismos internacionais para a educação vem se impondo há mais de uma década no país. A educação pública e gratuita está em risco no Brasil! De norte a sul, a realidade é a mesma, escolas muito precarizadas e escassez recursos financeiros nas universidades.

Vale salientar que as(os) funcionárias(os) de escola são o setor mais atacado com a desvalorização salarial e a terceirização do trabalho. No que diz respeito às(aos) professoras(es), as carreiras estão sendo destruídas e prevalecem as contratações precárias. A lei do PSN corre sérios riscos.

As mudanças curriculares do NEM, regulamentadas nos governos Temer/Bolsonaro, partindo da BNCC, deu passos largos em vários estados, especialmente no RS, respaldado pelo discurso dos governos de que estudantes teriam autonomia na escolha dos itinerários formativos.

Uma mentira para enganar a comunidade escolar, uma vez que há limites na oferta dos itinerários por escola, quebrando a formação integral estudantil. Além disso, a nova grade curricular trouxe sobrecarga de trabalho às(aos) educadoras(es), que adoecem cada vez mais.

Para piorar, a violência nas escolas tomou proporções inimagináveis. A insegurança passou a ser parte do ambiente educativo, com isso, o processo ensino-aprendizagem das futuras gerações fica ainda mais ameaçado.

Escolas precisam de investimentos para serem um ambiente acolhedor e não de sofrimento e morte para crianças e adultos. A violência escolar está intimamente ligada às desigualdades sociais que ficam cada vez mais insuportáveis na sociedade capitalista.

Cabe registrar que, mesmo depois de Temer e Bolsonaro, a política privatista para a educação se encontra presente no MEC. Recentemente, Lula, por pressão de setores organizados da educação e da juventude, suspendeu temporariamente o NEM, o que, apesar de positivo, não pode servir para desmobilizar a luta contra mais um projeto de destruição da escola pública.

O debate nas escolas, as mobilizações de rua, a disputa da versão das educadoras e educadores e especialistas em educação precisam ter a força necessária para divulgar o que significa este projeto da extrema direita para a educação.

No entanto, entendemos que o nosso Congresso deve votar uma resolução declarando a Secretária de Educação, Raquel Teixeira, como a principal representante dos empresários que querem destruir a educação pública do RS. Esta política tem que ser debatida nas escolas e traduzida em consignas, como por exemplo: ***"Para fortalecer a luta contra o NEM dos empresários, FORA Raquel!"***

4.2. APOSENTADAS(OS): A TAREFA DE SÍNTESE ENTRE AS GERAÇÕES

No mundo todo, a expressão máxima do sucateamento dos direitos da classe trabalhadora é o ataque à aposentadoria. A manutenção dos lucros do mercado financeiro depende muito de sangrar os direitos das(os) que trabalharam a vida toda. O regime de "solidariedade entre gerações" é substituído por planos individuais e regimes de capitalização e o que se vê é o fim do direito a uma velhice digna, com condições plenas de lazer e atendimento à saúde, tão fundamentais nesta fase da vida.

O Brasil não foi o único a vivenciar uma terrível "Reforma da Previdência" e, como pudemos acompanhar recentemente na França, a fúria contra a aposentadoria segue firme.

Exemplos como o do Chile, onde todo o sistema foi privatizado, levou aposentadas(os) à miséria total, com suicídios e mortes. Este é o retrato do futuro. É muito importante que as(os) trabalhadoras(es) tenham claro o que estamos enfrentando. Este é o modelo seguido por Eduardo Leite aqui no RS.

As(os) aposentadas(os) têm sido vítimas preferenciais das políticas neoliberais dos governos de plantão. Reformas que retiram direitos, como a paridade e a integralidade, ou mesmo a continuidade do pagamento da previdência, que confisca parte dos salários, são políticas nefastas que prejudicam estas(es) trabalhadoras(es).

Mesmo enfrentando tantas dificuldades, as(os) aposentadas(os) constituem uma vanguarda valiosa, lutadora, com consciência forjada em tempos de intensa agitação política, como nos anos de 1980/1990. Certamente, esta experiência tem que servir como parâmetro para as gerações que chegam.

Deve ser tarefa dos sindicatos combativos criar as condições para que esta parcela indispensável das categorias construa as "pontes"

para formar uma nova geração de lutadoras(es), mesmo em tempos de precarização das relações de trabalho, como ocorre na educação, com contratação temporária ou terceirização.

A tarefa de apresentação dos sindicatos como ferramenta de luta da classe para as novas gerações só poderá ser realizada por esta parcela da categoria, que entende completamente o que significa ver os direitos conquistados sendo retirados sem nenhum respeito. São as(os) aposentadas(os) que têm compreensão, tempo e potencial para executar a síntese entre as gerações de trabalhadoras(es).

Mas, para que esta tarefa seja cumprida de forma consequente pelo CPERS, será preciso capacidade política das futuras direções, precisamos revolucionar a atuação do Sindicato na luta cotidiana, a combatividade do passado precisa ser retomada, mas os espaços de representação também precisam ser ocupados de forma igualitária. Avançar juntas(os), lado a lado, preservar o legado, mas estar abertas(os) aos novos tempos.

4.3. FUNCIONÁRIAS(OS) DE ESCOLA SÃO AS(OS) MAIS ATACADAS(OS) PELOS GOVERNOS

As(os) funcionárias(os) seguem sendo o setor da educação mais atacado pelos governantes. Muitas(os) têm básico abaixo do salário mínimo e por isso recebem completivos. Quando há algum reajuste, o completivo é absorvido, obrigando as(os) servidoras(es) nomeadas(os) ou contratadas(os) a "pagar" o próprio reajuste, sem aumento real na folha de pagamento.

A maior parte se encontra refém dos juros bancários, com dificuldades até de garantir alimentação, locomoção para ir trabalhar e outras despesas básicas. É a barbárie!

Na maioria das escolas, o efetivo é menor que o necessário, aumentando a sobrecarga de trabalho, que é extenuante, levando muitas(os) ao adoecimento, tanto psicológico, quanto físico. Também há a falta de recursos financeiros para as consultas e, por causa do sucateamento do IPE-SAÚDE, fica cada vez mais difícil encontrar médicos, além das dificuldades para comprar remédios, etc.

Como se não bastassem todos esses obstáculos, sem concurso público, sem sequer contratos emergenciais, avança a terceirização do trabalho escolar. Um verdadeiro trabalho análogo à escravidão.

Se tornou comum que empresas terceirizadas não paguem os salários no final de cada mês, e nem direitos trabalhistas como, por exemplo, 13º salário ou férias. O que gera muita insegurança para essas(es) trabalhadoras(es), aumentando os problemas existentes nas escolas públicas.

Leite ataca novamente as(os) funcionárias(os) de escola ao não conceder o mísero índice de reajuste que as(os) professoras(es) receberam. Sua política é acabar com os(as) servidores(as) públicos(as), para impulsionar a terceirização. A lógica é sempre a mesma, massacre aos(às) trabalhadores(as) e garantia de lucratividade ao empresariado.

Com a política do governo de dividir a categoria, muitos(as) colegas começam a duvidar da força do sindicato para representá-los. Urge reverter este quadro. Em primeiro lugar, reconhecer que é necessário dar atenção especial para este setor. Não basta ficar repetindo o mantra "que o sindicato trata todas(os) de forma igualitária".

Organizar um debate no interior das escolas, enfrentar o preconceito no ambiente escolar e construir comissões e/ou coletivos de acolhimento nos Núcleos são medidas que podem dar concretude para uma política de valorização destas(es) colegas.

Combater as terceirizações de forma efetiva, denunciando os acordos espúrios que o governo faz com as empresas. Isto, certamente, não significa deixar de prestar solidariedade às(aos) funcionárias(os) terceirizadas(os).

Precisamos ter campanhas específicas de valorização das(os) funcionárias(os) e, de imediato, construir uma ampla unidade com os(as) demais servidores(as) para garantir reposição salarial.

4.4. LUTAR POR CONCURSO PÚBLICO E DEFENDER AS(OS) CONTRATADAS(OS)

Queremos iniciar repudiando a falsa polêmica que alguns dirigentes estabelecem no CPERS: Dizem que quem defende uma política para as(os) colegas contratadas(os) abriu mão da reivindicação do Concurso Público.

Esquecem estes que a política de desmonte

do serviço público, não só no RS, mas pelo país afora, é baseada nos preceitos neoliberais de acabar com o estado enquanto garantidor de políticas públicas e passar a ser apenas o intermediário entre a iniciativa privada e a população.

Assim, nos últimos anos, além de arrochar salários e acabar com as carreiras das(os) servidoras(es), as vagas por concurso público deixaram de ser preenchidas, cresceram as contratações precárias e, pior ainda, a preferência dos ultraliberais é pela terceirização.

Mas são tão hipócritas que, de tempos em tempos, anunciam um concurso, com o número de vagas reduzido, recolhem muito dinheiro das(os) candidatas(os) e as empresas especializadas se apresentam para preparar as(os) candidatas(os) para alcançar o impossível, um tão sonhado emprego público.

Aqui no RS, é o que tem acontecido nos últimos vinte anos. Eduardo Leite anuncia um tão esperado concurso para o magistério. A categoria, em especial quem é contratada(o), entra num verdadeiro sofrimento e a pergunta que se faz é: será que estou preparada(o) para disputar as quatro ou cinco vagas que tem em Química, por exemplo?

Ora, isto é, no mínimo, desumano! O CPERS decidiu contratar uma empresa para ajudar na preparação das(os) suas(seus) associadas(os). Achamos uma boa contribuição, no entanto, esperamos que não sejam alimentados entre nós os comentários de que aquelas(es) contratadas(os) que não passarem no filtro é porque são despreparadas(os).

Enfim, uma coisa não anula a outra. Pelo contrário! Deve ser nossa tarefa seguir exigindo a realização de concurso público para preenchimento das vagas e também defender os direitos das(os) colegas contratadas(os), como, minimamente, prerrogativas dignas de trabalho.

Mas vamos aos pontos que propomos para o Congresso deliberar:

1. Construir um GT com representações das(os) contratadas(os), da direção do Sindicato e apoio técnico para elaborar uma proposta que aponte a garantia de direitos trabalhistas para estas(es) educadoras(es) (professoras(es) e funcionárias(os) de escola);
2. Realizar um Encontro Estadual, antecedido de encontros regionais, para aprovar a proposta e debater formas de mobilização que nos permitam disputar a mesma com o governo;
3. Votar a proposta em AG e mobilizar o conjunto das(os)Trabalhadoras(es) em Educação para lutar por ela.

4.5. O FEMINISMO CLASSISTA DEVE SER A MARCA DO CPERS

No último Congresso do CPERS, ressaltávamos o papel que as mulheres tiveram na luta contra a eleição de Bolsonaro, evitando que se elegesse ainda no primeiro turno em 2018. Neste, felizmente, podemos apontar o quanto as mulheres seguiram na linha de frente da resistência às políticas de morte daquele governo e o papel fundamental que tiveram na sua derrota e na eleição de Lula em 2022.

Contudo, sabemos que a vida da classe é dura, em especial a das mulheres, e que, apesar da vitória eleitoral, nada será garantido sem o povo nas ruas. Devemos seguir na luta por direitos e para enfrentar a extrema direita, que segue viva e atuando.

Para tanto, sindicatos com grande representação, como é o caso do CPERS, precisam sair do seu internismo e assumir as pautas fundamentais da classe trabalhadora, como é o caso da luta contra a violência machista.

As pautas feministas da classe sempre estiveram conectadas às lutas da educação, já que a própria necessidade de organização em torno destas impulsionou a luta pelo direito à participação feminina em espaços de debate e formação política.

A experiência da organização sindical de milhares de mulheres é um acúmulo que precisamos saber potencializar e o nosso Sindicato, por ser um sindicato majoritariamente de mulheres, tem que ser parte ativa das lutas feministas.

Apresentamos uma pauta mínima, representando as necessidades mais imediatas das mulheres trabalhadoras para ser deliberada no XI Congresso:

1. Por creches gratuitas em tempo integral, financiadas pelos patrões e governos;
2. Pelo combate integral à violência machista

(assédio, estupro, abuso físico e psicológico, feminicídios), punição e prisão para os agressores;

3. Acesso universal a programas de saúde para mulheres de todas as idades. Por cuidados pré-natal e parto humanizado e de qualidade, oferecido amplamente pelo SUS;
4. Pela erradicação da exploração infantil;
5. Pela igualdade de salário e condições de trabalho;
6. Por direito a pleno emprego e salários dignos para todas as mulheres;
7. Combate sem trégua ao machismo no interior do movimento, sindicatos, correntes políticas/partidos.

4.6. O CPERS DEVE AVANÇAR NA ORGANIZAÇÃO DA LUTA LGBTQIA+

A necessidade de lutar contra a LGBTfobia, combatendo o discurso de ódio, a intolerância, a invisibilidade, a desigualdade e as políticas genocidas de governos como foi o de Bolsonaro permanece na ordem do dia. Bolsonaro foi derrotado nas urnas, mas suas ideias retrógradas, misóginas, xenofóbicas, machistas, racistas e LGBTfóbicas se mantêm através de seus aliados na sociedade e nos governos.

Estima-se que haja 17,9 milhões de homossexuais no Brasil, no entanto, neste país, a cada 19 horas, uma pessoa LGBTQIA+ é assassinada ou se suicida, vítima da LGBTfobia.

O Brasil continua há 14 anos no topo da lista de países que mais matam pessoas trans no mundo. Além da violência física, as pessoas trans também são submetidas à violência psicológica. O não reconhecimento do seu nome social, as críticas em relação às suas roupas e ao seu comportamento, a proibição de usar o banheiro de acordo com o gênero com o qual se identifica e o uso de pronomes que acabam por agredir quem a pessoa é, também atingem profundamente a existência e a essência das pessoa trans.

O CPERS deve estar na linha de frente dessa luta dentro e fora das escolas.

- Combate à violência contra travestis e transexuais e todo o tipo de violência e discriminação LGBTfóbica contra a comunidade LGBTQIA+;
- Em defesa do casamento homoafetivo;
- Pelo respeito às famílias e aos lares homoafetivos;
- Que os crimes contra a população LGBTQIA+ sejam registrados como crimes de ódio para que as informações retratem a realidade;
- Garantia de banheiros não-binários ou neutros;
- Garantia de debate sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas públicas;
- Garantia efetiva do uso do nome social;
- Contra a patologização da homossexualidade (que o conceito desprezível de "cura gay" seja definitivamente derrotado);
- Pelo acesso aos postos de trabalho, por igualdade de oportunidades, pelo direito ao emprego e à escolarização;
- Pelo direito à vida, pela liberdade de ser e amar livremente,
- Pelo direito ao acolhimento e à informação quando vitimadas(os) pela violência, pelo preconceito e pela discriminação.

4.7. A LUTA ANTIRRACISTA É DE TODAS(OS) E O SINDICATO DEVE FAZER A SUA PARTE!

A população negra no Brasil ultrapassa 56%, mas os índices que refletem os níveis de condições de vida são mais baixos e quando se analisa os indicadores de desenvolvimento humano no país, também os(as) negros(as) são a maioria dos(as) afetados(as) e estão na linha da extrema pobreza.

O racismo estrutural no mundo capitalista é uma realidade presente em diversas esferas da sociedade, incluindo o mercado de trabalho, o sistema de justiça, a saúde, a segurança e a educação.

A representatividade de negras(os), seja no parlamento ou em outros espaços de poder, significa um importante avanço, no entanto, ainda há muito a ser feito para garantir a plena inclusão e igualdade de oportunidades.

Para enfrentar esse problema, é necessário que as pessoas tenham consciência de que não basta não ser racista, é necessário ser comprometido(a) com a luta antirracista. Neste sentido, a cobrança aos governos por políticas públicas que garantam a promoção da diversidade e da inclusão está na ordem do dia.

Precisamos sempre lembrar que os avanços

conquistados até aqui devem ser preservados e ampliados, de modo a assegurar que negros e negras possam ter acesso a todas as oportunidades disponíveis, sem sofrer qualquer tipo de discriminação.

Mas não temos dúvida de que somente o povo organizado, ocupando as ruas na luta por direitos e para superar os retrocessos impostos por um governo de ultradireita, poderá impedir que o braço armado do estado continue matando a juventude negra nas periferias das grandes cidades.

Nesse sentido, é preciso que a sociedade brasileira como um todo se mobilize para combater o racismo em todas as suas formas, assegurando que as pessoas possam viver com dignidade e respeito, superando o retrocesso causado nestes quatro anos do governo fascista do Bolsonaro.

Portanto, temos a certeza de que a educação cumpre um papel fundamental nesta luta e por isso defendemos que o XI Congresso delibere que o CPERS:

1. Promoverá debates sobre práticas afirmativas com as(os) educadoras e educadores;
2. Não medirá esforços para ajudar a categoria a desenvolver uma educação antirracista, auxiliando na elaboração de materiais, palestras e debates sobre o tema;
3. Desenvolverá campanhas sobre a importância da valorização da cultura afro-brasileira, da identidade e da trajetória dos diferentes povos que formam um país e do sentimento de pertencimento dos negros e negras;
4. Por fim, participará, apoiará e fortalecerá as lutas antirracistas, contra a discriminação racial e a intolerância religiosa.

PLANO DE LUTAS

Reafirmamos a pauta de reivindicações da categoria, já aprovada em Assembleia Geral e ignorada pelo governo.

Destacamos como pautas imediatas:

1. Reajuste salarial para as(os) funcionárias(os) de escola;
2. Manutenção do IPE-Saúde público e de qualidade, sem majoração de alíquotas;
3. Defesa da aplicação da Lei do Piso Salarial nas carreiras das(os) educadoras(es);
4. Fim da contribuição das(os) aposentadas(os) para a Previdência;
5. Em Defesa da Educação Pública e de Qualidade, dizemos NÃO ao NEM (Novo Ensino Médio) dos Empresários!

Para reorganizar a luta da categoria:

1. Denunciar o caráter ultraliberal de Eduardo Leite e realizar campanhas de desgaste do mesmo;
2. Debater com a base que somente ações diretas de pressão no Executivo podem mover o governo para o atendimento da pauta;
3. Ser parte ativa de todas as iniciativas unitárias que estejam a serviço de preparar atividades de rua, atos e greves para lutar em defesa dos direitos da categoria, dos servidores(as) públicos(as) e da classe trabalhadora de conjunto;
4. Incentivar ações das(os) estudantes e aprofundar o diálogo com a comunidade escolar em defesa da escola pública.

Unidade de ação com aqueles(as) que querem lutar por:

1. Garantia dos direitos das(os) trabalhadoras(es);
2. Emprego, condições dignas de trabalho e nenhum serviço precário;
3. Serviço público de qualidade;
4. Por liberdades democráticas.

Unidade para seguir enfrentando a extrema direita e exigindo prisão para os golpistas. Sem anistia a Bolsonaro e a seus seguidores!

Organizar com independência a luta contra o "Arcabouço Fiscal" que foi apresentado pelo governo, pois o mesmo não é diferente de outros planos gestados para agradar o sistema financeiro.

6. REFORMA ESTATUTÁRIA

Há alguns anos defendemos que o CPERS faça uma Reforma Estatutária, com prioridade nas mudanças políticas, pois avaliamos que a estrutura administrativa, com algumas pequenas mudanças, funciona bem.

Consideramos que o Conselho Geral é a

instância – depois da Assembleia Geral e do Congresso – mais democrática, porque respeita a proporcionalidade da organização na base. Por certo que algumas distorções ocorreram, fruto de propostas fragmentadas e, de uma certa maneira, até meio casuísticas.

De qualquer forma, inspiradas(os) nesta experiência de proporcionalidade, defendemos o mesmo para a Diretoria central e dos Núcleos. Achamos também que devemos limitar os mandatos a apenas duas gestões consecutivas, independente do cargo. Mas estes são apenas exemplos de proposta que gostaríamos de debater.

Não sabemos quais as demais propostas que serão apresentadas neste ponto de pauta, mas gostaríamos de propor um método para este debate:

1. Acolher tudo que for apresentado;
2. Eleger, no próprio Congresso, uma Comissão, respeitando a proporcionalidade aferida pelo número de delegadas(os);
3. Em 30 (trinta) dias, a Comissão constrói um documento com a síntese das mesmas e propõe um cronograma para o debate com a base e a data para uma Assembleia Geral que votará a "Reforma Estatutária".

SUBSCREVEM:

Neida Porfírio De Oliveira – Conselho Geral do CPERS – Representante 1/1000 – Representante de Base da CNTE
Terezinha Bullé Da Silva – Diretora Geral do 38º Núcleo do CPERS Porto Alegre
Marivete Morais De Melo – Conselho Geral do CPERS – Representante 1/1000 (Suplente)
Vivian Zamboni – Conselho Geral do CPERS – Representante 1/1000
Maria Aparecida Portela Prado – Conselho Geral do CPERS – Representante Estadual de Aposentadas(os)
Sonia Teresinha Pacheco Braga – Conselho Geral do CPERS – Representante Estadual de Aposentadas(os)
Laura Marques – Conselho Fiscal do CPERS
Celso Dalberto – Conselho Fiscal do CPERS – Suplente
Márcia Rolim – Professora – Militante da Base do 39º Núcleo do CPERS Porto Alegre
Giany Rodrigues – Conselho Geral do CPERS – Representante 1/1000 (Suplente)
Luzia Regina Pereira Herrmann – Conselho Geral do CPERS – Representante 1/1000
Oseias Souza de Freitas – Conselho Geral do CPERS – Representante 1/1000 (Suplente)
Vera Fischer – Diretora Geral do Núcleo do CPERS Cruz Alta
Eloá Damascena – Conselho Geral do CPERS – Representante 1/1000
Claudete De Fátima dos Santos – Conselho Geral do CPERS – Representante 1/1000 (Suplente)
Mari Andreia Oliveira de Andrade – Professora – Militante da Base do Núcleo de Cruz Alta
Lucimar de Fátima Marchesan – Funcionária de Escola – Militante da Base do Núcleo de Cruz Alta
Maira Iara Costa de Farias – Professora Aposentada – Militante da base do Núcleo de Guaíba
Marli Aparecida de Souza – Diretora Geral do Núcleo do CPERS Osório
Joana Almeri Vieira da Costa – Conselho Geral do CPERS – Representante 1/1000
Mara Rúbia Silva Silveira – Conselho Geral do CPERS – Representante 1/1000 (Suplente)
Maria Norma Dumer – Diretora Geral do Núcleo do CPERS Camaquã
Elizabeth Dos Santos Braga – Diretora Geral do Núcleo do CPERS São Borja
Maria De Fatima Vieira Contreira – Conselho Geral do CPERS – Representante 1/1000
Vera Cristina Da Silva Martinez – Conselho Geral do CPERS – Representante 1/1000 (Suplente)
Ana Lucia Xavier Cabral – Diretora Geral do Núcleo do CPERS Bagé
Claire Maria Moraes Amaral – Conselho Geral do CPERS – Representante 1/1000
Pedro Moacir Abrianos Moreira – Diretor Geral do Núcleo do CPERS São Gabriel

TESE 4

MTPE.RS – MOVIMENTO TRABALHISTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA INCLUSIVA E DE QUALIDADE

1.1) CONJUNTURA INTERNACIONAL

Ao Brasil cabe afastar a população da ideia de um país de direita. Ao campo democrático cabe resgatar a soberania e a cidadania e unir o país. Por conseguinte, os educadores e trabalhadores da educação brasileira, tem por dever político-pedagógico, esclarecer a população brasileira sobre o risco que se corre por conta da exótica doutrina militar-bolsonarista.

No momento em que mundialmente vivemos avanços capitalistas e neoliberais, quando a maioria dos países aplica política de capital de mercado e lucro, mais nos distanciamos dos direitos do cidadão e da democracia. Há alguns séculos a Europa passava pelo Renascimento e pela expansão do conhecimento e o Brasil de então, era explorado pelos colonizadores de uma sociedade escravagista e produtora de matérias-primas, com pouca ou nenhuma proteção e produção educacional. Séculos mais tarde com o advento da Revolução Industrial e posterior ascensão do modelo capitalista, o ideal de sucesso surgiu ligado a um sobre-humano esforço do trabalhador para promover a produção, convivendo com limites na construção do conhecimento.

No tempo presente no campo educacional, organismos internacionais procuram espaço, na busca de conduzir a educação por meio do ideário neoliberal, privatista e lucrativo, de financiamentos e orientações para as reformas necessárias à sua visão. O discurso mercadológico e o descaso com a educação são históricos, recorrentes, aliados à falta de investimentos. Assim sendo, o Brasil não cumpre com o seu papel de "formar cidadãos" realizados e preparados para a cidadania e o desenvolvimento do país.

Sabe-se que a educação é um dos principais pilares do desenvolvimento de qualquer país. Precisa-se de um sistema educacional público que não esteja dissociado da democracia, pois onde falta uma falha a outra. Na falta de democracia no processo de globalização a escola se torna, cada vez mais, refém do mercado capitalista, interessado na formação de mão de obra barata; homens e mulheres que não questionam, apenas obedecem e cumprem regras.

A ideologia da educação que se prega como remédio para todos os males tem dois pressupostos importantes: quanto mais educada a força de trabalho, melhor será o desempenho da economia, porém, nem sempre responde com a justa distribuição de renda para os trabalhadores. O segundo está ligado à ideologia da empregabilidade como inserção social. Esse modelo de relações econômicas e sociais que perdura como cultura até os dias atuais, explica em parte, o atual sistema educacional precário no Brasil, que precisa mudar com certa urgência. Para reverter essa situação, há que se ter coragem e levantar as vozes, propondo uma educação democrática, emancipatória e libertadora.

2 - CONJUNTURA NACIONAL

A educação como direito social e subjetivo nos é garantida por meio da Constituição Federal de 1988, no art. 205, que propugna: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", reiterada pela LDB 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira.

Muitas foram às conquistas alcançadas desde a redemocratização do país, principalmente com o apoio das classes trabalhadoras que lutaram pelo acesso à educação para seus filhos, com garantia de gratuidade em todos os níveis e etapas. Podemos dizer que houve avanços no acesso e na permanência, porém ainda lutamos pela qualidade que requer muito investimento em estrutura física, políticas educacionais de manutenção da educação, financiamento e acima de tudo valorização dos profissionais da educação, aqueles que diariamente nas diferentes funções acolhem, atendem, ensinam e desenvolvem as capacidades das crianças e jovens na certeza de

que é pela educação que transformaremos a vida e daremos oportunidades iguais a todos e todas.

A vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições nacionais de 2022, devolveu ao povo o direito à democracia, bem como a esperança a milhões de brasileiros que vinham sendo excluídos do processo social, especialmente do desenvolvimento econômico, pelo desmonte do Estado - na educação, previdência, direitos trabalhistas, direitos humanos, meio ambiente, privatizações de setores estratégicos como água, energia e riquezas do subsolo. A escalada conservadora e neoliberal promovida por Michel Temer e Jair Bolsonaro apoiada por ampla maioria no Congresso Nacional, deixou um legado devastador nos campos da cidadania, da geração de emprego e renda, da criação de oportunidades, da concentração de renda e, inclusive no campo institucional com a aberta defesa e promoção de golpes de Estado, como política escancarada de setores destacados da República, como Forças Armadas, Brigada Militar e parcela da Classe Política.

Cabe agora depois de frustrada a tentativa de golpe em 08 de Janeiro de 2023 a rigorosa averiguação e responsabilização exemplar aos atos golpistas e terroristas sem vacilo, anistia ou condescendência, consolidando nossa maturidade democrática e varrendo do cenário nacional qualquer possibilidade de novas tentativas de revanche aos derrotados nas urnas. Ao mesmo tempo, cabe ao campo popular e democrático, recuperar as ruas, as pautas progressistas e a construção de uma Agenda Nacional chamando a atenção para as demandas das camadas menos favorecidas e excluídas da população, recuperando a capacidade de interlocução, de inserção dos movimentos sociais na construção de um novo estado de consciência coletiva e de retomada dos direitos subtraídos pelas reformas Trabalhista e Previdenciária, bem como da conquista de avanços significativos na qualidade de vida da população.

Reestabelecer a voz do povo nas ruas, criando espaços públicos de empoderamento para o contraponto à expressiva maioria conservadora do Congresso Nacional, afugentando de vez o risco eminente de golpe nas Instituições. Promover a recuperação plena do Estado Democrático de Direito, diminuindo a abissal distância entre ricos e pobres, pretos e brancos, evitando o caos social, a miséria material e ambiental, o desemprego e a obstrução do acesso ao conhecimento, é a nossa luta, é o papel intransferível do governo recém-eleito.

É papel dos/as educadores/as da educação pública pavimentar os caminhos da união e da reconstrução do país, fomentando as pautas progressistas junto à sociedade civil organizada, promovendo verdadeiro BANHO DE RUA no Governo Lula para que não fuja às suas origens, não se submeta ao fisiologismo e a chantagem dos grupos majoritários do Congresso Nacional, nem tampouco do mercado, promovendo as Conferências, incentivando os Conselhos, dando voz ao povo para equilibrar o exercício do poder com a contribuição madura e oportuna das mãos e mentes que geram a riqueza de nossa nação.

A missão primeira do governo Lula é recuperar o estado de Bem-estar Social, opondo-se diuturna e frontalmente ao neoliberalismo, representado por Michel Temer e Jair Bolsonaro e, pela maioria parlamentar eleita em 2022. Cabem as organizações civis e aos parlamentos se manifestarem:

- Pela urgente revogação das Reformas Trabalhista e Previdenciária que precarizam o trabalho e o ser humano.
- Pela revogação do Novo Ensino Médio que desqualifica a escola pública e a formação dos jovens.
- Pela redução urgente das taxas de juros e o fim da autonomia do Banco Central.
- Por uma educação de qualidade social pública gratuita, democrática, laica, inclusiva e em tempo integral para todos as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos deste país.

É preciso contar com professores/as na escola, nas associações e na rua formando consciência e combatendo o golpe fascista, esta é a nova ordem das coisas no dia a dia da sociedade brasileira democrática. A luta da sociedade é permanente no combate a qualquer tipo de revanche e barbárie que promova a direita fascista brasileira.

3 - CONJUNTURA ESTADUAL

A sociedade e seus indivíduos não

conseguem de maneira plena e integral realizar a totalidade de suas aspirações. A história nos mostra que na ânsia por atingir seus objetivos, entregam-se a experiências em que o ideal a ser alcançado se dá através de lutas repetidas e muitas vezes inglórias. O Estado a despeito de qualquer conceituação que se faça nada mais é do que a real disciplinação dos interesses coletivos ou a sociedade organizada como poder para atingir seu objetivo de progresso.

Nessa esteira é bom considerar que todas as nações que atingiram nível superior de progresso e desenvolvimento, realizaram o feito pela educação de seu povo. Educação! Refiro-me aqui, no seu sentido e significado mais amplo e social. A verdade é dura, mas deve ser dita. Nunca no Brasil a educação foi encarada como prioridade pelos governos que se instalaram, mesmo democraticamente. Nunca foi levada ao extremo da importância que deve ter, como tábua salvadora do nosso desenvolvimento como sociedade livre e próspera.

Anda em moda, há muitas campanhas políticas estabelecer-se a educação como prioridade absoluta, surgindo slogans como: "educação em primeiro lugar", ostentam programas de governo ambiciosos, que por hábito político atravessado fica só no discurso, ou seja, no papel para esquecimento. Terminado o processo eleitoral, vimo-nos envolvidos novamente nas mesmas lutas por educação de qualidade e para todos, valorização dos professores e servidores, ou seja, a velha bandeira de volta às mãos dos educadores, clamando por melhores condições para educação neste estado.

O Estado do Rio Grande do Sul que já foi conhecido pelos avanços na área educacional com investimentos e projetos diferenciados, tem enfrentado sucessivos governos que insistem na desvalorização dos professores e no sucateamento das escolas públicas. Temos um governo reconduzido pelo voto que está num segundo mandato e, ainda segue na linha da falsa ideia de educação ser prioridade. Prova disso, é o não cumprimento do piso salarial, pois usa de mecanismos para achatar cada vez mais o ganho dos professores/professoras e ignorar a situação dos funcionários de escola. E os aposentados então, fazem parte do passado e são desvalorizados ano a ano. Na linha da privatização, sem dialogar com a comunidade escolar e com os profissionais da educação, segue a "cartilha" de quem quer vender e se desfazer do patrimônio público e transformar a educação pública em mera preparação de mão-de-obra para atender ao capital que visa lucro e não o bem-estar e a justiça social.

4 - BALANÇO POLÍTICO

É importante enfatizar que as nações desenvolvidas só atingiram este nível porque investiram na educação de seu povo. O Brasil iniciou um processo de construção de políticas públicas no início do corrente século, que foi totalmente abandonado com o golpe ao governo da presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 2016 e, de lá para cá, não houve avanços, houve sim, campanhas absurdas no campo da educação, principalmente contra a escola pública, pois passaram os governos federal e estadual a disseminar "Escola sem Partido, Militarização como solução, Escola Cívico-militar, Homeschooling" e ataques diários aos profissionais que ousaram tornar suas aulas reflexivas e críticas.

E o absurdo maior em termos de proposta à educação é a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) que, na realidade, é "um faz de conta para um jovem, pela falsa ideia de que poderá escolher desde o início a sua área de atuação". Distancia ainda mais os estudantes das classes populares de uma preparação para o exercício da cidadania e para suas escolhas futuras. Além disso, ano a ano acompanha-se o descaso com a estrutura das escolas, ficando na promessa a solução de problemas. Também não há um projeto para garantir uma formação continuada com qualidade.

Dessa forma, voltamos como sempre às velhas lutas, que ano após ano se renovam pela insistente vontade dos governos em apequenar mais e mais a educação neste estado.

É tempo de lutar, de seguir na defesa da escola pública, gratuita, laica, inclusiva, para todos e para cada um com garantia de salários dignos e uma carreira atrativa sob pena de negarmos o direito constitucional à educação como possibilidade de transformação da sociedade.

5 - POLÍTICA EDUCACIONAL

Há nos dias que transcorre em todo o Estado do Rio Grande do Sul, a insegurança para a administração das escolas públicas do ensino médio, a descrença do corpo profissional, administrativo e das famílias quanto à possibilidade de garantir aos jovens uma educação de qualidade social para que ao concluir esta etapa ele possa ingressar na universidade ou instituto de educação superior, em um curso técnico ou até mesmo no mercado de trabalho. O que não podemos é fadá-los a atender o interesse do "capital" e renunciar aos seus sonhos, pois a escola é o passaporte para o futuro dos jovens das classes populares que almejam cursar o ensino superior.

Como impedir o ataque à educação que sofre atentados contínuos dos setores privados amparados numa proposta mercantilista, elitista e conservadora da extrema direita brasileira. Lembremos que a direita liberal administra/ou o país havia muitas décadas e, não conseguiu dar estabilidade econômica e muito menos oferecer uma proposta de educação para a população mais carente, garantindo-lhes as condições de igualdade de oportunidades, com equidade e qualidade no acesso, na permanência e na aprendizagem, ao contrário, acabou aumentando a distância entre ricos e pobres, gerou oportunidades desiguais de concorrência das populações pobres com os abnegados do capitalismo.

A escola é a maior e mais importante instituição pública que temos na sociedade e, enquanto tal, ela é o centro também de um debate político sobre o papel do estado e sobre a função da educação na formação humana. Não bastasse o debate que se trava sobre revogar ou reformar a proposta do Novo Ensino Médio, absolutamente inadequado em sua aplicação e organização pedagógica, com medidas e imposições que conturbam o ambiente escolar e transtornam a vida das famílias, tem-se o enfrentamento sem freios das mentiras nas redes sociais, dos aplicativos de mensagens que mais destroem as relações dos jovens do que contribuem para seu reforço de leituras, conhecimentos científicos e aprendizagem de novas linguagens formativas.

6 - SINDICALISMO E SUAS TAREFAS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

Mais do que nunca é muito importante à união da categoria fortalecer a luta sindical. A atuação, a pressão firme e constante do CPERS Sindicato é essencial para que a sociedade compreenda a situação de abandono por que passa a educação do Rio Grande do Sul, o sucateamento das escolas, a meritocracia sem levar em conta as histórias individuais e os diferentes contextos vividos num pós-pandemia agravado pela total ausência do Ministério da Educação no desgoverno do presidente da República Jair Bolsonaro.

7 - PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Desde a redemocratização do país fruto da unicidade da luta na proteção das classes trabalhadoras foram abertos os acessos à educação às crianças, adolescentes e jovens, com garantia de gratuidade em todos os níveis e etapas da educação básica. Houve avanços no acesso a matrícula e permanência nas escolas. Ainda lutamos pela qualidade social da educação, a qual requer novos investimentos em infraestrutura física, políticas educacionais de manutenção da educação, financiamento, fomento à pesquisa e extensão, bolsas de estudos na área profissionalizante, valorização dos profissionais da educação, formação pedagógica e da tecnologia da informação, isso requer que sigamos na luta:

- Volta às ruas para reivindicar, participar e dar voz e vez para todas as pessoas na defesa de suas lutas e causas.
- Garantia da cedência dos Diretores de Núcleos do CPERS Sindicato.
- Retomada do Plano Nacional de Educação e Plano Estadual de Educação, Conferência Nacional de Educação, Conferência Estadual e Municipal como políticas públicas de Estado com garantia de investimentos, monitoramento e avaliação.
- Revogação das Reformas Trabalhista e Previdenciária.
- Fim da Autonomia do Banco Central.
- Urgente redução das Taxas de Juros.
- Revogação do Novo Ensino Médio.
- Implantação e implementação da Lei do Piso sem ferir as Carreiras dos Professores e Servidores de Escola nos Estados e Municípios, por meio de estratégia Nacional

contemplando aposentados.

- Implantação gradativa de Escolas de Tempo Integral.
- Apoio à realização de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Educação Integral.
- Luta contra a privatização, terceirização e municipalização da Educação.
- Combate à violência nas escolas e na sociedade priorizando o diálogo e a mediação.
- Defesa da gestão democrática com garantia da participação da comunidade escolar.
- Fim do desconto previdenciário.

8 - PLANO DE LUTAS

A luta da sociedade é permanente no combate a qualquer tipo de revanche, de barbárie que se aventure promover a direita fascista brasileira. Está na educação o antídoto a essa investida reacionária que a sociedade brasileira não conseguiu, por descuido talvez, evitar quando deram o golpe em Dilma Rousseff em 2016. Desde lá convivemos com verdadeiros disparates pelas investidas do capitalismo exótico brasileiro, criando este, formas e fórmulas mágicas para detonar a educação pública e favorecer as classes privilegiadas. Competição nesse plano da sociedade, na área da educação, somente se conseguirá enfrentar se tivermos o CPERS Sindicato fortalecido, atuante e com pluralidade de pensamento nos embates democráticos.

O que está posto para o presente? A organização sindical tem de estar firme, bem postada, para promover a defesa dos planos de carreira dos professores e funcionários, a estabilidade dos direitos trabalhista e previdenciário e, do bem-estar pessoal e familiar. A organização de base deve manter:

- A luta pela manutenção da qualidade e dos serviços do IPE.
- A efetivação do Piso Salarial Nacional.
- Realização de concurso público para professores e funcionários de escola suprindo todas as vagas.
- Posição contrária ao fechamento de escolas e municipalização.
- Luta por um projeto de cultura voltado para o desenvolvimento pleno da pessoa, objetivando a formação cidadã.
- A meta da LDB para a escola em tempo integral aos moldes de Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira.
- A valorização da cultura acumulada e a pluralidade nas artes, como ferramenta de desenvolvimento, denunciando os problemas sociais.

Em tempo de crises e mudanças é estratégico se preparar e, estar aberto, ao desenvolvimento de novos métodos de luta. A união de forças é o elemento propulsor da VITÓRIA!

ASSINAM:
MOVIMENTO TRABALHISTA PELA EDUCAÇÃO
ELABORADO PELO COLETIVO

TESE 5

TESE DO BLOCO DE LUTAS PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA PARA O XI CONGRESSO ESTADUAL DO CPERS

FORTALECER A TRINCHEIRA ANTINAZISTA! DEFENDER A EDUCAÇÃO PÚBLICA E OS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA!

CONTEXTO INTERNACIONAL E A LUTA ANTINAZISTA

A crise do capitalismo que iniciou na primeira década deste milênio se arrasta até os dias de hoje. Iniciamos por este elemento, pois ele é o alicerce de praticamente todos os acontecimentos da atual conjuntura. Seja a tensão existente com a guerra na Europa e ameaça de uma nova guerra mundial aos atentados nazi-fascistas que invadem as escolas do nosso país. O ataque internacional contra os aposentados, a destruição dos direitos dos trabalhadores ou os ataques à educação com a reforma do ensino médio, todos estes elementos estão estruturados sobre o tapete da crise e atingem diretamente a nossa categoria.

O elemento mais destacado deste contexto é a disputa inter-imperialista que arrastou o mundo ao contexto da "paz armada". A disputa da burguesia imperialista por terras, matérias-primas e controle de mercado vem se intensificando. Temos visto ameaças abertas de uma possível nova guerra mundial com um poderio de destruição que pode pôr em risco a existência da humanidade.

Por outro lado a corrida da burguesia pela taxa de lucro, afetada pela crise do capitalismo, fez com que aqueles que vivem de salário tivessem seus direitos sistematicamente retirados. Aposentados e trabalhadores na ativa, a partir de 2009, vêm perdendo suas aposentadorias e direitos às mesmas, o tempo de trabalho aumenta, poder aquisitivo diminui e ambiente de trabalho piora.

Os governos, como balcão de negociação da burguesia, cumprem o papel de garantir uma organização que permite que o dia de trabalho não se limite a 8h de jornada, que o tempo de serviço para a aposentadoria se amplie e parte da mesma seja confiscada, que os salários sejam congelados ou confiscados, ou seja, os governos garantem a precarização do trabalho. Chegam ao ponto de estruturarem de maneira permissiva a escravização de pessoas, o trabalho análogo à escravidão. Um exemplo dessa permissividade é a terceirização no Brasil, regime de trabalho de boa parte das pessoas libertas que se encontravam em trabalho análogo a escravidão. Conhecemos bem esse regime de trabalho de algumas das trabalhadoras de nossas escolas que trabalham muitas vezes meses sem receber salários.

Nessa barbárie do capitalismo em crise se soma a ascensão do nazi-fascismo. Esses agrupamentos se organizam internacionalmente, com elementos comuns e distintos. O ataque a educação e aos educadores é um elemento mundialmente defendido por esses grupos. De Trump e Ku Klux Klan ao Bolsonaro e suas milícias. A defesa das fake News contra a ciência e a educação é um elemento comum para os nazi-fascistas em qualquer lugar, como base de sua propaganda política. É por sua propaganda, particularmente a de eliminação de seus oponentes, que os "lobos solitários" se espalham. O ataque de lobos solitários é o tipo de terrorismo nazi-fascista ,característico do século XXI, em que uma pessoa comete um atentado em que tem por objetivo alcançar o máximo de mortes.

Em nosso país o recrutamento de lobos solitários é extremamente perverso, pois são, na maioria, crianças recrutadas para cometerem atentados terroristas nas escolas. Recrutadas nas redes sociais atacam as escolas para se tornarem "heróis" destes movimentos de direita. A defesa do extermínio de parte da população também é comum, iniciando pelo extermínio dos

1. Termo utilizado como um dos antecedentes das duas grandes guerras mundiais que se refere ao movimento dos países de produção de armas em larga escala.

vermelhos e tendo algumas diferenças dos grupos que querem eliminar por conta das distintas realidades nacionais. Um exemplo é o extermínio dos Yanomami no Brasil, que é praticado pelo nazismo brasileiro por conta da questão regional.

A política mais acertada nesse contexto é a frente antinazista. e a procura, com maior ênfase, no que é possível fazermos conjuntamente do que em nossas diferenças. Não se trata de apagar as diferenças, mas de, no período em que os agrupamentos que pedem nosso extermínio estão em alta, unir os que estão sob ameaça para garantir a própria sobrevivência.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Nosso país passou por um período de nazificação, com o Estado dirigido por uma milícia nazi-fascista e colaboradores. Vimos a utilização da covid-19 como arma biológica para a eliminação de parte da população e também um genocídio da população Yanomami. As consequências da propaganda nazista, produzidas pelo chamado "gabinete do ódio", que operava de dentro do palácio do planalto, continuam invadindo nossas escolas. Quase todas as crianças que cometeram atentados terroristas contra escolas desde 2018 repetem em seus discursos, escritos na internet e justificativas dos ataques as mesmas frases oriundas do gabinete do ódio.

A perversidade dos elaboradores dessa propaganda anticientífica em recrutar crianças para cometerem atentados contra as comunidades escolares deve ser foco no combate ao crime organizado pelo novo governo. Assim como o combate ao crime organizado que segue na tentativa de eliminar a população nativa de nosso país.

O fascismo aprofundou muito o ataque contra o povo brasileiro. O dinheiro do estado foi mais gasto em benefícios pessoais do que com a população. Os escândalos de corrupção são incontáveis e envolvem de tudo, incluindo o gasto de milhões em Viagra. O dinheiro da educação foi desviado pelos pastores para suas igrejas. Dinheiro do combate a pandemia foi desviado para compra de picanha pelas milícias nazi-fascistas. Contrabando de madeira foi organizado pelo próprio ex-ministro. Os escândalos de corrupção são tão grandes quanto o dinheiro vivo usado pela família Bolsonaro na compra de imóveis, na República dos Filhinhos de Papai.

Em 2022 o campo antifascista teve uma importante vitória com a eleição de Lula. Uma batalha ganha, não a guerra. O novo governo teve várias iniciativas importantes. A retomada do combate ao crime organizado do desmatamento, combate aos traficantes de madeira e aos traficantes de ouro e a retomada da preservação do patrimônio nacional são elementos fundamentais resgatados pelo novo governo. Assim como as iniciativas contra o terrorismo nas escolas, com grupos de debate e intervenção sobre o tema e a abertura de investigação para desarticular as quadrilhas de aliciam e doutrinam os jovens para o terrorismo. E o que se espera é que, no decorrer das investigações, aqueles responsáveis por crime tão vil, sejam responsabilizados.

Nesse ano as comunidades escolares receberam com profunda satisfação a suspensão da reforma do ensino médio, mas ficaram indignadas com a insistência dos membros do governo que afirmam que a reforma vai continuar. A reforma vem destruindo a educação e aprofundando a divisão entre ricos e pobres. Ela atende aos interesses dos empresários que estão contemplados nela, como os das Americanas. E o presente dessa empresa é um vislumbre de onde a reforma levará nosso país. É necessário que o governo revogue a reforma, adotando o que é exigido pelas comunidades escolares e o conjunto das entidades da educação que já se posicionaram pelo fim deste projeto excludente.

O ensino, de maneira geral, necessita de uma reforma onde um projeto de país para a população brasileira esteja contemplado e não esse que atende os 1% mais ricos. Não se trata apenas de investimento em um pequeno grupo de pensadores capazes de criar máquinas, mas também investimentos em pensadores capazes

2. Conceito utilizado para definir as pessoas que tem cometido atentados em igrejas, escolas, supermercados, com o intuito de atingir comunidades como os judeus, latinos, negros, socialistas, LGBTQIA+, entre outros, como parte, normalmente do terrorismo branco. Um exemplo bem conhecido é o atentado na Noruega em 2011 com 77 mortes. Em troca os autores dos atentados são venerados, virando mártires do movimento nazi-fascita recebendo inclusive títulos internos por isso.

de produzir um ambiente na qual a sociedade possa viver de forma sadia. A necessidade de investimento em uma população capaz de aumentar a eficiência na produtividade utilizando-se da automatização requer uma política pública da educação. Visto desse modo, não se privilegia uma ou outra área de conhecimento e sim se reforça a importância de todas elas na elaboração de uma sociedade saudável.

A política educacional deve estar a serviço de um projeto de país onde o povo esteja contemplado e não somente aqueles historicamente privilegiados. É necessário iniciar pela valorização dos trabalhadores da educação e das escolas. Acabar com a política de precarização dos direitos dos trabalhadores e da educação pública que está em prática.

Nesse sentido reformas como a da previdência e trabalhista devem ser revogadas. As aposentadorias confiscadas e adiadas devem ser resgatadas e a CLT, destruída pela reforma trabalhista, deve ser recuperada e aprofundada no sentido da proteção do trabalhador. O combate ao trabalho escravizado ou análogo a escravização deve ser levado a sério com o confisco das terras e bens dos escravizadores e não mais essa permissividade e liberdade que esses bandidos têm em nossa sociedade.

A LUTA DOS EDUCADORES NO RS

Nossa categoria tem sofrido constantemente nas mãos dos governos que realizam cada vez mais ataques agindo pelo sistema nefasto. Enfrentamos todos estes ataques e retiradas de direitos dos trabalhadores da educação. O governo Sartori parcelou nossos salários e o governador Leite, no início de seu mandato seguiu com o parcelamento, continuando a política de estado mínimo, defendida pelo MDB e também pelo PSDB!

A política do estado mínimo aposta nas privatizações e assim ataca toda a sociedade gaúcha a exemplo da privatização do Banco Sul-Brasileiro, Caixa Econômica Estadual, CRT, CEEE, a burguesia almeja a privatização do BANRISUL, instituição com grande número de trabalhadores do funcionalismo público de nosso estado. É nosso dever combater esse projeto privatista e as ofensivas dos governos nesse sentido.

No funcionalismo público estadual tivemos um movimento forte de resistência e unidade de categorias em 2015, que foi traído pelos dirigentes do Movimento Unificado dos Servidores. No nosso caso, enterrado no golpe da assembleia do Pepsi On Stage. Em seguida nosso sindicato abriu as portas para receber o secretário de educação do governo Sartori, Vieira da Cunha. Em 2016 tivemos a greve com as ocupações das escolas pelos estudantes e a ocupação do CAFF. Naquele contexto estávamos na luta para não perder o difícil acesso o que, posteriormente, acabamos perdendo enquanto o governo ganhava compreensão de como aprofundar nossas divisões.

NÃO À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO! PELO FIM DAS TERCEIRIZAÇÕES!

Defesa incondicional dos educadores contratados! Efetivação já!

O governo Leite iniciou seus ataques à educação no RS pelo setor mais frágil de nossa categoria demitindo trabalhadores contratados em licença-saúde. Seguiu a política do Sartori de precarização do trabalho e fechamento de escolas como, por exemplo, a Escola Estadual Rio Grande do Sul e a obra interminável do Instituto de Educação Flores da Cunha que deveria ter sido entregue em 2020.

A precarização se dá de forma brutal contra os trabalhadores de educação do RS. Hoje os contratados compõem 50% da categoria com aviltamento gritante dos salários, necessidade de cumprimento de jornadas de trabalho extenuantes, condições de trabalho precaríssimas e vivenciando a possibilidade de serem demitidos a qualquer momento como já tem ocorrido.

Sobre a renovação dos contratos emergenciais por 3 anos, debatida em Audiência Estadual Pública com a Presidente da Comissão de Educação Estadual, deputada Sofia Cavedon, e com a participação do Comitê Estadual dos Educadores Contratados RS, é importante destacar que o Comitê defendeu a renovação por 5 anos, mas com a negociação chegou-se ao acordo da renovação por 3 anos que encerra ao final deste ano, 2023.

Vamos ter luta e mobilização novamente para os educadores contratados terem renovados seus contratos por mais 3 anos. Contrapondo-nos às últimas ações do governo que, de forma

descarada, segue os ataques e realização de demissões de contratados da nossa categoria. É necessário que o sindicato assuma a defesa da renovação dos contratos, contra a demissão de nossos colegas.

Os contratos emergenciais e as terceirizações têm como objetivo uma enorme transferência de renda para os capitalistas, além da precarização das relações de trabalho. São estes trabalhadores que mais sofrem na pele o peso da superexploração, rebaixamento da massa salarial e divisão das categorias de trabalhadores.

É importante lutar contra a terceirização e a precarização do trabalho, exigir a reintegração dos contratados demitidos e a efetivação imediata, com a extensão de todos os direitos dos trabalhadores efetivos, para que se encerrem as contratações emergenciais e se abram concursos públicos.

Estamos na defesa incondicional dos educadores contratados do RS e do trabalho realizado pelo Comitê Estadual dos Educadores Contratados do RS. A luta pela efetivação se fortaleceu com a criação do Comitê em 2015 e hoje esse debate está dentro das instâncias do CPERS. É necessário lutar pela efetivação, seja ela de forma direta ou indireta (concurso público interno), para que os contratados tenham as mesmas garantias dos efetivos da nossa categoria.

Em Portugal foi realizado efetivação na educação com realização de concurso interno, apresentando uma PEC para a constituição de seu país e os educadores foram efetivados desta forma. Na Argentina os ferroviários contratados conquistaram sua efetivação sob forte ataque e com a morte do o jovem estudante Mariano Ferreyra.

Depois de 10 anos sem concurso público para professores o governo Leite oferece um concurso pífio que não contempla sequer o número de contratados da nossa categoria. E, além disso, não abre vagas para funcionários de escolas, setor que está ainda há mais tempo sem concurso. Defendemos que se abra concurso também para funcionários de escolas.

O CPERS, A ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA E A PREPARAÇÃO DAS LUTAS

Em nossa última greve fomos brutalmente atacados com o corte de ponto. Trabalhamos para recuperar e só recebemos anos depois, durante a campanha de reeleição do Leite. Este foi um golpe duríssimo pela ação do governo, mas também pelo abandono da direção do sindicato aos colegas que tiveram o ponto cortado. Mesmo a categoria tendo aprovado, mais de uma vez, políticas de fundo de greve para casos de represálias a grevistas a atual direção central sabota e ignora essas votações, segue sem política e a mercê das intenções e ações do governo.

Nesse sentido para nos organizarmos melhor como ferramenta sindical e de luta entendemos a importância de abrir o debate sobre uma reforma estatutária no CPERS que coloque em voga a proporcionalidade na direção do nosso sindicato, tornando suas instâncias mais democráticas.

A votação na Assembleia Legislativa, dia 4 de abril de 2023, sobre o aumento do magistério estadual foi mais um ataque brutal do governo contra a categoria. Aposentados e funcionários de escolas não terão aumento de 9,45%. O governo continua sua política de divisão da categoria. Ignora nossa exigência de seguir a proposta nacional de 14,95% de reajuste para todos. É inadmissível que os funcionários de escolas e aposentados fiquem sem a reposição salarial. Defendemos que os funcionários de escolas tenham direito ao piso nacional e aos mesmos reajustes dos professores, somos todos educadores!

Citando DARCY RIBEIRO "nós temos uma das elites mais opulentas, anti sociais e conservadoras do mundo." A mesma mostrou suas garras no governo de Bolsonaro. DARCY também desvelou a política da elite ao afirmar que "a crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto" e nos oferece um caminho apontando que "só há duas opções nesta vida se resignar ou se indignar". PAULO FREIRE deixou pra nós um grande legado na educação e nosso último congresso, de 2019, era ele o personagem tema e símbolo para nós educadores. Citamos uma de suas brilhantes frases para finalizar nossa reflexão: "Num país como o Brasil, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário."

ASSINAM:

Acreano Meneghello
EEEM Infante Dom Henrique - 39° Núcleo

Alexandre Costa
Colégio Estadual Padre Rambo - 39° Núcleo
Bruno Grebin Gasparotto
Escola Técnica Estadual Frederico Guilherme Schmidt - 14° Núcleo
Eva Paula Ribeiro
Instituto Estadual de Educação Paulo da Gama - 39° Núcleo
Fábio André Pereira
EEEF Piauí - 39° Núcleo
Gilmar Pacheco Fagundes
Escola Técnica Estadual Frederico Guilherme Schmidt - 14° Núcleo
Gustavo Monteiro
EEEF Thereza Noronha Carvalho - 39° Núcleo
Ildo Vilarinho
EEEF Dr. Victor de Brito - 39º Núcleo
Marly Cambraia
aposentada - 39° Núcleo
Silvia Maria Martins
Colégio Estadual Paula Soares- 38° Núcleo
Sylvia Ehlers
Colégio Estadual Inácio Montanha - 39º Núcleo

TESE 6

VIDA LONGA E DIGNA AOS TRABALHADORES IDOSOS!

COLABORAÇÃO AO CONGRESSO DO CPERS

POLÍTICAS ESPECÍFICAS

É indiscutível o aumento da expectativa de vida da humanidade em função do avanço da ciência, das políticas públicas voltadas à qualidade de vida da população e das conquistas da luta da Classe Trabalhadora.

Na sociedade Capitalista o idoso torna-se um problema especialmente quando este conquista o direito a sua aposentadoria embora, mesmo não podendo mais ser explorado como produtor, o trabalhador idoso continua proporcionando lucro ao patrão pelo aumento de gastos que passa a ter com a saúde, seja com medicamentos ou tratamentos, por exemplo.

No Brasil os trabalhadores conquistaram o SUS que protege a saúde do povo brasileiro mesmo em situações de descaso e até mesmo diante de políticas públicas genocidas por parte de governos higienistas. Não existisse o SUS a situação dos idosos seria muito mais insegura.

Os idosos pertencentes à burguesia ou à alta camada média costumam ter uma boa qualidade de vida inclusive na terceira idade com acesso à saúde, desenvolvimento, lazer, cuidadores, planos de saúde facilmente acessíveis, mesmo que sejam mantidos alienados da própria família.

A massa da camada média e demais trabalhadores idosos conta sobretudo com o SUS ou algum plano de saúde estadual equivalente, e uma aposentadoria ou pensão regiamente descontada do seu salário durante toda uma vida de labuta e contribuição. Essa aposentadoria ou pensão já perde valor desde o primeiro momento do gozo da mesma. Parte do que deveria ter sido valor agregado ao salário do trabalhador foi transformado em "penduricalhos", benesses doadas pelo sistema que serão imediatamente confiscadas a partir do momento da vigência da aposentadoria ou pensão. As inverdades repetidas muitas vezes pelas mídias burguesas são usadas para justificar o assalto ao salário referente à aposentadoria. O capitalismo monta muito bem suas estruturas para exploração dos trabalhadores. Ao invés de um salário digno o patrão mantém o valor do salário num patamar irrisório agregado aos penduricalhos e esmolas como se fossem benesses e não direitos. Não sendo direitos, mas sim benesses, as conquistas das carreiras mais facilmente podem ser retiradas do valor da aposentadoria. Um bom exemplo dessa realidade é o que acontece quanto ao chamado "vale transporte". Ao se aposentar o trabalhador perde esse "penduricalho". Se o valor fizesse parte do salário essa apropriação indevida não aconteceria. No Capitalismo o cidadão tem o direito de ir e vir apenas onde seu dinheiro permite. Como o sistema burguês coloca o valor de transporte agregado ao trabalho ativo, o aposentado perde o direito de ir e vi a qualquer lugar porque era isso que o "penduricalho" garantia: direito de ir e vir trabalhar para o patrão. Algumas cidades implementam o "passe livre" a quem têm mais de 65 anos. Mais uma falácia! Sem esquecer que empresários do transporte têm muitas regalias com relação a impostos, sem esquecer que essa lei transforma o idoso em "burro de carga" da família, ela (a lei) é a comprovação do descumprimento do direito de ir e vir do cidadão. O transporte público tem que ser gratuito para todos! As verbas públicas existem para essa finalidade. Não se justifica tirar o direito de deslocamento dos idosos, aposentados ou pensionistas e nem dos trabalhadores ativos.

Algumas lideranças ligadas à extrema direita, em diferentes países, já expressam, sem nenhum constrangimento, o quão desnecessário se faz a existência de pessoas da terceira idade. Nas sociedades capitalistas os idosos precisam lutar para terem o direito de existir, para terem uma vida com qualidade e participação cidadã. No Brasil os idosos têm esse direito garantido constitucionalmente, o que não garante a implementação do direito. Os idosos são essenciais à história bem como a formação cultural das gerações futuras.

O Brasil precisa de políticas públicas que estimulem os idosos à cidadania, à autonomia, à independência. As células familiares e demais

espaços de convívio social tendem sempre a reproduzir a ideologia dominante, no nosso caso, a ideologia capitalista neoliberal rentista, fascista ou imperialista, não importa. Essa ideologia, propagada até a exaustão pela mídia burguesa, torna natural à consciência das pessoas o egoísmo, o individualismo, o oportunismo. Ou não é isso que se assiste num "Big Brother Brasil'? Tendo assimilado esses valores competitivos, desleais e injustos socialmente, fica fácil, por exemplo, que familiares em dificuldade financeira, causadas pelo sistema, se apropriem do pouco que resta aos aposentados e pensionistas, seja o salário, seja a própria moradia.

A realidade virtual acelerou em grande parte a exclusão do idoso da participação na vida concreta. Mais ainda, os idosos tornaram-se expectadores excluídos de uma sociedade que eles cada vez compreendem menos. Quem convive com os idosos? Adultos que trabalham ou buscam trabalho sem parar? Adolescentes e jovens "viciados" nas redes sociais? Talvez ainda restem as crianças pobres que não têm seus instrumentos de acesso à internet, nem babás, nem acesso à clubes esportivos ou de entretenimento.

Os velhos ricos vivem num mundo paralelo cercado de cuidadores, atenção privada à saúde e fake News afetivas familiares. Não são objeto deste contexto.

Os idosos da massa trabalhadora têm menor expectativa de vida e pior qualidade de vida.

Os idosos mais pobres, a "ralé" (Jessé de Souza), os legítimos descendentes da cultura escravista brasileira (o culturalismo racista), o que acontece com eles? Que qualidade de vida lhes resta na velhice? Com que idade morrem? Passam a ser praticamente invisíveis nas sociedades capitalistas.

Todos temos responsabilidade sobre a realidade dos seres humanos que já contribuíram por todo seu período de melhor vigor físico para a produção de tudo o que existe na sociedade.

As cidades precisam ser planejadas visando o bem estar e a felicidade dos cidadãos que nelas habitam. É obrigação do poder público. Se faz necessário um planejamento para circulação de idosos com segurança e acessibilidade ou o espaço de mobilidade do idoso cada vez mais será reduzido, o confinamento do idoso ao entorno do seu lugar de moradia será acentuado.

Os idosos necessitam de um instrumento de organização que lhes propiciem repensar sua existência, sua condição de vida, suas dificuldades, seus interesses e sua participação cidadã na sociedade, propondo inclusive políticas públicas para sua faixa etária bem como nos demais espaços de luta da Classe Trabalhadora.

Não é aceitável que o idoso seja visto como uma criança que necessita de creche. Ele não é isso!

Os idosos são seres humanos ativos e qualificados por toda uma vida de construção, de produção para a sociedade e ainda capazes ou até mais capazes de pensar e repensar a realidade na qual vivemos (dependendo da sua formação e experiência de vida). Os aposentados apenas conquistaram o direito de não terem mais patrão, considerando uma sociedade capitalista.

Somente numa Sociedade Socialista conquistaremos, enquanto Classe Trabalhadora, o respeito proporcionado pela Justiça Social e Igualdade de Oportunidades.

Principais perdas dos Aposentados(as) com os ataques do Governo Eduardo Leite à Educação.

- Desconto para a Previdência de 7% à 14% desde abril de 2020, início da Pandemia;
- Alterações no Plano de Carreira, durante a Pandemia, causando abalos emocionais significativos;
- Manutenção do Congelamento do Salários das Aposentadorias não Paritárias;
- Menor reajuste salarial em relação a toda a categoria para as Aposentadorias Paritárias;
- Não pagamento do subsídio de 40h para as Aposentadorias que possuem toda carga horária em uma única matrícula.

Durante todo o período da Pandemia os Educadores Aposentados vivenciaram bem de perto a possibilidade de morte instigada pelos governos Bolsonaro e Leite que em nada protegeram o Povo Brasileiro e atrasaram a vacinação, provocando 700 mil mortes, em grande parte idosos, aposentados ou não.

Nesse período ficou evidente a necessidade do CPERS como força organizadora e de resistência. Se faz necessário salientar as iniciativas da Direção Central que informou, apoiou e acolheu a Comunidade Escolar, especialmente os

Aposentados.

Foi exemplar a realização das Eleições do CPERS-Sindicato para Direções e Conselho Geral realizadas por aplicativo durante a Pandemia, aliás proposta apresentada no último Congresso do CPERS pelo grupo Sempre Ativas.

ASSINAM:

Angélica Barbosa Plínio
Sempre Ativas
Erlita C. Franco
Sempre Ativas
Goretti Grossi
Sempre Ativas
Membro do Conselho Geral do CPERS
Jorge Adão Miranda
Sempre Ativas
Jucélia Cardoso Baptista
Sempre Ativas
Lia Damico
Sempre Ativas
Marco Antônio Bitarello
Coletivo Educação e Vida
Neiva Matos Moreno
Sempre Ativas
Nadia Maruszczak
Sempre Ativas
Membro do Conselho do Núcleo 38
Rogério Webber Rolim
Coletivo Educação e Vida
Membro do Conselho Geral do CPERS
Zélia M. Gomes Franco
Sempre Ativas

TESE 7

POR UM CPERS QUE VALORIZE E ACOLHA AS PAUTAS DAS CONTRATADAS E DOS CONTRATADOS!

1.

A nossa categoria está cada vez mais dividida. Ano após anos vemos a segregação entre nomeadas(os) e contratadas(os) nos embrutecer e nos separar cada vez mais. Perdemos a capacidade de empatia – se é que a tivemos algum dia – e, consequentemente, a solidariedade de classe. O CPERS precisa urgentemente educar sua própria categoria no sentido de, pelo menos, se respeitar.

Como contratadas e contratados nos sentimos constantemente humilhados e ofendidos, não apenas quando temos que ir na SEDUC ou nas CREs, mas no chão das escolas e, infelizmente, dentro do nosso sindicato, onde deveríamos ser acolhidos e incentivados a elaborarmos política sindical que expressasse nossos anseios mais sentidos.

2.

Qual o significado da palavra "colega"? Não deveria ser algo com um grande significado para nós, que nos levasse a cultivar um grande espírito de camaradagem, solidariedade e lealdade para com os colegas?

O que aconteceu com o lema eleitoral de 2018 sobre "ninguém soltar a mão de ninguém"?

Que consequências tem para a luta da nossa categoria palavras vazias, que são desmentidas por uma prática onde uns são mais "colegas do que outros"?

Nas escolas tem imperado a lei da selva, onde o mais forte esmaga o mais fraco – e tudo isso com a total conivência do CPERS, dos seus núcleos e de muitas direções de escola que diziam antes "ninguém solta a mão de ninguém" ou "somos todos colegas", mas que no concreto, muitas vezes, lavam aos mãos e deixam imperar a lei do mais forte. Que consequências advirão disso? Quando vemos o que se passa nas escolas todo o início de ano com a remoção de colegas contratadas – sem tentar o menor diálogo, apenas deixando rolar o "direito" do mais forte esmagar o mais fraco – e mesmo demissões, podemos constatar que a palavra "colega" ou "consciência de classe" não tem feito o menor sentido prático dentro do CPERS.

Ao contrário. Tem aumentado o fosso entre o que se diz e o que se faz.

É urgente que o CPERS passe a tratar os contratados e as contratadas da nossa categoria como seres-humanos. Reconhecê-los. Acolhê-los na sua condição de precariedade. Para tratar os outros como pessoa é necessário, tal como apontava Paulo Freire, perceber o próprio valor de uma pessoa, saber ouvi-la, ser consciente de suas necessidades humanas primárias em termos de estima, proteção e afeto. Cada um, de fato, percebe e aproxima-se dos outros como sente e trata a si mesmo.

A presença dos fracos e dos pequenos chama a atenção para o fato de que cada um de nós é um ser vulnerável (talvez seja isso que alguns colegas sem consciência de classe queiram evitar reconhecer?). A necessidade permanente de ajuda, compreensão, diálogo, que caracteriza quem vive em dificuldade, recorda-nos que ninguém pode bastar a si mesmo, mas que temos necessidades uns dos outros.

3.

Geralmente quando ocorre algum problema de organização ou de horários (ou mesmo de comprometimento por parte de colegas nomeados), as direções de escola autoritárias e as CREs se utilizam dos contratos "emergenciais" para tapar furos e "remediar" problemas. Trata-se, antes de tudo, de uma forma de controle sobre a base da categoria; de simples mecanismos de dominação para chantagear o lado mais fraco a trabalhar sob qualquer preço.

Inúmeros são os relatos do interior do Estado e de Porto Alegre em que se verificam o aproveitamento deste trabalho precário, que degenera em novas agressões psicológicas e físicas, assédio moral, perseguição política e pessoal e, até mesmo, situações que poderiam configurar trabalho análogo à escravidão.

Não é um "equivoco" ou "esquecimento"

por parte dos governos estaduais, mas de uma política deliberada para enfraquecer, dividir e ter margem de manobra e controle sobre os trabalhadores em educação, ao mesmo tempo que desmoraliza a nomeação e os planos de carreira.

4.

A inexistência de consciência de classe leva à ausência de solidariedade de classe e facilita a vida dos governos e dos patrões. A nossa força reside no nosso número. Para fazer valer essa força é necessário união, organização e solidariedade de classe. Esta solidariedade é diferente da solidariedade "humana" em geral, que pode se dar em relação a uma calamidade natural e climática, ou relacionada a um problema de outra ordem. No caso da solidariedade de classe, trata-se de questões políticas, de companheirismo e cooperação entre os trabalhadores na luta pela sua emancipação.

A política das sucessivas direções do CPERS de ignorar esta realidade e falar apenas em "concurso público" apenas aprofundou a divisão na base de nossa categoria. Os episódios corriqueiros envolvendo remoções e demissões de educadores também comprova a ausência de solidariedade de classe entre a categoria e a vitória da política imediatista do "eu em primeiro lugar". Sem cultivar solidariedade de classe, como falar em solidariedade intercategorias e sobre o internacionalismo proletário (isto é, a solidariedade entre os trabalhadores do mundo)?

5.

O capitalismo lança os trabalhadores numa luta entre si pela sobrevivência, representada pela concorrência por um emprego. No geral, a classe trabalhadora não percebe ou secundariza que possui um inimigo em comum, que se vale de suas necessidades imediatas para ganhar a vida; os donos do capital (a burguesia e, no nosso caso, o Estado), por sua vez, aproveitam-se do fato de não possuirmos meios de produção para nos obrigar a aceitar as suas condições empregatícias.

A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em 1864, tinha como um dos seus principais objetivos a solidariedade de classe internacional entre os trabalhadores do mundo.

Nas suas Instruções para os delegados do conselho geral provisório, escrito em 1866, Karl Marx esboçou as diretrizes gerais da AIT, estabelecendo que ela tinha como objetivo "combinar e generalizar os esforços de emancipação, até agora desconexos, das classes operárias dos diferentes países". Além disso, advertia para a necessidade de "contrariar as intrigas dos capitalistas", que estão "sempre prontos, em casos de greves e lockouts, a abusarem do operário estrangeiro como ferramenta contra o operário nativo", sendo que esta seria "uma das particulares funções que a nossa sociedade (a capitalista) tem, até agora, desempenhado com sucesso". Conclui que um dos "grandes propósitos da Associação é fazer com que os operários dos diferentes países não só se sintam, mas atuem como irmãos e camaradas no exército da emancipação".

O quanto retrocedemos de lá para cá?

6.

A nossa categoria grita contra a meritocracia que os governos querem nos impor visando a destruição dos planos de carreiras e a demissão de servidores. É justo gritar! Mas o grito se perde quando percebemos que a mentalidade meritocrática está enraizada em nossa própria categoria nas mais distintas formas.

A legitimação do mundo moderno como "justo" e "igualitário" está fundamentada na meritocracia; ou seja, na crença de que superarmos as barreiras de nascimento das sociedades antigas é possível pelo "esforço individual". Assim, todos poderiam conquistar uma "vida digna". É a ideologia da meritocracia que permite culpar o pobre pelo "próprio fracasso" e fazer com que o rico se sinta bem com a sua própria consciência.

A defesa do mercado como regulador absolutista o toma por "justo" porque ele supostamente daria remuneração "justa", verdadeiramente equivalente ao desempenho. O Estado também prega o mesmo: eu faço concursos públicos abertos para todos, e o melhor deve vencer. Quando não vamos até as últimas consequências do nosso raciocínio, ele é passível de manipulação; principalmente se não levamos em consideração o resto da realidade.

É exatamente isso que acontece no caso dos contratos "emergenciais". Diversos governos vêm

adotando a contratação emergencial como forma preferencial de ingresso no magistério público; não por opção dos educadores contratados, mas por um fato objetivo criado por quem detém o poder do Estado seguindo uma política econômica ditada pelo mercado, visando precarizar as relações de trabalho. O resultado é uma sangria desatada de contratação totalmente por fora de qualquer plano de carreira e de congelamento de concursos públicos que leva a uma terrível divisão da nossa categoria com reflexos nefastos sobre a luta sindical.

7.

É tão difícil perceber tudo isso? Parece que sim para uma grande parte de nossa categoria, que, incitada pelas últimas direções do CPERS, incentivam ocultamente o discurso meritocrático contra si própria!

E transformam este raciocínio raso numa nova forma de pensamento binário: "quem defende a efetivação dos atuais contratados é contra o concurso público"! Os defensores do concurso público seriam os justos, os corretos, os bons; e os defensores da efetivação dos contratados os maus, os aproveitadores. No mundo não existe apenas o preto e o branco, mas uma infinidade de cores. Defender os direitos e as condições de trabalho de sua própria categoria é um dever de qualquer sindicato, renegado pelo CPERS, que se baseia numa visão meritocrática rasa de grande parte da nossa categoria, que se sente ofendida na sua "legitimação" do concurso público (ou seja, no seu "direito aristocrático" de se julgar melhor do que outros), sem considerar que se trata de uma política consciente de governos neoliberais que precisa ser combatida também conscientemente.

Não é difícil notar em muitos casos, que neste debate sobre bandeiras sindicais para os contratados, tal como muitos argumentos da direita fascista, não são considerações estratégicas ou mesmo racionais que movem a nossa categoria. Muitos colegas são como que imunes ao aprendizado da luta sindical concreta, negando-se a acreditar que, assim, cavam uma cova coletiva que também lhes está destinada. Tudo em nome da manutenção das aparências, desejos pessoais notadamente aristocráticos e sem um pingo de consciência de classe!

8.

A contratação "emergencial" na nossa categoria, ao atingir dezenas de milhares de trabalhadores por muito tempo, não pode ser revertida integralmente a curto ou médio prazo através de uns poucos concursos públicos (isso o demonstra bem os 2 concursos públicos do governo Tarso, que mais serviram pra jogar nomeados contra contratados do que para "resolver o problema"; ou o que ocorre com esse "novo" concurso de Eduardo Leite que, além de poucas vagas, deixa de fora setores e disciplinas; o que na prática, não muda a condição atual da categoria e, especificamente, dos contratados e das contratadas. Ao contrário, apenas legaliza o "novo" Ensino Médio).

O fim da contratação pressuporia que o governo foi forçado a abandonar essa política. Nessas condições, a defesa apenas do concurso público como solução única para o problema é alimentar uma ilusão mágica e, na prática, compactuar com a continuidade da contratação "emergencial".

Muitos aprovados em concursos públicos foram coagidos a aceitar a sua admissão por intermédio de um contrato, fato que é vergonhosamente ignorado pelas direções e principais correntes do CPERS. A burocracia sindical alega que os contratados sabiam da sua condição precária e do seu caráter "emergencial" ao assumir. Essa é a lógica cínica da burguesia. Um trabalhador desempregado, em regra, não está em condições de rejeitar certas condições draconianas que lhe são impostas, ainda mais quando o próprio contrato é omitido a quem o assina. Essa situação não impede que futuramente estes trabalhadores possam lutar pela melhoria dessas condições, pela igualdade com os demais trabalhadores e pela sua estabilidade; isto é, direitos mínimos que deveriam ser garantidos a todo trabalhador.

9.

Outros companheiros e colegas do chão de escola afirmam, erroneamente, que "não podemos defender a efetivação dos contratados porque isso vai contra a Constituição", como se a luta sindical devesse se resumir apenas ao que é aceitável para as leis dos governos e dos patrões, ignorando toda a conjuntura e a nossa realidade

cotidiana.

Este argumento esquece o papel que um sindicato tem de defender os seus trabalhadores levantando bandeiras novas que possam, por ventura, questionar a legislação vigente, inclusive a Constituição. Por acaso os governos cumprem integralmente a Constituição? Eles cumpriram a Constituição quando introduziram a contratação emergencial em massa e por décadas no serviço público? E o que dizer de inúmeros colegas que foram aprovados no concurso de Yeda e Tarso, mas que não foram nomeados? Por que se opõe a efetivação destes também? Não reconhecem a legitimidade destas efetivações apenas porque o concurso foi cancelado? Na prática, reforçam a política ilegal do governo de precarização do trabalho.

10.

O combate à precarização do trabalho, expressa nos contratos "emergenciais", pressupõem uma série de bandeiras sindicais intermediárias, de acordo com a conjuntura, e de medidas jurídicas, políticas e sindicais.

Não compreender toda esta complexa conjuntura, reduzindo-a a uma política de exigir apenas concurso público é não querer mudar esta realidade. Ao contrário: trata-se de uma perigosa adaptação a ela. É ignorar o trabalho concreto exercido por centenas de milhares de educadores contratados que estão neste condição "emergencial" há décadas. A maioria das correntes sindicais do CPERS, para fazer proselitismo com os contratados, vacila entre esta política apresentada pela direção central e uma política classista pra enfrentar a precarização.

11.

Todos nós sabemos que é direito de qualquer trabalhador no suposto Estado democrático de direito lutar por qualquer bandeira política que julgue justa. Ninguém pode ser tolhido do direito de reivindicar, já que este direito está previsto na mesma Constituição que supostamente reivindica. Além do mais, a juíza do trabalho presente na Audiência Pública dos Educadores Contratados na Assembleia Legislativa do RS, realizada no dia 11 de dezembro de 2017, reconheceu perante mais de 300 educadores (incluindo a direção central do CPERS), que o vínculo "emergencial" já está descaracterizado, o que abre várias brechas para a efetivação e outras reivindicações de direitos mínimos.

Há muito tempo que a questão dos contratados transcendeu o campo jurídico e se tornou uma questão política. É preciso sair do palavrório jurídico e entrar no campo da denúncia e da agitação política, sem o quê, nenhum direito pode ser conquistado ou ampliado. Assim, pode-se notar claramente que a bandeira única de concurso público e a "explicação" de "violação da Constituição" por parte da direção central do CPERS e das demais correntes sindicais, usada quase como uma fatalidade divina, não passa de uma opção política de deixar os trabalhadores mais precarizados de sua própria categoria desassistidos e desamparados, sem nenhuma bandeira de luta.

Admitir isso não nos torna cegos sobre as dificuldades jurídicas de todo o processo, mas estamos convictos da justeza da posição de efetivação e, enquanto tal, dispostos a lutar por todos os meios e a debater com qualquer ator social que esteja disposto honestamente a concretizá-la. Pensamos um formato para a efetivação que pode e deve ser aperfeiçoado ao longo dos debates e das polêmicas honestas: efetivação para todos os atuais contratados com mais de 3 anos de efetivo exercício (mesmo tempo do estágio probatório). Aos educadores nesta condição, sem terem concluído a graduação, se dá o tempo necessário à conclusão do curso para que ocorra a efetivação.

Mesmo havendo problemas iniciais nesta formulação, estamos abertos a debater e melhorar a forma reivindicatória desta bandeira com todos os ativistas sindicais e sociais bem intencionados e com consciência de classe; estejam eles dentro ou fora do CPERS.

12.

Sabemos também que a efetivação não deve ser a única bandeira de luta dos contratados. Existem tantas outras reivindicações intermediárias que precisam ser levantadas e debatidas seriamente nos seus momentos determinados que prepararão a efetivação. Cabe destacar a luta pela equidade de direitos, pela punição ao assédio moral aos contratados, contra a remoção arbitrária de escolas, contra

a demissão de contratados em licença-saúde e, sobretudo, contra os contratos por tempo fechado e a demissão, uma vez que esta representa apenas a utilização descartável da mão-de-obra que acontece, repetimos, não por iniciativa dos educadores contratados, mas dos governos e do mercado, que tem preferência por este tipo de regime de trabalho.

Defendemos um CPERS que acolha as demandas dos educadores contratados, que negocie remoções e demissões, fazendo a intermediação necessária; que trabalhe em cada momento com as palavras de ordem mais condizentes com a conjuntura, mas sempre tendo no horizonte uma perspectiva classista.

13.

Compreendemos que a luta dos educadores contratados dentro do CPERS representa o legítimo descontentamento contra condições precarizadas de trabalho que traduzem a visível decadência do capitalismo. A adesão do CPERS a esta luta representa um passo importantíssimo na readequação do nosso sindicato aos tempos atuais e a luta concreta contra a precarização do trabalho. O jargão do "trenzinho da alegria" ou do "apadrinhamento" são meras expressões de sentimento aristocrático ferido. Onde estão os apadrinhadores? Mostrem-nos atualmente um único contratado apadrinhado! Não ficou bem explicado que a efetivação é apenas para os atuais contratados? Então como pode haver apadrinhamento se esta política sindical é muito específica?

Vivemos atualmente o período dos "ajustes fiscais", da retirada de direitos, da destruição do Estado de bem estar social, da reestruturação produtiva do capitalismo. Quem não entendeu isso não entendeu a conjuntura e, portanto, não está apto para opinar sobre esta polêmica acerca da precarização do trabalho na nossa categoria, expresso através da política permanente de contratação "emergencial". Enquanto os educadores contratados não tiverem bandeiras próprias em sua defesa e reconhecimento, bem como forem destratados por governos e direções sindicais, estaremos fadados à divisão sindical, ao enfraquecimento da luta e submetidos a uma consciência patronal, totalmente alheia aos nossos interesses de classe.

14.

Muitas correntes sindicais e colegas do chão de escola propõem que "os contratados devem ter direito à CLT". Esta proposta apenas oficializa a divisão da categoria e acelera o fim dos Planos de Carreiras, pois isto significa a legalização de dois regimes de trabalho para uma mesma categoria: os nomeados, regidos pelo Plano de Carreira, e os contratados, que seriam regidos pela CLT. Isto sim é a "desmoralização do Plano de Carreira" e, também, aquilo que os governantes mais querem, a exemplo do que ocorre em São Paulo, onde impera 4 tipos de vínculos empregatícios.

Nesse sentido, a defesa dos Planos de Carreiras passa pela luta em defesa da inclusão dos contratados nos planos de carreiras. Um só regime de trabalho para uma só categoria! Insistiremos nesta questão em razão das diversas distorções conscientes feitas sobre a nossa proposta. Aqui cabe um paralelo com a política do CPERS de inclusão dos funcionários de escola no Plano de Carreira (o que temos acordo). Se a direção central apoia a justa extensão do Plano de Carreira aos funcionários, porque se opõem a estendê-lo a todos os atuais contratados?

A defesa por parte da direção central e demais correntes do CPERS do concurso público como solução única para o problema tem servido, na prática, para compactuar com a continuidade da contratação e excluído a única saída classista para o problema dos contratados (a efetivação). Frente à sangria desatada das contratações "emergenciais" o CPERS e nenhuma de suas correntes nunca propuseram luta alguma (como um ato público em frente à SEDUC, por exemplo) ou sequer as denunciaram no momento em que ocorriam.

A real defesa do concurso público passa, atualmente, por lutar e denunciar qualquer tentativa da SEDUC em contratar mais educadores "emergencialmente" e, também, por fiscalizar a realização dos concursos públicos: cobrar a divulgação do gabarito, acompanhar a "correção", questionar irregularidades, etc. Não agindo deste modo, a defesa do concurso público é só uma retórica vazia para se contrapor à efetivação, pois de concreto não fiscaliza e nem atua no sentido de enfrentar as ilegalidades e irregularidades praticadas pelos governos e pela SEDUC.

15.

A ausência de consciência de classe não se restringe apenas aos nomeados contrários à uma política classista para enfrentar a precarização do trabalho na nossa categoria. Muitos colegas contratados também demonstram ausência de consciência de classe em muitas oportunidades. Dentre outros fatores externos condicionantes, isso é reflexo da política sindical levada à cabo pela atual direção central do CPERS e por suas principais correntes. Falta de consciência de classe se combate com o aprofundamento da consciência de classe.

Infelizmente quando vemos as demonstrações de ódio e desequilíbrio de colegas nomeados sem consciência de classe que culpam contratados por qualquer coisa sem sentido ou atacam a bandeira de efetivação desequilibradamente, tendemos a ser infectados por este tipo de "peste emocional", passando a desejar que os colegas também percam direitos para que caiam na nossa vala comum. Mas isso é um erro que devemos evitar. Não podemos solucionar nossos graves problemas profissionais e sociais sem consciência de classe. Defendemos o direito de toda classe trabalhadora ao trabalho com direitos. Temos que dialogar com a base de apoio destes indivíduos que se julgam "colegas" e "trabalhadores", para que a consciência de classe vença o ódio aristocrático.

Consciência de classe também pressupõem paciência e a busca por sempre resolver os problemas coletivos de forma coletiva.

16.

Vemos e ouvimos as demonstrações mais raivosas e desequilibradas contra a nossa proposta de efetivação e direitos às contratadas e aos contratados. Não fomos nós que escolhemos este vínculo precário. Nós estamos nele e estamos sendo explorados cotidianamente. Queremos o reconhecimento e ódio nenhum no mundo, seja do governo, dos representantes do sindicato ou de colegas nas redes sociais, deve fazer recuar a consciência de classe na nossa categoria. Protegê-la deveria ser uma prioridade de qualquer direção sindical.

Um(a) colega nomeado(a) quando entende a nossa reivindicação justa pela efetivação (com todas as suas dificuldades), passa a ser um(a) companheiro(a) com consciência de classe.

Quando condena a nossa luta pela efetivação por qualquer motivo (sobretudo os mais atrasados e aristocráticos), passa a ser parte do problema criado pelos governos e pelo sistema, tornando-se um dique de contenção governista (não-remunerado).

17.

Existem outras possibilidades além da remoção e demissão que um sindicato com consciência de classe poderia e deveria incentivar. Exemplos aconteceram e acontecem em escolas de Porto Alegre e Canoas, de colegas nomeados que negociaram com direções e contratados como a intenção de ajeitar a situação. O CPERS, com o seu velho legalismo-burguês, não pode enfrentar essa situação, mas apenas aprofunda o caos e a lei do mais forte, enquanto grita hipocritamente "ninguém solta a mão de ninguém"... desde que não seja um colega precarizado!

Quais são os reflexos inevitáveis sobre o futuro da luta sindical e a confiança que colegas de base terão na capacidade do sindicato de conduzir a luta coletivamente?

18.

Defendemos algumas alterações no estatuto do nosso Sindicato, afim de dar conta da realidade em que a categoria se encontra, de tal forma que possamos avançar na luta por melhoria nas condições de trabalho e por uma educação de qualidade. Uma dessas mudanças refere-se a Assembleia Geral de Greve. Não é razoável aposentados que não estão na escola, definirem se devemos ou não entrar em greve mesmo impedir a participação de profissionais não filiados nessas Assembleias. A greve não é dos sócios do CPERS, mas da categoria ativa que está na escola, seja sócio ou não do sindicato, nomeado, contratado ou mesmo terceirizado.

Nossas Assembleias devem contemplar também falas da base da categoria, seja por sorteio ou por algum tipo de organização prévia que garanta essas falas. No mínimo de 10. Outra mudança importante é a incorporação de diretorias envolvendo segmentos como o dos contratados, terceirizados e dos funcionários de escola. Para isso defendemos a possibilidade de terceirizados participarem do CPERS na condição de Sócios. Quanto ao processo eleitoral,

esse deve ser feito de maneira presencial e de preferência utilizando urnas eletrônicas.

19.

Em todas as conjunturas somos prejudicados por sermos o elo mais fraco. O mundo está passando por processos de profundas mudanças estruturais através da disputa entre os imperialismos hegemônicos: EUA e Inglaterra versus China e Rússia.

O imperialismo estadunidense depende da dominação agressiva, interventora, intimidadora – tipicamente Ocidental; o imperialismo sino-russo (sobretudo o chinês) se caracteriza por ser silencioso, "propositivo", não-interventor, supostamente "preocupado" com "soberanias nacionais". Isso se dá desta forma não apenas pela condição econômica mundial, que favorece o a ascensão chinesa, já que atualmente "todos os caminhos" e "todas as rotas da seda" levam à China. A Rússia, após décadas mendigando compreensão e apoio por parte da Europa e dos EUA – inclusive solicitando ingresso na OTAN –, voltou-se para a China e terminou por se beneficiar amplamente de sua dinâmica capitalista, que resultou da reincorporação do gigante asiático ao mercado mundial.

Ainda que a manutenção da dominação estadunidense sobre o mercado mundial represente um sofrimento sem fim de exploração e miséria para a maioria dos povos do mundo, sobretudo seus setores mais precarizados, a vitória do bloco rival não representa nenhuma garantia para a melhoria das nossas condições de vida e de trabalho.

20.

O mesmo se passa na conjuntura nacional. A vitória de Lula (PT), ainda que seja preferível ao governo neofascista de Bolsonaro e cia., não representa uma melhora substancial na nossa condição de trabalhadores precarizados. O governo Tarso no RS atacou sem hesitação os educadores contratados, que foram removidos ou demitidos sem piedade em nome de "se cumprir a legislação", desconsiderando totalmente anos e décadas de trabalho já realizado.

É assim que pretendem defender a classe trabalhadora? Não temos nenhuma garantia de que esta política legalista e oficialista vá ser modificada, por isso a importância de seguirmos atentos e lutando com muita consciência de classe.

Somos contrários ao "novo" Ensino Médio porque ele precariza os conteúdos, ataca o papel formativo da escola pública e precariza ainda mais as condições de ensino-aprendizagem. Como sempre, as primeiras cabeças a rolarem em razão do enxugamento de disciplinas básicas serão as nossas, por isso continuamos salientando a importância de mantermos uma luta firme contra ele (não apenas pela suspensão da sua aplicação, mas por sua total revogação).

21.

Queremos a atenção dos colegas do chão da escola, dos sindicalistas e dos participantes do XI Congresso do CPERS para que:

- as pautas das contratados e dos contratados sejam acolhidas e ouvidas pelo sindicato: abaixo a ditadura sindical contra os precarizados! Dar e ouvir a voz daqueles que não tem voz! Sem solucionar o problema de divisão entre nomeados e precarizados não teremos movimento sindical unificado!
- uma política classista e não patronal seja elaborada para tentarmos resolver a questão do contrato "emergencial": pela construção coletiva, através de um diálogo fraterno entre nós, da política de efetivação!

Contratad@s resistem!
Contratad@s existem!
Contratados importam!

Somos mais de 45% da categoria! Exigimos reconhecimento e direito por anos e décadas de trabalho!

ASSINAM ESTA TESE:
Página do Facebook
"Educadores Contratados do RS".
Grupo do whatsapp
"Contratados pela Efetivação".

TESE 8

UNIR A CATEGORIA PARA UNIR A CLASSE: O CPERS QUE PRECISAMOS

1. CONJUNTURA ESTADUAL

O governo Leite tem priorizado uma política visivelmente neoliberal, uma vez que não só desvaloriza a educação como também investe folgadamente nos setores da burguesia estadual, como o agronegócio e os empresários. Além do não pagamento do piso salarial ao magistério, referente à lei 11.738/08, da situação de sucateamento das escolas, não inclui nos parcos reajustes as funcionárias e as aposentadas.

Dessa forma, percebe-se a adequação do governo estadual à lógica neoliberal, uma vez que direciona tratamento privilegiado ao Capital, nesta época de crise do capitalismo, acentuando a contradição capital x trabalho, quando desvaloriza acentuadamente a classe trabalhadora, como o magistério estadual e os servidores em geral. Em vista disso, a luta de massas é a principal forma de denunciar essa política do governo, não se resumindo somente a uma luta por melhores condições de trabalho e valorização, mas a uma luta indireta contra o modelo capitalista de sociedade, uma vez que esse se encontra no cerne da questão.

2. CONJUNTURA NACIONAL

O Brasil, em razão do avanço do fascismo de tipo bolsonarista e trumpista (comum na estratégia de Steve Bannon, de usar as redes para mobilizar preconceitos arraigados no povo e em diferentes religiões, bem como no uso massivo de fake news), caiu em um governo desastroso de extrema-direita, tendo à frente Bolsonaro e Paulo Guedes. Além de condenar amplas massas populares à fome, promoveu o genocídio da população ao não enfrentar a pandemia da COVID-19, que atualmente bateu a marca de 700.000 mortos.

Esse mesmo governo também atingiu a educação, a saúde, o emprego, a segurança, a cultura e outros vários setores e minorias, enquanto o mercado financeiro teve seus desejos contemplados no país, que tem um dos juros mais altos do planeta, uma economia dolarizada e desindustrializada, baseada amplamente na exportação de commodities do setor agropecuário.

Mesmo em meio a várias tentativas de burlar o processo eleitoral usando a máquina (PRF e dinheiro público), Bolsonaro perdeu - ainda que por uma pequena margem de diferença - as eleições para a chapa Lula-Alckmin, que, em 2023, recebem um país destroçado social e economicamente. Ainda assim, o fascismo não foi derrotado no Brasil, muito menos o desastre social intensificado por ele: indivíduos extremamente atomizados (que inclusive promovem ataques mortais em escolas), avessos à formas de convívio comunitário, defensores de ideologias reacionárias, inimigos da educação pública etc.; também permanecem mazelas educacionais, como o Novo Ensino Médio, que diminuiu a carga horária de disciplinas de formação geral, para colocar no lugar novas matérias sem cientificidade real, ou até absurdas, como é o caso de um estado brasileiro que tem uma disciplina chamada "O que rola por aí".

O que temos, portanto, de saldo do governo Bolsonaro é todo um arcabouço fascista, um serviço público agonizante, um povo com fome, bancarizado e endividado, em resumo, muita luta a ser empreendida pelas classes populares. Bolsonaro está fora do jogo por enquanto, mas não o fascismo e o neoliberalismo. Os sindicatos e, especificamente o CPERS, não podem se deixar iludir por iniciativas de conciliação de classes, que visam a fazer grandes concessões ao mercado financeiro e às classes dirigentes. Se a grande tarefa é reconstruir o Brasil, que seja pela esquerda, para e com os trabalhadores. A emancipação humana só pode se dar em outras bases, que não sejam a da barbárie capitalista.

3. CONJUNTURA INTERNACIONAL

A atual crise econômica do capitalismo, que vem se desenhando desde os anos 90, tem caráter sistêmico e estrutural. É uma crise de superacumulação e de realização de mercadorias. Um dos principais fatores responsáveis por esta crise é a tendência dos grandes grupos

econômicos de promover desemprego em massa para compensar a tendência de queda nas taxas de lucro. É, sem dúvida, uma crise profunda, que se estende por todo o mundo, dado o elevado grau de internacionalização do capitalismo. Já há uma forte recessão na economia mundial, que pode arrastar-se por muitos anos, já tendo produzido efeitos devastadores em diversos países. Esta crise mostra claramente a fragilidade e a decadência do sistema capitalista, pondo por terra seus pressupostos econômicos e ideológicos. Muitas empresas já promoveram um elevado número de demissões e outras, inclusive, já fecharam suas portas. No entanto, não se pode afirmar que se trate da crise final do capitalismo: antes da sua ruína final, este sistema tentará buscar alternativas. Além do mais, o capitalismo não cairá de podre. Terá que ser enfrentado e superado. O desenrolar da crise dependerá da sua condução política, mas sobretudo da correlação de forças no conflito entre o capital e o trabalho, em âmbito mundial, e que tende a se acirrar. Assim, cabe às forças revolucionárias lutar para que as classes trabalhadoras assumam, organizadamente, o protagonismo do processo de luta, garantindo soluções que, ao mesmo tempo combatam os efeitos imediatos da crise, criem as condições para que se acumule - na contestação da ordem burguesa, na defesa de seus direitos e na obtenção de novas conquistas, na organização e na consciência dos trabalhadores - a força necessária para assumir a direção política da sociedade no caminho da superação revolucionária do capitalismo. Mais do que nunca, está na ordem do dia a questão do socialismo. Fundamentalmente, a crise é resultante do acirramento das contradições do capitalismo, agravadas ainda mais pelas políticas neoliberais que prevaleceram na maior parte do mundo, nos últimos 20 anos. O capitalismo ainda pode buscar fôlego para se recuperar, mesmo em meio às suas contradições estruturais, como a tendência à concentração e à centralização do capital em grandes conglomerados mundiais, à financeirização e ao encolhimento relativo dos mercados consumidores. Mas esta tentativa de recuperação certamente deverá agravar as contradições e a luta de classes, na medida em que o capital terá que recorrer ao aumento da expropriação de mais-valia dos trabalhadores, da repressão e criminalização dos movimentos sociais e da agressividade das guerras imperialistas. A burguesia toma iniciativas para defender seus interesses, utilizando-se dos aparelhos de Estado. Os governos de muitos países com peso na economia mundial têm anunciado medidas de intervenção dos Estados para salvar empresas industriais e bancos à beira da insolvência e para incentivar o consumo. Também, anunciam medidas de natureza protecionista, visando garantir o nível de produção, manter e aumentar o nível de emprego interno, potencializando conflitos de interesses interburgueses. A adoção destas medidas põe por terra a onda neoliberal que prevaleceu no mundo nas últimas décadas. Sabemos, entretanto, à luz de Marx, que todas estas medidas são limitadas, voltadas para a defesa dos interesses do capital e não terão condições de retomar um alto padrão de acumulação.

Os governos e Estados capitalistas reagiram à crise capitalista transferindo enormes somas de dinheiro público para grandes empresas financeiras e industriais. Os trabalhadores, por seu lado, amargaram o desemprego e o aumento da miséria.

A crise demonstra de maneira cristalina a necessidade de os povos se contraporem à barbárie capitalista e buscarem alternativas para a construção de uma nova sociabilidade humana. Entretanto fica provado que todo Governo que tentar conciliar os interesses de classes antagônicas estará fadado ao fracasso, isso está acontecendo com os governos de corte popular, com destaque para a América Latina, porém os povos vêm resistindo e buscando construir projetos alternativos baseados na mobilização popular, procurando seguir o exemplo de luta da heroica Cuba, que ficará na história como um marco da resistência de um povo contra o imperialismo.

As possibilidades abertas de avanço da resistência popular na América Latina a um patamar superior de retomada da luta revolucionária no continente aliada às necessidades estratégicas do imperialismo em dominar reservas de recursos naturais, como água e petróleo, faz com que intensifiquem os ataques contra Cuba e o projeto bolivariano de Venezuela e Bolívia. O embargo econômico

criminoso contra Cuba foi incapaz de derrotar a determinação do povo cubano em levar adiante seu processo de construção socialista. Diante disso, montam-se farsas midiáticas e simulacros de movimentos de oposição financiados desde Miami para desestabilizar o regime. Mas, o povo cubano sabe que suas dificuldades não têm sido vãs e tem consciência que o fim do socialismo significa a derrota das conquistas sociais históricas na saúde, na educação, etc. Por isso, resiste heroicamente e conta com a solidariedade dos trabalhadores no mundo todo.

4. SINDICAL
PARA UNIR O SINDICALISMO CLASSISTA

A crise enfrentada pelas organizações do mundo do trabalho nas últimas décadas é uma crise de subjetividade combinada com uma crise de direção política. A perda das referências de classe sucumbidas sob os escombros do socialismo realmente existente no leste europeu atingiu de cima a baixo a classe trabalhadora levando um número significativo de dirigentes políticos e de massas a preconizar a inserção no "jogo democrático" burguês como a única alternativa de solução dos problemas da classe. Muitos desses dirigentes se tornaram políticos de carreira, abandonando suas bases à própria sorte ou adaptando-as às suas estratégias pessoais ou partidárias. O resultado foi o esvaziamento dos sindicatos, o distanciamento das direções de suas bases e a consequente burocratização.

No Brasil, a CUT foi forjada com o compromisso de construir o projeto de um novo sindicalismo: classista, democrático, combativo, independente do Estado, dos partidos e dos patrões; por um movimento sindical unitário, abrangente, solidário, internacionalista e de luta pelo socialismo.

A partir da filiação da CUT a CIOSL – Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (central sindical ligada à social-democracia européia) até nossos dias, a CUT distanciou-se completamente dos princípios que nortearam sua fundação. Hoje é elitista, conciliadora, burocrática, antidemocrática, submissa às verbas e à ideologia da CIOSL. Acabou-se a ilusão, a CUT hoje é mais um braço dos governos neoliberais, que tenta manobrar a luta dos trabalhadores para melhor servir aos interesses do grande capital internacional.

É preciso retomar o caráter classista da luta sindical, tendo como princípios fundamentais de nossa ação a organização da luta a partir dos locais de enfrentamento da classe contra o Capital e seu Estado, a independência dos trabalhadores em relação aos patrões e governos, a autonomia em relação aos partidos políticos, a formação como ferramenta que potencializa nossa ação, a solidariedade concreta da classe que rompe as cercas das categorias, dos vínculos de formalidade e das nações.

Mas a unidade não se constrói por vontade política, por intenções em discursos e muito menos com práticas oportunistas, como as que infelizmente estão na construção de Centrais para seus Partidos. Se unidade se consolida, sim, organizando a classe trabalhadora, seus sindicatos, em uma unidade que reconheça o seu lugar na divisão social do trabalho, em oposição às classes dirigentes

5. O CPERS

No nosso sindicato, esse processo de conciliação é desastroso para a luta da categoria, pois ainda não enfrentamos devidamente o Governo Leite, e o que se percebe é o afastamento da base da categoria, movida por uma crítica relativa ao imobilismo da entidade. Segundo visões equivocadas, em boa medida orientadas por um discurso despolitizado e de senso comum, o CPERS não deve investir na luta direta como a greve e, sim, na negociação com o governo e com o parlamento, deixando de lado os reais interesses da categoria. É preciso um duro balanço desses equívocos, pois está evidente que os compromissos político-partidários das sucessivas direções do CPERS têm obstaculizado as lutas da categoria, dando margem ao avanço do discurso despolitizado, muitas vezes liderado pela direita e pelos sucessivos governos que dizem que o "CPERS não representa mais a categoria", que o "CPERS perdeu a legitimidade", etc.

Urge uma política de formação sindical para sócios através do CPERS. Se num dado momento da história do sindicato, após grandes debates na categoria e muita luta interna, finalmente a categoria em assembleia aprovou a desfiliação da CUT, isso significou uma grande possibilidade

de romper com o corporativismo e o peleguismo, estabelecendo um tipo de organização e luta unificada do conjunto da classe.

A superação dos problemas atuais vividos pelo nosso sindicato no cotidiano da categoria, passa pela reposição das suas demandas históricas na pauta de lutas de forma permanente ao lado das demandas que forem surgindo. Esta é a forma de trazer de volta os trabalhadores em educação do Rio Grande do Sul para dentro do CPERS. Não é mais possível admitir que se gaste um ano inteiro de lutas para disputar o Sindicato entre oposição e situação.

Balanço das Eleições do CPERS

Ainda resta fazer um importante balanço, ainda que localizado, das últimas eleições do CPERS Sindicato. Falando especificamente sobre o caso vergonhoso que ocorreu na cidade de Alegrete, vinculada ao 19º Núcleo do CPERS: no pleito à direção do sindicato e também a representação 1/1000 e de aposentados, foi realizada denúncia às instâncias superiores do CPERS, anexando-se inclusive provas concretas, sobre uma fraude que ocorreu em ambas etapas da eleição. Houve o uso indevido do CPF de centenas de sócios, a fim de fazer uma votação massiva (sem o conhecimento desses sócios; alguns até nem viviam mais na cidade nem no RS). Muitos desses mesmos sócios assinaram declarações - algumas do próprio punho - alegando que não haviam votado e que apareceu seu nome e CPF na lista como tendo votado. A denúncia foi encaminhada pela chapa derrotada e até o momento (presente ano de 2023) algo de mais concreto não foi feito, nem se chegou a uma conclusão, apenas uma sindicância foi instalada, mas ainda não concluída. Enquanto isso, vários sócios e militantes de longa data se afastaram do referido núcleo, por não mais verem legitimidade na instituição. É urgente que se faça justiça em nosso sindicato que, nos últimos anos, tanto falou em respeito à democracia. O crime não pode compensar.

6. FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA

Nos últimos anos os Funcionários de Escola vêm marcando presença nas atividades, assembleias, manifestações, paralisações e greves da categoria. Isso é fruto da grande mobilização que começou nos anos 90, após a Constituição garantir o direito de sindicalização dos Servidores Públicos. Muitas batalhas foram travadas contra governos para garantir direitos que antes não eram reconhecidos, um deles e talvez o mais importante seja o Plano de Carreira dos Funcionários de Escola, que garante avanços na carreira, onde os Funcionários podem progredir de nível e de grau conforme sua escolaridade e concorrer a promoções por merecimento Porém até o presente momento os funcionários amargam a não aplicação de tal plano de carreira.

Hoje, após o reconhecimento dos funcionários de escolas como profissionais da educação escolar, é preciso uma nova batalha. Esta, agora, é pela inclusão no Piso Salarial Nacional, aos funcionários para o aprimoramento da educação pública. E para tal, nosso sindicato não pode vacilar; tem por obrigação colocar em todas as pautas de reivindicações essa questão que para os funcionários é de fundamental importância.

7. EDUCAÇÃO

O Brasil tem sua política de comércio internacional centrada no agronegócio. Na reunião da OMC, em 2003, em Cancun, Brasil e Índia foram cooptados pelos Estados Unidos e União Europeia e passaram a formar com esses países mais a Austrália, a partir de abril de 2004, o P-5 (o grupo das 5 partes interessadas), para fazer um acerto pelo alto em nome dos setores econômicos internacionalizados e recolocar nos trilhos os TLC – Tratados de Livre Comércio, objetivando avanços na redução de tarifas para produtos não agrícolas. Essa manobra política foi comemorada pela Associação Nacional de Fabricantes dos Estados Unidos e pelo agribusiness brasileiro que obteve a promessa de redução gradual dos subsídios agrícolas pelos EUA e UE. Quem perde é a indústria, os serviços e a propriedade intelectual.

Na época, Pascal Lamy, então diretor da Organização Mundial do Comércio, proferiu a seguinte frase sobre o Brasil: "O ganho agrícola brasileiro não será gratuito, o Brasil terá de oferecer maior acesso a bens industriais e serviços para obter contrapartida". Ou seja, uma chantagem econômica dos países ricos para impor a desregulamentação legal e as privatizações ao país.

Consequências dos Tratados de Livre Comércio na Educação

Segundo especialistas: "é um erro grave restringir o lócus do embate contra a mercantilização [da educação] no Acordo Geral de Comércio de Serviços (AGCS)". É preciso prestar atenção na área de investimentos (e a abertura de investimentos diretos estrangeiros e na educação à distância).

A BNCC e a "Nova Direita"

Já nos anteriores governos do PT começou a gestação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) por pressão dos setores do capital interessados numa "reforma empresarial da Educação". É necessário, porém, voltarmos um pouco no tempo, a fim de percebermos que essas reformas não são novidade e têm uma história que acompanha o movimento do capital internacional mencionado acima.

No final da década de 1990, o governo de Fernando Henrique Cardoso introduzia no país de maneira sistemática e oficial, um movimento pelas 'referências nacionais curriculares'. Em 1988, já havia sido implantada a "avaliação de larga escala" a qual "iria se articular com estas referências". Desse processo, resultaram os "Parâmetros Curriculares Nacionais", bem como o fortalecimento do "Sistema de Avaliação da Educação Básica" (Saeb), ingredientes básicos para um sistema de responsabilização (accountability).

Sobre a Base Nacional Comum Curricular não é demais reafirmar que esse processo teve início ainda sob a gestão petista com Fernando Haddad no Ministério da Educação. É certo também afirmar que nesse momento havia ainda uma resistência considerável à pressão das grandes corporações capitalistas, interessadas na reforma educacional, a fim de atender seus interesses econômicos, seja de formação de mão de obra barata, seja de aspiração à privatização da educação pública. Contam-se às dezenas o número de fundações, institutos e associações a serviço ou pertencentes diretamente ao grande capital, participando do processo de elaboração da BNCC. Faz-se necessário, ainda, tecermos uma crítica à maioria dos sindicatos de educadores que não mobilizaram suas bases para a participação no processo através dos canais virtuais disponibilizados pelo MEC. O fato é que com o golpe de 2016, as corporações do capital tiveram o caminho aberto para dar o tom à BNCC que foi homologada em 20 de dezembro de 2017.

A BNCC, como todos os movimentos de reforma educacional pelo topo, já mencionados, faz tábula rasa das peculiaridades culturais de cada região. O pior é que ela está sendo ruminada bovinamente na imensa maioria das escolas, sem a mínima discussão sobre as consequências de sua implantação. Diga-se, inclusive, que há diretores e diretoras que a saúdam dizendo que "finalmente temos uma referência" para o currículo das escolas.

Eduardo Leite e as Escolas Charters

Em Língua Portuguesa, a palavra charter significa algo como "aluguel" ou "fretamento". Pois é mais ou menos esse o espírito por trás do conceito das chamadas charter schools ou escolas charter.

Esse modelo de escola foi fundado por um ex-militar estadunidense que, em 20 de maio de 2019, esteve em visita ao governador Eduardo Leite, para apresentar seu portfólio. Falamos de Jonathan Hage, que fundou, em 1997, nos Estados Unidos, o Charter Schools USA (CSUSA). Desnecessário dizer que Leite ficou encantado com a ideia e encerrou a reunião afirmando que "queremos esse modelo aqui. Só porque um serviço é público não significa que precisa ser administrado pelo poder público". Ou seja, em outras palavras o governador do Rio Grande do Sul reitera a máxima neoliberal do "Estado mínimo". Estado mínimo para o povo e máximo para os ricos.

A cobertura jornalística, lógico, cantou loas à grande possibilidade de avanço na privatização da educação gaúcha. Afinal, quase todas as empresas da grande mídia têm interesse nesse processo. Em particular a RBS, que já há alguns anos atua na área via Fundação Maurício Sirotski Sobrinho e Instituto Jama, pertencente a membros da família Sirotski.

Mas, afinal, qual o problema das escolas charter?

Na América Latina, o Chile sob a ditadura sangrenta de Augusto Pinochet foi pioneiro na implantação das escolas charter, bem como na

distribuição de vouchers (bônus) para escolas privadas. O documentário Granito e Arena nos mostra de forma impactante o que significou a implantação de escolas charter no México e a luta das comunidades de Oaxaca contra tais ataques. Ao fim e ao cabo, restou que houve escolas que passaram a ser geridas pela Pepsi-Cola, pela Ford, etc.

No Brasil a primeira escola charter surgiu em 2005, em Pernambuco.

Já no Rio Grande do Sul, ao menos em Porto Alegre, desde o início dos anos 1990 existem creches (escolas infantis) conveniadas com a Prefeitura, isto é, a comunidade já tinha ou criava uma creche (coisa bem comum nas periferias!) e buscava o convênio com a Prefeitura que a subsidiava. Todavia, a partir da assunção do governo municipal pelos neoliberais, esses passaram agora a querer mudar o caráter de creches ou escolas comunitárias para escolas charter.

Não é de hoje que sabemos que quando um governo quer privatizar uma empresa ele a sucateia ao máximo para justificar a sua "ineficiência" e o "peso" que ela significa para os cofres públicos. Pois, nos últimos anos, os governos passaram a aplicar essa prática a outros serviços públicos como saúde e educação.

Outro problema das escolas charter diz respeito a tão decantada elevação da qualidade de ensino. O pesquisador Holmes afirma que a graduação nessas escolas é muito baixa em comparação com as escolas públicas tradicionais. "Em 2015", diz ele, "a taxa e graduação no Ensino Médio nas escolas públicas tradicionais foi de 84%, contra 61% das escolas charter".

Novo Ensino Médio Gaúcho

Com o Novo Ensino Médio Gaúcho, correspondente estadual do Novo Ensino Médio implementado pelos ex-governos federais de Temer e Bolsonaro, vemos em marcha o projeto de aligeiramento da educação ofertada à juventude da classe popular. Disciplinas importantes para um ensino geral e crítico perdem espaço para novas disciplinas que supostamente seriam do interesse dos mais jovens, mas que, na verdade, no máximo, se ajustam à ideologia neoliberal, do empreendedor de si mesmo, sem direitos trabalhistas, previdenciários ou salário digno; isso aumenta o fosso na divisão social do trabalho: para os filhos dos ricos, as posições de mando e gerenciamento; aos filhos dos trabalhadores, a produção e realização de mais-valia e a informalidade. A juventude brasileira tem recusado esse modelo e cobra do recém eleito Governo Lula-Alckmin a sua revogação; de momento, o governo afirma não haver interesse em revogar, senão fazer alterações e consulta pública. Esse momento é crucial para fortalecer essa luta, e o CPERS precisa se engajar nessa justa luta de professores, funcionários e estudantes pelo fim do Novo Ensino Médio e, juntamente dele, o Novo Ensino Médio Gaúcho, do qual o governo estadual não quer abrir mão.

8. FORMAÇÃO CONTINUADA

Outra tarefa que um sindicato como o nosso não pode se eximir é a formação dos trabalhadores da sua base, professores e funcionários. Os níveis de exigência de formação continuada são cada vez maiores, seja para atender as demandas das comunidades escolares, seja para oferecer condições à ascensão profissional dos trabalhadores em educação. A falta de tempo em razão da carga excessiva de trabalho impõe aos professores da rede estadual de ensino ou a exclusão da formação continuada ou com muitos sacrifícios pessoais e familiares cair nas malhas dos cursos pagos e aligeirados. Assim, o CPERS precisa buscar instituições como UFRGS, FURG, UERGS, por exemplo, para propor um convênio para a criação de cursos de pós-graduação que atendessem os interesses dos professores e funcionários da rede pública estadual de ensino. É urgente retomarmos a luta pelo direito à formação continuada em serviço

9. REFORMA ESTATUTÁRIA DO CPERS

Não restam dúvidas acerca da necessidade de reforma dos estatutos do nosso sindicato. O novo estatuto deve garantir formas e métodos mais democráticos de participação da base da categoria nas decisões da entidade. Não é mais possível se manter forma e método de organização que, na prática, impede a base de manifestar sua opinião e a exclui das decisões, privilegiando as correntes políticas organizadas. Deste modo, defendemos a formação de uma comissão estatuinte, com representação das teses

participantes deste congresso para que elabore uma minuta com as propostas de reformulação do Estatuto e apresente à base para discussão e apresentação de emendas pertinentes e posteriormente realizar uma assembleia nos núcleos e uma geral para aprovação final.

10. REPRESENTAÇÃO DO CPERS NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Uma questão fundamental a ser democratizada e estatuída no CPERS é a nossa representação junto ao Conselho Estadual de Educação. O CEED é o fórum mais importante da educação no Estado. É pelo CEED que passam todas as políticas educacionais do âmbito estadual, público e privado. Do segmento trabalhadores em educação, representados pelo CPERS, são indicados quatro representantes. Estas indicações já chegam prontas, fechadas ao Conselho Geral do CPERS através de articulações prévias entre as correntes majoritárias que compõem a direção da entidade. Entendemos que na base da categoria existem pessoas com tanta qualificação e compromisso político com as lutas da categoria, formação acadêmica e técnica compatível com a importância do cargo, como nas correntes hegemônicas. Por isto, defendemos que as indicações para a representação do CPERS junto ao CEED sejam amplamente debatidas e decididas pela base da categoria via eleição direta e não mais por conchavos de bastidores entre as correntes hegemônicas na máquina sindical.

11. MULHER

O capitalismo faz com que a mulher trabalhadora seja duplamente explorada: como trabalhadora e como sexo. Sabemos que não existe solução para a exploração da mulher na sociedade capitalista, uma vez que é inerente a este sistema a exploração do homem pelo homem. A plena emancipação da mulher, somente será possível na sociedade socialista, onde existirá igualdade de oportunidades e direitos para todos. Uma sociedade socialista onde os meios de produção serão uma propriedade social e essa relação seja gerida na base da participação popular para suprir e desenvolver as necessidades vitais e culturais das coletividades; do bem comum. Suporte para a superação do egoísmo e da alienação de mulheres e homens. Se assim não for, do que adiantará socializar os meios de produção e distribuir renda, se não alterar as relações inter-humanas em sociedade como assim falava Ernesto Ché Guevara. Esta deve ser a preocupação de cada um de nós, sejam militantes e revolucionários, que se propõem contribuir para a edificação de uma nova sociedade. A sociedade Socialista.

12.PLANO DE LUTAS

"A neutralidade do sindicato somente beneficia a burguesia".

V. I. Lenin

Gerais:

- O CPERS deve incentivar a elaboração de um calendário nacional de lutas centrado na resistência dos trabalhadores à ofensiva do capital em função da crise, tendo como lema comum nenhum direito a menos, a defesa do emprego e do salário, a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial, pela manutenção e ampliação das verbas para educação e saúde, visando atrair para a luta os trabalhadores e os setores mais necessitados da população, além de combater qualquer forma de subsídio para o capital monopolista. Devemos propor a criação de comitês e organismos de mobilização que sejam germes do Poder Popular e que caminhem para a proposição de um grande Encontro Nacional [para construção] de uma Frente Anticapitalista e Antiimperialista, envolvendo todas as organizações e movimentos populares e revolucionários, para elaboração de um programa estratégico e tático do Poder Popular. Este programa deve ser uma plataforma política capaz de dar unidade a um novo bloco proletário e formar a nossa ação contra-hegemônica como base para uma alternativa real de poder dos trabalhadores.
- Restabelecer o monopólio estatal do petróleo.
- Estatização de todo o sistema de ensino nacional, especialmente das unidades privadas e escolas particulares, e implantação de uma ampla reforma na educação que possibilite no médio prazo a criação de uma escola de qualidade para todos, da educação infantil ao ensino superior, além da pós-graduação.

- Pela paz, com justiça social, autodeterminação, soberania dos povos e democracia para as massas.
- Fim imediato do criminoso bloqueio dos EUA contra Cuba.
- Solidariedade à Cuba: contra a hostilidade midiática orquestrada pelo imperialismo ianque
- Devolução de Guantánamo ao povo cubano.
- Todo o apoio à luta antiimperialista dos Governos da Venezuela e Bolívia.
- Apoio ao movimento de resistência popular em Honduras.
- Internacionalismo proletário e solidariedade às lutas revolucionárias que ocorrem no mundo contra o imperialismo.
- Desmercantilização da saúde, da previdência social e da educação.
- Universalização do ensino público, gratuito, democrático, crítico, criador, popular e de qualidade em todos os níveis.
- Reafirmação do direito humano à comunicação necessária para a construção de uma sociedade baseada na diversidade étnica, histórica, na igualdade entre os homens e mulheres, promovendo a justiça, o respeito e a dignidade humana.
- Reestatização das empresas estratégicas que foram privatizadas, ligados à soberania sobre os recursos naturais.
- Fora qualquer Base Militar Norte-Americana do Brasil e da América Latina.
- Pelo fim da expansão da OTAN.
- - Pelo direito ao pleno emprego, pela redução da jornada de trabalho, sem a redução de salários e direitos.
- Proteção da vida, da biodiversidade e cobrança da dívida ecológica.
- Pela implementação de um plano de emergência contra a fome, a carestia e o desemprego.
- Precisamos reconstruir um sindicalismo classista, democrático e combativo, independente do estado, dos partidos políticos e dos patrões. Por um movimento intersindical unitário, abrangente, solidário e de luta pelo socialismo.
- Fortalecer as iniciativas que hoje acontecem no Brasil na busca da construção de um novo instrumento intersindical de luta para a classe trabalhadora ,através de um ENCLAT.
- Engajar-se na luta pela revogação do Novo Ensino Médio e do Novo Ensino Médio Gaúcho.
- Lutar pelo fim de todas as Escolas Cívico-Militares, resquício do desastroso governo Bolsonaro.

ESPECÍFICOS:

- Pressão sobre o governo federal e o STF para implantação imediata do Piso Salarial Profissional Nacional.
- Defesa do Plano de Carreira e da Lei de Gestão Democrática e do IPE Público e a serviço dos servidores do estado, seus dependentes e pensionistas.
- Inclusão dos funcionários de escola na lei do PISO NACIONAL.
- Exigir segurança nas escolas.
- Buscar unificar o funcionalismo público estadual na luta em defesa da nossa Previdência Solidária e Aposentadoria.
- Exigir realização de concurso para professores e funcionários, com maior número de vagas que o concurso recentemente aberto.
- Construir unidade na ação e a solidariedade Proletária.
- Construir a mobilização nas escolas para a defesa de nossa pauta de reivindicações.
- Garantir qualificação da categoria em cursos de mestrado e doutorado nas Universidades Públicas, através de convênios específicos.
- Barrar qualquer tentativa de filiação do CPERS a qualquer Central Sindical.

QUE ESTE CONGRESSO CONSTRUA A UNIDADE E A LUTA DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO.

ESSA TESE É ASSINADA POR:
Unidade Classista.

TESE 9

TESE CSD: DEMOCRACIA, ESPERANÇA, LUTA E RESISTENCIA

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Após um longo período de pandemia, onde o mundo teve a oportunidade de reavaliar seus principais princípios e valores, nos deparamos com a participação e incentivo dos EUA na Guerra da Ucrânia, onde assumiram claramente a defesa do governo de Volodymyr Zelensky.

Desde o início do conflito, em fevereiro de 2022, os norte-americanos ofereceram equipamentos militares, como mísseis, tanques e sistemas de defesa aérea, além bilhões de dólares em assistência militar. Evidentemente que a participação dos EUA nessa Guerra, vai além da participação no fornecimento bélico.

Quando Biden diz que é um conflito entre democracias e autocracias, está notadamente reafirmando e recrudescendo a disputa da geopolítica que vigorou durante o Período da Guerra Fria. Por outro lado, Vladimir Putin defende toda história e laços espirituais, humanos e civilizacionais formados há séculos entre russos e ucranianos. A negação ao passado e o desvincular a Ucrânia da Rússia advém de pressões dos EUA e da União Europeia. Desta forma, a Ucrânia foi sendo arrastada para um jogo geopolítico de se tornar uma barreira entre a Europa e a Rússia. Os interesses da OTAN, UE e EUA em tornar a Ucrânia aliada, por estar geograficamente muito próxima da Rússia, inevitavelmente, gera aborrecimento ao governo russo. Zelensky, apoiado e ajudado pelos EUA e UE resiste as invasões russas, e, a Guerra se prolonga até os momentos atuais, deixando um rastro de destruição e centenas de vítimas civis e militares.

O posicionamento do governo brasileiro, reafirmado pelo Presidente Lula, é contra o conflito e se coloca a disposição como mediador, no sentido de cessação da Guerra na Ucrânia. O período anterior foi marcado por crises que impactaram mundialmente na ordem capitalista. Foram quatro: em 1890, em 1929, em 1970 e em 2012. No campo político encontramos um mundo multipolarizado, com a disputa de poder dos EUA e Europa Ocidental em relação a China e a Rússia.

A ganância, sem qualquer preocupação social, expõe o desejo de abocanhar recursos estratégicos como petróleo, água, nióbios, biodiversidade. Os interesses políticos e econômicos, dentro do liberalismo estende seus interesses sobre a educação, fazendo com que a cooperação para o desenvolvimento seja levada a cabo por organismos internacionais de financiamento e seja apresentada uma agenda política e ideológica que abre espaço para grupos econômicos internacionais investirem nos países em desenvolvimento conforme seus interesses. Somente a disposição para a luta pode conter a vitória do capital.

> ***"Não aceite o habitual como coisa natural; em tempos de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar"***
>
> Bertolt Brecht

CONJUNTURA NACIONAL

O Brasil vive um momento de esperança com a eleição do presidente Lula. Desde o início de 2023 o povo brasileiro passou novamente a vislumbrar dias melhores, com mais emprego e renda, mais igualdade, mais dignidade e menos diferenças. Vencer a eleição e derrotar a candidatura fascista foi possível com a constituição de uma Frente Ampla, com a participação de vários Partidos Políticos de esquerda, centro-esquerda e centro-direita. Esta aliança foi estrategicamente necessária, pois a vitória de Lula em 2022 era vital para a manutenção da democracia brasileira.

O governo Bolsonaro mostrou-se o pior da história brasileira, preocupando-se em destruir todas as conquistas sociais obtidas nos governos Lula e Dilma. Além disso ocupou-se em desestruturar Ministérios importantes relacionados a Cultura, a Educação, a Ciência, a Saúde, ao Meio-Ambiente, aos Direitos Humanos e Trabalhistas. Também deixou como

herança muitas ilegalidades que estão sendo apuradas pela Justiça e pela Polícia Federal. Um grande número de militantes fascistas, civis, militares desequilibrados e armados encontram-se no Brasil, espalhando ódio, mentiras e ideias nazifascistas pelas redes sociais.

Apesar da eleição do presidente Lula, foram eleitos ´deputados, senadores e governadores bolsonaristas e fascistas. Este grupo tem um projeto: desestabilizar o Governo Lula, democraticamente eleito. O povo tem a grande tarefa de tomar as ruas e fazer o enfrentamento, de forma responsável visto que o projeto vencedor é o que o representava, sempre que necessário. O Movimento Sindical já vinha sofrendo as consequências das transformações no mundo do trabalho, agravadas pelas altas taxas de desemprego que aumentavam desde 2015 e foram agravadas em 2016 com o crescimento da informalidade e da precariedade nas relações de trabalho. Políticas anti-povo foram implementadas desde o Governo Temer, agravadas durante o Governo Bolsonaro, como as falsas "Reformas" da Previdência e Trabalhista.

Na Educação as lutas continuam contra a militarização das escolas públicas, contra a home schooling, pela Revogação do Novo Ensino Médio, pela manutenção e ampliação da Lei das Cotas, pela valorização das/os profissionais da Educação (professores/as e funcionários/as), pelo cumprimento da Lei do Piso do Magistério e pela luta para a implementação de um piso para as/os funcionárias/os.

O povo brasileiro possui o compromisso com um projeto historicamente acumulado pela classe trabalhadora, através da Central Única dos Trabalhadores, dos Movimentos Sociais e do Partido dos Trabalhadores. Precisamos construir o caminho e a força que nos levará a derrota de governos neoliberais radicais no Brasil. É preciso recolocar o país no rumo de um projeto democrático e popular de desenvolvimento sustentável e soberano, de superação das desigualdades e das injustiças, de afirmação dos direitos e de construção do socialismo democrático.

Um outro desafio é o de fazer o movimento sindical à altura da realidade e das necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras, atacados pela perseguição ideológica à sua consciência de classe, fragmentada pelas novas formas de exploração e organização da produção e prejudicada pela massificação do trabalho informal e pela restrição de seus direitos trabalhistas e sociais.

O mundo do trabalho clama por um novo olhar sindical, que organiza uma classe trabalhadora que é diversa. A história da Central Única dos Trabalhadores é a história de superação de um sindicalismo atrasado. Neste momento a Central vive o desafio de fazer o movimento sindical que a classe trabalhadora exige, sendo convocada a atualizar seu projeto político e organizativo para seguir sendo uma de suas principais ferramentas de organização e luta.

O Congresso apresenta-se ainda mais conservador. A grande mídia continua com um poder brutal. E ainda há a necessidade de consolidação de uma organização popular que tenha capacidade de mobilizar e envolver o povo, ocupando as ruas para assegurar as mudanças tão esperadas, e necessárias na política e na sociedade.

Em um passado recente, ao vislumbrar alternativas, o país deparou-se, em um momento histórico, com o pré-sal. Este constituiu-se em uma grande riqueza nacional. Especialistas afirmavam que até 2020 milhares de empregos diretos e indiretos seriam criados com a exploração do petróleo no pré-sal, demandando inúmeros profissionais, de diferentes especialidades. Porém, o que era para ser motivo somente de orgulho para o país, transformou-se também em um dos principais motivos da crise que hoje está instalada. A partir desta disputa, uma das áreas mais prejudicadas foi a da educação brasileira. O momento é de reestruturação e fortalecimento dos espaços sindicais.

CONJUNTURA ESTADUAL

No Rio Grande do Sul, a reeleição de Eduardo Leite em 2022, pressupõe a continuidade de um governo cruel, que maltratou o funcionalismo público, utilizando-se do conceito de que "o salário do funcionalismo (só os pequenos salários) quebra o Estado, e o patrimônio público é obsoleto". A reeleição de Eduardo Leite iniciou continuando a utilizar-se das mesmas farpas utilizadas nos últimos quatro anos. A composição da Assembleia Legislativa renovou-se parcialmente, com importante presença

de parlamentares negros e com o aumento da bancada de oposição ao Governo Leite. O resultado dá um recado para a sociedade.

Os trabalhadores da Educação são vistos como inimigos do Governo, sendo levados a uma situação de quase miserabilidade e tendo seus direitos "roubados" dia após dia. Amargam falsos índices de reposição salarial que saem de seus próprios contracheques, numa clara intenção do Governo Leite (PSDB) de fazer com que o piso vire teto salarial. Este mesmo Governo criou uma parcela de irredutibilidade e agora insiste em reduzi-la a nada, apresentando falsos índices de reajuste. Funcionários/as de escola, aposentados/as sem paridade, assim como muitos professores/as e aposentados/as de carreira receberam nada ou praticamente nada de reposição. O que se obteve de reposição foi fruto de muita luta e pressão, organizada pelo CPERS Sindicato junto aos trabalhadores/as, deputados/as e sociedade. Sociedade esta que tem sentido diariamente os reflexos desta desvalorização, pois o poder de compra segue diminuindo desde janeiro de 2015, com acúmulo de perdas inflacionárias.

Durante o período de pandemia não houve nenhuma ação efetiva, por parte do Governo Eduardo Leite, para compensar financeiramente educadores/as por seus investimentos em computadores, telefones celulares, internet ou outros equipamentos móveis que viabilizaram as realizações de aulas on-line. Também não apresentou nenhuma intenção em vacinar prioritariamente educadores/as (professores/as e funcionários/as) levando o CPERS Sindicato a ter um grande número de perdas de educadores/as. Este foi o terrível "Novo jeito de Governar" do Governo Leite, bradado durante sua primeira campanha para o Governo do Estado. Já em sua segunda campanha apresentou-se como o "candidato do controle das contas públicas". Por tudo isto, justifica-se o apelido de Pinóquio. Infelizmente, ao iniciar este segundo mandato, tem apresentado toda a intenção de continuar sua sanha neoliberal de estado mínimo, com foco em privatizações desnecessárias e retirando direitos do funcionalismo público. Sempre beneficiando os mais ricos e grandes empresas com incentivos fiscais. Através da manipulação midiática, Leite e o PSDB conseguiram ocultar o histórico dos governos Britto, Rigotto e Yeda e também os resultados nefastos da política neoliberal e de ajuste fiscal destas administrações para o Estado. Tudo escondido sob a insígnia "Novas Façanhas".

O CPERS Sindicato cumpriu a sua tarefa para as eleições de 2022, defendendo a candidatura mais alinhada aos anseios dos trabalhadores e da população mais necessitada, representada pelos candidatos Edegar Preto e Pedro Ruas, no entanto, foram para segundo turno dois candidatos com as mesmas visões neoliberais. Uma delas, a de Onix Lorenzzoni, com ideias fascistas. A categoria teve que escolher entre o fascismo e a democracia neoliberal. Optou pelo menor dano: a de Eduardo Leite (PSDB). Porém, mantém-se atuando na defesa das políticas públicas ameaçadas pelo ajuste fiscal e segue fazendo a defesa dos serviços públicos, utilizados majoritariamente pelos mais pobres. O desmonte da educação, saúde e segurança, a desvalorização do funcionalismo público e o aumento de impostos fazem parte de um modelo de gestão focada no Estado mínimo e na privatização de serviços essenciais para a população gaúcha.

A falta de investimentos na educação pública no RS, a precarização das condições de trabalho dos educadores (as) e a defasagem salarial dos salários de professores/as e agentes educacionais demonstra a necessidade de intensificar a luta e a pressão diante do governo Eduardo Leite e, em conjunto, intensificar o diálogo com a sociedade gaúcha em defesa do direito ao serviço público de qualidade.

O Governo Leite enganou a Educação Pública ao estabelecer mesas de negociação salarial com o Sindicato e não honrar sequer a agenda de reuniões para consolidar este debate. Indo além com suas maldades, punindo severamente, com os descontos no salário dos professores(as) e funcionários(as) que fizeram greve em 2019, mesmo sendo recuperadas as aulas e os dias letivos, vindo a ressarcir somente no final de 2022 os salários descontados dos dias de paralisação, sob a intensa pressão e cobrança do CPERS Sindicato. Para completar as maldades, em 2023, não cumpriu a Lei do Piso, que prevê reajuste de 14,95% para o magistério público estadual. A proposta do Sindicato sempre foi de que esse índice de 14,95% fosse estendido para toda categoria, desde professores/as e funcionários/as da ativa e aposentadas/os, com

ou sem paridade. No entanto o governo apresenta uma proposta de 9,45% somente para professores da ativa e aposentados com paridade, seguindo a indecorosa proposta de 2022, descontando da parcela de irredutibilidade e nenhum índice para os funcionários(as) de escola e, esta foi aprovada pela assembleia, sem ao menos possibilitar a discussão de emendas para melhorar o índice, pois novamente prevaleceu a maioria da base do governo na assembleia legislativa.

É essencial termos alternativas concretas para superar o falso debate da crise financeira do estado e mostrar que existem caminhos para resolvê-la, deixando nítido que vencer a crise fiscal do RS, passa pelo combate à sonegação fiscal e pelo investimento no patrimônio público e não por privatizações.

A Educação gaúcha pede socorro, amargando: falta de reajuste e/ou reposição salarial; a não realização de concurso público que contemple as reais necessidades da escola pública, para professores/as e funcionário/as; demissão de professores/as e funcionários/as contratados/as em laudo médico; falta de investimento em formação continuada; falta de investimentos na infraestrutura das escolas e principalmente pelo total desrespeito à Lei da Gestão Democrática de Ensino.

> ***"Não posso estar no mundo de luvas nas mãos, constatando apenas. A inserção no mundo implica decisão, escolha, intervenção na realidade".***
>
> Paulo Freire

O SINDICALISMO E SUAS TAREFAS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

O movimento sindical vive hoje um período diferente daquele que experimentamos nos últimos 6 anos. Depois da eleição de Lula, acendeu-se uma pequena fagulha de esperança de tempos melhores para as trabalhadoras e trabalhadores no Brasil.

A eleição de Lula, no entanto, não resolve sozinha os imensos problemas enfrentados pela classe trabalhadora, que teve imposta uma reforma trabalhista e previdenciária, cruel que afetou a todos/as no mundo do trabalho. Os sindicalizados e não sindicalizados.

A aprovação da terceirização é um exemplo do quanto é necessário seguirmos nos organizando e lutando para reverter essa lei absurda, que abre as portas para regimes de trabalho quase escravos. E conforme foi possível ver no RS, nos últimos meses, isso não é apenas uma força de expressão, e sim a realidade em que já foram encontrados trabalhadores em situação análoga à escravidão, em Bento Gonçalves, Uruguaiana e por último no município de Nova Petrópolis.

Além dessa referência, é ainda necessário repensar o movimento sindical e sua organização no período pós pandemia, onde as relações se tornaram ainda mais dependentes do uso de tecnologias, com o mundo do trabalho forçado a colocar em prática uma realidade que imaginamos estar muito distante de vários tipos de serviços.

Mais um ponto a ser abordado é a importância da defesa intransigente da democracia. Pois apenar de termos derrotado Bolsonaro nas urnas, o fascismo/bolsonarismo segue vivo e muito forte na sociedade. Os defensores do ex-presidente se usam de bandeiras fascistas para seguir se organizando, e financiando diversos ataques a democracia. Não por acaso os atos golpistas do dia 08/01 foram organizados, financiados e executados sob uma falsa moralidade e discurso de Deus, Pátria e Família.

Perrenoud (1999) nos lembra que os movimentos de escola nova e pedagogia ativa defendem uma escola que prepare o sujeito para agir e intervir no mundo, mas, nessa união de pensamentos, alguns falam em autonomia e outros em democracia. Segundo suas palavras:

> Conservadores e inovadores, defensores das elites ou da democracia: nenhum desses "campos" é totalmente homogêneo. Pode-se imaginar dois professores com a mesma idade, com a mesma origem social, ministrando a mesma disciplina em salas de aula vizinhas, igualmente engajados na luta democrática, em que um pensa, com toda boa-fé, que a liberação do homem passa pela cultura mais desinteressada, e o outro, que ela exige ferramentas para a luta diária no trabalho e na

> cidade. Sendo professores de Francês, um trabalhará com textos clássicos, e o outro, com textos publicitários, contratos ou panfletos. Sendo biólogos, um se interessará pela origem da vida e das espécies, e o outro tratará da Aids ou das manipulações genéticas". (Perrenoud, 1999, p.14).

Após todos esses pontos levantados, é necessário pensar em algumas estratégias sindicais, que atendam a todas essas novas realidades. Que reflitam a verdadeira condição dos e das trabalhadoras, que se encontram trabalhando de forma informal, colocando muito vazes a própria vida em risco para garantir seu sustento; num pais que retornou ao mapa da fome, que perdeu muitos dos seus direitos conquistados a duras lutas. Tarefa esse que exigirá de todos uma força tarefa em busca de um caminho que nos tire dessa terrível condição. É estratégico estarmos vinculados a uma Central Sindical para nos fortalecermos na luta que envolve pautas nacionais. No último Congresso já ficou estabelecido que teríamos que abrir a discussão em tono da filiação do CPERS a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

> ***"A que se trabalhar para viver. A vida não é só trabalhar, têm que deixar um bom capítulo para as loucuras de cada pessoa. Você é livre quando gasta o tempo de sua vida com as coisas que motivam."***
>
> Pepe Mujica.

A SEGURANÇA NAS ESCOLAS

Os recentes ataques ocorridos numa escola pública de São Paulo e em uma creche de Blumenau (SC), levanta-se novamente a discussão da segurança nas escolas e as motivações dos criminosos.

Evidentemente que esses crimes não são ocorrências momentâneas, mas nos últimos anos vêm se acentuando por vários fatores, desde de ausência de políticas públicas de segurança nas escolas, aumento da criminalidade e violência na sociedade e comportamentos psicossociais de pessoas.

Cabe ressaltar, que a política armamentista e a disseminação do ódio adotada pelo governo Bolsonaro, inclusive criando um chamado gabinete do ódio, se utilizando das redes sociais para postagens de imagens, vídeos e textos, contribuiu exponencialmente para o aumento dos grupos neonazistas e de direita extrema. A facilidade de obtenção de armas e a omissão do governo Bolsonaro em prender e punir os defensores das ideias nazifascistas, contribuiu para o crescimento desses grupos pelo país. Tornando-se uma ameaça premente à sociedade.

Soma-se ainda o descaso do governo bolsonarista com a educação, como exemplo a constante troca de Ministros no MEC, um deles, envolvido em corrupção, e a falta de investimentos, terá reflexo na segurança e proteção das escolas. Sem políticas públicas pra proteger os professores(as), funcionários(as) e os alunos(as) as escolas estão na iminência de ataques terroristas.

Portanto é necessário políticas públicas sérias e comprometidas, o novo governo Lula acena para esse sentido, inclusive determinando emergencialmente ações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para que Polícia investigue, fiscalize e busque a apreensão de armas nas escolas e possíveis suspeitos que planejam essas ações. Também criou um canal de informações, via internet, exclusivo para recebimento de informações de ameaças e ataques contra as escolas. Essa é uma das ações da Operação Escola Segura que deu início na última quinta-feira (6/04/2023). Todas as denúncias são anônimas e as informações enviadas serão mantidas sob sigilo.

Investir em medidas de segurança nas escolas são necessidades urgentes: a instalação de câmeras de segurança, eletrônicos, detectores de metal e presença de guardas de segurança são algumas das medidas que podem ser adotadas.

Sensibilizar a comunidade escolar: é importante que todos na escola estejam cientes dos riscos e saibam como agir em caso de emergência. Também é importante que os alunos se sintam acolhidos e celebrados dentro da escola.

Promover a cultura de paz: incentivar o diálogo e o respeito pela diversidade também pode ajudar a reduzir a violência nas escolas.

Determinar recursos e suporte psicológico: muitos casos de violência nas escolas são motivados por problemas psicológicos e

emocionais. Determinar recursos e suporte psicológico para alunos, funcionários e se estendo aos familiares são importantíssimos para entender o comportamento das pessoas e, de forma a agir na prevenção, deste modo evitando novos atos de violência nas escolas.

Por isso o CPERS Sindicato, que sempre esteve na defesa da escola pública, dos direitos dos educadores, funcionários e aposentados, na defesa da qualidade da educação pública, também se insere na defesa e segurança das escolas, desta maneira propor e cobrar do Poder Público segurança e bem estar nas escolas.

A LUTA CONTRA A OPRESSÃO DE GÊNERO E A EXPLORAÇÃO DE CLASSE

As mulheres são as principais vítimas da pobreza, do salário precário, do desemprego e da insuficiência de políticas públicas, tais como: saúde, educação e habitação. Geralmente, encontram-se em profissões menos valorizadas socialmente. O sistema educacional continua sendo um nicho para as mulheres no mercado de trabalho, com salários cada vez mais defasados. No período pandêmico isso ficou ainda mais evidenciado, por serem justamente as mulheres a primeiro perder ser postos de trabalho e terem suas rendas ainda mais diminuídas.

Ao analisarmos a situação das funcionárias das escolas o que afirmamos fica ainda mais explícito: o percentual de mulheres é muito maior do que a relação professor/professora. Geralmente, não são reconhecidas como trabalhadoras em educação pelos governos e sociedade por desenvolverem um trabalho análogo ao trabalho doméstico e de grande invisibilidade social.

A luta contra a opressão patriarcal e o sexismo, a exigência por espaço social e político são formas de combater o capitalismo que sobrevive e reproduz a fome e a pobreza de mais da metade da população mundial. É preciso pensar e praticar uma educação com perspectiva de gênero e lutar por melhores condições, acesso e permanência no mundo do trabalho.

Lutar pelo fim da violência, da criminalização das mulheres e pelo fim do controle de seus corpos é papel da Educação e o CPERS Sindicato tem a importante tarefa de organizar e promover esse debate, além de incentivar que todos os núcleos criem Coletivos Feministas promovendo o enfrentamento ao preconceito e às discriminações.

Propomos:

1. Fortalecer as políticas de formação em Gênero e Educação;
2. Promover cada vez mais as parcerias com os movimentos so ciais feministas e de mulheres;
3. Encampar campanhas públicas contra a violência e o machismo na educação, somar à sua agenda política também a agenda feminista;
4. Potencializar que cada vez mais mulheres se filiem ao sindicato e integrem as Direções. E, com estas ações, favorecer a permanente construção de ambientes políticos permanentes de respeito e empoderamento das mulheres do CPERS Sindicato.

A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E O COMBATE AOS PRECONCEITOS

A educação é uma das grandes responsáveis pela eliminação da discriminação racial, que ainda é uma das principais chagas da sociedade. Sob a perspectiva do mundo do trabalho, houve avanços expressivos a partir de governos populares. Porém ainda há muito a fazer para eliminar de vez o preconceito em relação a população não-branca. Para que o país se desenvolva da maneira esperada é necessário que seja ampliada a democracia, o respeito e a representatividade para que que os interesses da população negra, indígena e antirracista sejam atendidos.

Os desafios sindicais são inúmeros, pois convive-se com a reprodução da desigualdade e do preconceito dentro do ambiente escolar, tanto dentro como fora da sala de aula. É necessário que haja uma luta real, e o real comprometimento, A partir de ações de Centrais Sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores – CUT que fortalece a pauta antirracista através de Secretaria específica, bem como Sindicatos contra todo e qualquer tipo de discriminação.

É preciso que seja dada a oportunidade para que os/as trabalhadores/as negros/as se sintam cada dia mais representados/as. O CPERS tem demonstrado, através de políticas desenvolvidas a partir da Direção Central, seu compromisso

com a pauta. Porém, ainda há muito o que ser feito em diversas regiões dos núcleos em relação a educação quilombola e indígena.

A luta deve ser intensificada, contra: o extermínio da juventude negra e por aplicação de políticas públicas de inclusão da população negra. Reafirmamos a necessidade do quesito raça/cor em todos os documentos e processos da Educação, bem como o levantamento do número de negros e negras nos corpos docentes e discentes das escolas públicas estaduais.

Tais propostas já foram apresentadas e aprovadas no último Congresso do CPERS Sindicato, porém ainda carecem de implementação efetiva em todos os núcleos e Direção Estadual. Implementar realmente as Leis 10.639 e 11.645 nas Escolas é urgente e é um dos nossos principais compromissos.

A EDUCAÇÃO PARA O COMBATE A LGBTFOBIA

O Sindicato, tampouco o ambiente escolar, não pode ser um espaço de reprodução de ódio as pessoas LGBTQIA+. As lógicas homofóbicas devem ser combatidas e nunca reproduzidas. A homofobia é consentida quando não ensinada, comprometendo a inclusão e a qualidade do ensino. Incide na relação docente-estudante, produz desinteresse pela escola, dificulta a aprendizagem e leva ao abandono escolar. Afeta a definição da carreira profissional e dificulta a inserção no trabalho. Desumaniza, promove insegurança, isolamento e vulnerabilidade. Gera preconceito, discriminação e violência.

Assim, reafirmamos a necessidade do CPERS Sindicato se comprometer com esta pauta para mudar a realidade fora e dentro das Escolas. O caminho é o da formação continuada, com foco na promoção da cultura doe reconhecimento e identidade de orientação e orientação sexual.

A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO

A conjuntura atual nos leva a ter muita atenção ao tratarmos do tema Formação. E esta Formação passa pelo reconhecimento da importância da Escola Pública. Reorganização, compromisso e união de forças são necessários. Embasado nas experiências dos Movimentos Sociais, incorporamos a Formação pedagógica/sindical, calcada no tripé: Organização-formação-luta como base de atuação.

A formação deve ser intencional para cumprir um objetivo prático que possa contribuir para o avanço da classe trabalhadora e de toda a sociedade. Os trabalhadores/as da educação precisam compreender o contexto histórico, a conjuntura que estamos vivendo e para onde estamos caminhando. Isso se dá a partir de planos de formação que contemplem o funcionamento da organização e as lutas travadas por ela em consonância com as lutas travadas pelos trabalhadores organizados. Estar voltada para a formação de conceitos básicos de democracia e universalização dos serviços públicos onde aquilo que é público é para todos/as. Consolidar parcerias com os Movimentos Populares e de trabalhadores/as é o caminho.

Importante também a verificação do papel deste educador que, para bem conduzir o seu compromisso social e político na educação de seus alunos, busca construir um perfil de competência profissional, bem como de sujeito responsável, que o habilite a um trabalho de qualidade no dever de bem educar ou preparar o "sujeito cidadão", consciente e crítico para a sociedade.

Professores que ignoram as questões sociais no seu trabalho, o fazem de maneira mecânica e técnica, a partir da simples transmissão de conhecimentos, onde a dialética da ação x reflexão x ação não acontece no seu fazer pedagógico.

E tentando enriquecer esta análise, nos detemos na importante reflexão de (Imbernón, 2009, p.16.17):

> Porém, também é verdade que nos últimos anos, sobretudo, naqueles países em que governou ou governa a direita conservadora, aplicando um neoconservadorismo galopante para a educação, adveio o "desânimo", ou talvez o desconcerto, não só entre o coletivo de professores e professoras, mas também em todos os que de uma forma ou de outra se preocupam com a formação. Desânimo, desconcerto ou consternação difícil de concretizar, fruto de um acúmulo de variáveis que convergem e entre as quais é possível citar o aumento de exigências com a consequente intensificação do trabalho educativo,

> manutenção de velhas verdades que não funcionam, a desprofissionalização originada por uma falta de delimitação clara das funções do professorado, a rápida mudança social e, provavelmente, um tipo de formação permanente que parece decantar-se de novo para um modelo aplicacionista-transmissivo (de volta para trás ou "voltar para o básico, ou ficar onde sempre esteve, de lições modelo, de noções, de ortodoxia, de professor e professora eficaz e bom, de competências a assumir para ser um bom docente, etc., um retorno ao passado, fruto de políticas neoconservadoras);...

JUVENTUDE SINDICAL

As organizações sindicais no Brasil, considera como jovens dentro do movimento sindical, as pessoas até seus 35 anos. Visto que se trata de uma faixa etária em que os jovens ainda estão em busca de colocação no mundo do trabalho, estabilidade financeira, e em busca de mais formação. Também é possível identificar que é uma faixa etária muito pouco sindicalizada, o que leva ao surgimento de várias questões.

Se é um momento da vida, onde é necessária tanta organização e luta por novas conquistas, por que é justamente nesse momento que os jovens não procuram os sindicatos. O que leva a esse afastamento?

As respostas encontradas são inúmeras, como a ausência de concursos públicos, a despolitização, o sentimento de falta de representatividade.

No CPERS sindicato essa ausência é sentida com muita força, visto que mesmo aqueles professores que foram nomeados nos dois últimos concursos, realizados em 2012 e 2013, estão fora do sindicato. Tem ainda o fato do estado contar com um quadro de 25 mil professores com contratos temporários, muitas vezes responsável por causar medo nos professores, que acreditam sofrer perseguições caso entrem para o sindicato.

Devido a todos as questões aqui citadas, se faz necessário refletir também como o sindicato é visto por essa parcela da categoria, que não tem a compreensão da importância da luta na conquista de direitos, que quando ingressou no magistério, já tinha a garantia de férias, décimo terceiro, piso salarial, entre tantos outros direitos trabalhistas garantidos pelo sindicato. Uma parcela da categoria que também enfrenta dificuldades, mas muito diferentes daquelas que fizeram a necessidade da luta sindical.

> ;..."(Chauí, 2016, p. 110) nessa linha de pensamento, acredita não ser possível mudar os rumos da educação lutando contra o neoliberalismo selvagem e suas ideologias, baseadas na acumulação do capital para poucos, a não ser que, tomados de consciência de sua situação, os homens consigam indignar-se e organizar-se em prol de mudanças de sua condição de subordinado do sistema vigente.

Uma categoria que hoje se encontra sobrecarregada nas escolas, com uma aparente boa condição salarial, que vê nos seus problemas diários de sala de aula, as únicas preocupações necessárias, e que não se vê representada pela linguagem e pela forma o como o sindicato está organizado.

É necessário repensar a forma com a qual nos apresentamos a esses jovens educadores, é necessário que primeiramente eles se vejam dentro do espaço sindical, para que aos poucos compreendem a real necessidade dessa organização, e o perigo que corremos não estando fortemente organizados e representados perante os constantes ataques dos governos neoliberais, que querem tornar a educação pública cada vez mais fraca e desvalorizada.

Eis uma tarefa bastante inglória e que exigira muita discussão, formação e mente aberta a novas formas de enxergar e de fazer sindicalismo.

> ***Não dá para ser de esquerda sem 'sujar' os sapatos lá onde o povo vive, luta, sofre, alegra-se e celebra suas crenças e vitórias. Teoria sem prática é fazer o jogo da direita".***
>
> Frei Beto

PLANO DE LUTAS

- Refiliar o CPERS a CUT, maior Central Sindical do país, imprescindível para a realização das lutas e disputas nacionais;

- Defender intransigentemente a Lei do Piso Nacional Profissional do Magistério;
- Criar a Lei de piso nacional para os funcionários de escola;
- Lutar radicalmente contra as terceirizações;
- Organizar, juntamente aos demais servidores públicos, a luta contra a PEC 32;
- Defender as políticas públicas que garantam o ingresso e a permanência da juventude no sistema educacional;
- Lutar pela revogação do Novo Ensino Médio;
- Derrotar projetos como Escola sem Partido e Homeschooling;
- Lutar pelo direito de greve para os servidores públicos;
- Lutar pelo fim do desconto previdenciário dos aposentados;
- Lutar pelo projeto que prevê a taxação das grandes fortunas;
- Radicalizar na Defesa a Democracia;
- Lutar pelo fortalecimento do financiamento público da educação;
- Denunciar e lutar pelo fim das parcerias público-privadas na educação;
- Defender a educação pública quilombola, indígena e do campo;
- Defender a Educação de Jovens e Adultos;
- Lutar pela reabertura de todas as bibliotecas escolares;
- Exigir os Serviços de Orientação e Supervisão Escolar em pleno funcionamento e com profissionais habilitados em todas as Escolas do RS;
- Lutar contra a venda injustificada de Estatais;
- Lutar por Concursos públicos para professores/as e funcionários/as de Escola.
- Lutar por políticas públicas de segurança nas escolas para proteção contra ataques criminosos.

REFERÊNCIAS:

- CHAUI, Marilena. A Ideologia da competência. Org. André Rocha. 1 ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2016.

- IMBERNÓN, Francisco. Formação permanente do professorado: novas tendências. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. – São Paulo: Cortez, 2009;

- PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Trad. Bruno Charles Magne. – Porto Alegre: Artmed, 1999;

Assinam:
Edson Garcia
Suzana Cecilia Lauermann
Amauri Pereira da Rosa
David Ipe Orsi Carnizella
Higor Campos
Juliana M Kussler
Rita Dolores Yuong
Valdemira Carpenedo

TESE 10

TESE MOVIMENTO PÓ DE GIZ/2023
CPERS COMBATIVO, CLASSISTA E DEMOCRÁTICO

APRESENTAÇÃO:

O movimento Pó de Giz se identifica com todos os sócios e sócias que entendem a democracia como valor imensurável. Defende a chegada ao poder através do voto, o pluripartidarismo, o parlamento como representante do povo, a imprensa livre e as iniciativas populares como forma legítima de pressão. Propõe-se a desenvolver estratégias com todas as forças políticas que reconheçam: a liberdade, o valor social do trabalho, a dignidade da pessoa humana, o desenvolvimento e a justiça social. Defendemos um sindicalismo autônomo, plural, capaz de elaborar seus princípios e valores, suas estratégias de luta e seu programa de trabalho.

CONJUNTURA NACIONAL:

O clientelismo, a troca de favores e a corrupção lançam descrédito sobre a atividade política. Esquerda e direita se associam ou se defrontam defendendo interesses com todos os nuances possíveis. Nas esferas federal, estadual, municipal e privada os Trabalhadores em Educação precisam reafirmar que nenhuma conquista virá de benesses de um governante, mas do livre exercício da pressão, através da mobilização e negociação das classes e da sociedade civil.

O balanço ao final do Governo Bolsonaro é muito ruim para a classe trabalhadora e para o povo brasileiro. Reformas como a previdenciária, trabalhista e educacional trouxeram enormes retrocessos e empobrecimento. Destacamos aqui, a reforma previdenciária, que foi pesada para com todos(as) trabalhadores e brasileiros. Foi machista e excludente. Machista, quando foi mais severa com as mulheres, porque, estas, na verdade, tiveram o seu tempo de trabalho e contribuição aumentado quando comparado com o tempo de trabalho necessário para os homens. Excludente, porque atingiu fortemente os/as trabalhadores(as) que tem o menor salário neste país. Também é importante lembrar que a reforma previdenciária teve, em seu bojo, o intuito de priorizar o grande capital, quando escancara as portas para aposentadorias através do regime de capitalização, o que com certeza, tende levar a população a um regime de escravidão e miserabilidade, num futuro bastante próximo.

No último processo eleitoral, tivemos um pequeno avanço, quando a maioria dos eleitores elegeram Lula como presidente do Brasil. Podemos dizer que há a esperança de um governo progressista e que poderá "rever" ataques sofridos pelos trabalhadores no governo anterior. Porém, temos a certeza de que isso só será possível, com a pressão e a organização dos movimentos sociais com presença maciça nas ruas, como forma de pressionar o governo, deputados e Senadores, levando em consideração, que estes dois últimos, são expressivamente conservadores e a favor do grande capital.

Neste início de novo governo, já percebemos acenos leves, em especial, na priorização de políticas públicas que favoreçam uma parcela importante da população, que ficou à margem no governo anterior.

CONJUNTURA ESTADUAL:

Neste estado, os últimos anos têm sido de retrocesso para os trabalhadores, em especial da Educação: salários parcelados e congelados ao longo dos anos, levaram nossa Categoria a um patamar de empobrecimento nunca visto antes. A reforma previdenciária, implementada pelo governo de Eduardo Leite, atingiu em cheio os trabalhadores em educação, quer professores, quer funcionários de escola, já que ampliou o nosso tempo de contribuição e de trabalho. A taxação previdenciária altíssima de colegas aposentados, são uma afronta à esta categoria massivamente feminina, que desempenha jornadas duplas ou triplas de trabalho para manter o seu grupo familiar. Outro ataque de Eduardo Leite, foi no Plano de Carreira do Magistério gaúcho. A reestruturação, trouxe severos prejuízos à carreira dos professores e professoras: o fim das

vantagens temporais, Licenças Prêmio, triênios, quinquênios e avanços, foram e são uma afronta à Categoria.

A redução salarial, que atingiu em especial aos educadores que tem maior tempo de serviço, quando da implementação do pagamento, na forma de subsídios, vieram para detonar com a com a nossa vida funcional. Precisamos lembrar aqui, que os colegas Agentes Educacionais representam uma parcela de nossa Categoria que é mais massacrada, pois são mais de 8 anos, precisando sobreviver com o mesmo salário, além da terceirização deste setor.

Com a reeleição deste governo, os gaúchos e gaúchas, assinaram novamente um cheque em branco. Porque é notório e sabido que as privatizações de estatais e a entrega do patrimônio público ao grande capital seguirá seu curso, haja visto que, Eduardo Leite, continua com uma base aliada grande na Assembleia Legislativa, que tem se posicionado, sempre contra a Classe Trabalhadora. Este processo traz instabilidade aos servidores e gera insegurança à população que usufrui dos serviços públicos essenciais à vida.

A Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério, criada em 2008, foi um alento para a Categoria, porque previa um valor básico para os nossos vencimentos com a garantia de revisão anual no mês de janeiro, trazendo a tão sonhada valorização dos educadores. Porém, quando o Estado resolve implementar, sentimos a mão dura do capitalismo, acentuando o nosso empobrecimento e nos fragilizando ainda mais, financeiramente. Nos fragilizou muito nos nossos vencimentos básicos transformados em subsídios, nos fragilizou quando as vantagens 'temporais da carreira, foram convertidas em parcela de irredutibilidade, que vem sendo absorvida anualmente, para financiar a reposição do nosso subsídio. Esta condição está levando a categoria a um nível de pobreza extrema, além do adoecimento psíquico ou emocional.

Ainda pairam muitas ameaças aos nossos direitos, por parte do governo de Eduardo leite. Estamos vendo isso nas manifestações em reportagens na mídia. Entre elas, podemos destacar a reestruturação do nosso plano de saúde e a alteração do Plano de Carreira de Funcionários de Escola. Precisamos, enquanto Sindicato dos Educadores, encontrar uma forma para aglutinar e mobilizar massivamente a categoria, visando intensificar a luta, para evitar que estas ameaças não se concretizem. Acima de tudo, precisamos exigir respeito e valorização, por parte deste governo e de sua base aliada.

QUESTÃO EDUCACIONAL:

O profissionalismo requer formação contínua, reflexão sobre práticas, suporte pedagógico, condições de trabalho e valorização. Requer que o Poder Público entenda a Educação como investimento, que veja o aluno como educando e não como cliente. Não ignoramos a importância das teorias pedagógicas nem somos contra a avaliação diagnóstica para intervenção do Sistema Educacional de modo a oferecer suporte na busca de melhorias. Mas, o que vemos é um Sistema com uma visão desconexa da realidade do professor e funcionário, tratando-os muito mais como adversários do que como parceiros no educar.

Infelizmente, o número de alunos por sala, a necessidade de trabalhar em várias escolas, os baixos salários, a falta de pessoal de apoio e a sobrecarga de trabalho, não permitem que o professor atenda plenamente todos seus alunos. Os professores se sentindo impotentes e angustiados frente à desautorização e a violência sofrida tomam atitudes diversas: uns ficam apáticos e desmotivados, ou somatizam a frustração ficando doentes, em compensação, outros lutam para procurar um novo caminho.

A escola pública vem sendo sucateada e precarizada. Nos últimos governos a escola está sendo tratada com descaso, educadores sendo desvalorizados e, mesmo assim nosso IDEB vem crescendo, o que mostra que os educadores se doam ao máximo, mesmo com o descaso do sistema. Em situações como estas, o turno integral volta a ser lembrado. Mas é preciso estar atento às necessidades da Escola para não exigir dela mais do que tem condições de dar. Práticas inovadoras são eficazes quando educadores motivados se sentem respeitados como integrantes de uma equipe. Para que isso aconteça, é imprescindível que o Poder Público entenda Educação como investimento, forneça suporte pedagógico, condições de trabalho e que veja o aluno efetivamente como educando.

O Novo Ensino Médio (NEM) Gaúcho, decorrente da reformulação nacional do Novo Ensino Médio tem se mostrado um grande desafio para os educadores, bem como para toda a comunidade escolar. Principalmente, por estar sendo implementado sem a escuta necessária dos atores envolvidos, que são os educadores e os educandos. Na ótica destes, o NEMG não está respeitando a autonomia pedagógica das escolas e muito menos, a cultura da região ou bairro em que a escola está inserida. Estão impondo uma lista de disciplinas e conteúdos pensados e planejados por empresários, metidos a pedagogos. Isso está causando um transtorno para a educação pública, já que precisa seguir à risca esta elaboração, que visa, nada mais e nada menos, que a formação de mão de obra barata para servirem o empresariado e o grande capital.

QUESTÃO SINDICAL:

Defendemos um sindicalismo livre e independente que saiba mesclar mobilização e negociação, que tenha compromisso com a categoria e uma correta avaliação da correlação de forças. Que não seja subordinado a partidos políticos ou a governos. Que respeite o pluralismo de ideias e exercite sua democracia interna no cotidiano. Que não caia em ações extremadas que levem ao isolamento sem, no entanto, fugir da luta. Queremos um sindicato que consolide a unidade e que não perca de vista sua razão de ser: a defesa do interesse dos trabalhadores.

Na atual conjuntura estadual, que estamos vivenciando, o Governo tentando enfraquecer o nosso Sindicato, quando cessa um acordo de cavalheiros e tira as cedências dos integrantes da Direção Central e os Diretores Gerais dos quarenta e dois núcleos do CPERS. Acreditamos que seja se suma importância continuarmos buscando fortalecer o nosso sindicato, através de campanhas de filiação, da aglutinação da base, da formação e da manutenção da nossa independência frente aos partidos, patrões e centrais sindicais.

BALANÇO DO CPERS/SINDICATO:

A unidade construída nos últimos pleitos sindicais, para eleger a atual direção da entidade, mostra que é possível aglutinar forças com ideias plurais, mantendo o mesmo objetivo que é o de fortalecer a categoria e tratar com transparência as questões administrativas e funcionais do nosso sindicato.

No final dos anos 70 nosso sindicato se tornou referência ao movimento sindical através de mecanismos que permitiam formas democráticas de expressão. As discussões nas escolas fluíam com as assembleias regionais culminando no Conselho e Assembleia Geral. Direções do CPERS/Sindicato algumas vezes hesitavam em escolher os interesses da categoria aos interesses dos partidos ou governos. Mas essa forma de pensar e agir foi sendo quebrada ao longo dos últimos tempos com a lógica de que a categoria é que deve estar em primeiro lugar.

O que vivenciamos hoje é a retomada da opção dos interesses da categoria em detrimento dos partidos políticos cada vez mais desgastados pelas ideias e ações colocadas em prática. A categoria quer luta legítima por suas reivindicações sem ser usada como massa de manobra para defender este ou aquele projeto político.

É possível constatar que a unidade construída para eleger a atual direção da entidade, foi bem sucedida, pois percebemos que a busca da unidade e do diálogo para a construção das mobilizações e das lutas têm tomado o caminho certo. Com isso, conseguimos realizar a segunda maior greve da história do nosso sindicato, além de lutas unitárias junto com as demais Categorias de servidores públicos, quando as pautas nos unificam. É verdade que, a conjuntura dos últimos anos tem sido difícil e que as grandes lutas e mobilizações tem acontecido no sentido de frear ou inibir a retirada de direitos, por parte dos últimos governos que priorizam os interesses do grande capital.

Sempre defendemos a construção de uma frente de luta buscando a unidade não só no discurso, mas na prática. Somente com uma direção plural, independente e classista podemos impulsionar a luta por valorização profissional e por uma educação pública de qualidade. Nossa pauta de reivindicações, aprovada em assembleia geral, serve como referência para nossas ações na busca dos anseios da categoria.

PLANO DE LUTAS:

- Pela realização urgente de concurso

público para Professores, Especialistas e Funcionários de Escola;

- Valorização profissional de professores, especialistas e funcionários;
- Melhores condições de trabalho e segurança nas escolas;
- Pela garantia e manutenção do Plano de Carreira dos Funcionários de Escola;
- Mobilização conjunta com demais categorias em defesa do IPE SAÚDE público e de qualidade;
- Um movimento sindical pluralista, independente e representativo da base;
- Maior entrosamento com professores, funcionários de escola e aposentados;
- Fortalecimento dos departamentos do CPERS/Sindicato;
- Pela revogação do Novo Ensino Médio;
- Pela construção de uma sociedade justa e ambientalmente sadia.
- Pela revogação da lei de desconto previdenciário dos aposentados;
- Pelo resgate e reajuste da parcela de irredutibilidade;
- Pelo reajuste das parcelas autônomas;

ASSINAM ESTA TESE:
Vera Maria Lessês
Diretora Sindical do CPERS/Sindicato
Maria Cleni da Silva
Diretora do 26º Núcleo de Frederico Westphalen
Marino Simon
Diretor do 35ºNúcleo de Três de Maio
Mirtes Teresinha Friedrich Quadro
Conselheiro 1/1000 do 26º Núcleo de Frederico Westphalen e simpatizantes de todo o estado.

TESE 11

TESE CUT PODE MAIS

CONJUNTURA NACIONAL

O BRASIL DE LULA E A LUTA PARA EVITAR RETROCESSOS DIANTE DA LUTA DE CLASSES

Em 2003, quando da primeira eleição de Lula, jamais poderíamos prever que a sua liderança no mundo alcançasse tamanha dimensão. O Brasil tornou-se disputado no cenário internacional, ocupando, em todos os lugares, posição de frente na defesa da autodeterminação dos povos. Na América Latina fez história na construção do Mercosul, no apoio a Cuba, à Venezuela, à Bolívia, à Nicarágua, à Argentina, ao Equador. O Brasil dava provas ao mundo de que era um elo fraco da cadeia imperialista, um país continental que, sob a perspectiva de esquerda, unia o proletariado latino-americano e abria cancelas no resto do mundo.

Na tentativa de minar essa liderança, o golpe demandado pelos EUA não tardou, e a exigência de todo o setor de direita e extrema direita se uniu para apagar as memórias de Lula, colocando-o em uma prisão e tratando, na grande mídia, de desmoralizar a sua liderança. É claro que a luta contra o golpe demostrara toda a ilusão do PT e cia nas institucionalidades da burguesia; pareciam que se sentiam em casa no governo ao ponto que nem às véspera do golpe, acreditavam que ele ocorreria. A burguesia demostrou sob suas bases democráticas golpistas como que se "tira o doce de uma criança". Mas se Temer, em nome da direita, estava encantado pelo poder, a extrema direita buscava além do poder uma base de classe média e proletária, bem como o interesse do capital financeiro imperialista. Casamento perfeito, bolsonarismo e monopólios estrangeiros, o fim da soberania e a entrega de todo o país.

A derrota de Bolsonaro pelos partidos de esquerda e o movimento popular não triunfou através das ruas pelo Fora Bolsonaro. Mais uma vez a esquerda demonstrou pouca iniciativa, capacidade de luta, unidade, força para levar adiante uma luta política de magnitude. Nem uma greve geral foi realizada no período do genocida, no entanto, a torcida organizada dos clubes brasileiros teve que tomar a frente em dado momento para correr das ruas com os fascistas. Enquanto o povo trabalhava, negava-se, por conta da Covid-19, a manifestação de rua. Claramente, grande parcela da esquerda puxava para trás.

A vitória, por fim, deu-se nas urnas. Lula e o povo brasileiro formam os grandes vitoriosos. A liderança de Lula junto ao povo é algo que foge à compreensão tanto da direita como da extrema direita. A estes, foge-lhes o aspecto da classe operária, do proletariado e de sua luta por uma causa histórica. Não entendem como pode, sob o cerco a Cuba resistir 60 anos, dar um golpe militar na Bolívia e o povo nas ruas derrotar os fascistas. Como Lênin e os bolcheviques conseguiram criar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, como a pequena Coreia do Norte faz o império dos EUA retroceder em muitas de suas decisões. Mesmo Lula não sendo um revolucionário, a liderança que ocupa no povo e sua capacidade de mobilizá-lo é um poder maior que aquele que ele acha que tem como chefe de Estado da burguesia. Neste local, o poder não é dele, é daqueles que lhe deram o golpe, que lhe colocaram na prisão, e até tiraram quando convinha.

Neste terceiro mandato, a burguesia trabalha para pôr fim a um patrimônio que acompanha Lula e que grande prestígio traz à esquerda, que é a mobilização de rua. Acabar com essa mobilização, significa que o único caminho para uma mudança popular mais ou menos profunda estaria amarrada ao parlamento e às instituições do país. A força do povo nas ruas impondo seu poder precisam de Lula, mas como chefe de Estado se comporta,agora, de forma inconveniente, colocando no movimento a força de mobilização. Se não avançarmos, diz muitas vezes Lula, é porque vocês não souberam cobrar o suficiente com o movimento de protesto.

Ora, Lula tem sua parcela subscrita na fusão com o povo, na liderança adquirida, porém, ele

é também produto de toda a luta de esquerda na defesa do proletariado, um caminho se efetivado entre a luta teórica e prática no enfrentamento contra a direita e a extrema direita historicamente travado no Brasil. Passar para o lado da ditadura do Estado burguês é se colocar distante da luta que efetivamente pode promover mudanças de fundo, é agir como um inconsequente que diz: "Essa luta é de vocês". Se querem reverte a reforma trabalhista, previdenciária, do Novo Ensino Médio, das privatizações, etc., se organizem e lutem, o meu negócio é administrar o Estado burguês e fazer com que ele possa pelo menos, em tempo do meu mandato, proporcionar o mínimo de três refeições diárias para quem não tem. Esse é o meu compromisso.

A recusa de colocar como iniciativa sua as grandes tarefas de luta proletária do país, tal qual a retomada da estatização do petróleo, da Eletrobrás, de realizar a reforma agrária com intuito de quebrar com o poder político do agronegócio, que o mesmo Lula chamou de fascistas, e que avance no rumo soberano, desconstituindo o poder atual dos generais golpistas que servem ao intento dos ianques, tal qual o monopólio da mídia e da justiça como um império intocável é vergonhoso e reacionário. Deixar que agora, ante as novas possibilidades da luta avançar, fazer-se de desentendido, custará muito caro à esquerda, ao Lula, ao PT e a todo o movimento social e progressista do país.

Talvez não seja esse o caminho inevitável da conciliação, da frente amplíssima onde cabe todos pelo Brasil? As primeiras posições tomadas mais de fundo, nos dão uma estimativa muito favorável a esse encaminhamento. O voto na ONU ao lado da OTAN foi uma mudança em 180º naquilo que Lula tinha de melhor, em suas posições anti-imperialistas e no combate ao imperialismo de se fazer de vítima para golpear e invadir tudo que é país. Lula era uma voz altiva e ativa na defesa dos povos ameaçados pelo imperialismo. O abandono deste caminho e da efetivação da contra reformas, privatizações, é ao mesmo tempo o distanciamento da luta, do povo, do poder das ruas e do caminho soberano.

Porém, se a liderança de Lula não lhe permitiu virar as costas diante de uma luta para pôr fim a um governo genocida e consagrar a vitória do povo sob a mais corrupta das eleições no país, é porque deve haver motivos ainda a serem perseguidos, do que aqueles simplesmente de administrador de uma meia fome. A criação de novas bases de mobilização e de luta de esquerda, devem ser imediatamente postas em ação, seja para não ter novas surpresas de percurso mas também como uma necessidade para trazer o governo para junto da luta e do povo e principalmente dar voz ativa ao setor mais combativo e organizado do proletariado, que sob a crise que se aprofunda, abrirá novas clareiras na luta de classes, inimagináveis para aqueles que só tem esperança no mundo burguês e na sua institucionalidade.

Este também é o aviso que a Educação deve dar em relação a todos os ataques que vem sendo feito para aniquilar com a escola pública e democrática. O novo Ensino Médio não deixa dúvidas sobre as perspectivas privatizantes e do limitado alcance científico e excludente da continuidade do aluno pobre seguir nos estudos. E quanto aos docentes e funcionários das escolas, ao serem colocados sob a terceirização, desvalorização, aumento de jornada e rebaixamento dos conteúdos; o abandono das ruas só aprofundará em grau, gênero e número o caminho para que o setor financeiro e mercadológico se apodera de vez deste setor. A vitória com a suspensão do novo ensino médio, veio porque talvez foi o setor que mais tem se mobilizado, desde o início do ano. A **Luta e as ruas são:**

- Pela mobilização e luta nas ruas em defesa da Soberania.
- Pela revogação das reformas do Ensino Médio, trabalhista e previdenciária.
- Pela reforma agrária e urbana urgente.
- Pela imediata reestatização da Petrobrás e Eletrobrás.
- Fim da tutela militar, do monopólio da mídia e mudanças profundas no judiciário.
- Lula presidente.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

O QUE HÁ DE NOVO E VELHO NA CONJUNTURA

Talvez seja neste cenário de golpe no Brasil, que ora avança e ora lhe falta força para seguir adiante, que se apresenta ou reflete a nova e velha conjuntura atual. Não há dúvidas de que

as forças golpistas estão de prontidão, tais como as Forças Armadas, o latifúndio (conhecido como o agronegócio), a pequena burguesia que celebra as migalhas da mais valia eclipsadas pelo capital financeiro (a dita classe média), a grande burguesia brasileira, bem como os banqueiros de toda a ordem e os monopólios internacionais de olho nas estatais e na Amazônia brasileira. Enfim, gente que ganhou muito e encheu os bolsos no governo do genocida.

Nessa conjuntura nova e velha atual, os EUA são os mais vulneráveis. As diferenças entre Democratas e Republicanos, em relação aos golpes e apoio ao fascismo mundial no entanto, são de continuidade, são velhas. Basta lembrar que foi no governo Obama que muitos golpes na América Latina aconteceram, inclusive no Brasil e na Ucrânia, sendo que, neste último país, o ataque diuturnamente aos comunistas, democratas e progressistas não teve trégua; aniquilou-se qualquer oposição. Foi o próprio Biden que conduziu o processo na Ucrânia, tendo o seu filho à frente do processo de nazificação e fascistização nesse país. Deu-se a comprovação de laboratórios que desenvolviam vírus e bactérias, como armas de guerra, para desestabilizar a Rússia e depois investir contra a China. Se compararmos o projeto fascista em curso colocado pelos Democratas, as iniciativas fascistas de Trump vão parecer tímidas. No entanto, é perda de tempo tentar discernir quem é mais ou menos fascista neste momento, os governos seguem a tradição do império e da burguesia imperialista.

Na conjuntura nova, grande parte diz respeito à crise do capital que vem se aprofundando a cada ano desde 2008. A crise não é nova, no entanto é muito maior do que aquela de 1929 que levou à Segunda Guerra Mundial. Nesta época, a guerra foi parteira da crise, bem como na Primeira Guerra Mundial. Aliás, como bem diz Marx, a guerra e as pilhagens são as formas com que a burguesia sai da crise. À medida que a crise se intensifica, o caminho da guerra se torna mais decisivo. É por isso que a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que alguns pensavam que não passaria de uma semana, já vai completar seu primeiro ano. Mas essa guerra tão necessária para os EUA e o mundo imperialista, também tornou-se um pesadelo, abriu feridas não imagináveis e acentuou-se ainda mais o quadro de crise. E sem uma saída imediata, o cheiro de uma nova Hiroshima e Nagasaki já se manifesta no ar.

Mas antes que isso aconteça (uma guerra nuclear), guerras híbridas, golpes e disseminação da ideologia anticomunista, neofascista, já estão sendo disseminadas e isso também não é nada novo. A ideia principal é pressionar para que seus inimigos cometam um erro grave, para daí em frente tomar todas as medidas para retomar o controle do mundo. A Rússia e a China dizem que este mundo unipolar, não existe mais, que isso já está sacramentado. É lógico que os EUA discordam disso, mas também reconhecem que a peleia é grande, dado os inimigos e a crise que lhes pesa nos ombros. Foram corridos do Afeganistão, não sustentaram um golpe de Estado na Bolívia nem um ano sequer; a Nicarágua segue avançando em sua soberania, Cuba resiste, a Venezuela já reativou o comércio com os EUA (que não reconheciam o seu governo), a América Latina voltou a ter vários governos de esquerda e o próprio Brasil, depois do golpe de 2016, voltou a eleger Lula a presidente.

A guerra na Ucrânia ao mesmo tempo que abre uma solução para as velhas saídas para a crise ianque, para o mundo imperialista, a resposta da Rússia traz novidades. Abortou em partes, uma missão estratégica de continuidade de dominação do mundo, elaborada há 14 anos e que teve Biden como protagonista. A unidade entre a Rússia e a China é um pesadelo para a Otan e isso é totalmente novo em nossa conjuntura. Os americanos devem ter já inúmeras vezes pensado: "como deixamos isso acontecer". Pode ter sido um erro estratégico dos EUA nessa particularidade (unidade China e Rússia), mas sendo o socialismo é inevitável, aquilo que aparece para os fascistas como erro, em essência são os limites do imperialismo, da burguesia, do modo de produção burguês, do Capital. A revolução é uma lei das Sociedades de classe, e a dialética ri do velho, que pensa ter sempre todo o controle de tudo.

Nesses limites é que vemos todo o poder do império se contradizer, pois sequer conseguiu destruir a Venezuela. No entanto, os limites dele também são os nossos. E foi no limite de não construir um caminho bolchevique para o mundo que a Social Democracia cresceu,

tornou-se aliada do imperialismo quando as suas dificuldades aumentam. O socorro branco vem correndo, avança a unidade em torno da "grande e única saída" a democracia liberal, que segundo seus defensores há de permanecer eternamente. O Fascismo defendido pela extrema direita de um lado e democracia universal e eterna defendido por outra parte da burguesia, pequena burguesia, são faces opostas da mesma moeda. Seu valor de uso é o mesmo, aniquilar o partido revolucionário e daí tirar o proletariado do rumo da revolução. A diferença é na forma, os objetivos são o mesmo, acabar com o Socialismo. Nessas épocas de crise e de guerra, se não for construída a ferramenta para tomar o céu de assalto, os êxitos dos fascistas permanecerão.

Por fim, o apoio ao Bolsonaro e às suas corjas segue pelo imperialismo, pois representam, sem dúvida alguma, parte tão importante na luta de classes quanto àqueles que defendem a democracia burguesa. Daí pensar que o golpe não tem mais forças, é caminhar para uma concepção unilateral, isto é, que a burguesia já está com o controle total da conjuntura política no Brasil, e que as perspectivas fascistas podem ser desmanteladas. Essa ideia além de não corresponder com a realidade de crise profunda, faz com que a esquerda se desarme totalmente, como já se viu no dia 08/01. Aliás da mesma forma seguem aqueles que defendem que o pior já passou.

A divisão entre direita e extrema direita é a face da outra moeda, de onde parte dos monopólios dos meios de comunicação ocupam e assumem a posição de defensores máximo da democracia liberal universal e arrastando com ela toda a pequena burguesia e os partidos Sociais Democratas. Essa conjuntura não é nova também, estão dentro dos scripts do domínio do mundo pelo Pentágono. Nem mesmo a aparente radicalidade de parte da direita, do STF, da justiça, e de outros tantos que começarão a condenar os atos fascistas é novidade.

O novo nessa conjuntura é a posição do povo latino americano, que parece dizer abertamente que não quer viver como antes e os de cima estão realmente com grande dificuldade de comandar. Mas o novíssimo, ou a negação da negação desta conjuntura, é a organização revolucionária, o Partido Comunista. Só ele pode abrir ou dar as conjunturas velhas e novas que aparecem sob o Capital, as repostas a altura das necessidades históricas, isto é, a revolução e o Socialismo.

Por isso, todo o empenho a construção do novíssimo no Brasil, a vanguarda proletária.

- Abaixo o fascismo.
- Fora imperialismo da América Latiana
- Pela defesa da soberania popular no rumo do socialismo.
- Pela autodeterminação dos povos
- Contra o golpe e o protagonismo do povo nas ruas.

A UNIDADE DA OPOSIÇÃO É O PASSAPORTE PARA A LUTA DO CPERS

Vencer o oportunismo depois de instaurado não é nada fácil. Primeiramente porque ele recebe apoio dos de cima, segundo, que busca desmoralizar de forma mais baixa seus adversários e terceiro levar adiante as bandeiras políticas mais reacionárias tendo como pretexto o atraso das massas. E para quem não se lembra, foi logo no primeiro mandato da nova gestão, que o ataque a corrupção a direção que saía, ganhou notoriedade dentro e fora do Sindicato. A ideia de linchamento político era evidente, e só não foi levado a termo, porque barrou na unidade da oposição e na compreensão da base dos trabalhadores que aquela política era um retrocesso na luta histórica do Sindicato. A assembleia da categoria rejeitou a tentativa reacionária de tentar se livrar da oposição por caminhos que não fossem a luta de ideias.

Depois veio as várias lutas políticas que exigiam posicionamentos firmes da entidade. A começar com o Fora Bolsonaro, que parecia ser uma posição de unidade de todas as forças do congresso, de repente, notou-se que havia constrangimento por parte do grupo de direção e que era maioria no congresso. Mas de forma envergonhada, pra não se dizer pró Bolsonaro, alardeou que a categoria era atrasada e que não entenderia tal posição. Esse é um das maiores demonstração de oportunismo, acusa não ser a posição majoritária da massa e lhe nega o papel dirigente. Sou pela massa. Mas isso sabemos que é pró forma, a verdadeira razão estava em se distanciar de elevar as massas a derrota do genocida nas ruas, antes mesmo de chegarmos as eleições.

Nem o tema da defesa dos direitos democráticos a direção do nosso sindicato levou a termo. O maior líder de esquerda do Brasil, preso através de manobras fascistas, não levou ao sindicato a tomar a posição de Lula Livre. Mais uma vez, a parcela da direção que tinha o então ex presidente como filiado em seu partido, ficou com medo da massa em alegar posição partidária. Ora, essa é uma posição oportunista por querer dar um caráter apartidário sobre determinada questão, espalhando a todo os cantos o apoliticismo. Se sindicato trava só a luta econômica, dizem, a luta política é dos partidos. Mas se a principal questão de uma greve não é transformar a luta econômica em luta política, tenho que admitir um corte metafísico. Quando entro no sindicato sou pela luta econômica, quando entro no partido sou pela luta política. Das duas uma: Ou pensa o partido igualmente como uma luta econômica, ou que a luta política é inferior a luta econômica. Nas duas, o oportunismo tende a se manifestar e se não for combatido, só cresce e joga contra a luta do povo.

Mas, o oportunismo também dissemos acima, que se mantém pelo apoio recebido dos de cima, isto é, daqueles que tentamos derrotar política e economicamente. Pois bem, a forma que segundo a direção que assumiu e está no terceiro mandato, a negociação é o motor de um bom sindicato. Sabendo negociar bem, pouco coisa pode dar errado. E, logo que entrou o Sartori, via-se dirigentes gritando, "Sr. Governador, estamos aqui par negociar, não somos iguais a direção passada". Pois bem, os bons negociadores levaram a categoria ao esgotamento econômico e politicamente só tenham a nos dizer, que a direção pegou os piores momentos da história, eles não negociam nada. Opa, lá, o nosso plano de carreira foi negociado, e perdemos tudo. E foi negociado a revelia da própria direção e das massas, que se encontravam reunidas em Porto Alegre.

Desta vez, a presidenta assumiu tudo sozinho, todos os conchavos. E como se coloca para nós, dizendo que tomou as decisões pensando sempre em dar o melhor para a categoria. Se o governo não cumpriu, é contra ele que temos que marchar. Nos acalmaria os espíritos se pudéssemos dizer pelo menos que de boas intensões o "inferno está cheio". Mas nem isso é possível, porque todo o desenrolar da trajetória da presidenta (e agora é apenas a ela que nos referimos), é trair a categoria, rebaixar a luta, escamotear ante enfrentar e conciliar acima de tudo. Só não vê isso quem não quer.

E por fim, novamente como no início a unidade da oposição deu luz a luta e colocou a direção pelega em mal lençóis. Com os acordos em não rejeitar a proposta de Leite, que em nosso entendimento já estava negociada, a direção passou a ignorar o embate, o enfrentamento, a luta aberta. Queria aprovar a proposta de Leite, e continuar a defender a proposta do piso de 14,95 para toda a categoria. Contradição visível que demostrava preservação de interesses antagônicos entre o sindicato e o governo. A oposição resolveu comprar a briga, se uniu e rejeitou a proposta de Leite na Assembleia do Cpers.

O rejeita na Assembleia do Cpers, o grito de rejeita nos atos públicos dos educadores dividiu também os deputados na Assembleia. O que tiramos de aprendizado nesses últimos anos, é que o oportunismo mesmo desqualificado como é a Helenir e sua turma, com a divisão da oposição, pode derrotar e atrasar uma categoria por anos. Nos momentos que selemos uma unidade das oposições, fomos vitoriosos. Foi nos momentos que notamos que o peleguismo tornava-se mais atuante. Nesse momento é hora de compreendermos isso, e levarmos a nossa unidade as últimas consequências.

O exemplo disso nos dá a luta contra o Bolsonarismo, a extrema direita e a direita no golpe. Não foram eles muito bom no que fizeram, fomos nós que subestimamos os adversários, a luta de classes. Bolsonaro não se elegeu porque nosso povo é muito progressista, entendeu o significado do genocida, bem como não negamos o papel do Lula nesse processo. Mas a esquerda deu aval a toda a dinheirama para Bolsonaro colocar na campanha, elegeram Mourão, Pazuello, Damaris e dezenas de inimigos.

Portanto, é imprescindível aqui nesse congresso unimos desde já como fizemos na última assembleia, que votou pela rejeição do projeto de Leite, pois a unidade da oposição é o passaporte para o Cpers voltar a luta.

Em defesa da unidade da oposição para o Cpers voltar a Luta.

POR UMA EDUCAÇÃO QUE LIBERTA

No Brasil a educação desde o início de sua história sempre foi pautada por uma forte tendência elitista e excludente. Hoje experienciamos um avanço ultraneoliberal, que ataca os direitos da classe trabalhadora, direitos estes conquistados historicamente a duras penas.

O ataque à educação foi um projeto estratégico do governo Bolsonaro para barrar a possibilidade de ascensão social dos mais pobres. Esse governo obscurantista que queria acabar com o pensamento crítico, acabar com a diversidade nas escolas. O corte de recursos provocou um apagão na educação, pesquisa e extensão.

O governo Eduardo Leite quando da sua reeleição destacou as prioridades para a nova gestão, sendo a educação a principal delas, afirmando que iriam melhorar a qualidade da educação e do aprendizado no Rio Grande do Sul. A escola seria "arrumada", Também indicou a necessidade de oportunidades, possibilitando o mesmo ponto de partida para que os jovens estejam preparados para os desafios econômicos e humanos no novo milênio.No entanto ele desrespeita a escola que funcionam graças ao trabalho dedicado dos trabalhadores em educação e da própria comunidade escolar que, nas diferentes escolas conserta os espaços físicos que estão precários, sendo que em os dados indicam várias escolas estão interditadas por não oferecer segurança para os estudantes e quem nelas trabalham. Muitas escolas não possuem bibliotecas, espaços de convivência, refeitórios, laboratórios e onde as escolas possuem estes espaços, não há profissionais para atendimento. Em relação ao respeito pelos trabalhadores e trabalhadoras da educação, o governo está transformando o Piso Nacional do Magistério em teto. Acabou com a carreira do magistério. Os funcionários das escolas recebem menos que o salário minimo.

O Novo Ensino Médio é uma política governamental educacional instituída pela **lei federal 13 415 de 2017**, a partir da conversão da **medida provisória 746 de 2016 (MP 746/2016)** em lei federal ordinária. O governo do estado abraçou a proposta com um projeto piloto, sendo que em 2022 tornou-se obrigatório a sua implantação. A política provocou a **reforma do ensino médio**, tal como ficou popularmente conhecida desde que foi apresentada pelo governo Michel Temer em 22 de setembro de 2016. Tem buscado se fortalecer com a flexibilização das disciplinas dadas aos alunos, estabelecendo disciplinas obrigatórias e disciplinas opcionais, dentre as quais o estudante deve escolher os chamados Itinerários Formativos Defensores acreditam que a reforma deve ajudar a combater a evasão escolar. Temos o entendimento que é preciso a sua revogação em virtude de que as pesquisas e experiências em curso apontam para um agravamento da precarização do ensino básico no Brasil.

Defendemos uma outra educação possível e necessária enquanto transmissora do conhecimento historicamente acumulado, visto que é necessário conhecer a sociedade em que se vive para transformá-la. Esta apropriação possibilita constatar o que precisa ser transformado, assim a consciência de reivindicação se torna consciência de transformação.

Denunciamos que entre os limites desta proposta está a falta de professores e a expansão do ensino a distância para os estudantes do período noturno. A implantação desta proposta vem acarretando um elevado risco de violação do direito à educação dos estudantes mais vulneráveis.

APOSENTADOS

Os Educadores (Professores, Funcionários de Escolas) levam uma vida estafante, com escolas sem condições, com sobrecargas de trabalhos, com salários miseráveis congelados e até parcelados, influenciando negativamente na sobrevivência desses profissionais e familiares, que lidam com alunos da Escola Pública, com uma série de problemas, muitas vezes, familiares, ou da drogacidade. Ao se aposentarem o reflexo de tudo isso se faz sentir em suas saúdes debilitadas, necessitando de assistência.

Os governantes, respaldados pela maioria dos parlamentares tem atacado violentamente a Classe Trabalhadora, e que tem a Educação como prioridade só nos discursos de campanhas, causam danos irreparáveis aos Educadores Aposentados. Urge intensificar a mobilização e a Luta Coletiva, contra os ataques do governo do Estado, priorizando:

a. Defesa de salários dignos, com imediato cumprimento da Lei do Piso a Professores, Funcionários e Contratados Ativos e Aposentados;
b. Reposição das perdas salariais dos últimos 9 anos;
c. Defesa intransigente da PARIDADE e INTEGRALIDADE de salários e demais direitos e vantagens entre Ativos e Aposentados;
d. Pela imediata suspenção do desconto do IPE/PREVIDÊNCIA, aos Aposentados, com a devolução do que foi descontado imediatamente;
e. Defesa intransigente do IPE/SAÚDE, sem o aumento de taxas, com pleno atendimento. Sobretudo aos Aposentados que mais precisam em consequência das mazelas da árdua labuta durantes os anos em atividade;
f. Defesa radical dos Planos de Carreiras;
g. Defesa a acessibilidade nas vidas públicas, prédios públicos e comerciais;
h. Proporcionar e estimular a participação dos Aposentados no Sindicato.

PLANO DE LUTAS:

1. Lutar pela revogação imediata do Novo Ensino Médio e aqui no estado da proposta do "Ensino Médio Gaúcho";
2. Discutir, organizar e construir com a categoria uma grande greve contra os desmandos do governo Leite;
3. Impulsionar a luta articulada da categoria com o restante da classe trabalhadora para exigirmos a anulação das contrarreformas que extinguiram direitos da classe como um todo, tais como as reformas da previdência e trabalhista e construir atividades de pressão e combate frente a todos os atos que tiverem como consequência a retirada de nossos direitos;
4. Exigir a anulação dos ataques a nossa carreira realizados pelo governo Leite, com apoio da maioria parlamentar da Assembleia legislativa do RS;
5. Resgatar a combatividade da categoria, amortecida pela falta de ímpeto da direção sindical, realizando debates, assembleias e atividades que elevem a consciência da categoria de modo que reconheçam que só a mobilização e a luta combativa nos permitirão sermos capazes de evitar perdas e possibilitar avanços em nossas pautas;
6. Lutar pelo verdadeiro pagamento do Piso Nacional da Educação para toda categoria e mobilizar para que os reajustes do piso nacional da educação sejam condizentes com um investimento digno para nós profissionais da educação;
7. Garantir participação ativa da nossa categoria nas lutas gerais de toda a classe trabalhadora na defesa do serviço público, da educação, da saúde, da segurança, da soberania nacional, das reformas urbana e agrária, pelo fim da tutela do Estado brasileiro pelas forças armadas, contra o imperialismo, contra o fascismo, pela autodeterminação dos povos, etc.;
8. Exigir do governo concurso para funcionários de escola e o fim da terceirização;
9. Exigir também a realização de concurso para professores e professoras de todas as disciplinas;
10. Realizar atividades voltadas à formação política da categoria por meio de seminários e ações permanentes com a participação das forças existentes no sindicato;
11. Resgatar a força da Gestão Democrática através de um grande encontro das equipes diretivas dirigido pelo sindicato;
12. Lutar contra os cursos de formação que a SEDUC exige como formação das equipes diretivas e que são oferecidos por entidades privadas, e estabelecer um vínculo concreto com as Universidades públicas;
13. Fortalecer a Eleição de Diretores;
14. Promover um amplo Encontro Estadual de Educação visando organizar a luta política e educacional da categoria (professores, funcionários);
15. Garantir uma maior e real mobilização da categoria nas pautas que envolvam diretamente o interesse dos funcionários e funcionárias tais como o pagamento da insalubridade, condições de trabalho dignas, reconhecimento real de que são trabalhadores e trabalhadoras em educação, defesa do plano de carreira, vinculação ao piso nacional da educação, etc.
16. Pressionar por investimentos nas estruturas

das escolas, que estão cada vez mais sucateadas, agravando as dificuldades de se proporcionar um ensino público de qualidade.

ASSINAM A TESE:

Antônio Staudt - Caxias do Sul
Everton Barbosa - Santa Maria
João Bourscheid - Pelotas
Míriam Neumann - Santa Cruz do Sul
Nei Sena - Cachoeira do Sul
Tânia Freitas - Pelotas

TESE 12

EM DEFESA DA UNIDADE DA CATEGORIA, DOS 14,95% PARA TODOS E PELA REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO – NEM

CPERS INDEPENDENTE E DE LUTA

CONJUNTURA INTERNACIONAL

NÃO À GUERRA!

A crise que assola os povos e ameaça direitos é, antes de tudo, a crise do sistema capitalista que sobrevive às custas da destruição, do ataque às conquistas e a redução do custo do trabalho. Como produto da própria crise, a guerra se desenvolve na Europa tem consequências políticas e econômicas que se alastram por todo o mundo.

Ao invadir a Ucrânia, Putin embarcou em uma aventura criminosa sem saída para o povo russo e o povo ucraniano. O governo estadunidense, à frente da Otan, por sua vez, não defende o povo ucraniano, mas sim os interesses dos monopólios que querem apoderar-se das riquezas russas, como fizeram no Iraque a pretexto das inexistente armas de destruição em massa.

Entre as consequências do conflito, os governos submetem aos parlamentos aumentos de orçamentos militares liberando enormes somas para as forças armadas em detrimento das populações trabalhadoras com cortes em todos os orçamentos públicos, hospitais, escolas etc.

É urgente um cessar-fogo e o fim da guerra. Em muitos países europeus, as manifestações pela paz, contra a guerra, expressam o repúdio a esta marcha à barbárie dos povos da velha Europa, já berço de duas guerras mundiais. Essa escalada pode levar a uma catástrofe global.

HÁ RESISTÊNCIA, FRANÇA, ALEMANHA, GRÉCIA, ESTADOS UNIDOS...

A França segue sob impacto da luta contra a reforma da Previdência do governo Macron. Ela sobe o tempo mínimo de contribuição e a idade para aposentadoria. Há mais de dois meses, sucedem-se manifestações de 1 milhão, 2 milhões e até 3 milhões de cidadãos. Engajado na guerra da Ucrânia, Macron prefere por 400 bilhões de euros em armamentos do que por nas aposentadorias.

Em fevereiro, milhares de trabalhadores em greve no Reino Unido fechando escolas, universidades e parte da rede ferroviáriano maior dia de paralisações em mais de uma década em protesto contra o aumento do custo de vida.

Em março, na Grécia, um acidente ferroviário com 57 mortos e dezenas de feridos foi o estopim de mobilizações contra as privatizações e a pobreza. No final do mesmo mês, foi a vez dos transportes públicos alemães pararem, segundo a imprensa na "maior greve do país em mais de 30 anos", por aumentos salariais que façam frente à alta da inflação.

Nos EUA, na véspera de completar 20 anos da invasão do Iraque, cerca de 300 organizações populares dos Estados Unidos realizaram, no dia 18 de março, uma manifestação contra a Guerra. A marcha nacional em Washington levou milhares de pessoas às ruas, denunciando todas as guerras promovidas pelos EUA, direta ou indiretamente e especialmente o financiamento estadunidense ao conflito na Ucrânia.

No continente, uma situação convulsiva e semiinsurrecional continua aberta. No Peru, há mais de cem dias ondas de mobilização sobem e baixam, o objetivo é acabar com o governo de Dina Boluarte e com o Congresso que a empossou, responsáveis por pelo menos 76 mortos no país. O Congresso, que foi o instrumento do golpe de Estado que afastou Pedro Castillo, tem uma aprovação de 5% segundo as pesquisas. São as forças armadas e policiais que garantem o Estado de Emergência, o toque de recolher e a repressão feroz.

A resistência à guerra, à destruição de direitos e a luta por melhores salários, condições de trabalho e de vida, une os povos. Se em cada país a luta reúne particularidades, sobre todos os povos, pesam os efeitos da crise do capitalismo. A independência de classe e a solidariedade entre os povos é a única via para uma saída positiva.

CONJUNTURA NACIONAL

APÓS A ELEIÇÃO DE LULA: RECUPERAÇÃO DOS DIREITOS E DA SOBERANIA NACIONAL

Não há como iniciar um texto de conjuntura nacional sem citar o fato mais relevante do ano de 2022, a eleição de Lula. Esta vitória extraordinária se deu apesar das instituições, apesar do derrame de dinheiro e as isenções fiscais eleitoreiras aprovados no Congresso, a pressão empresarial sem punição do judiciário e as trapaças organizadas dentro e fora do Estado.

A tentativa frustrada de golpe em 8 de janeiro, uma semana após subida de Lula na rampa do Palácio do Planalto assistida por centenas de milhares, mostrou o quanto a tutela militar ainda pesa sobre o Brasil, mesmo após o fim da ditadura. A reação nas ruas levantou a palavra de ordem "Sem Anistia!", se referindo aos golpistas, seus financiadores e aos crimes cometidos por Bolsonaro em 4 anos de governo. Passados 3 meses da invasão dos 3 poderes nenhum militar foi preso, nenhum grande financiador. Corretamente um deputado do PT propõe uma PEC de supressão da GLO do artigo 142 da Constituição.

Neste 100 dias, Lula tomou pedidas populares. Entre elas estão o reajute do piso nacional do magistério em 14,95%, o aumento do salário mínimo para R$ 1320,00, a elevação da faixa de isenção do IRPF para dois salários mínimos, o aumento de 40% das bolsas estudantis e a reposição de 9% para os servidores federais do Executivo. Também entre os bons sinais de Lula a recusa de fornecer armamentos para Zelenski, proposta de Scholtz e Macron, propondo parar a guerra, o que é uma posição soberana e independente do Brasil.

A suspensão da implementação da reforma do Novo Ensino Médio (NEM), após as mobilizações de 15 de março, também dialoga com estudantes e professores que exigem sua revogação.

Há por outro lado, problemas na relação do governo com a base social. O recuo na interrupção da privatização do Metrô de BH, frustrou 1600 trabalhadores (que fizeram 32 dias de greve) e trouxe a preocupação a outros movimentos. O compromisso com a reestatização da Eletrobras - objeto de uma campanha nacional - foi encaminhado pelo governo para uma ação jurídica para "baratear" a compra bilionária de ações para retomar o controle.

Há muito a ser feito, e pouco tempo disponível. A situação dramática da população exige respostas.

As denúncias de trabalho análogo ao escravo no RS e no Brasil são um dos produtos da política de destruição da fiscalização e dos direitos promovida pelo golpe de 2016. A reforma trabalhista de Temer e a tercerização da atividade-fim, combinadas com a explosão da informalidade e a certeza de impunidade deu sinal verde para esta prática. Mesmo a multa às vinículas denunciadas no RS, de R$ 7 milhões, representa menos de 0,5% do seu faturamento anual.

De imediato é preciso reaparelhar a fiscalização, contratar novos fiscais, e tranformar em lei a expropriação de propriedades urbanas e rurais onde forem localizadas forma de exploração análogas à escravidão.

É preciso por a baixo a reforma trabalhista e gerar empregos com direitos para atenter aos milhões desempregados e informais. Mas isso é incompatível com a chamada "independência" do Banco Central, controlado por um bolsonarista a serviço da especulação financeira. Nem tampouco é compatível o compromisso de fazer superávit primário para pagar a dívida exigida pelo "mercado" em detrimento da população que elegeu Lula para sair do sufoco.

A composição do governo, constituída sob argumento de alcançar algum grau de governabilidade, indica que os movimentos sociais precisam ir à luta, se quiserem que suas justas demandas sejam atendidas.

De imediato seguem vigentes as reivindicações relativas aos crimes eleitorais:

- Apuração e punição de todos os responsáveis por crimes políticos e eleitorais!
- Punição dos empresários (foram mais de 2 mil denúncias feitas por trabalhadores e sindicatos) que coagiram os trabalhadores nas eleições e que em 7 de novembro promoveram locaute – que também é crime – em alguns pontos do país.

Ao lado disso, se colocam as demandas

acumuladas em 6 anos de governos golpistas:

- Revogação do NEM;
- Revogação das reformas trabalhista e da previdência;
- Revogação da EC 95/2016;
- Não às privatizações, em defesa das estatais e serviços públicos;

CONJUNTURA ESTADUAL

NO RS, UNIR A CATEGORIA, LUTAR PELOS 14,95% PARA TODOS!

A vitória eleitoral para a presidência não apaga o fato de que a maioria dos governadores eleitos não possui nenhum tipo de compromisso com o serviço público e com a educação.

Prova disso, é que no dia 4 de abril, a maioria da Assembleia Legislativa, sob comando de Eduardo Leite (PSDB), impôs a 25 mil funcionários e 30% dos aposentados o congelamento salarial, mesmo depois do MEC (Ministério da Educação) ter definido o reajuste de 14,95% para o piso nacional. A maioria da categoria terá recomposição nula ou abaixo da inflação. Junto com o governo, o PDT, PSB, União Brasil, PP, Podemos, MDB e PSDB destroem a carreira, desrespeitaram os aposentados e mantêm funcionários com salários miseráveis.

Embora com outra roupagem, Leite é a continuidade da política de Bolsonaro e junto com seus aliados conduz uma ofensiva contra a escola pública, a categoria e o sindicato. É preciso explicar onde ele quer chegar e como.

HÁ UM MÉTODO...

Mesmo repondo as aulas da maciça greve de 2019, em defesa do plano de carreira, Leite só pagou o que devia em novembro de 2022. Não se tratava de "disponibilidade de caixa", mas de uma punição coletiva à legítima atividade sindical e justa luta dos professores e funcionários . Em 2021 o governo restringiu as cedências das direções dos núcleos e obrigou que dirigentes acumulassem o mandato dado pela categoria com 40h ou até 60h semanais nas escolas. Em 2020 entraram os primeiros funcionários terceirizados, muitos deles submetidos a meses de salários atrasados. Em 2020 o governo aplicou pela primeira vez reajuste diferenciado para professores contratados e concursados.

Há um método: criar obstáculos à atividade sindical e apostar na divisão da categoria entre ativos e inativos, contratados e nomeados. O objetivo: impor sua política de liquidação da escola pública e o NEM, enquanto destrói a carreira e aumenta a carga contra toda a categoria.

UMA PRIORIDADE: REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Neste momento, uma questão evidente, é a necessidade da Revogação do Novo Ensino Médio. Essa reivindicação está em consonância com a ideia de reconstruir o Brasil, ou seja, a Educação é uma questão importante tratada na 4º Plenária da CNTE. Os problemas com implantação do Novo Ensino Médio são muitos: diminuição do acesso ao conhecimento científico e fragmentação curricular, privatização e terceirização da educação, aumento da exclusão educacional e piora das condições de trabalho do(s) educadores(as). Além disso, tal sistema expõe o(a) professor(a) a situações inconvenientes, pois esse(a) precisa trabalhar os componentes que fogem à área de conhecimento e, na maioria das vezes, sem base científica.

É inaceitável um Ensino Médio que retira aulas de História, Filosofia, Sociologia, Química, Física, Artes, entre outros componentes curriculares, e coloca aulas de Projeto de Vida, Empreendedorismo e outros que desdobram em assuntos que nada tem a ver com a base científica. Por isso, é correta a posição da CNTE de exigir a revogação da lei 13.415 (novo ensino médio).

O que está em jogo é a privação da formação intelectual da juventude e a degradação das condições de trabalho docente, em meio ao descalabro da educação estatal, são antes de tudo frutos de anos de trabalhos e projetos de empresários, acionistas e investidores em "negócios sociais", embora não se possa subestimar o papel de quem governa no aprofundamento da "parceria" entre empresa e Estado.

Outro aspecto para que se exija a revogação do NEM é a desorganização de como foram implantados os itinerários formativos, pois falta de professores capacitados ou formados nas Universidades para atuarem nos formativos induziu, o que já ocorre em alguns estados, à rápida criação de um grande mercado de materiais pedagógicos nos grupos de redes sociais de professoras e professoras, que buscavam apoio

e ajuda para dar conta do recado. Professores de química, matemática, sociologia, com 5 aulas da disciplina para a qual se formaram e mais de 20 aulas dos itinerários formativos, com temas distintos e completamente desprovido de sentido, viraram a regra. Junto com novos modelos de controle do trabalho, que envolve postar planejamentos, alguns docentes ou pequenas empresas passaram a vender planos de aula. É só uma questão de tempo para que esse mercado informal de materiais pedagógicos seja engolido pelas grandes corporações. Basta ver o site da Fundação Telefônica-Vivo, por exemplo, que por meio de seu programa ***PenseTech*** oferece a venda de itinerários formativos de técnico e profissional em ciência de dados, Linguagem Matemática e suas Tecnologias, Língua Portuguesa e suas Tecnologias, além de programas para eletivas e projeto de vida. As empresas conduziram a implementação da flexibilização curricular de maneira caótica para apresentar a solução que já está pronta e sendo comercializada em alguns estados.

Logo, é preciso fortalecer todas as mobilizações que pedem a Revogação do Novo Ensino Médio. Mais do que isso, é necessário que a CNTE seja protagonista, articulando uma reunião das entidades para colocar em prática o Calendário de Luta Nacional.

NOSSAS PAUTAS URGENTES

O XI Congresso do Cpers sindicato, DEMOCRACIA VIVA,EDUCAÇÃO PRESENTE é uma atividade importante para ajudar a organizar nossas bases e a construir um plano de lutas em defesa da Reconstrução da Educação. É com esse espírito que nós, delegados, participamos. As principais pautas são: Luta pela revogação do Novo Ensino Médio, luta pela aplicação do piso nacional do Magistério e a Defesa das carreiras (Professores e funcionários), além de outras reivindicações, como:

- Aplicação imediata da Lei do Piso para ativos e inativos;
- Revogação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC;
- Recuperação urgente dos salários dos funcionários e fim das terceirizações;
- Concurso público para professores e funcionários
- Defesa da Carreira da Educação (no estado e prefeitura, os governos estão fazendo a aplicação de suas próprias reformas administrativas, como, por exemplo, a privatização dos serviços das escolas e creches);
- Desmilitarização das escolas;
- Retomada do Fundeb sem os desvios privatistas;
- Retomada dos royalties do petróleo para a Educação;
- Revogação da reforma da Previdência e fim do confisco de 14% das aposentadorias;
- Revogação da LC 173 e LC 191, leis que mantiveram o congelamento dos pagamentos de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e outras formas de ascensão nas carreiras, mediante critério de tempo de serviço;

SINDICAL

O CPERS DEVE PARTICIPAR DA DISCUSSÃO DA REFORMA SINDICAL

Foi apresentado pelas Centrais Sindicais em janeiro de 2023 um projeto de "Reforma Sindical". Todavia, há muita controvérsia nesse projeto e, por conta disso, a o CPERS deve participar de tal debate. Como cutistas, defendemos a Liberdade Sindical, por isso, combatemos a tutela do estado nos sindicatos. A CUT defendeu, desde sua fundação, o fim do imposto sindical e da unicidade. Porém, o projeto de reforma sindical mantém a unicidade sindical (prevista no artigo 8º, inciso II da CF) e vai contra a independência sindical.

Nesse aspecto, o que deveria estar entre as prioridades de luta das centrais é a revogação da reforma trabalhista de Temer, e garantir o finaciamento das entidades do setor privado autorizando a cobrança da taxa negocial, por parte dos sindicatos de trabalhadores, vinculada a acordos/convenções coletivas que beneficiam sindicalizados ou não.

O restabelecimento pleno de direitos trabalhistas e sindicais bem como uma lei que autorize a taxa negocial não dependem da criação de um "Conselho de Autorregulamentação das Relações de Trabalho" (CART). Trata-se do propósito fundamental do Fórum das Centrais.

O Projeto de CART possui vários pontos cruciais que prejudicam a organização autônoma e livre das entidades sindicais, sem falar que ele está vinculado à estrutura do estado (TEM) com "subvenção estatal". Em nenhuma hipótese, as relações de trabalho e os direitos sociais e trabalhistas devem ficar ao sabor de negociações na Câmara Comum com os patrões no CART.

Há tantas pautas urgentes para a classe trabalhadora nesse momento, o que torna essa proposta de reforma sindical totalmente apartada das necessidades reais da categoria.

Na prática, há liberdade sindical no setor público no Brasil e os grandes sindicatos das bases da CNTE, CONDSEF, CONFETAM, CNTSS, são os mais representativos, ainda que existam outros, devido à sua ação sindical e não à imposição da unicidade. Não há qualquer razão para se impor a unicidade sindical no setor público, muito menos para incluir o setor público no CART, como a 2ª versão do "Projeto" faz (a 1ª versão dava um encaminhamento separado para o sindicalismo do setor público). Esse "Projeto" de CART deve ser rejeitado. Ele mantém a situação híbrida e contraditória de unicidade nos sindicatos de base – o que não impede a sua fragmentação.

A "direção" para o movimento sindical viria dos acertos entre as cúpulas que se revezariam na Câmara dos Trabalhadores do CART. Desse modo, o ponto de partida para qualquer "reforma sindical" deveria ser a ratificação da Convenção 87 da OIT (Liberdade Sindical) e seu desdobramento para o setor público que é a Convenção 151.

CPERS INDEPENDENTE E DE LUTA

TESE 13

"A ESCOLA É, SOBRETUDO, GENTE" PAULO FREIRE

CONJUNTURA INTERNACIONAL

"Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres"
Rosa Luxemburgo

UCRÂNIA: CONFLITO QUE ABRE O SÉCULO DE DISPUTA PELA HEGEMONIA DO SISTEMA CAPITALISTA

Vivemos em um mundo perigoso. Um mundo convulsionado e polarizado. Um mundo que faz surgir o neofascismo. Esse cenário tem como pano de fundo uma crise brutal do sistema capitalista. Essa é a mãe de todas as crises, que gesta no seu interior a agonia no mundo do trabalho; catástrofes ambientais; crise nas instituições dos regimes democráticos burgueses; decadência ética e moral; a invasão de nossa privacidade através das novas tecnologias; a perspectiva de novas pandemias mais letais do que a Covid-19; deslocamento de populações inteiras pelo mundo e uma nova corrida armamentista que coloca o mundo e a humanidade em risco. Enfim, trata-se uma crise civilizatória. E todos sabemos, só será possível superar esses desafios com uma sociedade de novo tipo: solidária, plural, inclusiva, que garanta paz efetiva, com o fim do arsenal nuclear; na qual saúde, trabalho, educação e moradia sejam direitos e não privilégios. É preciso uma mudança radical na nossa relação com a natureza, para garantir a existência das futuras gerações. Pelo fim do imperialismo. Por uma sociedade do Bem Viver, uma sociedade Socialista!

A imprensa, os governos, o imperialismo, responsabilizam todos os males atuais da sociedade ao conflito na Ucrânia. Da alta da gasolina ao aumento dos preços dos alimentos; da estagnação da economia ao desemprego; das ondas migratórias à fome; da corrida armamentista ao surgimento do neofascismo. Não é verdade! Todos esses problemas já existiam, em maior ou menor grau, antes da guerra e da pandemia. Eles são fruto da agonia do capitalismo-imperialista.

Na realidade, o conflito Ucrânia-Rússia abre o século das guerras, de disputa pela hegemonia do sistema capitalista mundial. E encontra a esquerda totalmente dividida e sem uma visão estratégica pra mudar o mundo. De fato, não é um tema simples. Envolve um alto grau de complexidade. Utilizando uma metáfora, poderíamos descrever a situação da seguinte forma: imaginemos que a guerra pode ser representada por um tabuleiro de xadrez. Cada peça tem um valor e hierarquia distintos, falando formalmente, mas durante o jogo, dependendo dos movimentos, essa realidade estática se altera. No caso desse conflito, é mais complexo, pois o movimento de cada peça depende do resultado de outro tabuleiro de xadrez.

Decidimos aprofundar o debate sobre esse enfrentamento por classificá-lo o ponto alto da geopolítica mundial, da qual é produto e porque gerará impactos profundos no já conturbado cenário de crise estrutural do capitalismo e em suas diversas facetas. Nele, estão presentes todos os principais elementos da conjuntura internacional, da disputa de hegemonia, do neofascismo, das ondas migratórias e da tendência perigosa a mais guerras, mais armas e um potencial conflito mundial atômico. À esquerda, cabe a tarefa de fazer um esforço para acertar no diagnóstico da situação, para construirmos uma política, o máximo possível unitária, pois o futuro está em jogo.

Não estamos debatendo o caráter de classe do Estado russo ou ucraniano. Os dois são capitalistas até a medula, ainda que não sejam Estados capitalistas quaisquer. Esses Estados vêm de uma formação econômica social "sui generis", por serem frutos da primeira leva de experiências de Estados operários burocratizados. Assim, no seu interior, sobreviveram resquícios de instituições daquela organização.

Também não estamos discutindo os regimes russo ou ucraniano. São regimes implantados por suas burguesias corruptas e autoritárias que acumularam riqueza e patrimônio privado

saqueados do patrimônio público da ex-União Soviética. O governo Putin se apoia em uma plutocracia mafiosa que teve origem na antiga KGB. Já Zelensky é fruto da continuidade do golpe de 2014 e, para sermos generosos, no mínimo, namora com grupos fascistas, como Batalhão de Azov e Medvedi SS -assim como vários grupos fascistas que foram incorporados às forças de segurança e em postos-chave no Estado ucraniano. Estes têm sido o setor fundamental no enfrentamento ao exército russo e na repressão de sua própria população ucraniana de origem russa.

Também não se trata de uma discussão de nacionalidades ou xenofobia, ainda que também estejam presentes como os temas anteriores. O debate central e necessário é: **Qual o papel dos EUA e da OTAN?**

Para responder a esse questionamento, partimos da visão estratégica de Lenin "...É evidente que nesta questão (tal como no critério do "patriotismo"), não é o caráter defensivo ou ofensivo da guerra, mas os interesses da luta de classe do proletariado, ou melhor dizendo, os interesses do movimento internacional do proletariado, o que constitui o único ponto de vista segundo o qual se pode abordar e resolver o problema da atitude dos social-democratas diante deste ou daquele fenômeno das relações internacionais." (2 Lenin – O militarismo bélico e a tática antimilitarista da Social-Democracia, 23 de julho 1908)

Concluímos que estamos perdendo uma chance histórica de realizar uma campanha mundial contra a ofensiva da OTAN e suas bases com mísseis atômicos espalhadas no mundo, em particular na Europa. Acreditamos que, de forma unificada, a esquerda e setores progressistas internacionais podem e devem fazer o enfrentamento concreto ao imperialismo dos EUA e europeu e sair com autoridade para fazer o embate tanto na Rússia, como na Ucrânia, contra os regimes corruptos e bonapartistas de Putin e Zelensky. **(Trechos extraídos do livro "Rússia x Ucrânia: pelo fim da OTAN", Berna Menezes, Mario Azeredo. Porto Alegre: Ed. dos Autores, 2022)**

Essa introdução com peso na análise do conflito na Ucrânia se justifica porque não se trata de uma guerra comum. Estamos diante de um fenômeno novo, complexo, contraditório e extremamente perigoso. A disputa pela hegemonia do sistema capitalista, ou melhor, a possível perda de controle do imperialismo ianque. Uma "guerra de procuração", que os EUA e a união Europeia estão promovendo contra a Rússia. Uma Rússia que detém poder e tecnologia atômica. Essa situação pode o início de uma guerra de proporções mundiais e catastróficas para a humanidade. A quebra de importantes bancos nos Estados Unidos, o CreditSuisse na Suíça e o banco da Alemanha demonstram a fragilidade da política do imperialismo ocidental de querer manter a hegemonia do sistema a qualquer preço.

Nesse contexto, vemos uma espécie de "queda de braço" de países que formam os BRICS, principalmente China, Rússia, Índia, África do Sul e, agora, o Brasil, em abandonar o dólar como moeda fiduciária. Diante da dependência da moeda norte-americana, vários países querem apresentar uma proposta de emissão de uma moeda comum entre essas nações, evitando que sejam submetidas aos interesses políticos e econômicos dos EUA. Atualmente, a relevância dos BRICS é indiscutível: os países que formam esse bloco possuem, atualmente, 31,5% do Produto Interno Bruto (PIB) global, o que ultrapassa as economias do G7, que somam 30,7%.

Esse fato enfraquece o imperialismo EUA na manutenção de um mundo unipolar e pressiona para uma mudança de paradigma em direção a um mundo multipolar.

CONJUNTURA NACIONAL

"Brasil, mostra tua cara. Quero ver quem paga pra gente ficar assim"
Cazuza

2022 FOI MARCADO PELA HISTÓRICA VITÓRIA DE LULA E A DERROTA DE BOLSONARO, NAS ELEIÇÕES. No entanto, é preciso debatermos questões que podem determinar o futuro do país e da classe trabalhadora.

Transcorridos 100 dias do governo Lula avaliamos como pontos muito positivos da atuação do governo suas movimentações e relações internacionais onde, a partir da viagem à Argentina

e ao Uruguai, no início do governo, anunciou a retomada da CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) para estabelecer novas relações de cooperação com os países do nosso continente latino-americano. A retomada das relações e fortalecimento dos BRICS, com a indicação da Ex-Presidente Dilma como presidente deste banco com sede na China. Em relação à guerra entre Rússia e Ucrânia/OTAN, o Brasil, corretamente, apoiou a investigação sobre a explosão do gasoduto, não se submetendo à pressão dos EUA de condenar a Rússia.. No nosso país, muito importantes a EC para garantir da Bolsa Família, ainda antes do início da posse; a política ofensiva de proteção aos povos Yanomamis; o anúncio de políticas de combate ao garimpo ilegal em terras indígenas e da Amazônia. As críticas de Lula à autonomia do Banco Central e à política de juros altos, deferidos pelo COPOM, os maiores juros do mundo. A exclusão de 10 estatais da privatização como Correios, Ceitec, Serpro, Dataprev, Conab, Telebras e PPSA (Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A.)

Conscientes da difícil correlação de forças onde a extrema direita está muito forte na sociedade, no legislativo, e principalmente nas forças armadas, e da presença da direita golpista na própria composição do Governo Lula, sabemos que não é fácil implementar as mudanças a favor da classe trabalhadora, cumprir o programa de revogar todas as contra-reformas que atacaram a nossa classe como a trabalhista, da previdência, o teto de gastos, o Novo Ensino Médio, a Escola Cívico-Militar, as privatizações.

Mas, para que a Extrema-direita não volte, o Governo Lula deve se apoiar na classe trabalhadora, nos setores progressistas da sociedade, na universidade, na ciência e na pesquisa para **debater um projeto de país** que rompa a dependência do capitalismo internacional, que faça valer a potencialidade do nosso país continental, riquezas naturais como a água, as reservas florestais e minerais, a capacidade de produzir alimento. Neste projeto devemos discutir a superação da desindustrialização brutal do Brasil, porque a indústria brasileira que já ocupou 20% no PIB hoje não passa de 9%. Chegamos ao limite de o Brasil estar proibido de vender aeronaves da Embraer para Cuba, segundo o Embaixador Cubano entrevistado por Berna Menezes, no programa PSOL na Redes, porque o bloqueio dos Estados Unidos a Cuba impede que Cuba compre aeronaves brasileiras porque contêm componentes norte-americanos na sua fabricação. Essa é uma prova do que o nosso país não é soberano. Também é preciso pensar um modelo de país onde nós não sejamos apenas exportadores de grãos, carnes e minérios.

O projeto de país que defendemos deve levar em consideração que Lula defendeu na campanha "colocar o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda", pois temos 50% da população em segurança alimentar, mais de 50% da população que não concluiu o ensino médio e 70% da população economicamente ativa do nosso país, segundo Arlei Medeiros do Livres/Intersindical, "vive de bico", ou seja não tem trabalho formal, com direitos trabalhistas. Esse é o tamanho da tragédia social brasileira: metade de uma população não come o suficiente, não tem trabalho com direitos, não tem moradia digna e saneamento básico, não tem acesso ao conhecimento básico. O Ajuste Fiscal, desde FHC provocou um profundo "Desajuste Social".

No entanto, na última semana, tivemos o anúncio do novo Marco Fiscal pelo Ministro Fernando Haddad, que vai na contramão do necessário. Compartilhamos da análise de Maria Lúcia Fatorelli, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida que afirmou que "o Novo Marco Fiscal não passa de uma migalha". Veja por quê:

"MANUTENÇÃO DO TETO DE GASTOS SOCIAIS "COM BANDAS"

Mas o mercado tem mais motivos ainda para festejar! Em vez de revogar completamente o teto de gastos sociais vigente desde 2016 (EC-95 – Emenda Constitucional 95, aprovada em 15/12/2016), como afirmou inúmeras vezes Lula durante a campanha eleitoral, o arcabouço fiscal mantém teto de gastos, conforme consta da tela reproduzida: "O atual teto de gastos passa a ter banda com crescimento real da despesa primária entre 0,6% a 2,5% a.a."

Isso significa que continuaremos a ter teto de gastos sociais e com a estrutura de Estado. A diferença é que esse teto será calculado de forma mais flexível, dentro de uma "banda" que variará

entre 0,6% e 2,5% acima da despesa primária do ano anterior atualizada pelo IPCA, o que é uma margem pífia, uma esmolinha acima do que já constava da EC-95!

A manutenção do teto de gastos coloca as áreas sociais em disputa, por exemplo, caso tenhamos uma elevação nos gastos com saúde, educação ou reajuste para servidores públicos, face aos tetos estabelecidos no novo arcabouço fiscal, automaticamente os demais gastos sociais e com a estrutura do Estado teriam que sofrer redução, porque o conjunto desses gastos terá que caber dentro do teto estabelecido, que, mais uma vez, deixa fora os gastos com juros da dívida pública, os quais permanecem sem teto ou limite algum!"

O novo Marco Fiscal não é diferente da "PEC da morte" (EC 95) que nós tanto denunciamos. Ele garante uma taxa de lucros exorbitantes aos bancos e vultuousos empréstimos do BNDES a empresários, que não pagam e depois de 10 anos, pagarão 10 % do valor que tomaram – ou seja, ganharão dinheiro com essa operação – um crime de lesa-pátria.

Ainda, completados os 100 dias de governo Lula, temos outro grande desafio que é o Novo Ensino Médio, projeto educacional dos empresários e banqueiros instituído e aprovado no governo golpista do Temer, implementado durante o governo neofascista de Bolsonaro. O NEM será uma tragédia para uma geração de jovens se não for revertido. O governo Lula, pela sua composição amplíssima, por ser um governo de conciliação de classes acaba por favorecer mais a elite, também na educação. O Ministro da Educação Camilo Santana é aliado do Movimento Todos pela Educação, das fundações e institutos privados como Lemann, Itaú Bradesco, Vale, iFood, Fundação Roberto Marinho, publicou portaria suspendendo o calendário de implementação do novo ensino médio por 90 dias, a contar da consulta pública instituída por Portaria em 8 de março, com igual prazo. **Consulta essa que visa somente "aperfeiçoar" o Novo Ensino Médio e não a sua revogação.** Seria a concessão do governo e tudo o que o empresariado da educação, parasita dos cofres do Estado Brasileiro, deseja.

Para desqualificar a luta pela revogação do NEM, o empresariado nos acusa de não termos propostas para substituir essa malfadada reforma. Isso é um desrespeito com a vanguarda dos Educadores, com Especialistas, com Universidades Públicas de excelência, com aos IFs. Existem elaborações históricas acúmulo de congressos e conferências massivas da educação pública, de experiências inovadoras e emancipadoras de escolas em todo o país. Nós temos ponto de partida, mas é necessário ouvir essa geração de jovens que vem sendo caracterizada como Nem-Nem: nem estuda e nem trabalha. Ouvir os estudantes, mães, pais, educadores, trabalhadores em geral, especialistas, em **UMA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, desde as escolas, comunidades, sindicatos, universidades, ainda em 2023, para termos um novo modelo de Ensino Médio para 2024 e elaborações para o novo PNE – Plano Nacional de Educação.

Por fim, no debate da Reforma Tributária, devemos lutar pela Taxação das Grandes Fortunas e a isenção do imposto de renda dos assalariados.

CONJUNTURA ESTADUAL

"A crise da educação no Brasil nãó é crise, é projeto."
Darcy Ribeiro

O governo de Eduardo Leite-PSDB com seus aliados MDB, PP e, agora nesse seu segundo mandato, também PDT e PSB, é um governo claramente neoliberal. Um governo marcado pelo ajuste fiscal, por privatizações e concessões de incentivos fiscais a ricos empresários.

O ataque que o governo Leite promoveu ao plano de carreira do magistério estadual, em 2020; as manipulações que vem operando para dizer que paga o piso salarial nacional do magistério; a exclusão dos funcionários de escola e dos aposentados sem paridade - vítimas da reforma da previdência do golpista Temer; o aumento da terceirização no serviço de educação da limpeza, da merenda, da vigilância são partes da política de ajuste. Gastar menos com os servidores e com serviços públicos para voltar a pagar a dívida ilegítima, já paga conforme estudos Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida aqui do estado. Voltar a pagar essa dívida foi o pacto firmado entre Leite e Bolsonaro com a assinatura do RRF Regime de Recuperação Fiscal, processo iniciado no gover-

no Sartori - MDB, depois deste ter entrado na justiça para suspender o pagamento da mesma.

O governo Leite é o governo no qual foram implantadas 13 escolas Cívico-Militares na rede estadual do RS, sendo uma em Porto Alegre, contra o que o 39º Núcleo do CPERS moveu ação judicial, obtendo a suspenção de novas adesões por meio de vitoriosa Cautelar. Também é governo que privatizou a CEEE por R$ 100 milhões, entregue a uma estatal chinesa; que privatizou a CORSAN, vendida para ao grupo AEGEA- um consórcio do qual faz parte uma empresa vinculada ao Banco Itaú, consórcio que obteve 19 bilhões de reais emprestados pelo BNDES para a expansão da rede de saneamento - a segunda maior operação deste banco - empréstimo que o BNDES poderia ter concedido à Estatal gaúcha para expandir a rede de saneamento se a política não fosse privatista, de grandes negócios, com recursos do Estado Brasileiro.

O governo Leite também se caracteriza pelo avanço das privatizações na Educação, através da presença de institutos e fundações privadas que assessoram a implementação da política educacional em todos os aspectos pedagógico, tecnológico, gestão. São as instituições do Movimento Todos pela Educação como Fundações ou Institutos Lemann, Itaú, Ayrton Senna, Roberto Marinho, Vale, Instituto e Iungo e outros. Movimento do qual é originária a Secretaria da Educação Raquel Teixeira; movimento defensor do Novo Ensino Médio do golpe e das Escolas Cívico-Militares de Bolsonaro.

E, nestas semanas, inclusive as que se seguem até o Congresso do CPERS, travamos "uma guerra" com a Secretaria de Educação, com o Ministério da Educação e com o empresariado da educação pela REVOGAÇÃO do Novo Ensino Médio, porque o NEM não prepara os filhos e as filhas da classe trabalhadora nem para o acesso à universidade pública, seja através do Enem ou de vestibular (acabará com as cotas sociais raciais e indígenas) e, tampouco, prepara os nossos jovens para o mundo do trabalho. O NEM exclui a juventude pobre da universidade pública e prepara para o "mercado de trabalho desta etapa do capitalismo" caracterizada pelo trabalho flexível, isto é emprego com o mínimo de direitos trabalhistas, com longas jornadas, sem garantia de aposentadoria, ou seja, trabalho sem direitos. Nós do Fortalecer o PSOL, da Intersindical, pela nossa participação na Diretoria do 39º Núcleo do CPERS/Sindicato Porto Alegre, articulamos com a FACED/UFRGS o lançamento do "Comitê pela Revogação do Novo Ensino Médio RS" em 22 de março/23, movimento exitoso, abraçado pelo CPERS/Sindicato e por muitas organizações da universidade, movimento estudantil e outras.

No entanto, estamos num momento decisivo porque o MEC, o Governo Lula - frente a mobilização nacional de estudantes, educadores, pesquisadores, organizações da educação, como a CNTE; criação de Comitês pela Revogação do NEM, sendo o PR a vanguarda; centenas de milhares de abaixo-assinados impulsionados, a partir da iniciativa do Deputado Federal Glauber Braga PSOL-RJ – está decidido a promover, apenas, um " aperfeiçoamento do novo ensino médio", através de consulta pública, na qual não depositamos confiança alguma pois, como já foi dito, tem a mão do Movimento Todos pela Educação.

Para sermos consequentes com a defesa da Educação Pública, devemos empenhar todas as nossas forças na construção da MOBILIZAÇÃO PELA EXIGÊNCIA DA REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO, DA ESCOLA CÍVICO-MILITAR E PELA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM 2023, desde as escolas.

Nesse momento da inscrição desta Tese estamos com os funcionários de escola excluídos do reajuste salarial, com ameaça de que para elevar o básico de R$ 670,00 para o valor do mínimo regional, o governo venha a mexer no plano de carreira, conquistado no governo do Olívio. Ameaça de aumento das contribuições do IPE Saúde, pressionado pela greve dos médicos, de 10 a 12 de abril – retrato do descaso dos governos que não repassam a sua contribuição ao IPE Saúde, o que colocará em risco o atendimento de milhares e milhares de usuários do sistema e o funcionamento de muitos hospitais gaúchos.

EDUCACIONAL

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco a sociedade muda"
Paulo Freire

Não existirá escola pública sem estudantes! Combater a EVASÃO ESCOLAR, será tarefa fundamental para o CPERS. A existência de professores, funcionários de escola, orientadores, supervisores e direções nas escolas públicas estaduais depende da existência de estudantes.

Por quê fazemos esse alerta? Porque com a crise econômica e a pandemia muitas escolas estão se esvaziando. A evasão escolar está crescendo. **O combate à evasão escolar deve ser uma das grandes tarefas do CPERS/ Sindicato, no próximo período, em defesa da escola pública estadual gaúcha - pelo futuro da rede pública estadual e pelo direito da maioria ao acesso ao ensino público básico.**

Os nossos colegas estão nas escolas sobrecarregados de trabalho pelas imposições da secretaria de educação, sofrendo com agravamento das condições das famílias de nossos estudantes devido à pandemia e à grave crise econômica que se abate sobre a classe trabalhadora, a tal ponto que sequer tempo para discutir os problemas conseguem. Os últimos governos conseguiram impor uma "alienação do próprio trabalho escolar" e o movimento sindical não fez frente a isso.

Agora, se impõe esse grande desafio de pensarmos, de conjunto, a existência e preservação da escola pública gaúcha. Nesse processo de Congresso do CPERS/sindicato nós temos uma batalha decisiva pela manutenção da escola pública que é a **"revogação do novo ensino médio"**, mecanismo de exclusão dos filhos e filhos da classe trabalhadora e da periferia do acesso à universidade e a ilusão de que se tornarão empreendedores no mercado de trabalho, totalmente sem direitos. **Reforma que aumentará ainda mais a evasão escolar que já é enorme.**

"O percentual de alunos que abandonaram o Ensino Médio na rede pública gaúcha em 2021 é quase o dobro (10,7%) do registrado a nível nacional – no Brasil, o índice foi de 5,6% no período. Nos últimos 10 anos, as taxas de abandono nesta etapa sempre foram piores no RS." (Gaúcha ZH 23/05/2022)

"A distorção idade-série, no Ensino Fundamental estava em 12,7%. No Ensino Médio, 26,7%. (Dados Censo Escolar, reproduzidos na página da Secretaria de Educação RS,13/02/2023).

Urge a mobilização pela **"revogação do novo ensino médio"**. A representante da Direção do CPERS no Comitê pela Revogação do Novo Ensino Médio RS, fez importante anúncio na sua última reunião, que no Conselho Geral de 14 de abril, a Direção Estadual orientará a formação dos comitês pela revogação do NEM nos 42 núcleos do Sindicato e a realização de uma pesquisa nas escolas.

Aliás, a orientação será importante para 41 núcleos porque o 39º Núcleo, dirigido pelo Fortalecer/Intersindical em composição com outras correntes do PSOL e do PT, foi quem impulsionou essa luta no estado, desde a Assembleia Geral de 3 de março, com a distribuição de adesivos, cartazes e abaixo-assinado a partir da experiência do deputado Glauber Braga PSOL RJ, que já chega quase 200 mil assinaturas. A partir disso, aqui no Estado começaram a se articular Comitês em algumas regiões como Santa Cruz, Uruguaiana, Bagé e Viamão (nem todos a partir dos núcleos do nosso sindicato).

Nestas semanas que nos restam do mês de **abril**, incluindo a Semana Nacional da Educação organizada pela CNTE de 24 a 28, com paralisação no dia 26, e no mês de **maio** precisamos fortalecer a mobilização pela revogação do novo ensino médio. Se isto não ocorrer, se consolidará a consulta pública do MEC, apoiada pelo Movimento Todos pela Educação que tem por objetivo apenas colher opiniões para aperfeiçoamentos da reforma do ensino médio do golpista Temer e avalizada por Bolsonaro. Então, é urgente que nessas semanas de debate na base para a eleição de delegados ao Congresso esta tarefa também seja assumida por todas as correntes, sob pena de vermos aumentado aquilo que colocamos no início como sendo um dos nossos grandes problemas que a evasão escolar, o esvaziamento de escolas de ensino médio, de EJA, de ensino fundamental. O que terá como consequência, o fechamento de escolas.

O governo do estado tem como plano, para 2024, fechar muitas escolas estaduais com poucos alunos e transferir para os municípios. Ou entregar para a especulação imobiliária. No caso de Porto Alegre, seria transferir seus prédios para a prefeitura instalar escolas de educação

infantil – uma necessidade, aliás. No entanto, nós não podemos concordar com o fechamento de escolas estaduais para atender essa justa demanda da população das mães da classe trabalhadora que precisam trabalhar. As estruturas das escolas estaduais devem ser usadas para implementar projeto de ensino de tempo integral, com oficinas, com tudo que os estudantes da escola pública têm direito; a exemplo dos IFs e do que está sendo mostrando pela escola privada onde o novo ensino médio tem sido possível, com êxito, porque eles não reduziram a matriz curricular, aliás, ampliaram e tem todas as condições físicas e pedagógicas. Ao passo que as nossas escolas estão com os prédios caindo, não existem condições pedagógicas com laboratórios, as nossas bibliotecas estão fechadas. Temos que exigir que os governos invistam mais na educação para reformar esses prédios, abrir bibliotecas, equipar laboratórios, realizar concurso para todos os profissionais necessários – realizar concurso interno para os milhares de professores e funcionários contratados - e implementar o ensino integral nessas comunidades.

São fundamentais também as lutas pelo Piso dos Funcionários de Escola – uma luta nacional. Por Concurso público para suprir as necessidades em todas as funções da escola pública. Concurso Interno para efetivar Professores e Funcionários Contratados, com ... (5 ou 3 anos de serviço na rede estadual). Abertura de bibliotecas. Escola de tempo integral, como uma necessidade para as famílias da classe trabalhadora.

BALANÇO

"Medo nós tem, mas não usa."
Margarida Alves, líder camponesa

Primeiro, queremos reivindicar os nossos acertos políticos, não sem problemas, evidentemente. No último congresso, em 2019, nós apresentamos a resolução "Fora Bolsonaro" com sendo a bandeira que poderia unificar a esquerda naquela que deveria ser a sua principal tarefa derrotar o governo negacionista, miliciano, neofascista - rejeitada pela maioria da atual direção e parte da oposição. Mas, a política acabou se confirmando como correta e em 2020 o movimento sindical como um todo e os partidos de esquerda, no país todo, realizaram grandes manifestações pela Fora Bolsonaro, decisivas para a derrota do mesmo nas eleições. Além deste acerto político, pela atuação na Direção do 39º Núcleo do CPERS, fomos vanguarda no enfrentamento à Escola Cívico-Militar, com vitória judicial obtida por Cautelar em novembro/2022, suspendendo a implantação de novas escolas no estado. Apoio às trabalhadoras terceirizadas da limpeza e da merenda das escolas estaduais que tiveram seus direitos negados pelas empresas contratadas pela SEDUC. E, agora em 2023, também, fomos vanguarda no movimento pela Revogação do Novo Ensino Médio.

Em relação ao balanço da atuação da Direção Estadual do CPERS, o fato positivo dos últimos tempos foi a obtenção do pagamento do desconto dos dias da greve de 2019, no final de 2022, sem esquecer que havia o interesse do governador Eduardo Leite na sua reeleição. Mas, não deixa de ser uma conquista. Assim como, agora em meados de março de 2023, foi muito importante que a Direção estadual tenha abraçado o movimento pela Revogação do Novo Ensino Médio, o que dará amplitude estadual a esta luta, (ainda que a direção não tenha tomado a frente desta tarefa impulsionada pela direção do 39º Núcleo).

No geral, a atual gestão esteve aquém da necessidade no enfrentamento as políticas do governo de Eduardo Leite e ao Movimento Todos pela Educação na Secretaria de Educação. Leite, depois de ter achatado em 70% o plano de carreira do magistério, adotou manobras para dizer que paga o piso salarial nacional excluindo aposentados sem paridade. Leite arrochou brutalmente o salário dos colegas funcionários de escola. Implantou escolas cívico-militares e não teve um enfrentamento à altura por parte da direção estadual, que apostou em "diálogo" e "negociação", para não parecer radical.

Assim como avaliamos que a Direção Estadual, de conjunto, teve uma posição muito conservadora em relação aos trabalhadores terceirizadas da merenda e da limpeza ao afirmar que eram trabalhadoras que não pertencem a nossa base e que são base de outro sindicato. Uma visão equivocada porque no mesmo espaço escolar de professores e funcionários filiados ao CPERS estão estas trabalhadoras. Isto não significa, em hipótese alguma, defender a Terceirização. Todos

sabemos que, na atual etapa do capitalismo, estamos numa nova configuração do mundo do trabalho com trabalho precário, tendo nas escolas milhares de professores contratados e milhares de trabalhadores contratados através de empresas terceirizadas. Cabe ao movimento sindical se atualizar e encontrar formas de trazer para dentro da sua organização estes trabalhadores e trabalhadoras enquanto seguimos a luta para revogar a terceirização, bandeira que levantamos na eleição do presidente Lula. Se temos ciência da correlação de forças adversa, não podemos abdicar da tarefa de defender o pagamento em dia e o pagamento de direitos elementares dessas trabalhadores e trabalhadores terceirizados.

SINDICAL

"A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores"
Karl Marx

Apresentamos ao Congresso do CPERS a proposta de impulsionar, junto ao Fórum das Centrais Sindicais que atuou de forma unitária no "Fora Bolsonaro", a realização de Um Grande Encontro/Congresso Estadual da Classe Trabalhadora, no primeiro semestre de 2023 (mês de julho). Assim como, levar a proposta para a CNTE e Centrais Sindicais Nacionais de realização de Um Grande Congresso da Classe Trabalhadora Brasileira, no Dia 7 de Setembro/2023 , com os objetivos de organizar e mobilizar pelas pautas da Classe Trabalhadora, contra a exploração do trabalho e para mantermos classe organizada e mobilizada para fazer frente à extrema direita caso tente golpear o governo Lula, que ajudamos a eleger.

Não podemos esperar que tudo se resolva pelo institucional, em acordos por cima, lá no governo federal. Temos os governos estaduais e patrões a enfrentar, aqui embaixo. Além de que a extrema direita siga articulada, em todo o país. A nossa classe trabalhadora precisa de conscientização para a luta, para a mobilização. Por isso, os grandes temas do mundo do trabalho, da democracia, dos serviços públicos, a começar pela Reforma Tributária, com a taxação das grandes fortunas, além da revogação do Novo Ensino Médio, devem ser debatidos nas comunidades, nos locais de trabalho, com panfletos e cartilhas. Organizar manifestações, marchas que precisamos fazer até para ajudar o governo a fazer frente a extrema direita e aos golpistas. Aqui no estado, ao governo Leite e criar uma base de mobilização para as eleições municipais 2024 ou veremos a extrema direita ser vencedora em muitos lugares e de volta em 2026.

A proposta é um grande Congresso massivo, mobilizador, aberto, sem disputa de delegados; para debater questões por consenso entre as centrais sindicais e movimentos sociais, populares, estudantis. Precisamos manter a classe trabalhadora mobilizada para elaborar e lutar por um projeto de país que interesse a classe trabalhadora, um projeto de desenvolvimento econômico e social para um Brasil Soberano.

POLÍTICAS ESPECÍFICAS

"Tenho sangrado demais/ Tenho chorado pra cachorro/ Ano passado eu morri/ Mas esse ano eu não morro"
Belchior

É necessário que o CPERS/Sindicato crie um GT – Grupo de Trabalho para tratar das questões da Saúde dos Trabalhadores em Educação, que incorpore a questão dos PDCs , a questão do assédio moral.

PLANO DE LUTAS

"Eu só peço a Deus/ Que o futuro não me seja indiferente/ Sem ter que fugir desenganado/ Pra viver uma cultura Diferente"
Mercedes Sosa e Beth Carvalho

Apresentamos propostas para o |Plano de Lutas em todos os temas, que vão desde a Revogação do Novo Ensino Médio – realização de Conferência Nacional de Educação em 2023.

Grande Encontro/ Congresso da Classe Trabalhadora, em julho –RS e 7 de Setembro - Nacional.

- Luta pelo Piso Salarial para Funcionários de Escola e pelo pagamento do Piso do Magistério, conforme a Lei.

- Escola de tempo integral.
- Até criação de GT Saúde do Trabalhador, pelo CPERS.

REFORMA ESTATUTÁRIA

"***Tá vendo aquele colégio, moço?/ Eu também trabalheie lá/ Lá eu quase me arrebento"***
Zé Ramalho

Participação de não sócios em assembleias de mobilização, assim como participam de greves, mobilizações.

Incorporação de Trabalhadores Terceirizados no CPERS (ver a forma tomando como exemplo sindicatos que tem Associação, Institutos – Químicos Unificados de Campinas e Região)

Para ser coerentes com os apelos de "unidade", levantamos aqui a proposta de CHAPA UNITÁRIA ELEIÇÃO 2024, que passa pela ampliação do número de Dirigentes para contemplar as organizações/correntes que se articulam no CPERS , porque a realidade está muito mais difícil do que escrevemos e o movimento sindical enfraquecido, burocratizado. (Minas Gerais e São Paulo estão unificando).

FORTALECER O PSOL/INTERSINDICAL E INDEPENDENTES – XI CONGRESSO CPERS/ SINDICATO - 2023

SUBSCREVEM ESTA TESE PARA O DEBATE COM COLEGAS:
Neiva Lazzarotto, Klymeia Nobre, Cecília Santana, Silvana Souza, Chester Guimarães
39º Núcleo do CPERS – POA ZS
Jardel Cunha, Neidi Weschenfelder
38º Núcleo – POA ZN
Marli da Silva
Representante Estadual de Aposentados
Cleverson Alves, Cleonice Bao, Deborah Ibraima
25º Núcleo – Lagoa Vermelha
Marina Vargas
22º Núcleo - Gravataí (Viamão)
Rejane Todero, Dulcimara Bargagnolo, Ione Ponsoni Lazazrotto
15º Núcleo – Erechim
Vera Serpa, Adriana Gomes
2º Núcleo – Santa Maria

TESE 14

TESE DA AVANTE/ESCOLA DO POVO PARA CONTRIBUIR COM O XI CONGRESSO DO CPERS/SINDICATO

EDUCAÇÃO

O Papel da Escola numa sociedade em transformação: uma Escola do Povo.

Em um mundo caracterizado por transformações vertiginosas, pela transitoriedade, a educação tem que ser pautada pela inovação, pela tecnologia, pela busca permanente do inusitado, dentro de um determinado contexto conjuntural e territorial. A maior parte dos problemas educacionais se originam fora da escola. Portanto, é indispensável sua íntima ligação com as políticas públicas, de modo que essas atinjam aquilo que a ela não consegue alcançar, criando as necessárias condições para o sucesso educacional. Não basta a escola educar. A cidade tem de ter uma perspectiva educadora. A escola educa a cidade e é educada por ela. Da mesma forma, a comunidade precisa reconhecer a escola como parte dela e patrimônio de todos. A relação com os membros da comunidade é tão importante quanto a relação com alunos e professores. Sua atuação deve se estender por todo um **território educativo fazendo ensino, pesquisa e extensão**. Este tripé tem de estar presente em todos os níveis e não apenas na educação superior. Reduzir estes objetivos apenas à Universidade é uma perspectiva elitista que, ao estabelecer um divórcio entre saber acadêmico e saber popular, estabelece uma hierarquia de saberes garantidora de uma dominação de classe.

EDUCAÇÃO PÓS-PANDEMIA

As grandes crises são sucedidas de grandes transformações. Nas relações humanas, nas relações políticas, nos padrões de consumo, cuidados com a saúde e, certamente, na educação. No retorno às aulas presenciais, os educadores e as escolas estaduais, de todos os níveis, se defrontaram com grandes desafios. Uma coisa é ter permanecido em confinamento com espaço adequado ao estudo, internet, Netflix, apoio familiar, etc. Outra é ter ficado, em condições precárias, sem acesso às tecnologias digitais ou sem apoio familiar. As diferenças foram se acentuando, em termos de aprendizagem, impossibilitando que retomem de onde pararam. As escolas e a educação necessitam se reinventar, superando aulas expositivas tradicionais e os velhos métodos que vem, sem grandes alterações, desde a Idade Média. Teremos que dialogar com cada aluno e suas famílias para saber em que situação se encontram, estabelecer planos individualizados, por grupos em situação semelhantes ou coletivos. Incentivar a pesquisa individual ou coletiva se reunindo para debater os conhecimentos produzidos pelos alunos, das mais diferentes formas. Os conteúdos são importantes, mas como ponto de partida para novos conhecimentos. Será necessário um amplo programa de inclusão digital, para que a EaD não venha ampliar as diferenças entre os incluídos e os excluídos desta tecnologia pois, superada a exclusão digital, ela poderá ser um importante suporte ao trabalho dos educadores e das instituições educacionais.

A crise expôs também a precariedade das redes públicas estaduais e municipais: espaços malcuidados, banheiros destruídos e sem elementos para a higienização, tornando impossível sua utilização durante a pandemia. A sociedade não pode mais tolerar isto, naturalizar este descaso com a educação. Poderia ser o contrário. As escolas poderiam ser também instrumentos de combate a todos os tipos de epidemias, limpas, bem cuidadas, contando cada uma delas com serviços de saúde e apoio psicológico. Isto não é impossível. Nós é que naturalizamos este crime que se comete contra o futuro do país. Se um quartel pode ser bem cuidado, porque uma escola não? Ela, como principal espaço público em cada comunidade, deve ser também um polo de cultura, esportes, lazer e integração. Esta nova escola deve fazer ensino, pesquisa e extensão, como um processo único e indissolúvel.

Vamos reinventar a escola e a educação. Vamos exigir que ela e os educadores sejam efetivamente prioridade. Recursos existem.

POLÍTICA EDUCACIONAL DO NOVO ENSINO MÉDIO

O Novo Ensino Médio imposto pelo Governo Temer a partir do golpe parlamentar jurídico e midiático contra a Presidenta Dilma aprofundou as desigualdades entre os jovens da periferia e dos grandes centros, bem como ampliou as desigualdades sociais e de inserção no mundo do trabalho.

Comprovadamente, os estados brasileiros implementaram sozinhos, sem a participação do Ministério da Educação, que foi quase completamente desmontado e nesse sentido tornou-se omisso, na gestão Bolsonaro, o Novo Ensino Médio e esta condição foi acompanhada da falta de ampla reflexão sobre as possibilidades e diagnósticos locais. Isto culminou na ampliação das desigualdades territoriais.

Exemplificando, um jovem de periferia ou do interior que sonhasse em cursar o itinerário das Ciências da Natureza (aquela que conduz ao acesso dos cursos de Medicina, Biomedicina e outros) em uma das 3 mil cidades do país onde existem apenas UMA escola de Ensino Médio teria que contar com a sorte para realizá-lo. São claras as deformações do Novo Ensino Médio. Na capital e nas maiores cidades há oferta de todos os itinerários formativos, enquanto nas periferias e no interior, os alunos se sujeitam as poucas opções fornecidas pelas escolas. Uma inversão total na lógica e no que foi propagandeado inicialmente na proposta.

O mundo do trabalho no século XXI é carregado de novas possibilidades, contudo, estas são pré-requisitadas por formação profissional e tecnológica adequadas. Com a reforma trabalhista e a incidência do trabalho intermitente atingindo grande parte da massa estudantil secundarista, boa parte deste segmento migrou para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Mas a própria EJA foi significativamente desmobilizada nos últimos anos. O descaso do governo estadual com os NEEJAs é sintomático. A falsa resposta encontrada pelo Novo Ensino Médio foi propagandear que o turno integral seria acessível a todos e todas e acompanhada da ampliação das horas/aulas além de contar com a formação profissional e tecnológica nas escolas. Quais escolas comportam estes centros de formação profissional? E o estudante trabalhador? Onde se encaixa nesta proposta? São muitos questionamentos e quase nada de respostas que convirjam para a resolução dos problemas.

Outro sintoma do descaso é o concurso público do magistério estadual que veio à tona com anos de atraso. No edital de abertura, um retrato da falta de intenção do governo de Eduardo Leite com a qualidade do trabalho das educadoras e educadores, pois num contexto onde 30 mil entre os docentes trabalham sobre a insegurança e a precariedade do contrato emergencial, faz-se um edital com apenas mil vagas para profissionais estatutários. No edital, também outro grave problema: ficaram de fora as disciplinas de Filosofia, Sociologia, História, Educação Física e Espanhol, o que evidencia tanto o caráter acrítico da educação implementada pelo projeto do Novo Ensino Médio promovido por Temer, como também o desinteresse do governo do estado em possibilitar a devida diversidade formativa prometida por esse projeto de educação.

O FASCISMO AINDA É UMA AMEAÇA

Bolsonaro despertou em segmentos da sociedade brasileira toda uma cultura produzida por séculos de colonialismo, latifúndio, escravidão e longos períodos autoritários e ditatoriais. O desprezo a cultura e a ciência, o enaltecimento da ignorância vulgar, o racismo, machismo e toda forma de preconceitos afloraram com muita força e tentaram se transformar em sistema político.

A vitória eleitoral de Lula foi muito importante pois criou obstáculos a isto.

Entretanto, o fascismo ainda é uma ameaça muito concreta. Os fascistas venceram as eleições parlamentares e os mais importantes governos estaduais que contam com poderosas Polícias Militares e as FFAA foram hegemonizadas.

De outro lado, a esquerda brasileira é hegemonizada por uma visão socialdemocrata ou social-liberal, as organizações sociais, especialmente os sindicatos têm pouco poder de mobilização, estão submetidos a uma estrutura burocrática e dirigidos na maioria das vezes por pessoas que se perpetuam no comando não abrindo espaço para novas e jovens lideranças.

Ao mesmo tempo o governo Lula não conseguirá implementar as transformações

necessárias apenas com articulações parlamentares. Para avançar nas transformações e resistir às inevitáveis investidas golpistas são necessárias duas coisas, principalmente: Investir na disputa ideológica e investir na organização popular.

Os Comitês de Luta devem ser prioridade de todas as forças políticas e sociais, inclusive dos sindicatos. Só assim poderemos enfrentar a ameaça fascista e avançar rumo as profundas transformações estruturais em nossa sociedade.

FILIAÇÃO A CUT

Por mais atuante que uma entidade sindical possa ser ela não basta a si mesma. Um sindicato isoladamente somente é capaz de desenvolver uma consciência dos interesses corporativos. A consciência classista se dá nas lutas gerais da classe trabalhadora alavancadas pelas Centrais Sindicais. Quando Getúlio Vargas impôs a estrutura sindical corporativa negou a existência de Centrais Sindicais. Na verdade, o Estado brasileiro e os capitalistas tudo fizeram para destruir as organizações mais amplas da classe trabalhadora brasileira. Sindicatos isolados, sem relação com Centrais Sindicais é uma aberração que só favorece a manutenção da dominação e o atraso ideológico.

Lutas gerais que favorecem a nossa classe como a valorização da educação pública e o piso do magistério são exemplos de lutas que nos dizem respeito que são conduzidas pelas Centrais Sindicais. Outras lutas tão necessárias para o país também são protagonizadas pelas Centrais Sindicais, como por exemplo, combate a política de juros altos que sabotam o crescimento econômico, reforma tributária progressiva com taxação das grandes fortunas, política nacional de valorização do salário-mínimo nacional, cancelamento da reforma do ensino médio. Para que essas lutas sejam efetivas é fundamental que os sindicatos estejam articulados em Centrais Sindicais.

Atualmente a Central Única dos Trabalhadores e Trabalhadoras, além de ser a mais representativa das Centrais Sindicais é a grandes protagonistas das lutas necessárias para reconstrução do nosso país. No Rio Grande do Sul a CUT tem galvanizado um conjunto de lutas do setor público e privado. Sua presença nas ruas no período de resistência ao golpe e o combate sistemático ao governo Bolsonaro e seus aliados aqui no RS, inclusive o bolsonarista envergonhado do governo Leite, foi fundamental para derrotar nacionalmente o projeto político da extrema direita.

A tentativa da CUT/RS de se conectar com os territórios, através do projeto CUT com a Comunidade é uma iniciativa que comprova a vocação da CUT de solidariedade e representação dos menos favorecidos.

Apesar de ser bastante representativa com um maior número de entidades filiadas, a CUT Nacional e a CUT/RS promovem uma ação articulada com as demais Centrais Sindicais na perspectiva de constituir um bloco classista para disputar as políticas que nos favorecem junto ao governo federal.

Nestes 40 anos, apesar das sistemáticas tentativas de destruição da CUT e suas entidades patrocinadas por uma burguesia atrasada e vendilhona das nossas riquezas, afirmamos que juntos somos fortes, juntos somos CUT. Filiação já!

BALANÇO CPERS/SINDICATO

O governo Eduardo Leite cumpre com o projeto neoliberal de cunho mercadológico e de estado mínimo, promovendo ano após ano o enxugamento das possibilidades de ação do sindicato, por isso nossa organização com a CUT é imprescindível.

O CPERS-Sindicato, nos últimos anos, não partiu para um enfrentamento mais corajoso, e o resultado foi catastrófico com perdas homéricas, em que a classe dos trabalhadores em educação como um todo, vem sofrendo desde então. E que se agravou com o fim do nosso plano de carreira, criação da parcela de irredutibilidade e segregação de todos os educadores.

Sofremos o desmonte da educação no nosso estado com um cenário de miserabilidade, adoecimento e precarização no atendimento às comunidades escolares. Nas campanhas publicitárias, o CPERS sindicato ignorou o nome do governador. Vivemos durante a pandemia a necropolítica do Bolsonaro e o neoliberalismo de Estado. Enquanto a nossa categoria perdia forças a educação foi sendo sucateada.

Nos últimos anos com um cenário caótico, a

direção central e o jurídico focaram nos Conselhos Gerais, em explicar a nova realidade do subsídio, parcela autônoma e regramentos da reforma da previdência, o que também é importante, mas faltou fôlego em ações no sentido do avanço no debate sobre o enfrentamento do projeto político destruidor de Eduardo Leite.

PLANO DE LUTAS E ESTRATÉGIAS

O congresso do CPERS sindicato é um momento importante para a categoria construir estratégias de enfrentamento e de luta para o próximo período, que possam trazer conquistas à classe trabalhadora.

A vitória eleitoral de Lula nos abre a possibilidade de diálogo com o novo governo, pois o projeto eleito se aproxima dos interesses da classe trabalhadora: soberania nacional, inclusão social, respeito à democracia e a cidadania.

É preciso investigar e punir todos os envolvidos na tentativa do golpe de estado ocorrido em 8/01/2023, sem anistia aos culpados, além de estabelecer, nos movimentos sociais e sindicais, estratégias de permanente combate à extrema direita para que não caia no esquecimento a necessidade de responsabilização.

Pressionar o governo Lula para a revogação das reformas da previdência, trabalhista e do novo ensino médio assim como a instituição de grupo de trabalho para construir coletivamente as propostas para um novo ensino médio que atenda as demandas dos jovens da classe trabalhadora.

No estado do RS temos que saber combinar as táticas de diálogo-pressão, de enfrentamento e reafirmar um dos pontos centrais de luta do nosso sindicato que é a intransigente defesa da escola pública contra os ataques neoliberais.

Reiteramos como prioridade de nossa luta, a valorização salarial de toda a classe trabalhadora e sua devida atualização anual conforme a lei 11.738, bem como concurso público que contemple todos os componentes curriculares e abranja, além de professores todos os funcionários de escola e especialistas em educação.

A intensificação da luta contra a terceirização e a privatização da escola pública se faz necessária, bem como a alteração da lei e revisão dos valores do vale refeição. O vale transporte deve ser proporcional ao regime de trabalho e para todos os trabalhadores em educação.

O CPERS/sindicato precisa travar uma luta intransigente em defesa dos trabalhadores contratados e convocados que são submetidos ao contrato e convocação por tempo fechado, não recebendo pelos meses de janeiro e fevereiro e o fim do contrato e convocações por tempo determinado.

É imprescindível o combate ao desmonte do IPE Saúde, garantindo a sua manutenção com qualidade e a ampliação dos serviços, assim como a manutenção dos escritórios Regionais do IPE nas cidades do interior.

Retomar a negociação para a liberação dos dirigentes sindicais dos 42 núcleos a fim de cumprir mandato classista é urgente para garantir a articulação da luta de classes.

ASSINA:
AVANTE/ESCOLA DO POVO - MOVIMENTO POPULAR PEDAGÓGICO

TESE 15

TESE TLS/MES – CONGRESSO DO CPERS/2023
POR UM PROJETO ANTICAPITALISTA DE EDUCAÇÃO

"Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigas, não é verdade?"
Rosa Luxemburgo

"Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.
Paulo Freire

QUEM SOMOS

Considera-se fundamental que nos apresentemos, enquanto campo político dentro do CPERS/Sindicato. Somos trabalhadores e trabalhadoras em educação – professores, professoras, agentes educacionais, aposentados e aposentadas que acreditamos na construção de uma sociedade anticapitalista. E que isso é possível a partir no nosso local de trabalho. Nós somos a TLS/MES (Trabalhadores na Luta Socialista), e atuamos dentro do Movimento Esquerda Socialista, do PSOL. Aqui, no RS, estamos presentes também em outras categorias, seja nas direções, conselhos e "chão de fábrica". Esta tese foi escrita no intuito de ajudar no debate, queremos demonstrar um compromisso profundo com a educação e uma visão inovadora sobre o papel da escola na sociedade. Queremos contribuir significativamente para o avanço do debate sobre a educação crítica, anticolonial e libertadora, trazendo novas possibilidades para a formação de cidadãos mais conscientes e atuantes em suas comunidades. Esta tese contém, no seu interior, nossas propostas de luta e organização sindical.

CONJUNTURA ESTADUAL

EDUCAÇÃO

A educação na rede pública estadual segue necessariamente as orientações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os níveis e etapas, o Plano Nacional de Educação, além das normas exaradas pelo Conselho Estadual de Educação.

O que se observa é que os sucessivos governos procuraram implementar políticas que nem sempre estiveram em consonância com a legislação nacional. Além de não pagarem o Piso Salarial Nacional da categoria e o 1/3 de hora-atividade, (Lei nº 11.738, de 16/7/2008), conquistas históricas, como o plano de carreira do magistério (Lei Nº 15.451, de 17 de fevereiro de 2020) e a gestão democrática da escola pública (Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995), não são observados para cumprimento, com o devido cuidado.

As escolas, estão perdendo sua autonomia pelas sucessivas legislações estaduais, hoje convivem com um lamentável gerencialismo pactuado. As eleições das direções e dos conselhos escolares pela comunidade acontecem sem disputa de projetos, usualmente se reduzindo os pleitos a um processo de chapas únicas marcado pela falta de pessoal concursado e pela necessidade de evitar a intervenção externa.

Em vez de promover concursos para cargos efetivos, os sucessivos governos têm priorizado as contratações precárias. (19.980 contratos emergenciais de professores e funcionários, segundo dados da Frente parlamentar de educadores contratados). Como se isso não bastasse, há a falácia do reajuste salarial dos professores e funcionários que, após 7 anos sem nenhuma reposição, não contemplou todos os profissionais e deixou sem nenhum reajuste os funcionários que continuam recebendo um piso de 620,00 e completivo para não ficarem abaixo

do piso regional.

Os aposentados da categoria também estão em situação muito difícil, pois a maioria pagou a "reposição" com o seu próprio salário - ou melhor, com os triênios acumulados em uma vida inteira de trabalho, os quais foram transformados, na reforma administrativa, em parcela de irredutibilidade e voltaram a contribuir para a previdência com valores que vão de 7,5% até 22% do salário do aposentado. (Instrução normativa 02/2021 do IPE PREV).

A falta de investimento nas estruturas das escolas, por sucessivos governos, fez com que muitas não tenham estrutura física adequada e nem segurança para educar, além de faltarem recursos didático-pedagógicos. Em alguns casos, os alunos ocupam salas com goteiras, vidros quebrados e sem luz elétrica.

Se verifica, uma falta de atenção, em relação às condições de acesso e permanência dos alunos, tais como o transporte escolar, a conexão à internet e o acesso a equipamentos para ensino remoto.

Sobre a formação continuada em serviço, o atual governo do Estado se utiliza de IES privadas para essa ação, deixando de lado a nossa UERGS, bem como as demais IES federais do Estado do RS.

Nos últimos anos, vimos a municipalização avançar e a flexibilização da relação público-privado. Abriram-se as portas das escolas para a contratação de empresas prestadoras de serviços educacionais (Instituto Ayrton Senna, Lehman e outras).

Em nome da redução de custos, escolas estaduais foram fechadas em diversas regiões do Estado, assim como turmas e turnos, obrigando estudantes a se deslocarem para unidades distantes de suas comunidades, provocando aumento da evasão escolar e das reprovações, pois a precariedade do transporte escolar no estado e a burocracia que emperra sua efetivação é de conhecimento público.

Também temos a implementação do novo ensino médio, que traz uma matriz curricular extremamente danosa para os filhos da classe trabalhadora. Nega os princípios desse nível de ensino, dizimando a oferta das disciplinas da área de humanas e reduzindo a jornada de trabalho dos professores de disciplinas como Educação Física, Artes, Filosofia e Sociologia. Da mesma forma há uma redução da carga horária de disciplinas da área de exatas, como: Biologia, Química e Física. Percebe-se um aumento de carga horária, exclusivamente, para Língua Portuguesa e Matemática. Na nova formatação, os alunos que se formam no Ensino Médio terão que seguir uma carga horária de 3.000 horas, em que 1.800 são destinadas à formação geral básica e as outras 1.200 contemplam os itinerários formativos. O problema está na redução de horas de disciplinas de formação geral, que ensinam aos nossos alunos o senso crítico fundamental à formação da autonomia do sujeito. Por outro lado, há o acréscimo de disciplinas que não vão dar nenhuma base técnica ou teórica, visto que muitos destes "itinerários" não tem um currículo definido, isso ocasiona a precarização e a abertura das portas da escola para a terceirização, através da contratação de projetos educacionais voltados ao interesse privado.

Depois de anos de denúncia sobre a ausência de concurso público para o magistério, e o avanço dos contratos temporário, no mês de março de 2023 o governo estadual envia projeto para a ALERS cujo conteúdo é o concurso público. Atualmente, a defasagem de professores e professoras nas escolas está próximo de 20 mil vagas abertas. Nesse cenário, o edital do concurso prevê apenas 1.500 vagas, isso mostra o desinteresse com a educação pública estadual, pois não aponta interesse algum em suprir as vagas em aberto. Por outro lado, além do edital ser pífio em vagas, também não considera no edital, a abertura de vagas para as disciplinas de: Artes, Educação Física, História, Sociologia, Filosofia e Pedagogia (Anos Iniciais do Ensino Fundamental). A novidade no edital, são as provas para professores de Agricultura, Administração, Eletrotécnica, Informática, Psicologia e Direito. Vale lembrar que a legislação Nacional, contida na LDBEN(Lei 9394/96), e no PNE (Plano Nacional de Educação 2014-2024, Lei 13.005/2014) exigem a formação em nível de Licenciatura para atuação em tais disciplinas, e no caso de formação em nível de Licenciatura para atuação em tais disciplinas, e no caso de formação em nível de Bacharelado, o curso de formação pedagógica, para atuar tanto nos anos finais do ensino fundamental, quanto no ensino

médio. No caso, do não preenchimento dessas vagas, não se descarta que o governo faça uso de contratos para profissionais com "notório saber".

Cabe destacar também, a ausência de provas para Licenciados em Pedagogia que são os educadores habilitados para a alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano). Dessa forma, entende-se que tais vagas continuarão sendo supridas através de contratos emergenciais e/ou temporários, o que indica uma política governamental descomprometida com a valorização dos professores para a educação nos anos iniciais, e também aponta para o avanço da municipalização do ensino fundamental. O professor e a professora contratados, na rede pública estadual, não têm garantia de permanência na escola para o ano seguinte, bem como, ficam sem salário no período das férias escolares.

É importante lembrar que todas as matrículas nas escolas, na educação básica, resultam no valor do repasse do FUNDEB, mas parece que isso não é observado pelo governo do estado, que a cada ano fecha mais turmas dos anos iniciais, na rede pública estadual. Isso aumenta o número de estudantes nas redes municipais, e isso se reflete, também, nos valores repassados, anualmente, pelo FUNDEB, tanto para os municípios, quanto para o governo estadual.

SITUAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO RS DÍVIDA PÚBLICA E AS SAÍDAS NECESSÁRIAS PARA O RS OBTER RECURSOS

O problema da dívida dos Estados com a União chegou a uma situação insustentável de acreditarmos que ainda aqui no RS, devemos cerca de 63 bilhões para a União, sendo que em 1998, ao assinar o acordo, o Estado ficou obrigado a pagar cerca de R$ 9 bilhões em 30 anos, corrigidos por taxa de juros anuais de 6% e correção pelo IGP-DI, em 21 anos já foi pago em torno de 30 bilhões. (Sem solução no curto prazo, a dívida pública do Rio Grande do Sul cresceu de novo – atingindo a marca de R$ 73,3 bilhões no fim de 2018 – e segue desafiando o Estado. (Gaúcha ZH - 29/05/2019 - 14h32min - Atualizada em 29/05/2019 - 19h07min).

A partir de 1997, a União aplicou modelo de ajuste fiscal aos estados, obrigando-os a privatizar o seu patrimônio em troca de "renegociação" de suas dívidas. Os estados perderam parte relevante e estratégica de seu patrimônio e ainda hoje devem mais do que antes. O saldo da dívida é atualizado mensalmente e, sobre esse saldo atualizado os estados ainda arcam com o pagamento de juros sobre juros, o que é ilegal segundo o STF.

A CPI da Dívida Pública concluída em 2010 na Câmara Federal, foi um grande passo para a investigação do processo de endividamento reforçando a necessidade de realização da auditoria da dívida. A CPI foi uma iniciativa do Deputado Federal Ivan Valente do PSOL/SP), e contou com a participação de representantes de vários partidos, que reuniram documentos que nunca haviam sido acessados e apontou graves indícios e até provas de ilegalidade e ilegitimidade do processo de endividamento. A vontade política faltou para o enfrentamento do que representa o maior problema para as finanças públicas. Toda a documentação foi entregue ao Ministério Público Federal para o aprofundamento das investigações que continuam silenciadas.

A dívida pública brasileira tem crescido significativamente, nas últimas décadas, especialmente, após a crise da dívida externa dos anos 1980. Em 2022, a dívida pública brasileira ultrapassou a marca de R$ 6 trilhões, o que corresponde a cerca de 84% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Aqui no RS estamos a passos largos para ser efetivado mais plano de ajuste fiscal, chamado de Regime de Recuperação Fiscal, que exige mais uma vez vender patrimônio público, e a revisão de carreiras e benefícios do funcionalismo, que deve ser proposta até o fim deste ano. Medidas que não serão capazes de reequilibrar as contas do Estado, e sim, aprofundar a crise dos servidores e do serviço público. É preciso colocar na pauta a revisão da dívida pública através de uma auditoria séria e comprometida, onde poderemos constatar, o que já pagamos e o que ainda devemos. Essa dívida não é nossa, é preciso cobrar os sonegadores e revisar as isenções fiscais.

Temos que pressionar os governos de Lula e Eduardo Leite. Exigir uma auditoria da dívida, exigir que os sonegadores e os isentos de impostos paguem pela conta que o povo está pagando. Essa dívida não é nossa.

A recondução de Eduardo Leite ao governo

do RS, aponta a falta de escolhas, para o segundo turno das eleições, de um candidato identificado com as lutas da esquerda. Isso foi resultado das escolhas feitas, aqui, no RS, no primeiro turno, quando havia um candidato identificado com as lutas da classe trabalhadora e não se teve o desempenho mínimo necessário para colocá-lo no segundo turno. Dessa forma, a população gaúcha ficou com duas opção identificadas como ruim (Eduardo Leite) e pior (Onix).

Esse resultado permite ao governador do RS, a compreensão de que seu governo anterior foi aprovado. Assim, ele continua com as políticas de privatizações, terceirizações, sucateamento dos prédios das escolas, desvalorização dos funcionários de escolas, dos professores e das professoras e, o mais importante para nós, a ausência de políticas públicas que cumpram com vitórias históricas da nossa categoria, como o cumprimento da Lei do Piso Salarial Nacional, para todos os trabalhadores em educação, que é LEI. Dessa forma, promove um empobrecimento geral da categoria.

Com o aval da maioria da população, o governador continuará, nos próximos quatro anos, aplicando sua política nefasta de enxugamento do Estado, retirando conquistas históricas dos trabalhadores em educação e promovendo um ataque insano, também contra o direito à saúde dos funcionários públicos, deste estado, quando aponta o acirramento com o descaso ao Instituto de Previdência do Estado (IPE), de forma que a sua manutenção, cada vez mais, recaia sobre os funcionários públicos.

Temos que pressionar o governo de Lula e de Leite, exigir uma auditoria da dívida, exigir que os sonegadores e os isentos de impostos paguem pela conta que o povo está pagando. Essa Dívida não é nossa!

CONJUNTURA NACIONAL

O SENTIDO HISTÓRICO DA VITÓRIA ELEITORAL DE OUTUBRO DE 2022

A vitória eleitoral foi apertada, mas histórica. Derrotar Bolsonaro nas eleições foi uma vitória estratégica porque um segundo mandato da extrema direita poderia produzir uma alteração qualitativa na relação política de forças entre as classes e consolidar um regime político no mínimo reacionário. A natureza democrática da vitória de Lula abriu novas possibilidades para a luta e nos tirou da beira do abismo.

Como analisamos, a vitória se deu pela conjunção de vários fatores a favor de Lula: oposição de massas a Bolsonaro dos setores mais conscientes da classe trabalhadora e de setores médios; a divisão da burguesia, com seus setores mais poderosos questionando Bolsonaro e uma parte decidida destes na oposição ao governo, como a Globo e o STF; e a derrota de Trump nos EUA, reorientando a política externa da potência imperialista numa ação decisiva para a derrota de Bolsonaro no Brasil.

Apesar da derrota nas urnas, o bolsonarismo tem força de massas, tem peso institucional, está bem enraizado em setores da burguesia, do latifúndio/agronegócio, da classe média alta e das forças de segurança, contando com a simpatia de alguns milhões na classe trabalhadora. Daí derivava o desafio de seguir tendo como eixo o combate à extrema direita e a cautela necessária para que as críticas e enfrentamentos com o novo governo não fortaleçam esse setor.

A nossa posição de independência foi a fórmula adequada para não se perder de vista a necessidade de uma posição alternativa, justamente quando o atual governo assume as posições derivadas de sua natureza de governo burguês, sob pena das bandeiras da esquerda serem abandonadas e a extrema direita se consolidar junto aos trabalhadores, com amplos setores que devem ser disputados pela esquerda socialista.

Quando o definimos como governo burguês, definimos também que não é um "governo burguês normal" por sua composição, estratégia e programa. Com ministros que vão de figuras de movimentos sociais a representantes do empresariado, do agronegócio e até setores milicianos, definimos à fórmula Lula-Alckmin dentro desse conceito.

O 8 DE JANEIRO NO MARCO DA SITUAÇÃO POLÍTICA

O governo iniciou-se com uma posse popular de enorme força simbólica. Antes, nomeou o ministério óbvio para dar corpo ao caráter de governo descrito acima. Poucos dias depois, em 8 de janeiro, o bolsonarismo fez sua versão nacional da invasão do Capitólio estadunidense.

Foi uma ação despreparada sob a forma de uma intentona golpista.

Tal ação resultou numa derrotada profunda para a extrema direita. Setores impressionistas e amedrontados da esquerda novamente previram que o bolsonarismo havia provado sua força e sua capacidade, ensaiando uma nova ofensiva. Mas a realidade demonstrou o oposto, já que o despreparo foi completo, indicando um erro básico de análise da relação de forças e levando ao fortalecimento do novo governo. Lula atuou de forma rápida e enérgica, permitindo uma coesão maior ao redor de sua administração, alargando os passos para a ampliação do apoio no andar de cima, numa "unidade nacional de todos sem Bolsonaro". De quebra, fortaleceu-se a pauta "sem anistia", transformando a possibilidade de prisão de Bolsonaro em algo sensato e colocando sua inelegibilidade como provável.

Ainda sob o impulso dessa ação, Lula e o governo tiveram proatividade na crise do genocídio Yanomami, confrontando a situação de calamidade e atacando parte da base das milícias de garimpeiros e madeireiros que atuam na região com cobertura política do bolsonarismo. Houve centenas de golpistas presos nos cárceres de Brasília, dentre eles um dos planejadores da tentativa de golpe, Anderson Torres.

O debilitamento de Bolsonaro não foi acompanhado de uma luta sem trégua por parte do governo. Ibaneis voltou a ser governador, após o período de impedimento judicial e José Múcio, apesar da exigência de importantes setores progressistas, seguiu como ministro no posto chave da relação com as Forças Armadas.

Bolsonaro retornou ao país, acossado por novas denúncias de corrupção e enriquecimento ilícito no caso das joias, um contrabando de bens no valor de milhões de reais. Apesar disso, Bolsonaro busca manter seu prestígio e iniciativa, mesmo diante das fissuras na própria base de apoio.

Entretanto, ao completar 100 dias, a folga dada pela ação aventureira do bolsonarismo já não tem a força de reduzir as contradições do governo.

A PRESSÃO PELO AJUSTE E O NOVO "ARCABOUÇO FISCAL"

A pressão burguesa veio com toda a força, centrada na exigência de ajuste fiscal, agora denominado "arcabouço fiscal". A forma da pressão foi diversa: pela mídia e, sobretudo, por meio da ação prática do Banco Central, mantendo as taxas de juros mais elevadas do mundo. Durante um período, Lula resistiu no discurso, seguindo o exemplo bem executado por Bolsonaro de transmissão de ideias de acordo com a vontade de sua base social, mas permitindo que o governo fizesse o oposto.

Como se viu na experiência de Bolsonaro, esse padrão de atuação pode se manter por um tempo, mas não para sempre. Logo, o discurso de Lula, bem cedo aliás, ficou mais de acordo com a prática. Ato seguido, veio a nova regra fiscal tão demandada e que agrada à burguesia. O novo plano agradou ao mercado porque prevê que o país irá poupar uma parte de eventual aumento da receita para pagar a dívida pública. Ocorre que os maiores credores dessa dívida são justamente os mais ricos e os bancos. Estes são os donos do mercado, e dar a eles segurança foi o principal objetivo da regra, mostrando-lhes que receberão cada centavo.

Mas essa dívida é ilegítima, deve ser auditada e ter parte de seu pagamento suspenso imediatamente. Podemos utilizar como ilustração a recente entrevista de Gabriel Galípolo, número dois da Fazenda, em que indica o caminho adotado pelo governo:

> Uma coisa é a regra, outra coisa são os parâmetros. A ideia de ser desafiador, porém crível, está muito associada aos parâmetros. Você precisa demonstrar ao mercado e à sociedade seu comprometimento em buscar o resultado fiscal, que vai permitir uma trajetória mais bem comportada da relação dívida/PIB, mas simultaneamente não passar uma relação que vai a cada momento ter um regime que funciona por exceção, como assistimos. (Auditoria Cidadã da Dívida, 2019).

Esse é um debate complexo e o centro da pressão burguesa é fazer o governo adotar a linha do superávit fiscal. O termo é técnico, mas o objetivo é claro: garantir recursos para pagar a dívida. O ajuste é forte, de 3% do PIB até o final do mandato. É um compromisso de realização de

um governo burguês. O que o país necessita são investimentos em educação pública, em saúde e em obras públicas de construção de moradias populares para garantir emprego e moradia. Caso contrário, é a extrema direita que pode se fortalecer no futuro novamente.

Aqui temos a excelente análise da Auditoria Cidadã da Dívida, mostrando, aliás, que o governo sequer terminou com o teto dos gastos, apenas aumentando entre 0,6 e 2,5% da despesa anterior (seguindo o aumento de arrecadação em até 70% no máximo) somada à inflação: "Segundo a apresentação do novo arcabouço fiscal feita pelo governo, continuaremos a ter um teto para os gastos primários e, adicionalmente, um teto para o seu crescimento!" (2019).

Por exemplo, se a despesa primária em determinado ano ficou em R$ 1 trilhão, no ano seguinte ela não poderá ultrapassar o teto máximo de R$ 1 trilhão + IPCA + 2,5% (R$ 25 bilhões), segundo o novo arcabouço fiscal, sendo garantido um teto mínimo de R$ 1 trilhão + IPCA + 0,6% (R$ 6 bilhões). No cálculo da EC-95 para esse exemplo, o teto seria fixo em R$ 1 trilhão + IPCA."

Bolsonaro já tinha "furado" o teto de gastos na prática, como forma de materializar algumas de suas promessas eleitorais ao longo do ano de 2022. A proposta de arcabouço garante o superávit, ou seja, o aumento dos gastos do governo não poderá alcançar mais que 2,5% acima da inflação, nem 70% de eventual aumento da receita. Por manter a ótica neoliberal, alguns economistas críticos definiram a fórmula como "teto de gastos com bandas". Tudo isso para seguir pagando a dívida pública, remunerando os rentistas. A nota da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) não deixa dúvidas:

> Trata-se de um passo importante e meritório, pois procura ombinar as prioridades sociais do país com o necessário controle da expansão dos gastos públicos. Ainda que seja necessário conhecer e aprofundar seus detalhes, a proposta anunciada representa um avanço na busca da trajetória sustentável da dívida pública, ao estabelecer limites para a expansão das despesas do setor público combinada com metas de resultado primário ambiciosas, com a previsão de zeragem do déficit primário já em 2024. (Auditoria da Dívida Cidadã da Dívida, 2019).

Isso significa que continuaremos a ter tetos de gastos sociais e com a estrutura de Estado. A diferença é que esse teto será calculado de forma mais flexível, dentro de uma "banda" que variará entre 0,6% e 2,5% acima da despesa primária do anterior atualizada pelo IPCA.

A DINÂMICA DE LUTAS E CONTRADIÇÕES

Os primeiros cem dias não foram marcados por nenhuma grande luta de caráter nacional por parte da classe trabalhadora, contudo existe um importante espaço de politização na sociedade. Apostamos e queremos desenvolver esse espaço. Pesquisas indicam índices de apoio a Lula na casa dos 50%, entretanto, quando se discute o apoio à queda dos juros, esse dado salta a 80%, demonstrando amplo apoio popular à luta contra o rentismo.

De outra parte, como já citado, a relação de forças ainda é de um equilíbrio instável e de presença da extrema direita. A ação parlamentar da extrema direita guarda importante envergadura nas redes sociais; os governadores alinhados com o bolsonarismo ainda estão em período de compasso de espera, com resultados desiguais nos seus primeiros cem dias.

Houve algumas ocupações de terra por parte do MST na Bahia, além de ocupações rurais e urbanas promovidas pela FNL, bem como a comoção nacional gerada pelo escândalo do trabalho escravo nas vinícolas gaúchas.

Depois de manifestações ao longo do mês de março, uma disputa que envolveu os setores mais à esquerda e críticos no movimento da educação – estudantes, servidores a professores – colhe seus primeiros resultados positivos. Lutas importantes se fortaleceram, como a suspensão da reforma do Ensino Médio e mesmo lutas parciais tiveram saldos importantes, como as greves do funcionalismo e a greve do Metrô de São Paulo que torceu o braço do governador Tarcísio de Freitas.

Outro drama que atinge as escolas envolve redes de ódio vinculadas à extrema direita,

expressa de forma violenta nos atentados contra escolas, creches e outros espaços similares que vitimaram professores, alunos e crianças, chocando o país. O último episódio foi o massacre de crianças numa creche em Blumenau.

Outro flanco está na luta contra os crimes de Bolsonaro: um manifesto, assinado por figuras como Vladimir Safatle, Christian Dunker e as Mães de Maio, entre outros, já recolheu centenas de milhares de firmas e houve um importante ato de entrega no dia 1º de abril – marcando a data do golpe de 1964 – na Faculdade de Direito da USP.

Os juros podem baixar um pouco, mas está claro que será uma redução muito lenta. A perspectiva visível é que o país não terá crescimento digno de nota. A tendência, portanto, é a manutenção do arrocho salarial, do desemprego estrutural e da precariedade dos serviços públicos.

Todavia, há possibilidade de melhora do país e da situação da classe trabalhadora se as compararmos com os 4 anos de Bolsonaro. A redução do programa de privatizações, a qualificação dos agentes públicos nas universidades e na saúde, a maior sensibilidade dos partidos do governo, que não existia no governo Bolsonaro, pode permitir alguma melhora. Mas a tendência geral não indica melhoria substancial capaz de fazer com que o governo desenvolva grande apoio popular. A tendência é de desgaste. O governo resolveu se apoiar na burguesia, sobretudo na parceria com a Globo, mas também com os grandes capitalistas, e apostar no imobilismo dos sindicatos, operando com o temor justo e evidente da volta do bolsonarismo.

O CENÁRIO ECONÔMICO É PREOCUPANTE

O ajuste contido na proposta econômica enviada sob o nome de "arcabouço fiscal" é parte de um cenário sombrio. Ao contrário dos anos 2000, quando o governo foi beneficiado com um ciclo de alta de commodities, numa economia mundial da qual a China foi o polo de expansão, o quadro hoje é distinto, senão oposto.

Uma série de elementos da conjuntura internacional estão em aberto: as consequências da crise do capital financeiro que atingiu os bancos SVB e Credit Suisse, a bomba relógio da dívida em inúmeros países, a tensão entre China e EUA, a hipótese de nova bancarrota da vizinha Argentina, além da continuidade da guerra motivada pela invasão da Rússia à Ucrânia.

Além disso, dois problemas imediatos ameaçam a economia: a nova alta dos combustíveis prevista com a reoneração e com os novos preços do petróleo internacional e o aumento da inflação/custo de vida.

Assim colocamos em destaque as seguintes palavras de ordem:

a. Contra a extrema direita, desbolsonarizar o Brasil! É preciso aproveitar o momento de defensiva da extrema direita para atacá-la em seus pontos críticos, expondo as ligações entre os atentados nas escolas, ataques de ódio, movimentos misóginos e similares com essa vertente ideológica. Da mesma forma, a ação contundente contra o trabalho escravo e o trabalho infantil, temas sistematicamente relativizados por parlamentares bolsonaristas, deve enfrentar luta sem trégua ou anistia para seus responsáveis.
b. A defesa das bandeiras da classe trabalhadora, o apoio a suas lutas e a rejeição da regra fiscal, do ajuste de Haddad e dos banqueiros. A partir dessa posição, vamos desenvolver nossa linha de defesa da auditoria da dívida pública, seu não pagamento e a redução dos juros – voltando aos termos da Constituição de 1988, que previam como crime taxas acima de 12%. Além disso, devemos centrar nossa agitação pela taxação das grandes fortunas, dos lucros e dividendos empresariais e dos bens de luxo, demonstrando ao povo a necessidade de fazer os ricos pagarem pela crise.
c. Indicar a centralidade das reivindicações socioambientais perante a crise climática. Para isso, é essencial lutar por uma reforma urbana que atue contra os interesses dos grandes mercados imobiliários, assim como o enfrentamento concreto do racismo ambiental que afeta os setores oprimidos mais vulneráveis da classe trabalhadora, além da criação de um fundo especial contra os desastres climáticos. Nesse sentido, o fortalecimento de políticas em defesa dos povos originários, o combate ao

extrativismo predatório e ao garimpo na Amazônia, a luta contra novas barragens e obras de infraestrutura degradantes ao meio ambiente, entre outros exemplos, devem estar no centro de um plano de ação construído com protagonismo dos movimentos e organizações sociais das populações diretamente atingidas.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Sobre a conjuntura internacional, destaca-se as movimentação que estão ocorrendo na China, EUA, Leste Europeu e França. Considera-se importante destacar o momento presente na China, que apresenta uma aceleração desestabilizadora das mudanças em curso, tanto internamente como internacionalmente. O Congresso Nacional Popular (NPC) reuniu-se durante nove dias, terminando na segunda-feira, 13 de março. Dois destaques são dignos de nota: Xi Jinping foi reeleito para um terceiro mandato como presidente da República Popular, o que obviamente não é uma surpresa, mas ele foi reeleito por unanimidade, o que é incomum. Xi demonstra assim sua vontade de liderar o partido, o exército e o Estado sem qualquer tipo de oposição. Em segundo lugar, o NPC aprovou uma meta de crescimento de 5% para o próximo ano. Isto é muito baixo (sem a certeza de alcançá-la) e significa um aumento do desemprego e da desigualdade social. Internamente, o regime tem que recuperar o controle do país, que se encontra em uma crise com causas profundas.

No plano internacional, os sinais são contraditórios.

O confronto geoestratégico entre Washington e Pequim é endurecedor, mas para o capital transnacional, os negócios devem continuar sem obstáculos, como evidenciado pela visita de Tim Cook, chefe da Appel, a Pequim, onde foi recebido com todas as honras. Esta visita é ainda mais significativa porque a empresa pagou caro no ano passado pelos "fracassos" mortais da política sobre a Covid de Xi Jinping e está tentando reduzir sua dependência relocalizando parte de sua produção, mas a importância do mercado chinês não pode ser ignorada, nem as vantagens do ecossistema econômico que a China oferece aos investidores.

A guerra de Putin na Ucrânia e a reorientação asiática dos EUA colocaram o regime chinês diante de escolhas difíceis. A recente visita de Xi Jinping a Moscou sanciona uma mudança significativa em seu posicionamento na geopolítica global de conflitos e tensões militares. Ela nos permite (tentar) fazer um balanço das relações russo-chinesas e de seu impacto na Eurásia, em particular. O conflito geoestratégico entre a China, uma potência em ascensão, e os Estados Unidos, uma potência estabelecida, entrou em uma nova fase crítica. O desenvolvimento econômico da China e a ascensão internacional estavam intrinsecamente ligados a seu lugar na divisão internacional do trabalho e na globalização neoliberal.

Desta vez, este tempo acabou. Passamos da crise da globalização do mercado para a crise insolúvel da desglobalização capitalista. As consequências globais desta situação são infelizmente claras, tais como o agravamento brutal da crise climática ou a crescente militarização do mundo. Por outro lado, nos EUA, o ex-presidente Donald J. Trump foi indiciado e o Partido Republicano e seus partidários de direita estão se mobilizando em torno dele. Este evento nos leva a uma nova etapa que será repleta de acusações, lutas políticas no Congresso, e talvez uma agitação social significativa.

Em questão está o futuro do Partido Republicano e da extrema direita americana. Mas também, da democracia americana. Trump enfrenta várias acusações, dentre elas, por tentar reverter ilegalmente sua derrota eleitoral na Geórgia, por seu papel na provocação da insurreição de 6 de janeiro de 2021 no Capitólio dos EUA, por remoção ilegal de papéis do governo e obstrução à justiça, bem como outras acusações.

O mesmo, afirma que ele é "o homem mais inocente da história do país" e que as acusações contra ele são o resultado de uma "caça às bruxas" por "radicais Democratas de esquerda" e constituem uma "interferência eleitoral flagrante".

Antes da decisão do grande júri, Trump advertiu sobre "potencial morte e destruição" se ele fosse indiciado e plataformas de mídia de extrema direita como The Donald e 4chan, têm desde então lançado ataques racistas e violentos contra Bragg e apelado para "guerra", "guerra civil", "assassinatos", "terrorismo" e "caos". Houve

ameaças de morte contra Bragg, o Procurador-Geral dos EUA Merrick Garland e Stormy Daniels. Até agora, não houve violência de direita e as manifestações pró-Trump em Nova York foram superadas pelos muitos que odeiam Trump e o que ele representa.

Enquanto isso, na Europa o movimento que vem se desenvolvendo na França desde 19 de janeiro é apaixonante. Em apenas dois meses, ele mudou profundamente a atmosfera política do país, empurrou para trás o derrotismo dominante, desestabilizou (até mesmo assustou) os zelosos defensores da ordem social estabelecida e das políticas neoliberais, e elevou as expectativas dos milhões de pessoas que entraram na luta e, ao fazê-lo, começaram a tomar consciência de sua força. Acima de tudo, ao mostrar o isolamento social do governo macronista, esta mobilização acentuou a crise de hegemonia que vem se aprofundando na França há anos; cristalizou um descontentamento social que não encontrou necessariamente formas de se expressar politicamente e transformou em raiva legítima a desconfiança generalizada de grande parte da população – em particular da classe trabalhadora e da juventude – em relação a Macron e seu governo.

A partir daí, o que está em jogo não é mais apenas a contra-reforma das aposentadorias, não é simplesmente social [a questão], no sentido restritivo do sindicato. É um movimento eminente e totalmente político: a partir do momento em que adquire uma dimensão nacional e se espalha e se enraíza amplamente na sociedade, o movimento se afirma como um confronto não com este ou aquele capitalista (como no caso de uma luta contra demissões ou cortes de empregos em uma empresa), não com esta ou aquela medida setorial (por mais importante que seja), mas com toda a classe burguesa como representada (e defendida) pelo poder político. Como tal, tal movimento é capaz de abrir uma brecha na ordem política ao modificar de forma duradoura as relações de poder entre as classes.

Por outro lado, está na natureza de um grande movimento popular desfocar as categorias nas quais a luta de classes é artificialmente confinada, separando seu nível "político", por um lado, e seu nível sócio-econômico, por outro. Toda luta de massa, e aquela que estamos vivendo não é exceção à regra, é, portanto, intrinsecamente social e política; ela tende, inevitavelmente, a ter como objetivo lógico o poder político e os grandes interesses que encarna: os dos proprietários, dos exploradores e da classe dominante. É também ideológica e cultural, na medida em que desafia as narrativas (pequenas ou grandes) que a classe dominante constrói para justificar esta ou aquela contra-reforma ou, mais geralmente, sua ordem social com seu rastro de injustiças, alienação e violência, mas também no sentido de que permite uma batalha entre concepções antagônicas do mundo e visões alternativas do que a sociedade, as relações humanas e nossas vidas deveriam ser para florescer.

O movimento atual está sobre os ombros de todas as mobilizações que o precederam, pelo menos aquelas que marcaram a sequência de luta que começou em meados dos anos 2010: em particular a batalha de Notre-Dame-des-Landes, a luta contra a Lei do Trabalho, os Coletes Amarelos, as mobilizações feministas contra as VSG e, mais amplamente, contra a opressão de gênero, o movimento 2019-2020 contra a reforma previdenciária, as lutas de todos os sem papéis [imigrantes indocumentados] ou todas as lutas (em particular antirracistas) contra os crimes policiais e toda a violência do Estado. Ela integra, articula e desenvolve suas conquistas, tanto em termos de métodos e táticas de luta como ideologicamente.

Entretanto, uma diferença não desprezível reside no aumento do poder e da combatividade da esquerda parlamentar, em particular dos 74 deputados da LFI, que contribuíram, em grande medida, para politizar e radicalizar uma mobilização que a maioria dos sindicatos – em particular a CFDT – queria manter em um terreno estritamente social. Portanto, podemos nos regozijar que a maioria dos novos deputados da LFI – Rachel Keke ou Louis Boyard vêm à mente – nunca tentaram opor a batalha parlamentar (com seus próprios meios) aos métodos clássicos da luta de classes: manifestações de rua, piquetes (nas quais vimos esses deputados, incluindo a presidente do grupo parlamentar da LFI, Mathilde Panot, em várias ocasiões) e bloqueios (em particular de institutos e universidades, mas também de redes viárias).

No período atual e futuro, os desafios e

tarefas parecem ser de natureza completamente diferente para os ativistas que não querem abrir mão nem da perspectiva revolucionária nem do trabalho dentro do movimento real: estender a implantação sindical para além dos setores atualmente mobilizados, fortalecer a esquerda dentro das organizações sindicais (os sindicatos ou sensibilidades de "luta de classes"), contribuir para o surgimento de novas correntes ou movimentos radicais (fora das organizações tradicionais, mas articulados, e não em oposição a elas), aprofundar o trabalho político-cultural que nos permitirá passar do ódio contra Macron à crítica ao sistema como um todo e, finalmente, à necessidade de uma ruptura anticapitalista para construir uma sociedade completamente diferente.

Um dos pontos centrais expressos pela situação atual é a extrema dispersão dos níveis de consciência política entre trabalhadores e jovens. É verdade que a perspectiva de uma ruptura anticapitalista e outra sociedade avançou entre a população na sequência 2016-2023, mas não está crescendo à mesma velocidade que o ódio visceral ao poder político e em particular ao Macron. Tanto assim que o sentimento anti-Macron, em geral, e a hostilidade em relação à sua contra-reforma de aposentadorias, em particular, pode ser de considerável benefício para a extrema direita.

Um dos problemas graves para a esquerda social e política é, portanto, conseguir manter e aprofundar o movimento onde ele se desenvolveu, ao mesmo tempo em que o estende a setores ou setores da juventude nos quais o nível de consciência de classe – marcado pelo fato de se organizar coletivamente, em particular nos sindicatos, e de se mobilizar pelos próprios interesses, com base em uma representação mais ou menos clara e coerente desses interesses – está em um nível muito inferior.

Obviamente, surge a questão da saída política para o movimento. As mobilizações sociais – por mais maciças e radicais que sejam – não geram espontaneamente perspectivas políticas, ainda mais quando voluntariamente fogem da questão do poder e do confronto político necessário com as classes possuidoras (o que Daniel Bensaïd chamou de "ilusão social"). Isto é ainda mais verdadeiro no caso presente, uma vez que o movimento tem sido caracterizado até agora por um baixo nível de auto-organização e coordenação. Entretanto, isto não significa que os movimentos sociais devam se contentar com um papel subordinado em relação às forças políticas, que são as únicas capazes de apresentar perspectivas. É antes no âmbito de uma dialética de colaboração-confronto entre o movimento social e a esquerda, de uma unidade que de forma alguma impede um debate mais aberto sobre orientações e perspectivas, que devemos imaginar uma proposta política para uma ruptura com o passado.

A mobilização criou sem dúvida uma nova situação e a possibilidade de uma bifurcação, no sentido de uma dinâmica de ruptura com a ordem estabelecida. Obviamente, nem tudo está ao alcance, mas as perspectivas que poderiam parecer irrelevantes há alguns meses estão agora ao alcance. Não haverá descanso nos próximos dias e semanas de luta; cabe a nós empurrar não apenas o poder político, mas os limites do que é possível.

No período de fechamento da tese surgem, novas manifestações de mobilizações e greves, em outros países europeus, como Inglaterra e Portugal.

BALANÇO DO CPERS/Sindicato
É NECESSÁRIA A LUTA POLÍTICA PARA BARRAR OS ATAQUES DE EDUARDO LEITE!!

A atual direção do CPERS Sindicato que está à frente do mesmo, desde 2014, com a Presidente Helenir Scherer, tem como a principal corrente política a Articulação Sindical do PT. Tem se notabilizado por uma política de redução de danos para a categoria, não demonstrando a firmeza necessária para enfrentar o governo junto à opinião pública, para tentar barrar os ataques que vem se sucedendo na categoria em larga escala.

A greve de 2019, foi sem dúvida uma das maiores mobilizações da categoria das últimas décadas, tendo adesão forte em todo o estado, onde na maior parte do tempo ocorreu a unidade da categoria, num comando de greve onde a situação e oposição estavam juntos, pois estava em jogo o nosso plano de carreira. Mesmo com toda essa mobilização o desfecho da mesma não

foi positivo, pois Eduardo Leite com sua base parlamentar, impôs uma derrota histórica para categoria. O fato a ser lamentado foi a postura de grande parte da direção do Sindicato, que com sua política de redução de danos transpareceu para opinião pública ter feito acordo com o governo, que mesmo impondo um pesado ataque contra o nosso plano de carreira, não teve o devido desgaste junto à opinião pública.

O CPERS/Sindicato sempre teve o histórico de ser uma pedra no sapato dos governos de plantão aqui no estado, tanto que todos que tiveram enfrentamento com a categoria, nenhum se reelegeu. Mas Eduardo Leite foi reeleito em 2022, com muitos votos da categoria que não se envolveu de forma devida na campanha de Edgar Preto, única candidatura viável do campo de esquerda, e num segundo turno com Eduardo Leite x Onix (candidato de Bolsonaro, ainda pior que Eduardo Leite), o atual governador teve sua reeleição. Nesse contexto não podemos deixar de ressaltar que nos últimos anos, ocorreu o aprofundamento das terceirizações dos funcionários de escola, não tendo um contraponto contundente contra este ataque, além do governo não reconhecer os agentes educacionais como parte da categoria. Neste cenário muitos funcionários tem se desfiliado do sindicato, além de uma falta de política para os contratados seja professores ou funcionários, que acaba enfraquecendo nosso sindicato enquanto ferramenta, para defender a categoria. O CPERS precisa retomar seu protagonismo na luta política do Estado, para estar em melhores condições de resistir contra os ataques da política neoliberal de Eduardo Leite contra a Escola Pública.

SINDICAL

Nos últimos três processos eleitorais, a direção do CPERS/Sindicato está sob a tutela da política sindical exercida pela Articulação Sindical (corrente política do PT), que se mantém nessa posição devido o apoio de uma parcela significativa dos aposentados da categoria que se impressionam com as informações desfocadas, que a atual direção lhes apresenta. O uso do discurso que não diz a verdade ao omitir a real situação salarial dos aposentados, faz com que essa fatia dos associados aos CPERS/Sindicato continuem leais à ArtSindi.

As perdas salariais ocorridas nos últimos períodos, mais especificamente, nos últimos dez anos causa um descontentamento dos associados que estão na ativa, bem como dos aposentados e funcionários de escola que se permitem ver as perdas salariais aumentando. A cada reajuste salarial, os aposentados se pagam, ou não, aquilo que seria o seu reajuste.

Além disso, a política de sucateamento dos prédios escolares, dos salários, da saúde, seja ela mental ou financeira, vai enfraquecendo a nossa luta, ao mesmo tempo que não consegue mais enfrentar o governo, com a mesma força de anos anteriores. Nesse momento, cabe à direção dar a linha estratégica para o enfrentamento, haja vista que as liberações dos dirigentes sindicais, inclusive nos núcleos, está interrompida.

Nossa categoria, por conter os elementos de raça, classe e gênero, é uma das mais atacadas. Por isso, faz-se necessário o fortalecimento político do conjunto da categoria, através de eventos de formação política, onde todos os trabalhadores em educação possam se ver e ouvir, ao mesmo tempo que sintam a presença de teóricos da nossa área, para nosso fortalecimento.

Temas além da educação precisam ser trazidos à pauta, como: dívida pública, orçamento público, previdência pública, saúde mental, e, principalmente, os tempos de cólera que vivemos, pós governo de ultra-direita. A escola pública está sendo atacada de muitas formas, quem está no chão da escola precisa se ver representado no seu sindicato, seja através de ações midiáticas, ou através de eventos concretos, nos núcleos e em nível estadual. A formação político-sindical precisa ser ativa e constante.

Combater este governo do RS exige a nossa mobilização em cada escola, com a escolha do representante escolar. Os municípios que fazem parte dos núcleos, também precisam de representantes que acompanhem os movimentos políticos do sindicato e sejam o elo de ligação com as escolas de suas cidades. Isso se faz necessário, pois atualmente, as direções dos núcleos não são liberadas para fazer a política sindical. Em grande parte dos núcleos, a política é conduzida pelos aposentados que se disponibilizam a atuar como dirigentes, ou como voluntários para que os núcleos não fiquem, exclusivamente, sob a responsabilidade diária dos seus funcionários.

A luta é de todos e passa, necessariamente, pela nossa mobilização.

POLÍTICAS ESPECÍFICAS

O NOVO ENSINO MÉDIO

O Novo Ensino Médio, criado pela Lei 13.415, durante o governo golpista de Temer, é uma demonstração inequívoca daquilo que o liberalismo propõem como papel para a educação: preparação dos filhos das elites para os cargos de comando, e dos filhos dos trabalhadores para os postos subalternos na economia. Numa palavra: educação para reforçar e alargar o abismo que existe entre ricos e pobres.

Alguns aspectos que caracterizam o NEM: os sujeitos do processo de ensino – aprendizagem não foram realmente ouvidos; a formatação das grades curriculares, nas diferentes redes (privadas e públicas), associada a diferença de estrutura material e de recursos humanos, condena os estudantes das redes públicas a concluírem o E.M. com uma defasagem ainda maior nas aprendizagens das disciplinas básicas (Matemática, Português, Filosofia...).

A farsa da mídia que alardeava "agora o estudante vai escolher o que quer estudar", caiu de forma estrondosa, diante da pouca (duas) ou inexistente opção de Trilhas, sendo ainda que muitas vezes nenhuma das trilhas oferecidas despertou interesse real dos estudantes; outro assombro no mesmo pacote, vem com o ensino de tempo integral, que pode ser muito bom, ou brutalmente excludente, dependendo dos termos, pois cabe lembrar que parte dos nossos jovens precisam trabalhar, no turno inverso ao da escola, para auxiliar na sobrevivência da família, enquanto que outros desempenham a função de cuidar dos irmãos mais novos ou dos idosos e/ou doentes da família; outro fator alarmante e a situação dos educadores formados para uma disciplina, que passam a trabalhar com várias disciplinas para as quais não estão habilitados.

Paralelo a isso tudo, fundações drenam os recursos públicos, com suas consultorias, cursos para docentes, apostilhas e projetos, vendendo a lógica do empreendedorismo e do sucesso garantido das TI's na educação.

Diante desse quadro, o caminho é a REVOGAÇÃO do NEM, o retorno provisório para as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio / 2012 e a abertura de um processo de construção de um Novo Ensino Médio com a participação real dos sujeitos que fazem a educação no Brasil.

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

A violência nas escolas é um problema que afeta muitos países e pode ter consequências negativas significativas para os alunos, professores e comunidade escolar em geral. Essa violência pode assumir muitas formas diferentes, desde bullying verbal e físico, racismo, até agressão física e assassinatos.

Vale destacar que a prática desses tipos de violência geralmente tem como autores homens jovens que pertencem à própria comunidade escolar. Além disso, em geral, as vítimas são mulheres, fruto do machismo estrutural e da propagação misógina do governo Bolsonaro.

É importante salientar que a discriminação é uma forma de violência que ocorre dentro do ambiente escolar, quando um/a estudante é alvo de preconceito por causa de sua raça, etnia, orientação sexual, gênero ou religião. A presença de violência nas escolas é motivada por múltiplos fatores. Para prevenir tais práticas, é crucial que as escolas adotem medidas preventivas, tais como a implementação de políticas de combate ao bullying, programas educativos voltados ao respeito e à tolerância, bem como a adoção de medidas de segurança apropriadas.

Por fim, é necessário que o poder público, em conjunto com as escolas, tomem medidas para prevenir e abordar a violência, com intuito de criar um ambiente de aprendizado seguro e saudável para todos os envolvidos.

ATAQUES VIOLENTOS CONTRA ESCOLAS: FENÔMENO ISOLADO OU MÉTODO POLÍTICO?

O mais recente ataque em Blumenau pode traduzir a violência nas escolas como um método da política.

"Papai, por quê tem um guarda na porta da escola?"

Minha filha, cinco anos, fez essa pergunta na noite de 04/03, antes de adormecer. Eu não soube responder a pergunta dela, conceitualmente não faz sentido ter uma figura de repressão dentro de um espaço educacional.

Hoje, 05/04, logo pela manhã, vem a notícia

de mais um ataque criminoso a uma escola, desta vez em Blumenau – SC. Nas redes sociais, pânico e preocupação. Os ataques às escolas têm assumido caráter sistemático, deixando de ser um fato isolado para pertencer ao pavor cotidiano da sociedade brasileira.

Desde 2011, segundo o G1, contabilizou-se 12 ataques contra escolas da rede básica e instituições de educação infantil. O número é ainda mais preocupante quando recortamos a partir de 2019: 11 casos de ataques criminosos em escolas. A preocupação se torna evidente, um fenômeno isolado pode acabar se tornando um método político.

Nesta perspectiva, é importante buscar analisar o processo na totalidade, os alarmantes números de violência nas escolas não são fatos isolados. Dados que circundam a questão podem ajudar na reflexão.

Primeiro, a relação entre violência e suicídio. De 2011 pra cá, em torno de 20% dos ataques contra escolas terminaram com suicídio do(s) autor(es), número suficiente para permitir uma relação entre os fatos. O sociólogo Émile Durkheim, em seu livro "O Suicídio – estudo da Sociologia" abordou a questão do suicídio como fato social, cujo cada sociedade estava predisposta a fornecer um número determinado de mortes voluntárias. Para ele, o que interessa é observar e analisar o processo e fatores sociais que agem não sobre um indivíduo isoladamente, mas sobre o conjunto da sociedade e as condições sociais determinadas que podem impulsionar números de suicídios dentro de um período histórico estipulado. Na obra, Durkheim caracterizou tipos de suicídios, um deles o suicídio anômico, decorrente de uma anomia social, quando as regras sociais estabelecidas já contradizem com a vida real da sociedade, como em uma crise econômica ou social, por exemplo.

Karl Marx em "Sobre o Suicídio", obra conjunta com Jacques Peuchet, estabelece uma análise sob o prisma de que a ação suicida é sintoma de uma sociedade burguesa, doente, que necessita de uma transformação radical. Na obra, baseada em exemplos suicidas oriundos dos arquivos da polícia francesa, na qual Peuchet era diretor, esta explicita uma crítica contundente contra a sociedade moderna e suas formas de produção e reprodução, uma crítica social que compreende que o privado é político.

Tanto Durkheim, quanto Marx, ainda que analisando o suicídio sob bases antagônicas, auxiliam na explicação do fenômeno recorrente que estamos enfrentando no Brasil. Não é mera coincidência que uma porcentagem significativa dos ataques de violência nas escolas terminem em suicídio. O Brasil vive uma crise sistêmica e contínua desde a crise econômica de 2008 e se aprofundou de forma contundente a partir do golpe parlamentar de 2016, que, de forma ilegítima, derrubou do cargo a ex Presidenta Dilma Rousseff. A partir disso, vivemos um governo golpista de Michel Temer, seguido imediatamente por um governo de caráter fascista de Jair Bolsonaro, atravessado por uma pandemia que matou dezenas milhões de pessoas no mundo, centenas de milhares no Brasil, e, recentemente, uma tentativa desesperada da extrema direita de novo golpe Palaciano, agora contra o recém Presidente eleito, Lula.

A situação da conjuntura brasileira nos últimos anos aprofundou a crise social, política e econômica que vivenciamos e polarizou o país. O governo golpista de Temer e o governo conservador e ultraliberal de Bolsonaro desmontaram as políticas sociais e condenaram centenas de milhares à vulnerabilidade social, com consequente exponencial aumento da fome e da miséria.

Neste cenário, aparece a possibilidade de desenvolver a violência como política. O assassinato de Marielle Franco é a expressão mais evidente disso. Por conseguinte, um governo que baseou a sua plataforma na violência, difamação, ódio e mentiras, tendo os diferentes como alvo e as armas como forma, inclusive facilitando e incentivando o acesso às mesmas.

Segundo, o caráter íntimo e temporal dos ataques. Importante notar que a grande maioria dos ataques contra as escolas desde 2011 é executado por alunos ou ex-alunos e todos por homens jovens. Quase a totalidade dos ataques, 11, foi executada a partir de 2019, já sob a égide trágica do Governo Bolsonaro. Metade dos ataques, 6, ocorreram entre o período de 2012-2023. Destes, 4 em 2022, auge do cenário da polarização política brasileira com as eleições presidenciais do último ano. Neste escopo, por exemplo, grupos secretos neonazistas cresceram 270% nos últimos três anos e disseminam-se

grupos de ódio por aplicativos de mensagens, a temporalidade dos casos não é mera coincidência. Os dados são categóricos: a extrema direita utiliza a violência como método.

Ataques contra escolas também possuem significado simbólico. A educação é cerne da disputa de sociedade e expressa as contradições da conjuntura. Nos últimos anos o conhecimento científico constantemente se choca com as crescentes teorias negacionistas, gerando disputas e violências também no ambiente escolar, visto que a escola é a forma material do processo educativo e espaço permanente de disputas ideológicas. Como forma de expressão da sociedade, também é um ambiente em que se materializa o machismo, lgbtqifobia, misoginia, racismo e Bullying. Não é acaso que os autores dos ataques são homens e a grande maioria das vítimas são mulheres, expressão direta do machismo estrutural e das posições machistas e misóginas do governo Bolsonaro.

Além disso, com rápida pesquisa, se verifica que não são poucas as ameaças de ataques contra as escolas em diversos municípios do país. Grande parte, felizmente, não se concretizam, portanto não aparecem como notícias nacionais, mas as ameaças são reais e já estão presentes no imaginário da sociedade brasileira que teme mais ataques.

Também é importante discutir como abordar o tema. No que concerne ao suicídio, existe o debate de que a não veiculação do ato suicida é o caminho mais adequado para evitar encorajar novos atos suicidas. Há discussões semelhantes quando se trata de ataques contra escolas. De fato, parece imperativo que notícias sensacionalistas contribuam de fato para catalisar novos atos criminosos. Ao mesmo tempo, voltando a relacionar com as teorias do suicídio, enquanto o suicídio anômico, de Durkheim, corresponde a uma ação individual que reage a uma situação social, o ataque contra as escolas, como demonstra os números expostos aqui, é uma ação individual estimulada pela situação social, relacionando-se com "o privado é político" da obra de Marx. Assim, parece necessário que a sociedade se confronte com o problema de forma mais profunda, compreendendo o fenômeno como sintoma de um sistema político desigual e excludente, aprofundado no último período por ampla propagação, inclusive governamental, do negacionismo, do ódio e das armas.

Sobre o questionamento de minha filha, explicitado nas primeiras linhas, ainda não sei responde. Uma figura repressiva, com intuito de "manter a ordem" parece garantir a segurança das crianças e jovens frente a tantos casos de violência nas escolas.

No entanto, essa medida não faz sentido quando verificamos que a quase totalidade dos casos é executada por integrantes da própria comunidade escolar.

Assim, a ação imediata é evitar novos casos, já que a questão parece não ser mais se haverá novos casos, mas quando. Precisamos medidas além do ambiente escolar, é necessário que o país enfrente seus problemas de ordem estrutural, fortaleça as políticas sociais, busque o desarmamento da população civil, criação de redes de inteligência para monitoramento e responsabilização criminal de grupos extremistas e o combate sistemático ao ódio, promovendo a cultura da paz. Em outras palavras, precisamos desbolsonarizar o país.

MÚSICA, TEATRO, DANÇA E ARTES VISUAIS NA ESCOLA

O ensino de música nas escolas brasileiras é uma política pública regulamentada por lei desde 2008, embora ainda não tenha sido implementada na maioria dos espaços educacionais públicos. A legislação que inclui a disciplina no currículo obrigatório, é a lei 13.278 de maio de 2016. Esta lei substituiu a anterior, 11.769/2008, que mencionava exclusivamente a música. Hoje, além dela, teatro, dança e artes visuais também são matérias obrigatórias. Porém, ainda na maioria das escolas isso não é uma realidade, o prazo concedido para a adaptação do currículo, era de cinco anos, (que terminaram em 2021). A lei também estabelece que o ensino da música deve ser oferecido de forma articulada com as demais disciplinas, integrando os aspectos teóricos e práticos da música. Além disso, a lei prevê a formação de professores capacitados para o ensino da música, o acesso aos instrumentos musicais e materiais didáticos adequados, e a promoção de atividades extracurriculares relacionadas à música.

Há uma cultura de desvalorização da música

enquanto instrumento de formação integral. Na área das artes, na qual a música está incluída, é vista como algo desnecessário no sistema educacional brasileiro, que parte do princípio de que ela está próxima à recreação. Não custa lembrar que em nosso país, no início do século XX, andar com um violão poderia ser caso de polícia. Muitos foram presos pelo crime de 'vadiagem' nessas circunstâncias.

A escola que surgiu após a Revolução Industrial foi moldada para atender às necessidades do mercado de trabalho, deixando de lado a formação integral e humanística que apenas aqueles que têm recursos financeiros podem obter. Os governos estão cada vez mais preocupados em retirar do currículo escolar tudo o que é espontâneo e simplificar os conceitos, tornando a arte algo dispensável e superficial na formação do trabalhador. No entanto, é importante aproveitar a legislação atual e incorporar de fato a riqueza cultural e artística do Brasil em seu projeto educacional. Isso só acontecerá se escola e espaços que trabalham com educação começarem a valorizar e incorporar, também, conteúdos e formas culturais presentes na diversidade do corpo social. A Lei vigente favorece que se abra esse espaço tanto para uma discussão sobre o que se pode fazer para melhorar a educação brasileira, como também, possibilita que se planeje a implementação.

Nosso sindicato deve ser parte importante sob pena de perdermos essa importante conquista que é o ensino das artes incorporado à educação. Uma proposta inovadora no qual a expressão cultural e artística são reconhecidas como dimensões imprescindíveis no sentido de promover o desenvolvimento humano. Isso significa que os valores simbólicos das culturas locais devem estar presentes juntamente com aqueles conhecimentos que fazem parte do patrimônio musical que é um legado da humanidade.

A questão a ser enfrentada é a da formação de professores especializados para o ensino de Música. Leva algum tempo, estamos atrasados, tendo em vista serem poucos os cursos de licenciatura em Música no Brasil. O papel do poder público não pode ser apenas normativo, mas deve criar programas para habilitar professores assim como regulamentar a situação de profissionais aptos para o ensino de música.

Muitos pesquisadores reconhecem a música como uma atividade que contribui para o desenvolvimento mental e promove o equilíbrio emocional, proporcionando uma sensação agradável de bem-estar e facilitando a concentração e o raciocínio, especialmente em questões reflexivas ligadas ao pensamento filosófico. Estudos indicam que pessoas que estudam tons musicais apresentam uma área do cérebro 25% maior em comparação com aqueles que não praticam atividades musicais. Além disso, aqueles que estudaram notas e ritmos musicais obtiveram notas 100% maiores em um determinado conteúdo de matemática. Outras pesquisas mostram que crianças que desenvolvem habilidades musicais têm melhor desempenho escolar e em suas vidas de forma geral.

A música pode ser uma ferramenta poderosa para ajudar os alunos a desenvolverem habilidades sócioemocionais, como a empatia, a resiliência, a autoconfiança e a autodisciplina. Através da música, os estudantes podem aprender a trabalhar em equipe, a resolver conflitos de forma construtiva e a expressar suas emoções de forma saudável. Atualmente, existe uma luta muito pequena para que a música seja implementada como disciplina obrigatória nas escolas. É importante nos envolvermos nessa luta e contribuirmos ativamente para a sua concretização.

UMA QUESTÃO DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA

Gênero, classe e raça são três categorias fundamentais que ajudam a entender como a sociedade está estruturada. Essas categorias são consideradas "eixos estruturantes" porque afetam profundamente a forma como as pessoas são vistas e tratadas pela sociedade, e também como elas se veem e se relacionam com os outros.

Gênero: o gênero é uma construção social que se refere às características culturais, sociais e psicológicas que uma sociedade considera adequadas para homens e mulheres. Embora o sexo biológico seja uma realidade, o gênero é uma construção social e varia de acordo com o tempo e o lugar. A forma como o gênero é construído tem um impacto profundo na vida

das pessoas, afetando suas oportunidades de educação, emprego, saúde e outras áreas.

Classe: a classe se refere à posição social de uma pessoa dentro da hierarquia econômica e social. As classes são geralmente definidas pela renda, propriedade, educação e ocupação, e afetam a forma como as pessoas são vistas pela sociedade e como elas podem acessar recursos e oportunidades. A classe pode afetar a vida das pessoas de muitas maneiras, desde suas chances de sucesso acadêmico e profissional até a qualidade de sua saúde e expectativa de vida.

Raça: a raça é uma categoria social que se refere às diferenças físicas e culturais entre as pessoas, muitas vezes associadas à cor da pele. Embora a raça seja uma construção social e não tenha base biológica, ela tem um impacto profundo na vida das pessoas, afetando sua posição social, suas oportunidades de emprego, educação e habitação, bem como a forma como elas são vistas pela sociedade em geral.

Esses três eixos estruturantes se interseccionam e se reforçam mutuamente, criando diferentes formas de opressão e privilégio. Por exemplo, uma mulher negra que pertence a uma classe social baixa enfrenta formas específicas de discriminação e desigualdade que não são experimentadas por um homem branco rico. A compreensão desses eixos é fundamental para a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Março costuma ser considerado o mês das mulheres historicamente. Contudo, nos últimos anos, a luta das mulheres tem sido um tema constante nos debates políticos durante todo o ano. Em diversos países, tem ocorrido um aumento significativo da luta feminina, que tem se espalhado pelas ruas, lares, locais de trabalho e estudo, mídia e espaços de poder. Isso reforça a ideia de que estamos vivenciando uma nova onda do movimento feminista, que se tornou uma força política vital e relevante em todo o mundo. Esse fenômeno pode ser explicado pelo fato de que as mulheres estão se fortalecendo e se recusam a permanecer caladas diante da discriminação, violência e assédio. As mulheres estão se tornando feministas.

Sem dúvida, a população negra é a mais vulnerável. Após 137 anos da "abolição", as ferramentas de dominação usadas contra a maioria do povo brasileiro seguem arraigadas em nossa sociedade por meio do racismo estrutural, que determina que a mão de obra negra, por exemplo, tenha o valor mais baixo nas relações de trabalho. Essa herança, somada às condições atuais do capitalismo, tornam a crise social mais aguda.

Lutamos por um feminismo antirracista, que acolha as mulheres negras, lésbicas, bissexuais, transexuais, conectado com as lutas da classe trabalhadora. Felizmente uma nova geração de mulheres vem se formando feminista. Se antes era raro encontrar uma mulher que se identificasse como feminista, hoje é muito comum. Apoiando-se nas conquistas das que vieram antes, as jovens feministas vêm ganhando o mundo. E vamos seguir sendo feministas até que toda a forma de opressão seja eliminada e assim tenhamos uma democracia real.

Os inúmeros registros atuais de violência contra as mulheres, causa perplexidade, e embora tenha ocorrido avanços, expansão econômica e incríveis descobertas na ciência, ainda existe incapacidade em amenizar ou solucionar a violência que somente aumenta incansavelmente todos os dias. Ainda precisamos muito do movimento para afirmar o óbvio. O feminismo é necessário porque as mulheres ainda recebem salários menores do que os homens, ainda são vistas como propriedade masculina, e ainda são espancadas e mortas simplesmente por serem mulheres. Além disso, ainda sofrem assédio e constrangimento em seus empregos, meios de transporte e nas ruas.

Para nós da TLS/MES, esses três elementos são fundamentais, nos ajudam na compreensão dos cenários políticos que os diferentes governos, no mundo todo, apresentam e praticam, contra a classe trabalhadora, através das suas políticas de enxugamento de salários e postos de trabalho. Ou seja, o sucateamento dos espaços de trabalho não é privilégio nosso. A partir, desses três elementos (gênero, raça e classe), há possibilidade de pensar e elaborar, a melhor estratégia de enfrentamento, pelos nossos sindicados, para a organização da luta da classe trabalhadora, em seus diferentes segmentos.

Sempre lembraremos de Marielle Franco, (Vereadora do PSOL/RJ, assassinada em 14/03/2018), uma mulher negra e destemida que desafiou o sistema, tanto por sua sexualidade

quanto por sua postura corajosa diante da vida. Ela foi uma líder inspiradora para milhares de mulheres que se identificam com sua história. Embora tenham tentado apagar seu brilho, não conseguiram. Marielle Franco permanece presente e suas ideias e ideais renascem a cada dia.

FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA, O DEMORADO RECONHECIMENTO COMO AGENTES EDUCACIONAIS E AS TERCEIRIZAÇÕES

A luta intensa dos Funcionários de Escola na década de 90 e início dos anos 2000 foi fundamental para a conquista de direitos importantes em lei, como o Concurso Público e o Plano de Carreira. Embora a categoria tenha lutado por valorização e reconhecimento como educadores, os governos seguem não valorizando e nem reconhecendo, usando essa narrativa para não contemplar os funcionários com os reajustes concedidos pelos professores, como aconteceu recentemente. É preciso avançar mais, antes que haja um retrocesso, como é o caso das terceirizações. Reconhecer a atuação desses profissionais na escola pública e o papel fundamental que desempenham no processo de ensino e aprendizagem é um desafio que a comunidade escolar precisa enfrentar. Esse reconhecimento pode melhorar significativamente a qualidade do ensino e contribuir para uma escola mais democrática e humanizada. Quando os Funcionários de Escola são efetivamente reconhecidos e acolhidos, eles se tornam mais identificados e comprometidos com as mudanças necessárias para resistir à desestruturação do que já foi conquistado. No entanto, a presença de trabalhadores contratados e terceirizados nas escolas demonstra que os governos estão dispostos a seguirem ignorando esse profissional da educação.

Queremos nos debruçar no problema sério das terceirizações, que não é um tema exclusivo da educação pública, mas uma política globalizada, para toda a classe trabalhadora. Para nós, da TLS, a terceirização se alicerça no tripé raça, gênero e classe, pois atinge as categorias profissionais onde esses aspectos são mais visíveis. Atualmente, aqui, no RS, as terceirizações avançam, mais fortemente no segmento dos funcionários de escolas, como uma estratégia de esvaziamento do próprio sindicado, e descomprometimento salarial, de parte do governo, haja vista que a empresa contratante é a responsável pelo pagamento do salário, desses profissionais. Por outro lado, os funcionários concursados se veem fragilizados e buscam a desfiliação, procurando em outras organizações sindicais, o amparo que não encontram junto ao CPERS/Sindicado.

EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DOS POVOS TRADICIONAIS

A luta em defesa do meio ambiente e dos povos tradicionais é uma questão de extrema importância para o presente e o futuro da humanidade. A preservação dos recursos naturais, a proteção da biodiversidade e a garantia dos direitos dos povos que habitam esses territórios são fundamentais para a sustentabilidade do planeta e para a promoção da justiça social.

Infelizmente, ainda há muitos desafios a serem enfrentados nessa luta. Empresas que exploram recursos naturais sem respeitar o meio ambiente e as comunidades que vivem nele, governos que não aplicam leis ambientais, e ainda flexibilizam as leis que existem, a falta de conscientização por parte da sociedade são alguns dos obstáculos que dificultam a preservação dos ecossistemas e a garantia dos direitos dos povos tradicionais.

No entanto, existem diversas iniciativas de resistência e luta em defesa do meio ambiente e dos povos tradicionais. As iniciativas incluem a criação de áreas protegidas, a implementação de políticas públicas que incentivam práticas sustentáveis, o diálogo entre empresas e comunidades para garantir a participação dos povos tradicionais nas decisões que afetam seus territórios e o fortalecimento da educação ambiental para sensibilizar a população sobre a importância da preservação do meio ambiente.

POR UMA INCLUSÃO REAL

A inclusão de alunos nas escolas públicas é um processo fundamental para garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de suas condições sociais, econômicas, culturais ou de saúde.

Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que as escolas públicas estejam preparadas para

receber alunos com necessidades educacionais especiais, como aqueles com deficiências físicas, intelectuais, sensoriais, transtornos de aprendizagem, entre outras condições.

A inclusão é muito mais séria do que o dito nos discursos governamentais. Ela passa por entender que cada estudante é único, dessa forma a inclusão exige trabalhadores e trabalhadoras em educação preparados para tal.

É necessário incluir para além das necessidades especiais. É necessário incluir os excluídos pela raça, classe e gênero. Desde muito pequenos, crianças de todas as idades já revelam suas histórias de vida e necessitam de acolhimento, tanto dos educadores como também dos agentes educacionais. Por isso, nesta tese, defendemos a formação continuada para todos, não só para os professores e as professoras. A temática da inclusão precisa estar ao alcance de todas, todos e todes.

PLANO DE LUTAS

- Revogação do Plano de carreira imposto por Eduardo Leite ao magistério e abrir debate com o Cpers/Sindicato para estabelecer um novo plano que atenda os princípios de progressão e valorização necessárias para a carreira.
- Apresentação de um piso salarial para os agentes educacionais.
- Revogação da implementação do novo ensino médio, garantindo ensino de qualidade e contemplando as diversas disciplinas necessárias à formação básica.
- Respeito à oferta curricular e à avaliação como processo coletivo, uma vez que a construção dos projetos pedagógicos e o alinhamento dos conteúdos e habilidades previstos no PNE 2014-2024 precisam respeitar a autonomia escolar prevista na gestão democrática, de forma a não basear o currículo apenas nos resultados do SAEB.
- Buscar as condições necessárias para o funcionamento das Escolas Técnicas da rede pública estadual, de modo a instrumentalizar os alunos, com o conhecimento teórico e técnico necessários, para o nível e modalidade de ensino.
- Instrumentalização do acesso e permanência dos alunos, que por sua idade, etnia ou localidade, que não tiveram acesso ao conhecimento no tempo regular, fortalecendo as escolas de NEEJAS, escolas indígenas, escolas do campo e quilombolas.
- Estimulo à participação da sociedade civil organizada e/ou dos servidores, nos conselhos de fiscalização e gestão como o FUNDEB, Conselho Estadual de Educação, Conselho da Alimentação Escolar, Conselhos do IPERGS, e outros.
- Incentivo à formação continuada dos professores e funcionários, por meio de licença remunerada, para todos os níveis da pós-graduação.
- Trabalho de valorizar ações pelo fortalecimento da gestão democrática da escola, pois ela é uma conquista histórica da comunidade escolar em defesa da qualidade do ensino público.
- Promoção de concurso público para os cargos de psicólogo escolar, assistente social, bibliotecário escolar, portaria, servente, merendeira, serviços gerais.
- Fortalecimento, junto aos núcleos, de ações formativas, pela paz, voltadas para o enfrentamento da violência nas escolas.
- Reforma Estatutária, ainda no ano de 2023, a partir da constituição de comissão específica para esse fim.
- Fortalecimento da educação ambiental para sensibilizar a população sobre a importância da preservação do meio ambiente.
- Defesa de iniciativas para criação de áreas protegidas.
- Defesa da implementação de políticas públicas que incentivem práticas sustentáveis.
- Incentivo à participação dos povos tradicionais, nas decisões que afetam seus territórios.
- Defesa intransigente de todas, todos e todes na escola pública.

REFORMA ESTATUTÁRIA

O Estatuo do CPERS/Sindicato, historicamente representou o caminho a ser percorrido pelo sindicato, através da sua organização político sindical, filosófica e estrutural.

Notadamente, o conjunto dessa estrutura não responde à construção atual do CPERS, no que se refere às forças políticas que o compõem.

Atualmente, o CPERS/Sindicato possui mais de dez forças políticas na sua base e que, em virtude do que é proposto no atual Estatuto, não estão devidamente representadas na direção central e nos núcleos.

Nós, da TLS/MES apresentamos a este Congresso, a proposta da proporcionalidade. Isso significa a possibilidade de todas as forças participarem ativamente das decisões políticas, a partir de um processo eleitoral que as represente, ao seu final.

Entendemos que todas as forças que concorrerem nos pleitos sindicais, possam fazer parte das diretorias, tanto central, quanto dos núcleos, a partir dos resultados obtidos nas urnas, considerando a proporcionalidade dos votos obtidos sobre a totalidade de votantes. Dessa forma, a reforma estatutária, nesse quesito é fundamental.

Chamamos para essa discussão todas as forças políticas que, assim como nós, têm essa mesma compreensão sobre a proporcionalidade e a sua relação com a representatividade da base da categoria.

ASSINAM ESTA TESE

Líbia Aquino – Conselheira 1/1000 - 34º Guaíba
Ronald Souza – Suplente de Conselheiro 1/1000 – 38º POA
Andréa Magela Silveira da Silveira – Suplente de Conselheiro 1/1000 – 24º Pelotas
Leonor Eugênia – Direção do 39º POA
Helder Porto Oliveira– 24º Pelotas
Marliane Ferreira – 38º POA
Graciela Cardoso Domingues – 24º Pelotas
Gisele Marques Vargas – 24º Pelotas
Magda Bia – 24º Pelotas
Carla Kommling – 24º Pelotas
Stephan Vargas – 38º POA
Douglas Fortes – 38º POA
Pablo Girondi Kmohan – 38º POA
Anderson Luis da Silva – 13º Osório
Beatriz Leite Ebersol – 24º Pelotas
Gabriela Czermainski Nogueira – 24º Pelotas
Sandra Regina Torino Rota Sena – 24º Pelotas
Lisarb Rodrigues – Santa Vitória do Palmar – 6º Rio Grande
Izabel Vieira – 19º Alegrete
Rose Meri Barbosa – 19º Alegrete
Zélia Guaresch Fagundes – 19º Alegrete
Milton Antes – 19º Alegrete
Vilma Rosane Arrial – 38º POA
Carlos Alberto Xavier Garcia – 41º São Gabriel
Simone Medeiros da Silva Garcia – 41º São Gabriel
Jonatan Amarillo Maron – 6º Rio Grande
Vera Mayorca – 6º Rio Grande
Cristina Cunha – 34º Guaíba
Antônio Neto – 38º POA
Camila Goulart – 38º POA
Carmem Dotto Soares – 38º POA
Débora Betiollo – 13º Osório
Paulo Quadros – 13º Osório
Maria Eliza Beles Fernandes – 34º Guaíba
Anaí Antunes – 34º Guaíba
Sérgio Augusto Cardoso Pinto – 34º Guaíba
Helenice Azevedo Gonçalves – 39º POA
Letícia Nunes Barboza Pereira - 24° núcleo Pelotas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira de Educação Musical. ABEM – Disponível em: http://www.abemeducacaomusical.com.br/.
Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: http://www.auditoriacidada.org.br
BOTZ, Dan La. Revista Movimento. Publicação do MES/PSOL. Abril 2023. 6 ABR 2023, 17:38
DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016 OLIVEIRA, Hélder Porto. Revista Movimento. Publicação do PSOL. Abril 2023. 07 ABR 2023
Universidade Federal De São Paulo. Disponível em: http://www.unifesp.br/

TESE 16

PELA EFETIVAÇÃO DE CONTRATADOS E TERCEIRIZADOS SEM NECESSIDADE DE CONCURSO

A terceirização é a porta de entrada para o trabalho escravo! Escrevemos essa tese para apontar uma saída para a dura realidade vivida por grande parte das trabalhadoras da educação do RS. Metade das professoras do Estado têm contratos ditos emergenciais. As funcionárias de escola têm o salário defasado há anos, estão fora da proposta de "reajuste" de Leite e grande parte tem contratos também emergenciais ou mesmo terceirizados. Recentemente vimos o caso de terceirizadas que trabalham sem contrato e sem receber salários em dia ou seu Vale Transporte. Qual o caminho seguir? Nós do Movimento Nossa Classe Educação, juntos de professores independentes, escrevemos essa colaboração para XI Congresso do CPERS e chamamos a todas e todos a serem parte dessa luta.

Hoje, Eduardo Leite é o grande responsável por manter metade da categoria em contratos emergenciais. Quando olhamos para as e os funcionários de escola a situação é ainda pior: contratos terceirizados, atrasos nos salários, não pagamento de vale-transporte e segue a lista de absurdos. Além de dividir a categoria entre efetivos e contratados/terceirizados, impõe um "reajuste" de apenas 9,45% para professores e para funcionários nada. Os funcionários de escola são fundamentais para a educação pública. Para Leite são descartáveis e mais esse ataque é para aprofundar a precarização da educação pública. Enquanto Leite precariza a vida das e dos trabalhadores da educação, segue aplicando um RRF (Regime de Recuperação Fiscal) que beneficia apenas a grande burguesia do estado. Inclusive, é a mesma burguesia racista que lucra com trabalho escravo como vimos nas vinícolas de Bento Gonçalves e em muitos outros casos.

A política de atacar direitos trabalhistas, como a estabilidade, é a cara da reforma trabalhista que, junto das demais reformas, como a da previdência e a do NEM, aprofundam a precarização da vida do conjunto da classe trabalhadora. A Reforma do Ensino Médio entra nesse contexto para formar uma força de trabalho precária e sem qualquer pensamento crítico. Recentemente, Lula e Camilo Santana viraram as costas para as educadoras e estudantes ao reafirmar seu compromisso com tubarões da educação como o Todos Pela Educação, Fundação Lemann, Itaú e outros que têm interesses em manter um ensino ainda mais precário, deixando claro que não irá revogar o NEM. A recente suspensão do NEM e a consulta protocolar proposta pelo governo não visa a revogação dessa reforma. É apenas a força dos trabalhadores da educação junto das comunidades escolares que pode de fato impor a revogação do NEM e dos demais ataques.

Os trabalhadores franceses mostram o caminho. São várias semanas de uma incansável luta contra a Reforma da Previdência imposta autoritariamente por Macron. Confiaram apenas em suas forças, aliados aos estudantes e todos os setores oprimidos, organizando uma série de greves gerais e incendiando a França. Esse é o caminho a ser seguido pela classe trabalhadora em todo o mundo e um grande exemplo para todas e todos os trabalhadores da educação do RS.

Basta de trabalho precário! É urgente construir uma grande campanha pela efetivação de todos os trabalhadores da educação, contratados e terceirizados, sem necessidade de concurso, pois provam todos os dias que são capazes de desempenhar suas funções. Junto disso, abrir mais concursos públicos para atender a falta de professores e funcionários nas escolas.

Igual trabalho, igual salário! A força da nossa categoria unida e organizada é gigante. Para unificar de fato nossas fileiras, como parte da luta contra a precarização, defendemos que todas e todos ganhem o mesmo salário. Essa é a única forma de darmos um basta à precarização do trabalho e também ao desemprego que assola nossa categoria com listas gigantes de educadores esperando por uma vaga para trabalhar mesmo com toda a evasão escolar e falta de escolas no RS. Nossa luta pode e deve ser também para reverter as reformas previdência e administrativa

estaduais que reduziram o plano de carreira a pó.

Enquanto escrevemos esta tese recordamos estupefatos do brutal assassinato da professora Elizabeth em São Paulo e também do revoltante caso extremamente revoltante dos assassinatos de crianças em Blumenal SC. Agora uma onda de ameaças de ataques através de fake news nas escolas geram pânico, um legado de violência estimulado durante o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro. Para varrer a extrema direita e os grupos neonazistas do país somente a auto organização das comunidades escolares em aliança com os trabalhadores da educação na luta de classes pode dar uma resposta a altura.

Para efetivar esse plano é necessário retomar o sindicato para as mãos das trabalhadoras da educação. O CPERS é um dos maiores sindicatos da América Latina e tem um peso político gigante no Estado. Pode, sim, ser um fator decisivo na luta contra as reformas e ataques à nossa classe. Pelo contrário, a atual direção, composta por PT e PCdoB, traiu a greve de 2015 e assistiu passivamente ao golpe institucional de 2016 que colocou Temer na presidência. Um golpe que tinha como objetivo aprovar ataques mais duros do que o PT vinha aplicando, como as reformas, citadas anteriormente, que aumentaram a fome e a miséria no país. Hoje, essa mesma direção, alimenta expectativas que o governo Lula-Alckmin ao lado de Camilo Santana irá revogar o NEM. Por isso, defendemos um sindicato com representantes eleitos em cada local de trabalho e revogáveis a qualquer momento, sem nenhum privilégio; rotatividade de dirigentes; criação de um fundo de greve; e assembleias regulares para manter a categoria politizada e unida.

Por essa via, é possível levantarmos um grande plano de lutas, organizando assembleias em cada escola para lutar de forma independente dos governos contra o NEM, por reajuste salarial para toda categoria, por iguais direitos e salários para todes e pela efetivação imediata de todas as contratadas e terceirizadas sem necessidade de concurso público. Acreditamos que esse é o caminho para arrancarmos nossas demandas e fazer com que sejam os capitalistas e seus governos que paguem pela crise que eles mesmos criaram.

Movimento Nossa Classe Educação
(MRT + independentes)

Para assinar essa tese entre em contato conosco pelo número 54 991411575

TESE 17

CTB - AVANÇAR NA LUTA E COM LULA

CONJUNTURA INTERNACIONAL

A complexidade da conjuntura mundial expressa a gravidade da crise do capitalismo desencadeada em 2008 e que se desdobra e se aprofunda em soluções cada vez mais violentas, excludentes e destrutivas.

A sequência de crises - primeiro nos EUA, centro do sistema econômico mundial, depois na Europa desestabilizando a UE e o Euro, e num terceiro momento atingindo os países emergentes - foi acompanhada por políticas cruéis de ajuste e austeridade, projetos ultraliberais de gestão econômica, administrativa e social, reestruturação produtiva sob o manto da Revolução 4.0, fomento ao golpismo e desestabilização mundo afora e - dado gravíssimo - a adesão desavergonhada ao fascismo.

O capitalismo segue putrefato e seus miasmas contaminam o ambiente societário, tornando a bandeira do socialismo cada vez mais atual e necessária. Entretanto, o grau de consciência, organização e força para rupturas radicais e definitivas não é correspondente e implica em resistência e acúmulo de forças para superá-lo.

Prevalece desde a queda da URSS um quadro de defensiva estratégica do movimento transformador. Mesmo a confirmação do êxito da China como projeto e sistema superior acontece de modo distinto ao século XX, quando o internacionalismo proletário e as lutas anti-imperialistas de libertação nacional empolgaram milhões de corações e mentes permitindo aos povos e países vencer a dominação, exploração e opressão do capitalismo.

Caíram as máscaras: o fascismo assumiu abertamente a ideia de instalar ditaduras - autoritárias, totalitárias, repressivas, genocidas - para garantir ao capital maior poder, concentração de riqueza e hegemonia.

Destacam-se no cenário atual algumas situações: a mudança das relações internacionais a partir da ascensão chinesa, a irrupção da Guerra da Ucrânia e a resistência latino-americana. Sobre o primeiro aspecto repousam tendências inexoráveis de protagonismo chinês e perda da influência norte-americana, aumentando a tensão militar e bélica; no segundo caso, a guerra em curso representa uma resposta russa à ofensiva da OTAN que combina com a situação anteriormente descrita e também aponta para o militarismo e a beligerância; no último exemplo, temos uma correlação de forças domésticas como a realidade concreta das lutas locais, com ciclos e experiências populares de difícil consolidação alternadas por golpes políticos e rompantes fascistas alimentados financeira e ideologicamente desde fora, porém com base política e social evidente e mobilizada.

Acompanhar os acontecimentos gerais, entendê-los, saber se posicionar, traduzi-los em formato e conteúdo, considerando-os como elementos cruciais para intervir na luta política nacional é tarefa mais do que nunca indispensável aos trabalhadores e trabalhadoras enquanto classe. O sindicalismo classista tem o dever de elevar a consciência da categoria e precisa oferecer uma análise crítica e propositiva aos educadores para fazer avançar a luta anticapitalista e antifascista e orientar rumo ao socialismo.

CONJUNTURA NACIONAL

A vitória de Lula deve ser dimensionada corretamente. Contra a máquina do fascismo - violenta, mentirosa e fartamente financiada pelo orçamento secreto e apoio apoio empresarial e do imperialismo - ergueu-se uma frente ampla antifascista e democrática heterogênea, reunida a partir de critérios e objetivos gerais, porém concretos.

A defesa da democracia, a retomada da economia em crise, o combate à fome, miséria, desemprego e inflação, a superação da tragédia criminosa e intencional da pandemia, o isolamento diplomático do Brasil, o extremismo político e religioso e a reconstrução nacional moveram milhões ao enfrentamento nas ruas, redes e urnas.

O movimento popular e sindical teve papel destacado e fundamental nesse processo.

Reaproximou-se de suas bases sociais e pautou parte importante do debate e conscientização do povo. Porém, não venceu sozinho, tampouco organizou mobilizações cotidianas de envergadura.

Foi a Frente Ampla que assegurou o resultado, incluindo nela setores poderosos do Capital - empresariado, mídia, partidos da Direita - e o desdobramento é óbvio: governo de coalizão e em disputa. As bases no Congresso Nacional e nos Estados não confirmam hegemonia e dificultam políticas ousadas e radicalizadas.

Derrotamos Bolsonaro, mas não o fascismo, muito menos nos desvencilhamos do neoliberalismo como programa determinante para o país. Unidade e Amplitude precisam de Combatividade e Propositividade para que as mudanças aconteçam. A tutela da burguesia impedirá um conjunto de ações reconstrutivas e redistributivas, a começar pelo fim do gargalo de ajuste e austeridade fiscal da PEC da Morte, passando pelas contrarreformas na legislação trabalhista, na Previdência Social e na Educação.

No horizonte imediato, revogar a autonomia do Banco Central, intervir na taxa de juros, romper com as restrições fiscais e orçamentárias que impedem o investimento estatal no desenvolvimento econômico, recuperar e acelerar direitos e programas sociais são urgências de impacto na vida das pessoas e para a reconstrução do Brasil.

A tarefa dos sindicatos, grêmios estudantis, associações de moradores, frentes e coletivos temáticos e democratizantes, envolve organizar, politizar e avançar na luta e com Lula, reconhecendo a realidade concreta da correlação de forças sem abdicar das pautas necessárias do povo.

Concomitantemente,

1. disputar e conquistar a direção política da Frente Ampla;
2. combater, isolar e derrotar o fascismo em seus muitos "ismos": o extremismo, o fundamentalismo, o negacionismo, o racismo, o machismo, o neoliberalismo.

A classe trabalhadora está convocada para conduzir os rumos da reconstrução nacional, da reestruturação do Estado, da ressurreição do espírito societário e civilizado da vida coletiva, da recuperação dos direitos, da soberania e da democracia. Com inteligência, trabalho e união temos uma oportunidade histórica a qual não podemos falhar. Por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, com inclusão social, valorização do trabalho, geração de emprego e distribuição de renda e avançar na luta e com Lula.

CONJUNTURA ESTADUAL

A reeleição de Eduardo Leite uniu forças contraditórias e inconciliáveis, num ambiente onde prevaleceu o voto antifascista. Nenhuma expectativa, confiança ou acordo com o programa tucano, terra arrasada feita no primeiro mandato, e que o permite governar com menor desgaste e surfar numa onda de relativa aprovação e popularidade. Apesar do arrocho fiscal e salarial, das privatizações e da precarização do serviço público, Leite conta com o apoio do Capital, da Mídia e ainda detém maioria no Parlamento.

Através de políticas compensatórias e postura aparentemente conciliatória, Leite prepara terreno e discurso para disputar a eleição presidencial de 2026 como uma espécie de Terceira Via (inviabilizada em 2018 e 2022) e deve fortalecer sua ação institucional e midiática como meios para alcançar projeção e liderança nacional.

O repetido fracasso eleitoral da Esquerda na disputa do Governo do RS deve ser analisado e servir para uma autocrítica. A sequência de três governos neoliberais têm duras consequências para os trabalhadores, o serviço público e o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul e exige pensar nossas tarefas, tamanho e responsabilidade para viabilizar o êxito de Lula como indicador e contraponto a Eduardo Leite.

O Cpers tem as condições e compromisso para ser um ponto de referência e articulação na luta geral que envolve múltiplos atores e causas, a começar pelos próprios educadores e a Educação.

Denunciar, enfrentar e, principalmente, propor alternativas a cada iniciativa do Governo Leite é resistência ativa, construção coletiva e força de pressão. A Educação é item estratégico na disputa de projetos e concepção de sociedade e continuará a ser foco de tensão e conflito pelo próximo período, entretanto a união dos diferentes segmentos do funcionalismo público

e uma relação mais estreita e orgânica com os movimentos sociais e a sociedade serão fundamentais para apontar caminhos e rumos que permitam um ciclo democrático e popular a governar o Rio Grande do Sul.

SINDICAL

A unidade da classe passa pela capacidade de organização coletiva em centrais sindicais. A realidade atual do sindicalismo comporta diversas vertentes e estruturas distintas em perfil ideológico e político. A CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - se apresenta e se distingue por seu conteúdo classista, democrático, plural e de luta. Em 15 anos de existência sempre esteve presente nas jornadas decisivas dos trabalhadores, seja na construção das conquistas durante os Governos Lula e Dilma, na resistência ao golpe e ao fascismo, na disputa das eleições e na tarefa de reconstrução nacional tendo Lula, a Frente Ampla e o ativismo incessante como tática e estratégia.

Enfrentamos dilemas teóricos e ideológicos e problemas políticos concretos na organização, politização e mobilização da classe. A Reforma Trabalhista regressiva de Temer, num quadro de crise econômica e desemprego, trouxe inúmeros prejuízos e dificuldades para o sindicalismo. O fim do imposto sindical, tema antes controverso no meio dos trabalhadores, foi pá de cal para muitas entidades e hoje é revisto, havendo consenso sobre a necessidade legal de fontes e formas de financiamento das lutas das estruturas do movimento.

A unicidade sindical, alvo do Governo Bolsonaro, foi assegurada com muita resistência e luta, impedindo a pulverização provocada pelo pluralismo sindical e modelos que invocavam mesmo o sindicalismo por empresa, destrutível à organização e solidariedade de classe.

O primado do negociado sobre o legislado, a redução/extinção dos órgãos responsáveis pela regulamentação e fiscalização do trabalho, a terceirização generalizada e indiscriminada, o incentivo ao empreendedorismo individual como saída para a ausência de políticas públicas, a precarização do trabalho com o subemprego, a informalidade e mesmo situações de trabalho análogo à escravidão, estão entre as questões a serem resolvidas com urgência e a oportunidade histórica e política atual deve ser aproveitada e maximizada, sob pena de novos retrocessos e derrotas.

Cabe, portanto, incorporar a Pauta da Classe Trabalhadora como fator vertical de retomada das nossas lutas. As revogações da Emenda Constitucional 95 e das Reformas Trabalhista e Previdenciária estão na ordem do dia. Em especial é preciso tratar da Negociação Coletiva no Serviço Público, do Direito de Greve, do combate às práticas antissindicais e do assédio moral e de políticas de geração de emprego e valorização do trabalho, pontos que unem vasta gama de entidades e movimentos e faz parte da tarefa de reconstrução nacional.

EDUCACIONAL

O temário educacional comporta e relaciona as esferas federal e estadual. Com a vitória de Lula e de um programa democrático firma-se a necessidade dos sindicatos fazerem a luta para manter e aperfeiçoar aquilo que resistiu ao Golpe e ao Bolsonarismo, recuperar aquilo que foi demolido pelas políticas neoliberais e negacionistas e apresentar um conjunto de ações e medidas para avançar nos direitos dos trabalhadores em educação, educandos e sociedade.

Ponto nevrálgico para qualquer debate é garantir financiamento e investimentos à altura das necessidades da Educação. A dívida histórica do Estado com a população sempre teve nesse item um gargalo que virou garrote com a aprovação da PEC da Morte, responsável pelo estrangulamento dos recursos para as escolas e consequente sucateamento das infraestruturas escolares.

A luta pelo Piso do Magistério, que completa 15 anos em 2023, envolve múltiplos fatores, a começar pelo fato de que se trata de política de valorização salarial e profissional, devendo incidir sobre as carreiras e manter sua vinculação com o Custo Aluno Qualidade para a devida atualização.

Ademais, sendo os Funcionários de Escola considerados Profissionais da Educação, cumpre estabelecer a respectiva profissionalização e um Piso Salarial, bem como vedar a prática precária das terceirizações e realizar a exigência constitucional para preenchimento de cargos e

vagas.

Em termos estruturantes da Educação Básica, a questão principal recai sobre o Novo Ensino Médio. Além das questões de recursos financeiros para dotar as escolas de condições físicas e materiais, omitidas no processo, é preciso reafirmar que o modelo não passa de uma fraude educacional, pedagógica e trabalhista. As recentes portarias emitidas pelo MEC, se não atendem ao clamor da revogação, abrem espaço para denunciar, questionar e construir um formato e conteúdo que zele pela unidade teórica e prática (propedêutica e politécnica), garantindo a formação para o exercício da democracia e cidadania concomitante à voltada ao mundo do trabalho e avançando para a Educação Integral e profissionalizante.

Também é necessário assinalar que o Novo Ensino Médio ataca o trabalho e o emprego dos educadores, seja através do instituto do notório saber - desprofissionalização escancarada - ou da introdução massiva de plataformas digitais adquiridas dos mercadores do ensino, numa situação inaceitável a quem dedicou anos de vida para o estudo e trabalho pedagógico e educacional.

Numa outra margem, consoante às ideologias neoliberal e negacionista, entulhos como a Escola Cívico-Militar, o Homeschooling, a Escola Sem Partido e a "ideologia de gênero" merecem nosso veemente repúdio e recusa, devendo ser coibidos inclusive legalmente, mas principalmente pelo método próprio de quem faz educação: construção de projetos políticos pedagógicos amplos, democráticos, humanistas, críticos e capazes de dar sentido à escola na vida de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Itens como transporte e alimentação escolar, inclusão digital, educação especial, escolas quilombolas, indígenas, do e no campo não podem ser secundarizados e esquecidos, pois constituem-se em aspectos vitais para que a Educação sirva e cubra as diversas demandas vindas do povo, exigindo a combinação de políticas específicas para contemplá-las a contento.

Por fim, mas não menos importante, aparece com traços preocupantes e trágicos o problema da segurança nas escolas, assunto que deve ser tratado com abordagem responsável e inteligente, não devendo ficar limitado ao uso de equipamentos de vigilância, controle e forças policiais. É preciso valorizar a pedagogia enquanto instrumento eficaz para solução de conflitos através de ações antibullying, cultura de paz, tolerância, não-violência e antirracista, antisexista e antihomofóbica.

Em âmbito estadual enfrentamos o arrocho salarial e o autoritarismo como constantes. Desde a aprovação da tripla reforma administrativa (Previdência, Estatuto do Servidor e Plano de Carreira do Magistério) a situação aponta para uma degradação das condições de trabalho, salário, saúde, aposentadoria e ensino-aprendizagem.

Para os professores, a manipulação do Piso repercute na perda da integralidade do índice de atualização da tabela e exclusão da maioria quanto aos ganhos reais; aos aposentados - que tiveram sua carreira modificada mesmo após terem encerrado suas atividades laborais - o fato se agrava com a cobrança previdenciária extra; aos funcionários é reservada a política mais dura, cruel e injusta: praticamente oito anos sem nenhum reajuste, terceirizações indiscriminadas e sobrecarga de trabalho. O endividamento dos educadores obriga muitos a permanecer trabalhando para poder arcar com empréstimos, vivendo antes do crédito bancário do que do salário, numa situação que embra a escravidão por dívidas.

Também é notório a intensificação e extensão da jornada de trabalho, especialmente com a introdução massiva e maciça das tecnologias digitais durante e pós pandemia. A burocratização eletrônica e a multiplicidade de tarefas tem levado ao esgotamento e adoecimento físico e mental dos profissionais da educação, com implicações sérias como o burnout, transtornos psiquícos e LER/DORT, além dos óbvios impactos em absenteísmo presentismo.

Algumas iniciativas do Governo Leite e da SEDUC merecem crítica e contestação e poderiam facilmente ser contornadas não fosse a concepção política neoliberal que os guia. A presença das fundações empresariais no esboço e realização do projeto educacional rio-grandense é um exemplo. Também a formação pedagógica feita por intermédio de institutos e ONGs se enquadra nesse quesito e confirma a intenção

privatista e privatizante para a educação.

Outro tema é o da progressiva municipalização do ensino fundamental. O próprio concurso público - finalmente editado após mais de dois anos de espera - excluiu Pedagogia e as Séries Iniciais, numa inequívoca sinalização de que o projeto segue adiante, representando desemprego estrutural para milhares de educadores caso seja levado a termo.

O uso das verbas do FUNDEB é centro de polêmica e disputa. O Governo Leite tratou de esvaziar o Conselho do FUNDEB e há contestação quanto à destinação de gastos e recursos. Transparência e democracia são essenciais para que o interesse público não fique à mercê de leviandades ou mal feitos.

Crescem os casos de assédio moral no ambiente escolar e a prerrogativa da mantenedora quanto ao local de efetivo exercício de professores e funcionários têm gerado situações que tendem à perseguição e ao prejuízo do trabalhador/a, especialmente na questão da distribuição da carga horária e exigência de se assumir 40h para manutenção de contrato temporário.

Não sem importância é a condição física e estrutural das escolas estaduais gaúchas. Em inúmeras visitações constatou-se a precariedade das instalações, inclusive com risco à saúde e segurança dos profissionais e educandos. Problemas na rede elétrica e hidráulica, infiltração de água, espaços interditados e riscos de desabamento são recorrentes e não têm sido tratados com a devida agilidade.

Tudo isso impacta na vida dos trabalhadores e trabalhadoras em educação e produz consequências nefastas para a Educação como um todo. As políticas nacionais, uma nova correlação de forças na Assembleia Legislativa e a forte mobilização e luta dos educadores com suas críticas e propostas potencialmente podem mudar o quadro atual. Perseverar na organização unitária e solidária do Cpers, articulada com outros movimentos e entidades, é medida necessária para enfrentar a concepção neoliberal que hoje predomina no campo educacional e resulta em empobrecimento pedagógico, precarização das condições de trabalho e sucateamento das estruturas públicas.

BALANÇO

Qualquer proposta de balanço justa e honesta deve ter como fio condutor o quadro conjuntural, a correlação de forças e a visão retrospectiva e perspectiva do cenário e dos desafios. Modo geral, mais do que avaliar Situação e Oposição ou Governos, importa pensar o sentido e o acúmulo do movimento e sua capacidade de realizar seus objetivos táticos e estratégicos.

Desse modo, o cômputo geral aponta para uma exemplar resistência e mobilização da categoria dos trabalhadores e trabalhadoras em educação naquele que foi o pior cenário da história política nacional e estadual desde o fim da ditadura militar. Numa luta de classes onde a extrema-direita assumiu a condução do processo político, escorada nas suas ideologias e aliada ao neoliberalismo radicalizado.

Mais do que o combate corporativo, prevaleceu a visão classista e de abrangência social mais ampla. As Caravanas da Educação puderam dialogar com a categoria, com as mídias, com a sociedade e o mundo político e institucional, pontuando desde campanhas salariais, luta contra as reformas (Administrativa e do Ensino Médio), denúncia das mentiras e maldades do Governo Leite até o Fora Bolsonaro e disputa eleitoral para a Presidência, Governo do Estado e Parlamentos.

O enfrentamento à pandemia, em que pese o negacionismo do governo genocida de Bolsonaro e a dubiedade de Eduardo Leite, foi ponto importante da luta política e educacional, seja na manutenção do fechamento das escolas em favor da vida e na crítica e denúncia acerca do sobretrabalho imposto autoritariamente aos educadores, dos gastos efetuados para dar suporte ao trabalho remoto e do adoecimento físico e mental de professores, funcionários e equipes diretivas.

Destacar também a participação de Aposentados e Funcionários nos Encontros Regionais e Estadual dos respectivos segmentos, atividades que serviram não só para reunir os educadores e educadoras após a pandemia, mas retomar a organização e mobilização para a luta sindical, defesa dos direitos e resistência/oposição ao Bolsonarismo e Leite.

Nossas campanhas salariais foram só frustradas pela intransigência do Governo Leite que insistiu na política de fazer caixa com o confisco das aposentadorias, manipulação do

Piso e arrocho do salário dos funcionários. Do ponto de vista social, especialmente na última jornada de lutas, ficou patente o desgaste governamental ao negar aos funcionários de escola e aposentados a dignidade salarial e burlar novamente a integridade da Lei do Piso assegurada constitucionalmente.

Também importante salientar a participação do Cpers na campanha Fora Bolsonaro e a corajosa decisão de lançar apoio às candidaturas progressistas, do campo democrático e popular, e em segundo turno a chapa Lula/Alckmin para derrotar o fascismo.

A Comunicação Sindical foi aperfeiçoada e a capilaridade do trabalho na internet e redes sociais colocaram o Cpers-Sindicato como referência de imprensa, sendo fonte importante para realizar o trabalho de conscientização e mobilização da categoria e fazer o contraponto às mídias oficiais, às fake news e ao discurso hegemônico da grande imprensa conservadora.

No campo da ação junto à Frente de Servidores Públicos, Centrais Sindicais, Movimentos Sociais e CNTE, inegável reconhecer o trabalho de construção unitária, conjunta, coletiva e solidária na tarefa de resistência e luta ao fascismo, ao neoliberalismo e às políticas de sucateamento e destruição das políticas públicas, sociais e de desenvolvimento. Nesse interim, destaque especial à participação na Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) e a contribuição teórica e ideológica na confecção dos documentos que resultaram na Carta de Natal.

O novo quadro nacional, ainda que pese o hibridismo, heterogeneidade e disputa no centro do Governo Lula, indica a necessidade de maior unidade e diálogo interno e mobilização com o conjunto da classe trabalhadora. Também aponta para a continuidade de um Cpers cada vez mais unido e forte no enfrentamento ao projeto de privatizações, sucateamento, retrocessos e arrocho em curso no Rio Grande do Sul.

PLANO DE LUTAS

1. Defesa do Socialismo como alternativa à barbárie capitalista de dominação, exploração e opressão dos trabalhadores, povos e nações;
2. Pela unidade antiimperialista, democrática e soberana dos países latino-americanos;
3. Defesa do Estado Democrático de Direito, do Bem Estar Social e Desenvolvimentista e Soberano para superar a crise causada pelos golpistas e fascistas;
4. Nenhuma Anistia aos Golpistas de 8 de janeiro - investigação rigorosa dos fatos, envolvidos e financiadores;
5. Revogação da Emenda Constitucional 95 e das Contrarreformas (Previdência, Trabalhista, Ensino Médio e Terceirizações) e garantia da negociação coletiva de trabalho no serviço público;
6. Pelo fim da autonomia do Banco Central, redução da taxa de juros, retomada do desenvolvimento econômico e recuperação dos direitos sociais e políticas públicas e estatais;
7. 10% do PIB para a Educação e financiamento público para a educação pública;
8. Defesa da integridade da Lei do Piso e sua aplicação nas carreiras do Magistério;
9. Por uma Nova Lei do Ensino Médio;
10. Profissionalização, Piso e Carreira para os Funcionários da Educação;
11. Fim do confisco das aposentadorias e garantia da Previdência Pública e do IPE Previdência;
12. Fim das Escolas Cívico-Militares e do Homeschooling;
13. Combate ao fascismo educacional representado pela Escola Sem Partido e Ideologia de Gênero;
14. Apoiar a proposta da CNTE para substituir o IDEB pelo SINAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica;
15. Construir democraticamente um novo Plano Nacional de Educação e estabelecer um Sistema Nacional Articulado de Educação inspirado no modelo do SUS;
16. Garantir e fortalecer o FUNDEB;
17. Regulamentar o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no âmbito da Educação Pública, garantindo acesso a equipamentos e redes, formação adequada e definição da carga horária
18. Estabelecer políticas de segurança nas escolas que combinem a ação preventiva com a abordagem pedagógica que promova uma cultura de paz, tolerância, não-violência, respeito à diversidade e a educação antima-

chista, antirracista e antihomofóbica;

19. Defesa da Educação Integral, propedêutica e politécnica;
20. Luta pelo IPE Saúde de qualidade para todos os beneficiários;
21. Fim da tutela das fundações empresariais sobre a gestão escolar e concepção político-pedagógica das redes de ensino.

ASSINAM A TESE:

Alex Saratt - Direção Central
Leonardo Preto Echevarria - Direção Central
Solange Carvalho - 1º Nucleo
Dina Marilu - 4º Nucleo
Jucemar Gonçalves da Costa - 4º Nucleo
Magda Schmidt - 15º Nucleo
Lilian Bernardon - 15º Nucleo
Márcio Djalmo - 13º Nucleo
Fabio Dullius - Conselho Estadual de Alimentação
Paulo Batista - 14º Nucleo
Fernanda Nomberg - 32º Nucleo
Marisa Barth - 32º Nucleo
Fernando Rosário - 24º Nucleo
Gabriela Viana - 10º Nucleo
Joice Eslabão - 6º Nucleo
Arnildo Moscato - 31º Nucleo
Fábio Freitas - 2º Nucleo
Lúcio Ramos - 2º Nucleo
Dartagnan Agostini - 2º Nucleo
Rafael Kapron - 2º Nucleo
Maria Py Dutra - 2º Nucleo
Adriana Schiefelbein - 2º Nucleo
Marcelo Noriega - 23º Nucleo
Carla Simone Blaskowski - 42º Nucleo
Munir Lauer - 7º Nucleo
Evanda Amaral - 11º Nucleo

TESE 18

CPERS DE LUTA PARA TEMPOS DE GUERRA

ENGANAM-SE OS QUE ACHAM QUE A EXTREMA DIREITA ESTÁ SENDO DERROTADA.

A guerra travada entre Rússia e Ucrânia/OTAN tem, também, o aspecto do enfrentamento contra o fascismo organizado em território ucraniano. Várias células fascistas organizadas com apoio do governo Zelenski já foram eliminadas, porém, com a ajuda da OTAN comandada pelos Estados Unidos, a zona de guerra continua ativa porque para os norte-americanos é importante, política e economicamente, que este conflito se estenda por muito mais tempo.

O mundo unipolar que conhecemos nos últimos dois séculos começa a tomar novos contornos. A aliança entre Rússia e China acena para uma construção multipolar e respeito à autodeterminação dos povos. Na economia mundial, com o ingresso do Brasil, África do Sul e Índia, juntamente com China e Rússia, forma-se um bloco econômico muito forte e coeso. O Imperialismo norteamericano certamente não vai ficar esperando sentado. O fomento à guerra na Ucrânia e as tensões criadas pelos ianques ao norte do mar Meridional da China certamente são respostas ao crescimento econômico e político do BRICS. Para a potência americana ver outros países não se submetendo à sua política econômica é motivo de preocupação visto que sua supremacia foi construída baseada em exploração, ameaça e dominação dos países ao redor do mundo.

Neste cenário complexo, entra o Brasil. As eleições de outubro de 2022 mudaram consideravelmente a política internacional desempenhada pelo país. Se durante o golpe de 2016 e posteriormente com o governo Bolsonaro ocupamos um destaque de mero coadjuvante e sem influência no mundo, com a eleição de Lula esse quadro mudou significativamente. Antes mesmo de tomar posse em 1º de janeiro de 2023, Lula já se reunia com lideranças mundiais com expressividade que lhe é característica. O Brasil retoma seu papel de líder mundial e restabelece relações políticas e econômicas com o novo bloco em ascensão.

Internamente a eleição de Lula também modifica a política e a economia que vinha sendo implementada pós golpe e aprofundada nos anos seguintes. Se de um lado tínhamos o negacionismo, a guerra contra o servidor público, e a exploração das relações trabalhistas inclusive com o crescimento dos postos de trabalhos análogos a escravidão, entrega da soberania, destruição ambiental, extinção dos territórios indígenas e do seu povo... enfim, uma extensiva lista de ataques à classe trabalhadora através da precarização do trabalho, do aumento da fome e da submissão total aos Estados Unidos, do outro lado, temos a promessa de um novo governo de coalizão entre classe trabalhadora e burguesia nacional.

Este novo governo formado pela esquerda, centro e direita (de difícil complexidade) tem a bandeira da vitória da democracia. Nestes limites vem propor acabar com a fome, restabelecer as relações trabalhistas, o respeito aos direitos humanos e reconstruir a soberania nacional. Lula aponta para a necessidade de o governo realizar um grande diálogo com a população. Segundo ele, o Brasil não superará suas desigualdades se não tiver a participação popular na reconstrução do país.

Mas para que seja vitoriosa esta aliança o país terá de enfrentar a extrema direita nacional que se articulou muito bem durante o governo do fascista Bolsonaro. Não é exclusividade da Europa o crescimento do fascismo. Na América como um todo e no Brasil temos um avanço das organizações de extrema direita que financiam as células fascistas. O dia 8 de janeiro foi a maior expressão desta nova corrente organizada. Por não encontrar respaldo na mídia e no meio da burguesia nacionalista, não conseguiu implementar o golpe de estado planejado para este dia. Ficou somente um rastro de destruição patrimonial e cultural que não deve ser esquecido nenhum dia para que não baixemos a guarda contra os fascistas que só serão derrotados nas ruas.

O rastro de horrores deixado pelo governo de extrema direita marcou profundamente nossa frágil democracia burguesa. Aumento dos índices de violência doméstica, contra negros, população LGBTQIAPN+, população indígena, feminicídios entre outras minorias identitárias que sofreram revés em suas conquistas. Criar políticas públicas que fortaleçam essas comunidades com a participação destas no processo é de fundamental importância para estabelecer com respeito a igualdade entre todes.

E foi pensando no diálogo que o governo Lula reuniu os governadores dos estados brasileiros no dia 27 de janeiro para reatar/restabelecer o pacto federativo e as relações entre União e os governadores.

Eduardo Leite esteve presente e mais uma vez defendeu a necessidade da reforma administrativa, instrumento de profunda modificação dos ataques aos direitos trabalhistas dos servidores públicos. Leite continua inimigo dos servidores públicos e da educação.

Eleito para um segundo mandato numa conjuntura em que o colocou frente a frente com o fascista do Onix Lorenzoni, buscou o apoio do campo progressista para ser vitorioso. Leite foi rejeitado em primeiro turno, ficando à frente do candidato do Partido dos Trabalhadores, Edegar Pretto, com pouco mais de 2,5 mil votos. No entanto, em segundo turno, para evitar a vitória da extrema direita, a esquerda e o campo progressista votaram para eleger Eduardo Leite.

Mesmo tendo esse apoio para o sucesso nas urnas, Leite segue ininterrupto seu projeto neo-liberal. Privatização da Corsan, sucateamento dos serviços públicos, arrocho salarial dos servidores e privatização da educação pública. Maldades que ainda ficaram de fora do seu primeiro governo. Com menor apoio na assembleia legislativa Leite enfrenta alguns embates, isso não quer dizer que não tenha maioria quando o assunto é arrocho salarial principalmente dos profissionais da educação estadual. Estamos vendo agora no reajuste do piso que o governo propôs abaixo do índice nacional de 14,95% de recomposição salarial definido pelo MEC, não pagará aos funcionários/as da educação, nem aos aposentados/as sem paridade e com requintes de crueldade àqueles/as que ainda tem parcela redutível pagarão seu próprio reajuste. Com apoio da base governista, incluindo o PDT que agora faz parte do governo, o projeto de 9,4595% foi aprovado somente para os professores, no entanto, nem todos receberão este ídice devido ainda terem em seus contracheques montantes da parcela irredutível a qual será incorporada ao salário.

Segundo o Dieese, apenas 20% dos professores inativos receberam 9,45%. Aproximadamente, 30% dos professores aposentados não receberam nenhum centavo de reposição, pois em seus contracheques ainda restavam montante superior ao reajuste na parcela irredutível. Da mesma forma os mais de 50 mil funcionários de escola ficaram com reajuste zero pois segundo o governo eles não fazem parte da educação.

Leite não modificará sua política, cabe a nós, organizados, tomarmos às ruas para derrotar sua política neoliberal.

CONJUNTURA EDUCACIONAL - DISPUTA NA DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, DEMOCRÁTICA, LAICA E DE QUALIDADE SOCIAL

> **"É preciso ter esperança. Mas tem de ser esperança do verbo esperançar. [...] esperançar é ir atrás, é ser capaz de recusar aquilo que apodrece a nossa capacidade de integridade e a nossa fé ativa nas obras. Esperança é a capacidade de olhar e reagir àquilo que parece não ter saída. Por isso, é muito diferente de esperar. Temos mesmo é de de esperançar."**
>
> Paulo Freire

O Brasil carrega um legado histórico marcado pelo processo de exclusão de grande parte dos estudantes do acesso e permanência à Educação pública, gratuita e de qualidade social; pela ausência de uma política de financiamento que trate a Educação como investimento e não como gasto. A universalização da Educação como direito social e constitucional está longe de se tornar uma realidade. A luta travada pelos/as Trabalhadores/as em Educação no Brasil e no Rio Grande do Sul sempre teve como centralidade a defesa do direito à educação e a valorização dos/as educadores/as, exigindo do

Estado o cumprimento de sua responsabilidade constitucional pelo financiamento público garantidor das condições adequadas de acesso, permanência e aprendizagem para todos/as.

As medidas adotadas pelos governos Lula e Dilma foram importantes e necessárias. Entretanto, a ausência de Políticas Estruturantes que dessem conta de superar os graves problemas da Educação Pública brasileira seguiram: a política adotada pelo MEC de atrelamento ao modelo mercadológico e privatista capitaneada pelos TODOS PELA EDUCAÇÃO; a manutenção de Projetos de Avaliação, como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e a criação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que estão a serviço dos interesses do Banco Mundial e atendem ao projeto neoliberal, de fortalecimento do individualismo e do ranqueamento entre as unidades escolares; a disputa dos recursos públicos para as entidades privadas e a concepção do currículo pautado em pacotes pedagógicos que são uma afronta a autonomia docente.

O golpe de 2016 afastou a presidenta Dilma Rousseff da Presidência da República.Uma das medidas imediatas do governo golpista de Michel Temer foi a Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos públicos no período de 20 anos. Os efeitos na Educação foram devastadores, pois gerou perdas de recursos financeiros, a exemplo da redução de receitas para despesas correntes das universidades em quase R$4 bilhões. Na Educação Básica, os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sofreram redução de R$25 bilhões.

A Contra Reforma do Ensino Médio, via MP pelo governo golpista Temer e regulamentada por Lei pelo governo ultra neoliberal de Bolsonaro, representa o desmonte da Educação Básica e caracteriza-se por um modelo de Educação a serviço dos interesses do mercado. Impõe disciplinas obrigatórias nos três anos, apenas os componentes curriculares de Matemática e Português e os demais a serem ofertados de forma esporádica dentro dos tais "Itinerários Formativos", limita consideravelmente a oferta de Sociologia, Filosofia, História, Geografia, Educação Física, Artes e Língua Espanhola, componentes esses, indispensáveis à formação crítica e integral dos estudantes. Com o objetivo de formar jovens "colaboradores resilientes",dificulta o acesso dos jovens às universidades, criando um fosso ainda maior entre os filhos da classe trabalhadora e da elite; destrói a profissão docente ao criar a figura do "Notório Saber". Portanto, afeta a formação dos estudantes e o trabalho docente, em face da precarização e aumento da jornada de trabalho, transforma educadoras/es em mão de obra aproveitável de acordo com a necessidade de quem define as matrizes curriculares, passando a utilizar os docentes para ministrar componentes que nada tem a ver com a sua formação profissional.

Na seara da destruição da educação pública, outra modalidade de ensino que vem sendo desmontada é a Educação de Jovens Adultos (EJA) via fechamento de turmas e do ensino no turno noturno. A consequência é a negação do direito a jovens, adultos e idosos que não conseguiram concluir sua formação na chamada "idade certa". Neste cenário de desmonte, percebe-se o interesse das fundações empresariais na EJA à distância, o que determinará a precarização definitiva dessa modalidade de ensino.

Outros aspectos de extrema gravidade durante esse período foram a militarização das escolas públicas, a Escola sem Partido e o homeschooling (ensino domiciliar). Tais medidas afetam a concepção de educação emancipatória voltada para a formação integral da criança e do adolescente. Esses modelos de Educação ferem a Gestão Democrática que tem como princípio balizador inclusão e a ampla participação na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades escolares, além excluir estudantes negros, indígenas, LGBTQIA+, quilombolas.

Dentro desse cenário de total desmonte, vivemos ainda uma crise sanitária que levou ao fechamento das escolas e nos obrigou a ministrar aulas de casa, sem que fossem garantidas as mínimas condições tanto para os educadores/as como para os/as estudantes. Durante o período, mais de 20 milhões de crianças e adolescentes não tiveram acesso a nenhum tipo de conteúdo pedagógico por falta de equipamentos e de acesso à internet. Sendo altíssima a evasão escolar, as lacunas na aprendizagem, bem como a sobrecarga de trabalho docente.

Em meio aos graves retrocessos no financiamento da Educação, a aprovação do

FUNDEB Permanente, através da Emenda Constitucional 108 representou importante vitória das forças populares em favor da educação pública. O novo FUNDEB aumentou a complementação da União de 10% para o mínimo de 23 %; criou mecanismos de redistribuição direta aos municípios e aos Estados; instituiu o CAQ (Custo Aluno Qualidade). Todavia, é necessário continuar vigilante, já que a destinação dos recursos públicos para o setor privado continua em disputa mediante processo de privatização e desmonte da educação pública. Exemplo disso é a Lei 14.276 de 27/12/2021 que permite repasses de recursos do FUNDEB a instituições do chamado Sistema S, mediante celebração de convênios e parcerias com os estados.

Nesse processo de ataques e de implementação de projetos ultra neoliberais na Educação, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva com a ampla participação dos setores populares, da classe trabalhadora, dos movimentos sociais representa importante conquista. No entanto, o governo Lula, por si só, não dará conta de todas as medidas necessárias e algumas de caráter urgente e definitivo que precisam ser tomadas para a reconstrução do Brasil e para a Educação. Para que as mudanças aconteçam é necessário que o povo ocupe as ruas para defender um novo projeto de Brasil e de Educação.

Essas mudanças, especificamente no campo da Educação, passam essencialmente pelo Projeto de Educação que será implementado pelo MEC. Por essa razão, temos a clareza que a escolha do petista Camilo Santana, ex-governador do Ceará e senador eleito para a pasta, não atende as expectativas dos que defendem, assim como nós, um projeto de Educação que esteja pautado na formação da juventude de forma integral e na perspectiva da emancipação humana, que como dizia Paulo Freire: Seja capaz de ler o mundo. A política de Educação do ministro Camilo está estritamente focada na avaliação meritocrática de desempenho escolar através dos resultados alcançados nas avaliações externas pautadas na punição ou no modelo privatista e mercadológico.

Dentro da composição do MEC merece destaque o retorno da SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão que terá como desafio resgatar e priorizar as pautas da Diversidade e Inclusão através de programas e políticas da Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação em Direitos Humanos.

Diante desse cenário teremos enormes desafios para disputar no governo a implementação de uma concepção educacional que rompa definitivamente com a interferência das empresas privadas na disputa do financiamento público e do projeto de Educação que defendemos. Para isso será necessária ampla mobilização dos movimentos populares, sociais e sindicais na construção das bases do novo Plano Nacional de Educação para o próximo decênio.

GOVERNO EDUARDO LEITE: UM PROJETO ALINHADO AO MERCADO

O segundo mandato do Governo Leite segue a estratégia de destruição da Escola Pública e da adoção de modelos de privatização da Educação. Essa política dirigida por Raquel Teixeira é uma afronta à Escola Pública pois nega o direito à educação pública de qualidade e massacra Trabalhadores/as em Educação seja pela desvalorização salarial, e de ataque às carreiras, seja pela precarização nas relações e falta de condições de trabalho.

Neste cenário, prosseguem os ataques à gestão democrática nas escolas, em especial no que tange à autonomia pedagógica. É preciso defendê-la ferrenhamente, tendo em vista a sustentação na construção do projeto político pedagógico de cada comunidade escolar, conforme previsto na LDBEN, no PNE, Plano Estadual de Educação - PEE e na Lei de Gestão Democrática. Está em disputa a construção de uma escola democrática que ensina a pensar e aquela que cumpre ordens oriundas dos órgãos burocráticos do Estado, que neste momento atende aos interesses das parcerias privadas.

As formações dirigidas pela SEDUC a educadores/as obrigados de "participar" corrobora na destruição da autonomia das escolas e vai entranhando na rede, os ditames de uma educação mercadológica, seja com pagamento de "bolsas" a uma categoria empobrecida, seja pela distribuição de pacotes de formação na lógica do

empreendedorismo e da meritocracia.

A situação dramática da educação pública gaúcha decorre da política de "otimização" dos recursos financeiros da educação, via redução de recursos humanos, fechamento de turmas e de espaços estratégicos, como bibliotecas, laboratórios de ciências e informática, coordenações pedagógicas. A lógica da diminuição do tamanho do estado norteia a política educacional do Governo Leite.

Cresce o número de escolas em processo de cessação de atividades e com promessa de fechamento tanto no campo como na cidade. Ao par disso está em curso a municipalização do Ensino Fundamental, antes silenciosa e agora explicitada nas falas da secretária da educação, sem consulta à população e sem garantir as condições adequadas para o acesso à educação em todo o território gaúcho.

A parceria do governo com a Fundação Lemann e outros sujeitos do setor privado da educação na capacitação docente revela a articulação do governo com o setor empresarial e sedimenta a execução de um projeto educacional a serviço do mercado. Literalmente, o empresariado está dentro das escolas. Está na mira de Leite e Raquelrepassar a gestão da educação à iniciativa privada e uma formação que divide a categoria e que tende a ser menos qualificada.

O RS tem sido laboratório na privatização da educação pública, a exemplo da implementação do NEM. Nesse modelo, as escolas públicas serão o espaço de materialização dessa política, onde o Estado investe na infraestrutura e manutenção das mesmas e a iniciativa privada entra com a metodologia, o conteúdo e a gestão dos recursos humanos, nem sempre exigindo dos mesmos a habilitação específica para o exercício docente (figura do notório saber), serão selecionados e contratados de forma precária, com baixa remuneração, conforme as novas regras da reforma trabalhista.

Estamos vivenciando um processo de falência da Escola Pública e nenhum projeto de valorização de professores/as e funcionários/as de escolas. Estão em desalento, desmotivados e adoecidos, pois amargam arrocho salarial, o ataque e destruição da carreira,a ausência de concurso público e trato desumano, dadas as condições de trabalho e a falta de recursos humanos. Uma situação que impõe aos/às trabalhadores/as em educação a necessidade de resistir e enfrentar esse projeto, afirmando a defesa de uma educação pública, democrática, laica e de qualidade social.

BALANÇO DA DIREÇÃO

O último embate com o governo demonstrou a falta de capacidade da atual Direção do CPERS Sindicato de aglutinar forças para a luta inclusive para as pautas econômicas que são caras para a categoria que dirá das lutas maiores da classe trabalhadora. Com a insistência em atos por representação, mobilização da vanguarda, estratégias contraproducentes e ineficientes negociatas com o governo, a direção tem acumulado derrotas em cima de derrotas.

No entanto, inversamente do que a Direção tem proclamado, isso não é casuístico, começa bem antes com escolhas equivocadas e métodos condenáveis.

Voltamos um pouco no tempo. Composição da chapa do ano de 2017.

Neste ano a conjuntura era de resistência, acabávamos de ver um golpe sendo executado à luz do dia, tirando da presidência da república a presidenta eleita pelo povo brasileiro, Dilma Rousseff. Tínhamos a clareza de que a conciliação com a elite dominante não é um caminho possível, porém esta não era a posição da maioria dentro do PT que ainda acreditava não ser golpe e a necessidade de unir forças com a elite brasileira e foi este pensamento que prevaleceu na maioria dentro do campo da Direção que para vencer a eleição precisavam aglutinar forças com o movimento oriundos da direita golpista gaúcha em detrimento de afastar forças de esquerda.

Assim, começa uma nova fase sindical de aposta negocial ao invés de um sindicato de resistência e de luta contra a classe burguesa. Isso ficou evidente no X Congresso da entidade realizado em setembro de 2019. Três pontos são trazidos aqui para o debate. O primeiro, foi a resolução proposta pela nossa corrente pelo Fora Bolsonaro. A maioria da Direção defendeu contra esta resolução argumentando que a categoria não entenderia e haveria uma enorme desfiliação na base do sindicato. O segundo, também proposto pela Articulação de Esquerda, foi o Fora Leite,

uma resolução importe naquele momento para desmascarar o governador que entrava com uma imagem de bom moço mas que na verdade era um vilão. Desmascará-lo era necessário para poder travar a luta na sociedade e derrotá-lo. Ao invés disso, uma conversa amigável e tapinhas nas costas era o plano da presidência. O terceiro, foi a resolução que bradava pela liberdade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso político, julgado e condenado na maior farsa jurídica e midiática sendo vítima de lawfare, posição defendida pela CUT e CNTE, que inclusive contou com a presença do presidente da entidade Heleno Araújo que defendeu 'Lula Livre'. Novamente, com os mesmos argumentos, a presidente do CPERS defendeu contrária a resolução que apontava para uma luta importantíssima naquele momento em que Jair Bolsonaro já governava impondo uma agenda de extrema direita ulta-neoliberal e fascista. Falar em Lula Livre era falar em resistência, em luta da classe trabalhadora e em preservar vidas.

Este congresso totalmente despolitizado e defendido pela maioria da Direção foi salvo aos 45 do segundo tempo pela proposição da nossa corrente com a refiliação à Central Única dos Trabalhadores. Defendemos a refiliação como forma de aglutinar as lutas políticas da classe trabalhadora e consequentemente da nossa entidade como um todo. Embora, a contragosto, a Articulação Sindical, corrente da presidenta da entidade, aprovou a resolução. Mesmo aprovando, a presidência, passados quase 4 anos, não encaminhou em nenhum momento a discussão para esta determinação do X Congresso.

Ficava evidente naquele momento e nos momentos subsequentes que a maioria da Direção não queria mais propor a luta de enfrentamento com a classe dominante e sim uma opção mais cômoda e confortável como as de negociações. Essa mudança de postura tem tudo a ver com a opção feita anos antes em incorporar os movimentos de base reformistas e conservadores para dentro da direção do sindicato.

Dessa forma, começam a nascer as grandes derrotas da categoria. A conjuntura não foi favorável, é verdade, porém, o fato de achar que uma direção tem força para negociar com o governo sem ter na retaguarda a força da sua categoria é de uma arrogância política e uma fraqueza estratégica muito grande. Erros como estes são pagos com duras perdas e foi assim que no início de 2020 tomamos o pior golpe da história de luta da nossa categoria. Traindo sua base, pois poucas horas antes a categoria reunida em assembleia votara pela retirada do pacote de maldades do governo, a presidenta do sindicato reuniu-se com a base do governo e deu acordo para a proposta do governo que destruiu o plano de carreira do magistério, aumentou a contribuição previdenciária, obrigou os aposentados/as a contribuirem novamente com a previdência, retirou conquistas de tempo de serviço, abono família e difícil acesso, mudou o salário básico para subsídio, criou parcelas irredutíveis e autônomas que mais tarde se transformariam na pior maldade do governo que ao corrigir o piso fez os próprios trabalhadores financiarem seus reajustes. A categoria estava na praça, com firmeza e afinco para o que fosse necessário, poderia a presidente ter saído da Assembleia Legislativa e ter consultado a categoria. Mas não, preferiu negociar com a bancada do MDB, aí deu no que deu!

Esta foi a gota d'água. Nós da Articulação de Esquerda estávamos fora, não havia mais condições de defender os rumos políticos que tomava a Direção Central do CPERS Sindicato. Neste movimento acabaram se juntando as correntes Socialismo em Construção e Avante/ Escola do Povo. Esse movimento de resistência por dentro da Direção foi importante no período em que fomos acometidos pela pandemia do Corona Vírus.

Foi neste momento que logo no início defendemos posicionamentos contrários aos métodos e meios pedagógicos que a Seduc alçava para o desenvolvimento nas escolas. Nos posicionamos contra a forma que foram encaminhadas as aulas remotas e também o meio pedagógico via plataforma virtual ao qual a grande maioria dos estudantes e inclusive professores não tinham acesso de qualidade. Para a maioria da Direção era preciso esperar para tomar qualquer posicionamento. Assim, a Direção perdeu o time da luta e a Seduc sem qualquer resistência e oposição patrolou e impôs um trabalho exaustivo aos educadores e equipes diretivas e uma metodologia distante da realidade dos estudantes das escolas públicas

do Rio Grande do Sul. A direção se omitiu nesse momento, deveria ter ido pra cima do governo e ter exigido do governo condições dignas de tele-trabalho da categoria. Não fez e quem perdeu foi a categoria.

Ainda no período da pandemia sentíamos a necessidade de reunir o Conselho Geral e isso foi feito somente 6 meses mais tarde o que levou um atraso político e de enfrentamento muito grande contra os mandos e desmandos da Seduc/RS que implementava sua política agressiva de educação à distância.

Fora isso, a direção que deveria ter encaminhado o processo eleitoral no ano 2000 veio realizá-lo no ano seguinte de forma virtual sem podermos ter contato com a base sindical que se encontrava afastada das escolas. Isso tornou o processo eleitoral descaracterizado do que sempre foi com profundos debates e participação ativa dos associados do sindicato. A base deixava de ter protagonismo no debate eleitoral da entidade. Durante o processo eleitoral, fomos todos surpreendidos com a proposta de votação virtual. Devido a direção ter o total controle do cenário de votação virtual nos conselhos, passou uma decisão que deveria ter sido debatida por toda a base sindical em assembleia. Como era o esperado os problemas apareceram e restou muita insegurança e dúvidas na lisura do processo.

A direção reeleita com menos votos no geral que a oposição e com um discurso de que negociar era mais importante que lutar continuou a acumular perdas econômicas e políticas para a categoria. Como econômicas podemos citar: 1. Os reajustes do piso onde os funcionários e aposentados sem paridade ficaram de fora dos dois anos consecutivos 2022 (reajuste de 32,34%) e 2023 (reajuste de 9,4595%); 2. O incremento da parcela de irredutibilidade no subsídio fazendo o próprio trabalhador da ativa ou aposentado financiar seu próprio reajuste. 3. Não conseguiu lutar com eficiência para a reposição do índice nacional do piso de 14,95%. Em todos estes momentos o discurso era o do diálogo à luta.

No campo político, perdemos o debate da rejeição do Novo Ensino Médio. Até o momento o CPERS foi literalmente engolido pela Seduc. Não há ação de mobilização com os educadores e muito menos com a comunidade escolar. O Sindicato se associa às lutas da CNTE e do parlamento gaúcho e nada mais. Também ficou de fora dos debates das privatizações, não construiu com a categoria e comunidade escolar um debate e resistência na venda do patrimônio dos gaúchos. Agora, mais uma vez, perde o time do debate do IPE. Não adianta depois do 'leite derramado querer botar de volta no tarro', a política de destruição do IPE Saúde já se iniciou e terá um custo caríssimo para a categoria. No IPE previdência nem é preciso falar. O governo fez as mudanças sem pestanejar e teve anuência da presidência. Os representantes nos conselhos destas duas autarquias quando falam no conselho geral da entidade é para dar recado do governo, parecem informantes do próprio Leite. E por último trazemos a questão do Conselho de Educação em que as representantes do CPERS até hoje nunca deram algum informe e a substituta da ex conselheira Lúcia Caminni é da base do governo que votou contra os/as profissionais da educação.

Salvo que este Congresso aponte para algumas alternativas, esta direção está fadada ao fracasso político.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Um dos processos históricos de amadurecimento sindical e político dos/as educadores gaúchos foi se reconhecerem como trabalhadores/as e que, na condição de trabalhadores/as e cidadãos/ãs, precisam lutar juntos/a com os outros pares por mudanças sociais. Foi, também, reconhecer que a luta por melhores condições de trabalho e pela defesa da educação pública, laica, gratuita e de qualidade passa por defender e construir a democracia no Brasil.

Nos anos 70, o CPERS fez greves por melhores salários e também se manifestou pela volta da democracia, por eleições diretas para diretores/as de escola e conquistou a Lei de Gestão Democrática à educação estadual, servindo de exemplo para outras redes de educação estaduais e municipais conquistarem mais democracia na gestão da educação pública.

Nosso sindicato sempre fez suas lutas específicas sem esquecer e valorizar as lutas históricasdo povo e da classe trabalhadora, que vão desde a tomada da Bastilha, Revolução Russa, Palmares e a atual luta contra a "Reforma

da Previdência", apenas para citar algumas.

O CPERS filiou-se à CUT na década de noventa após um grande esforço da esquerda da categoria que compreendia a complexidade da luta de classes no país e a necessidade de fortalecer a organização dos/as trabalhadores/as em favor da educação pública de qualidade e de uma sociedade mais igualitária. Na história dos movimentos sociais e da luta de classes do Rio Grande do Sul, a filiação do CPERS a CUT e as relações de parceria e construção política de ambas as entidades, somaram-se também a uma aproximação do nosso sindicato aos demais sindicatos de trabalhadores/as em educação e de outras categorias e aos movimentos sociais do campo e da cidade. Por outro lado, em um período de fragmentação do movimento sindical - caracterizado pela pulverização de Centrais Sindicais - e por questões da disputa interna do próprio CPERS, que forjou-se uma maioria ocasional em assembleia e definiu a desfiliação da CUT.

No IX Congresso do CPERS foi aprovada uma resolução estabelecendo a necessidade de travar a discussão da reorganização do movimento sindical brasileiro. No congresso seguinte outra resolução foi aprovada no sentido de refiliar o sindicato à CUT, ainda mais atual neste momento, após Reforma Trabalhista, fim do imposto sindical, Reforma da Previdência e retomada democrática em 2023.

Passados oito anos da desfiliação da CUT, é possível reconhecer que foi um erro histórico. Em um período de ofensiva e reorganização do neoliberalismo e organização da extrema direita e do fascismo no Brasil, o CPERS com seus mais de 80 mil sócios, principal sindicato do Estado, continua afastado da mais importante central sindical do país, ampliando a divisão na classe trabalhadora, ao passo em que fortaleceu discursos reacionários que levaram ao agravamento e a disseminação de posições contra os movimentos sociais. O discurso contra a CUT fortalece os discursos individualistas e corporativos da classe trabalhadora gaúcha. No que toca à esfera política, a desfiliação serviu apenas para favorecer ao antipetismo e satisfazer o revanchismo político dentro da esquerda. Fragilizar a CUT e a unidade dos trabalhadores neste momento da história somente favoreceu a ofensiva da direita, em especial no RS.

É preciso retomar esse debate, porque para uma estratégia de defesa da educação e dos direitos é preciso articular efetivamente alianças estratégicas e consistentes. É preciso construir e articular, nas diversas regionais da CUT com os núcleos do CPERS, uma estratégia de combate ao neoliberalismo, montando um potente bloco de resistência e de reação aos ataques que sofremos.

Há de se ressaltar a relevância da CNTE nas lutas nacionais, todavia a Confederação não substitui o espaço e nem cumpre com a finalidade da central, que é de organização da classe trabalhadora e não corporativamente.

É importante salientar o protagonismo da CUT nas lutas em defesa da classe trabalhadora bem como as frentes populares Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, na organização da resistência em defesa da democracia, em defesa do estado soberano, laico e democrático e contra a retirada de direitos da classe trabalhadora. A CUT, juntamente com outras centrais esteve nas ruas repudiando o ajuste fiscal de Temer, contra o PL das Terceirizações e a Reforma da Previdência. A CUT é liderança importante na construção da Frente Brasil Popular e dialoga acertadamente com todas as demais centrais sindicais buscando construir a unidade em defesa dos(as) trabalhadores(as), no entanto é evidente que a pulverização em 12 centrais não têm contribuído para uma unidade verdadeira da classe trabalhadora.

A organização das instâncias internas do CPERS, desde a escola, municípios, perpassando pelos núcleos - via participação direta nos debates da política sindical, da formação política e da mobilização - requer ser fortalecida para que nos embates saiamos vitoriosos. Esta organização exige que em cada escola essa realidade se efetive, e por isso, é fundamental fortalecer a participação e a escolha de representantes do CPERS em cada uma das escolas gaúchas. De igual relevância é a qualificação dos Conselhos Regionais e Conselho Geral, de modo que a articulação e os encaminhamentos pensados coletivamente nos fortaleçam no enfrentamento com o governo.

Vivemos um cenário em que não há espaço para vacilação, é imperativa a articulação das organizações sindicais com os movimentos sociais populares, do campo e da cidade, tais como

MST e MNLM, Movimento Estudantil, dentre outros, como possibilidade de fortalecimento das ferramentas e organização da resistência, necessárias para a defesa da vida, da democracia e da justiça social.

REFORMA ESTATUTÁRIA

A centralidade das relações de trabalho na sociedade capitalista sintetiza-se pela exploração da classe trabalhadora, todavia o mundo do trabalho no decorrer histórico modificou e há novas configurações. A ofensiva neoliberal atua também na flexibilização e precarização das relações de trabalho, aumentando a informalidade e criando novas categorias de trabalhadores/as. A despeito de nossa posição contrária às relações de trabalho precarizadas não podemos marginalizar trabalhadores/as que fazem parte da categoria.

Também é preciso compreender que a ampliação e fortalecimento da organização sindical na defesa da escola pública passa pela articulação e envolvimento permanente com bases municipais de trabalhadores/as em educação, superando o isolamento e a fragmentação da estrutura sindical brasileira.

Além disso, existe o desafio de ampliar a participação e potencializar a formação de novos quadros e a renovação dos dirigentes sindicais.

Neste cenário é imperativo o fortalecimento, ampliação e adequação do estatuto do CPERS para que ele siga representando os/as trabalhadores/as em educação. Por isso propomos:

1. A sindicalização de todos/as trabalhadores/as em educação com vínculo direto nas escolas estaduais para que sejam incluídos no quadro de sócios;
2. A ampliação do quadro de associados/as do CPERS para trabalhadores/as em educação de redes municipais da base territorial do CPERS que não tenham organização sindical própria;
3. Mandato dos membros da Diretoria Estadual do CPERS e da Diretoria dos Núcleos seja de três anos, sendo permitida uma reeleição para qualquer cargo. Portanto, propomos a supressão do parágrafo único do Artigo 47, que estende a possibilidade de três mandatos consecutivos;
4. Organização em uma única etapa das eleições para Direção Central, Núcleos, 1/1000, representantes de aposentados/as, representantes de escolas e municípios.

LUTAS ESPECÍFICAS

INTENSIFICAÇÃO DAS LUTAS E PROTAGONISMO DOS AGENTES EDUCACIONAIS DO RS.

A construção da luta dos Agentes Educacionais (Funcionários de Escolas) do Estado do Rio Grande do Sul, necessita ser intensificada haja visto que a cada ano que passa vem se perdendo questões como valorização profissional e salarial que poderá ocorrer em extinção da categoria, sendo que o governo Eduardo Leite não os reconhece como trabalhadores que são parte da Educação.

Nas lutas do CPERS/Sindicato os Agentes Educacionais somam-se em grande parte como protagonistas pela manutenção do Plano de Carreira, bem como a necessidade de retomar alguns pontos que o governo extinguiu, subtraindo e reduzindo os valores recebidos no salário, que possam voltar a fazer parte, inclusive a realização de concurso público e promoções destes profissionais. Faz-se necessário que o CPERS retome e intensifique a luta junto a CNTE pela inclusão dos trabalhadores em Educação no Piso Nacional do Magistério, sendo que o MEC reconhece essa categoria como Trabalhadores em Educação, ou seja através do Pró Funcionário, ou inclusão na Lei do Piso dos Agentes Educacionais.

Há urgentemente a necessidade de reforçar a luta por reajuste salarial da categoria dos Agentes Educacionais, sendo que os salários estão mais de 50% defasado, e o governo não inclui no reajuste do piso, sendo um governo que não reconhece os funcionários de Escolas como trabalhadores da Educação, comparando como do Quadro Geral.

Exigir da Seduc cursos de formação nas áreas específicas para os agentes Educacionais, de modo que ocorra com professores, diretores, inclusive com bolsa como ajuda financeira, cursos que venham melhorar a qualidade dos serviços prestados a comunidade Escolar, bem como a população. Promover cursos de políticas de formação sindical, para fortalecer a luta e conquistar novos sócios para a Entidade.

Necessitamos de uma frente forte de combate às terceirizações nas escolas que crescem, sendo que através dessa política entram pessoas que

não tem qualificação profissional, pois não há uma seleção nem exigências tais, além de realizar estudos em todas as escolas do estado sobre como está a qualidade de vida e saúde do trabalhador em educação, com o resultado exigir do governo auxílio, cuidado e valorização.

Abrir debates nas escolas elaborando uma campanha contra o assédio moral que estes profissionais recebem, muitas vezes entrando em depressão pela pressão colocada por direções e ou chefias diretamente ligadas a estes profissionais.

APOSENTADOS/AS ATIVOS/AS NA LUTA

O projeto neoliberal ataca intensamente a classe trabalhadora com a retirada de direitos conquistados através da luta de todas as categorias. Vivenciamos durante os governos Temer e Bolsonaro o ataque à previdência pública, o congelamento de investimentos nas áreas sociais, prejudicando quem mais precisa e aprofundando as desigualdades sociais.

Essas decisões colocaram em risco os direitos sociais e econômicos básicos de milhões de brasileiros/as, inclusive os direitos à alimentação, à saúde, à educação, ao mesmo tempo em que exacerbam as desigualdades de gênero, geracional, racial e econômica. Tais medidas de austeridade prejudicaram os avanços do período recente. O Brasil obteve significativo progresso no combate à pobreza durante os governos Lula e Dilma, sobretudo como resultado de investimentos públicos em saúde, educação e proteção social. Não por coincidência, a economia prosperou a partir de uma crescente demanda interna.

O governo Bolsonaro colocou a previdência pública como responsável pela dívida tributária brasileira, porém já foi comprovado, através de vários estudos, que são argumentos falsos ou mascarados para atender o grande capital. Com a vitória nas últimas eleições do governo Lula espera-se, através da mobilização dos (as) trabalhadores (as), reverter a perda de direitos instituída pela reforma da previdência.

Na atual conjuntura do RS, o CPERS Sindicato é o grande articulador dos movimentos em defesa da educação e da vida. Os/as aposentados/as são a maioria no quadro de sócios da entidade, portanto essenciais na organização, fortalecimento e execução das mais diversas ações contra o governo Leite que retira nossos direitos com medidas injustas, especialmente o confisco da alíquota previdenciária aos (as) aposentados (as) e o excludente reajuste concedido em 2022 e 2023 que agravou a quebra da isonomia nas carreiras dos profissionais da educação ao escalonar diferentes percentuais de reajuste aos servidores. O governo Leite utiliza uma importante política pública, a Lei do Piso Nacional do Magistério, e a transforma em falso marketing para a sociedade, pois, na prática, o que o governo promove é o desmonte dos planos de carreira dos/as educadores/as, os quais continuam entre os mais desvalorizados do país. Estas políticas rebaixam ainda mais o poder de compra da grande maioria dos/as profissionais da educação, que há tempos se endividam por meio de empréstimos bancários para honrar as contas básicas do mês. Só através da permanente mobilização será possível enfrentar e quebrar barreiras, provocando o governo para o diálogo e negociações, avançando na pauta de reivindicações.

As/os aposentadas/as estão juntos aos ativos/as ao longo da história para exigir reajuste salarial e o cumprimento da lei do piso salarial nacional para o magistério e lutar para inclusão dos/as funcionários/as; defesa do IPE saúde exigindo atendimento total sem cobrança de taxas, defesa dos planos de carreira para professores/as e funcionários/as, dos contratados/as que estão em situação de precariedade, exigindo concurso público.É imperativo que aconteça formação político-pedagógica permanente com ativos/as e aposentados/as através de seminários, encontros, plenárias, congressos. Nossa tarefa é manter-nos na vanguarda, defendendo todos os direitos da categoria conquistados com árduas lutas ao longo da história, incluindo o fim do desconto previdenciário dos (as) aposentados (as) que recebem abaixo do teto do INSS, bem como a luta por novos direitos.

POVO NEGRO: OPRESSÃO E RESISTÊNCIA

A despeito do debate na sociedade e dos movimentos em nível mundial frente às situações de racismo que mata negros/as, especialmente crianças e jovens da periferia, a conjuntura ultraliberal e fascista em curso agudiza ainda mais as desigualdades sociais e o

processo de exclusão e violência sobre grupos historicamente excluídos, dentre eles, o povo negro. Há uma dívida histórica e social com a população negra, que foi relegada à escravidão, num marco de crueldade e desumanidade, por cerca de quatrocentos anos. A abolição, por um lado foi resultante da resistência e luta do povo negro, por outro lado, o processo de substituição da escravidão pela mão de obra assalariada dos imigrantes europeus, deixou como herança um contingente enorme de negros na mais completa miséria. Os negros deixaram as fazendas e seus senhores sem direito algum, excluídos de todo acesso de provimento à vida.

O trabalho análogo à escravidão ainda circunda em muitos espaços. Uma realidade que ilegal e imoral, ainda se perpetua. Estes episódios históricos se refletem hoje na vida de negros/as. Onde está o povo negro na sociedade? A divisão social do trabalho revela que os postos ocupados pelos negros são os menos valorizados e remunerados. As comunidades negras estão situadas em áreas de maior vulnerabilidade social. Os negros trazem as marcas da exclusão em suas vidas, excluídos do direito a trabalho digno, moradia, escola, saúde, justiça, educação. O/a negro/a não tem acesso ao emprego, aos altos cargos. Os dados estatísticos apontam para a situação de violência social e alvo da "autorização para matar", especialmente mulheres e jovens negros.

Na educação não é diferente. Onde estão os negros na educação? Os avanços nas políticas educacionais como direito e da política de cotas raciais contribuem no resgate desta dívida histórica para com o povo negro, avançando e adentrando em espaços relegados aos brancos, numa escola e currículo que ratifica a cultura europeia e portanto, da branquitude. No entanto, a legislação que atenua essas distâncias e garante direitos iguais aos negros, tem que ter políticas específicas, rompendo este ciclo de exclusão e pobreza. É relevante o papel da educação básica para o êxito desta política pública e de qualificar a assistência para os alunos cotistas. Muitas vagas nas universidades não são preenchidas porque nossos jovens nem conseguem concluir o Ensino Médio. Daí a necessidade de uma educação básica de qualidade que esteja na contramão do desastre do NEM.

Todavia, sempre houve e há resistência contra as opressões. O povo negro é protagonista, se rebela e se organiza no enfrentamento do racismo estrutural, do preconceito e da exclusão social. Desde as revoltas e quilombos ao movimento negro atual. O mito da democracia racial precisa ser desbancado. Nós, trabalhadores/as em educação, temos uma grande tarefa neste aspecto. A Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana foi uma grande conquista, mas ainda é necessário combater toda forma de racismo para que, tanto na educação, quanto no acesso ao trabalho e vida digna. Que a presença do negro no espaço da educação seja por direito e não por mérito, como princípio de equidade e justiça.

O protagonismo na organização de coletivos nesta perspectiva é imprescindível e os já existentes precisam ser fortalecidos para que os trabalhadores/as negros/as que atuam na educação se enxerguem, se fortaleçam e lutem contra a exclusão e pela valorização da diversidade. Entretanto, o combate ao racismo estrutural é tarefa de todos/as.

Por uma escola livre de preconceitos e opressão

Cerca de 90% da nossa categoria é composta por mulheres, que historicamente, possuem salários menores que os homens com a mesma formação, dupla ou tripla jornada de trabalho, são as responsáveis pelos cuidados dos filhos e familiares idosos e vêm sofrendo cada vez mais situações de assédio e violência no ambiente de trabalho e doméstico.

Em 2022, 1,4 mil brasileiras foram vítimas de feminicídio, uma média de uma mulher morta a cada seis horas. Os números representam um aumento de 5% neste tipo de crime em comparação com 2021, segundo o portal de notícias do g1 com base em dados oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal.

Em 12 estados, houve alta no número de mortes de mulheres. Mato Grosso do Sul e Rondônia têm as maiores taxas de feminicídio do país.

É importante salientar que o aumento ou mesmo a permanência de violências contra mulheres está intrinsecamente ligado a conjuntura política existente até o final de 2022,

onde havia um estímulo ao conservadorismo e ao fundamentalismo, além do enfraquecimento da rede de enfrentamento às violências e a ausência de políticas públicas de proteção às mulheres promovido pelo governo Bolsonaro .

Em conexão com essa realidade está o racismo, pois historicamente, no Brasil, quem é negra(o) ou pertence aos povos originários ou aos povos tradicionais é tratado como subalterno e até hoje luta por direitos básicos , como trabalho e salários dignos, saúde ou educação.

Não é coincidência que muitas profissões que são desvalorizadas e têm baixos salários são exercidas pela população negra e periférica.

Assim como não é diferente para pessoas com deficiência, pessoas idosas e à população LGBTQIA+. Esses segmentos acumulam opressão, sofrendo por todas elas no cotidiano.

Por isso precisamos tratar com atenção as relações de trabalho a qual a classe trabalhadora está inserida, submetida às variadas formas de assédios, lgtfobia, machismo e em especial o racismo.

> **"Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar**."
>
> Nelson Mandela

Precisamos investir numa educação promotora da paz e não violenta, livre de todas as formas de opressão.

É imperativo que o CPERS oportunize formação relativa ao Feminismo, sindicalismo, Diversidade, LGBTfobia, previdência e gênero, desigualdade de gênero e Trabalho e racismo

PROTAGONISMO DAS JUVENTUDES E RENOVAÇÃO NO CPERS

O protagonismo das juventudes nas lutas por outro mundo continua pulsante. Enganam-se os que vociferam que são o futuro, elas são o presente. Entretanto, os jovens, ao ingressar no mercado de trabalho, têm se deparado com aceleradas transformações desencadeadas pela chamada reestruturação produtiva e um mercado de trabalho cada vez mais precário, que os têm impactado de forma mais severa. Além disso, observa-se um processo de afastamento dos sindicatos e o envelhecimento das lideranças, inclusive no CPERS. Alguns fatores têm afastado a juventude da sindicalização, que são comuns à juventude trabalhadora, qual seja, a descrença na política institucional, nos partidos e nos sindicatos em geral, mas também questões específicas. Destas podemos destacar as que dizem respeito a atuação do sindicato, como distanciamento da base nas escolas, atividades que não contemplam os anseios dos mais jovens, bem como fatores externos, carga horária de trabalho excessiva, assédio do governo, e as disputas internas entre correntes e partidos.

Percebe-se que os jovens educadores têm forte identidade profissional se comparados com aqueles que desempenham outras profissões, têm participado das mobilizações e têm apontado uma série de críticas pertinentes ao modelo organizativo da entidade. No entanto, não há como evoluir na sindicalização de jovens se não houver um ciclo de valorização da profissão que retenha os jovens educadores na categoria, com a realização de concursos públicos e valorização salarial. É nas lutas da categoria que o CPERS se renova.

Assim, requer que sejam fortalecidas a participação da juventude no CPERS, por meio de espaços de autoconstrução, formação sindical e consolidação do Coletivo de Juventude, além de estender os laços com as demais juventudes, estudantes e movimentos sociais. A luta pela educação pública de qualidade só se efetiva quando construída coletivamente como os coletivos de juventudes. Por mais marchas nas ruas e ocupações na resistência e luta pela educação pública, com o protagonismo das juventudes.

COMUNICAÇÃO E CULTURA A SERVIÇO DA LUTA COLETIVA

Em tempos de fake news e de despolitização que converge com o pensamento autoritário, imediatista e individualista, urge a necessidade de uma boa comunicação social e de espaços de cultura popular que contribuam na formação de uma nova cultura que dialogue com a organização da resistência e das lutas. A luta popular jamais será substituída pela comunicação nas

redes sociais, no entanto, elas são ferramentas importantes para o enfrentamento aos governos e para a organização e chamamento à luta. É preciso utilizar os recursos financeiros da entidade na arte e comunicação que dialoga diretamente com a categoria e não fortalecer ainda mais os meios de comunicação que estão a serviço do mercado, ou ainda, a serviço de interesses personalistas de dirigentes.

Paulo Freire preconiza uma ação político-social que transita na Educação, Cultura, Comunicação. Esta comunicação precisa ser dialógica nos processos tecnológicos e interativos, referendada na teoria do conhecimento. A dialogicidade ratifica o direito de todos os indivíduos ao acesso à informação e aos meios de respostas e articulação. Uma postura que dialoga com qualquer tipo de cultura, enfatizando a liberdade de expressão e essencialmente o respeito das diferentes opiniões, garantindo com naturalidade que todas as vozes sejam ouvidas.

É importante desenvolver um processo dialógico em todos os núcleos do Cpers/Sindicato para a construção de uma cultura, de arte conscientizadora e libertadora que objetive e incentive o protagonismo nas lutas sociais em defesa da escola pública, com qualidade social, bem como a construção que tenha o horizonte de uma sociedade socialista.

PLANO DE LUTAS E REIVINDICAÇÕES

O CPERS/Sindicato precisa pautar-se pela luta na defesa da escola pública e no enfrentamento às políticas que sucateiam, terceirizam e privatizam a Educação.

Assim, é organizar a ofensiva de enfrentamento ao governo Eduardo Leite e desmascará-lo. É imperativo o desgaste político e a derrota de sua política. É preciso disputar os rumos das políticas públicas em todos os níveis de governo. Para isso, é necessário um movimento corajoso, coeso e forte na base da categoria para enfrentar e derrotar a política neoliberal em curso no RS. Reiteramos como prioridade de nossa pauta, a luta por valorização salarial, carreira, concurso público e condições de trabalho.Nossa luta está também na radicalização da democracia.

Propomos como pautas de luta e reivindicações:

1. Salarial

1.1. Recuperação salarial emergencial para professores/as e funcionários/as, da ativa e aposentados/as, com a garantia do piso nacional;
1.2. Alteração da lei e revisão dos valores do vale refeição, levando ao fim do estorno;
1.3. Vale transporte proporcional ao regime de trabalho e para todos os trabalhadores em educação;
1.4. Difícil Acesso aos/às funcionários/as de Escola, na mesma proporção do magistério;
1.5. Fim do desconto previdenciário dos/as aposentados/as e pagamento retroativo daqueles/as que foram lesados.

2. Defesa da Carreira de Professores/as e Funcionários/as

2.1. Realização urgente de concurso público a Professores/as e Funcionários/as na quantidade de vagas existentes.
2.2. Defesa dos colegas contratados/as e convocados/as que são submetidos ao contrato e convocação por tempo fechado, não recebendo pelos meses de janeiro e fevereiro e o fim do contrato e convocações por tempo fechado;
2.3. Defesa do Plano de Carreira dos/as Funcionários/as, assegurando o seu cumprimento;
2.4. Recuperação das perdas no Plano de Carreira do Magistério, especialmente no que tange à titulação e tempo de serviço;
2.5. Retomada e atualização das Promoções de Professores/as e Funcionários/as;
2.6. Formação continuada para todos os/as Trabalhadores/as em Educação de forma presencial no mote de qualificação da educação pública de qualidade, democrática, emancipatória e laica;
2.7. Contra a privatização, a municipalização, a terceirização, o fechamento de escolas, a enturmação e a redução de turmas e turnos nas escolas;
2.8. Quadro completo de profissionais da educação para o funcionamento da Escola.

3. Previdência e Saúde

3.1. Luta pela Previdência Pública e solidária, pela paridade e integralidade no serviço público e contra a capitalização e qualquer reforma do Estado que vise retirar direitos, pela reversão da Reforma da Previdência;
3.2. Defesa intransigente do IPE Saúde, garantindo a sua manutenção com qualidade e a ampliação dos serviços;

3.3. Manutenção dos escritórios Regionais do IPE nas cidades do interior

4. Condições de Trabalho e Segurança

4.1. Defesa da segurança e promoção da saúde dos/as trabalhadores/as em educação;

4.2. Políticas de prevenção e tratamento das doenças características da profissão e por programas de tratamento de saúde física, mental e psicológica;

4.3. 1/3 da carga horária como hora-atividade e contra a imposição do cumprimento da hora relógio em sala de aula;

4.4. Cumprimento de 40 horas da jornada de trabalho numa única escola;

4.5. Estruturas adequadas e qualificadas dos espaços escolares;

5. Pedagógico

5.1. Contra as reformas curriculares impostas que ameaçam a qualidade da educação e representam a exclusão ao acesso a um ensino de qualidade para todos;

5.2. Revogação da Reforma do Ensino Médio, aprovada sem a participação dos trabalhadores em educação, que reduz carga horária, precariza os currículos escolares e exclui as classes populares ao ensino de qualidade e impõe o projeto mercadológico de educação;

5.3. Implementação e cumprimento das metas do PNE, amplamente discutido com a sociedade e que representa um avanço no debate sobre a Educação Nacional, especialmente no que diz respeito ao financiamento e nas que tratam da garantia do direito ao acesso e permanência na escola de forma universal:

5.4. Defesa das escolas do campo, do projeto de Educação do Campo, garantindo a sua manutenção e aos estudantes o direito à permanência em suas localidades com acesso à educação de qualidade;

5.5. Defesa intransigente de todos os componentes curriculares na educação básica;

5.6. Garantia do funcionamento de todos os espaços pedagógicos (laboratórios de ciências e de informática, bibliotecas e brinquedotecas), coordenação e/ou supervisão e orientação educacional;

5.7. Garantia do Atendimento Educacional Especializado -AEE;

5.8. Garantiado Direito à Educação a todos e todas, independentemente da idade ou das condições sociais, através do fortalecimento da EJA.

5.9. Garantia à autonomia docente e o respeito à diversidade regional, suas culturas e realidades, através da revogação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, instrumento de padronização do currículo;

5.10. Defesa intransigente da Gestão Democrática e autonomia da escola na elaboração do Projeto Político Pedagógico.É pressuposto para uma educação emancipatória e crítica na formação integral dos estudantes,que se contrapõe ao modelo de gestão meritocrático em curso no RS e Brasil. É preciso fortalecer os conselhos e fóruns, garantindo a participação da comunidade escolar nos espaços deliberativos.

5.11. Garantia das questões de Gênero e Sexualidade no currículo;

5.12. Desenvolvimento da Educação em Direitos Humanos no currículo;

5.13. Garantia da aplicação da Lei 10.639/2003 no currículo no intuito do combate ao racismo e reconhecimento da contribuição e papel do povo negro na construção da nossa sociedade;

5.14. Cumprimento do artigo 206 da Constituição Federal que garante: "(…) a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" e o "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (…).Liberdade de cátedra e do livre pensamento, pela democracia e contra os ataques à atividade docente. Por uma escola sem mordaça;

6. Sindical

6.1. Garantia do direito à liberdade de organização e manifestação sindical;

6.2. Fortalecimento da democracia participativa em todos os espaços do CPERS e respeito à proporcionalidade em todas instâncias;

6.3. Representante do CPERS em todas as escolas;

6.4. Liberação sindical dos/as dirigentes da central e dos 42 núcleos;

6.5. Autonomia sindical em relação a governos e defesa do legislado sobre o negociado.

6.6. Fortalecimento da CNTE, da articulação com entidades e movimentos sociais do campo e da cidade da classe trabalhadora e filiação à CUT.

7. Lutas Gerais

7.1. Por uma escola pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade socialmente refe-

renciada para todas e todos, em todos os níveis, etapas e modalidades da Educação;

7.2. Reversão do processo de privatização da Educação através da interferência das empresas privadas na política da SEDUC/RS e MEC, recurso público é para a educação pública.

7.3. Defesa da democracia, do Estado laico, das políticas públicas de qualidade e com acesso para todos, do trabalho digno, dos direitos sociais e da inclusão social;

7.4. Defesa dos direitos da classe trabalhadora, contra a terceirização e a precarização das condições de trabalho

7.5. Revogação da Emenda Constitucional 95 e adotar uma política de financiamento na perspectiva de transformar em realidade a meta 20 do Plano Nacional de Educação que determina a ampliação do investimento público na educação pública a, no mínimo, 10% do PIB até o final do decênio, ou seja 2024.

7.6. Fortalecimento do Sindicato e contra os ataques à organização sindical imposta pela reforma trabalhista;

7.7. Contra o desmonte das Universidades Públicas e os cortes de recursos na Educação;

7.8. Defesa dos direitos humanos, contra qualquer forma de opressão. Luta contra o machismo, a violência contra a mulher, o feminicídio e o decreto que flexibiliza o porte de armas no Brasil;

7.9. Luta contra as privatizações e a entrega dos recursos naturais;

7.10.Sem anistia a todos os golpistas;

7.11.Fortalecimento da SECADI e ampliação de espaços das políticas inclusivas dos estudantes com deficiência, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+.

7.12. Extinção definitiva das escolas civis-militares que visam disciplinar costumes e a moral da juventude em detrimento do direito à aprendizagem democrática coletiva e revogação do decreto nº10.004 de 2019.

7.13. Suspensão definitiva de qualquer debate sobre os programas: "Escola Sem Partido" e Homeschooling (ensino domiciliar);

7.14. Restabelecimento e ampliação da Política de Financiamento, regulamentando, inclusive o CAQ (Custo Aluno Qualidade) previsto na Emenda Constitucional 108 que regulamentou o FUNDEB como política permanente;

ASSINAM A TESE, Militantes da Articulação de Esquerda Sindical e simpatizantes:

Guilherme Bourcheid, Direção da CNTE; 18° Núcleo, Santa Cruz do Sul - **Cira Kaufmann** (Diretora do Núcleo), **Everton Steffanello** (Suplente 1/1000), **Tania Friedrich, Jose Carlos Rodrigues, Marilú Vedoua Grenzel, Flávia Gassen Tornquist, Vera Lucia Ziebell, Caroline Andrea Aguirre, Claudionei Ambrósio, Helena Etgues, Teresinha Gassen Berlt, Francisca da Silva, Maria das Graças Cortes, Ana Maria de Souza, Silvana Marilin Budde, Jonas Petersen, Zuleica Regina Weigert,** 28° Núcleo, **Soledade - Magale Rocha** (Diretora do Núcleo), **Rozani Quevedo** (1/1000), **Bianca Spinelli** (Suplente 1/1000), **Rosa Giovanoni** (Vice Dir. do Núcleo), **Celeste Pedroso Teixeira, Eloir Godoy Pinheiro, Marlene Scorssatto, Claci Roveda, Fatima Marlei Toledo, Nelvio Tonato, Ana Paula Pinheiro, Maria Regina Barbosa, Marlei Salvatori, Nilza Guterres de Almeida, Adelar Gato, Luiz Godoi da Rosa , Valdirene de Marais, Carla Luiza Paludo, João Pedro Moraes, Claudia Schneider, Marcos Vinicius de Moraes Izete Lupatini, Nubia Trilha Rosa, Carmen Bragnolo;** 37° Núcleo, Carazinho - **Adelia Menezes** (Diretora do Núcleo) **Rony Almeida Pereira** (Vice Diretor do Núcleo), **Gelci Quevedo Agne** (Rep. Suplente das Aposentadas, Conselho Geral), **Marines da Rocha, Claudia Scheffer, Adriana Foschera, Édina Rejane Schaffer, Emelda Haubert, Claudete Scherer, Eliete Hartmann, Jocelene Robeschini, Adulce Pereira, Vera Gauer, Lizete Dal Prá, Liciane Piasson, Despina Nicolacópulus, Maria Catarina Wink, Marisa Dorneles, Luciana Pascoetti, Mônica da Rocha, Maria Estéris, Elaine Wollmeister, Ilaine Werner, Pedro Vasconcelo, Ivoti Dal Prá, Aline Reissuy de Moraes, Ana Lucia Martins de Ávila, Rogério Santos Barbier, Walkiria Silvestrin, Roselaine Soares, Marlene Klein, Daiane Monteiro, Luiza Milena Prates Bandeira, Lidiane de Mattos, Sandra Schmaedecke Lisboa, Elaine Madalena Weber Boscato, Dulce Silveira, Lisete Barlete Pereira, Adriana Augusta Hahn, Maria Rosane Quevedo da Silva, Iraci Bervian, Maria Delta Bonomatti, Iara Fátima Lopes, Marisa Moraes, Mauri Mion, Ivane**

Borgheti, Neiva Marines Seltrneich, Regina Rossi, Maria Helena da Silva, Marisa Lúcia Favero Dorneles, Jane Prestes, Ione Miriam dos Santos, Valmor Francisco Bissoto, Renan Mattos dos Santos, Dileta Maria Ewerling Petry, Dulce Magalhães, Nelsi Teresinha da Silva, Silvana Gonçalves, 40º Núcleo, Palmeira das Missões - **Joel de Oliveira** (Diretor do Núcleo), Candida Rossetto (1/1000), **Zilo Antonio Schmith** (Suplente1/1000), **Jorge Brizola, Thais Galvao Brizola** (Vice Diretora do Núcleo), **Neuza Lopes Franco** (Suplente Representante Estadual de Aposentados), **Mara Rosler, Marina da Silva, Elcio Joel Pastorio, Nadia Poglia Lasta, Nara de Fátima da Silva, Maria Lúcia Ribas, Marisa Costa Konig, Maria de Lourdes R da Silva, Sergia Andreia Amaral, Laurecy Ribeiro, Beloni Dal Mora, Juraci Pereira, Ercilia Alves Lemes, Genir Scolari Rossetto, Claudimir Rossetto, Daniela Sganzerla, Gerri Sawaris, Davi Piovesan, Antonio Ricardo de Oliveira, Rosilei Santi, Ederval Borcioni, Jussara Jorigues, Claudionei Cassol, Edmundo Rossatto Piovesan;** 2º Núcleo, Santa Maria – **Celita da Silva, Nilda Marlize Ribeiro;** 4° Núcleo, Cachoeira do Sul – **Gisele Grigoletto, Fernanda Carvalho, Vanius Rocha;** 7° Núcleo- Passo Fundo - **Valério Bernardi, Nelson dos Santos;** 8° Núcleo- Estrela – **Claudia Ribeiro Köhler** (Vice Diretora do Núcleo), **Clarisse Gravina Dorensbach** (tesoureira), **Lisiane Marangon, Patrícia Tams Gasperim,** 9º Núcleo, Santo ngelo - **Rosamari Rossatto;** 11º Núcleo, Cruz Alta - **Eduardo Lemos Leal, Vera Radhke;** 13° Núcleo - Osório - **Laura Boldrin; Darleni Fröhlich,** 14° Núcleo, São Leopoldo, **Marines Pariz, Robson Forsin, Noemi Maria, Lucimar Pedroso, Daniel Boeira, Adriano Pires;** 20º Núcleo, Canoas - **Margarete Ferretti, Elizabete Winzel;** 22º Núcleo - Gravataí – **Luiz Veronezi, Dilma Pereira de Souza, Nilton César Raccolto, Patrícia Dias,** 24° Núcleo, Pelotas – M**arileia Leitzke, Gabriel Barcelos Nunes, Lovani Lemos, Angela Corrêa Papaiani, Cleide dos Santos Pereira, Kenya Martins, Ana Maria Echeverria, Leandro Cardoso Miranda, Marcela Kurz; 26° Núcleo- Frederico Westphalen - Rose Werlang, Iracilda Pastório, Cirilo Fronza, Joao Carlos Poletti, Sandra Piaia, Ivani Marcon; Angela Paloschi, Clenio Mazzonetto, Edson Tietz, Professora Noca, Silvia Folmann, André Capra, Oldair Casanova,** 27° Núcleo, Três Passos – **Sirlei Maria Voos** (Vice Diretora do Núcleo), **Levanir Simionato** (1/1000), **Mario Willers, Salete Thomaz, Marilei Morgenstern, Sadi Corrêa;** 31º Núcleo, Ijuí - **Fabiana Dieli Cassol, João Marcelo Silva,** 38° Núcleo, Porto Alegre – **Zuleika Albuquerque, Lucia Camini, Adriana Marcon, Clarice Dal Medico, Silvia Vasques, Elzamir Ferreira; Luana Nunes,** 39° Núcleo, Porto Alegre – **Patricia Mazzoca** (Vice Diretora e 1/1000), **Daniel Damiani, Roberto Flech, Maria de Lourdes Damiani, Marcia Chiaramonte Pahim, Paulo Amaral, Antônio Avelange Bueno, Claudiomiro Ambrósio, Jamila Oliveira;**

TESE 19

EDUCADORAS QUE BATALHAM POR EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, DIREITOS SOCIAIS E VIDA DIGNA

TESE DO COLETIVO ALICERCE

CONJUNTURA INTERNACIONAL

O cenário internacional das últimas cinco décadas vem apresentando sintomas de crises com magnitudes distintas mas que interagem nas suas dinâmicas. Desde a crise capitalista dos anos 1970 (choques do petróleo de 1973 e 1979) o Estado de Bem-Estar Social deixou de ser um projeto consistente que possibilitou a estabilidade do capitalismo liberal. A crise estrutural do capitalismo apontada pelo esgotamento do welfare veio acompanhada de novos ajustes frente a necessidade de reorganizar o modelo de Estado que seja o garantidor da acumulação sem permitir a manutenção dos direitos sociais.

Os anos 1980 ficaram marcados pela implementação do modelo neoliberal (já havia sido testado na ditadura chilena de Pinochet e seus Chicago boys) no centro do sistema com a adoção de medidas que retirava o Estado do planejamento econômico e voltasse para a quimera da mão invisível do mercado, originando um reordenamento do capital em escala mundial, especialmente, nos EUA de Reagan e Inglaterra de Tatcher. Concomitantemente no bloco socialista soviético ocorreu o desmoronamento da experiência revolucionária iniciada em 1917. As medidas reformistas de Gorbachev (perestroika e glasnost) não encontraram resistência na burocracia do partido e tampouco na sociedade. O fim dessa era ficou sintetizado na queda do Muro de Berlim em 1989.

Com o fim do socialismo real, o capitalismo expandiu-se em escala planetária açambarcando um terço da humanidade para seus negócios. O alvorecer dos anos 1990 veio carregado dessa euforia do suposto fim da História e da vitória do "mundo livre", provocando uma regressão na luta de classes mundialmente. A mundialização do capital através das grandes empresas multinacionais redefine a geopolítica (a bipolaridade é substituída pela ordem multipolar) e a divisão internacional do trabalho através de mudanças nas forças produtivas (revolução tecnocientífica como informática, robotização, automação, etc). A globalização do capital amplia linhas de produção entre vários territórios desbancando os modelos nacionais de desenvolvimento. A tônica da abertura dos novos mercados será mediada por países do centro e da periferia conforme seus governos de plantão. Os Estados nacionais deixam de ser, exclusivamente, os espaços promotores da acumulação, tendo agora, que conviver e negociar com blocos econômicos supranacionais e com organismos internacionais que atendem aos interesses imperialistas.

A financeirização da economia globalizada propiciou um aumento exponencial dos fluxos de capitais e de mercadorias propiciadas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, mas por outro lado, impôs várias restrições aos fluxos de pessoas e força de trabalho. Total liberdade aos capitais, quase nenhuma para os trabalhadores precarizados. A nova ordem mundial globalizada explora numa escala nunca antes vista, os territórios que apresentam vantagens comparativas, ou seja, que possuem baixíssima remuneração da força de trabalho.

A China e o modelo que utiliza acabou tornando-se regra para todo o planeta. Na década dos anos 2000, a reconfiguração do comércio mundial havia crescido pela realização de uma nova ordem, onde o Sul global exporta commodities e o Norte global produtos industrializados e de alta tecnologia. Os fluxos comerciais aumentaram, ainda que de modo irregular, mas com crescimento anual até o impacto da crise do setor imobiliário no coração do sistema, os Estados Unidos.

A crise de 2008-2009 provocou recessão no capitalismo mundial, ocorrendo fusões e falências de muitos capitais que tiveram que se reorganizar para manter suas taxas de lucro, num quadro recessivo de médio e longo prazo. Isso significou a retomada de uma agenda neoliberal

esboçada nos anos 1980-1990, agora com mais empenho para redesenhar as taxas de lucro e manutenção das mesmas num quadro de queda tendencial. Nesse sentido vemos a ofensiva do capital sobre os orçamentos públicos de países importantes no cenário mundial, como o Brasil, promovendo um conjunto de contra reformas (trabalhistas, sindicais, previdenciárias, tributárias e administrativas) que cumprem a função de reordenar os recursos públicos para manter os padrões de acumulação das burguesias mundializadas e suas associadas locais, rebaixando ao máximo possível as condições de emprego das massas assalariadas.

A década dos anos 2010-2020 foram de recorrentes instabilidades econômicas e políticas explodindo revoltas que demonstram que o modelo fordista-keynesiano que prevaleceu no welfare não reúne mais condições de dar a coesão social que o capital tanto necessita para manter a roda girando da acumulação.

A crise provocada pela pandemia do coronavírus ocorreu em virtude da velocidade dos fluxos da era globalizada, foi contraditoriamente o que gerou um enorme choque no sistema que vinha em expansão. Os impactos da disseminação do covid-19 quebrou muitas cadeias produtivas em escala mundial e setores exportadores que dependiam do crescimento do comércio mundial. O fato de ter sido originado na oficina do mundo moderna, a China, fez este país (que em realidade atua com tamanho de um bloco econômico maior que UE) adotar medidas restritivas de isolamento social que engendrou redução das taxas de crescimento que vinha apresentando nas últimas décadas.

A retração do crescimento chinês promoveu um duplo movimento, por um lado, a queda dos países que vendiam produtos primários ao país, bem como os impactos na aquisição de componentes e mercadorias originárias de lá, quebrou linhas produtivas (como setor automobilístico no Brasil por falta de chips aos painéis dos veículos); mas por outro, acelerou uma lógica em busca de uma asiatização das economias de outras regiões da periferia mundial (Ásia, América Latina e África) para rebaixar as condições de trabalho (precariado mundial) para atrair os investimentos que, por ora, pensam em retirar-se da China.

Esse processo está em curso e nesse quadro é possível compreender as provocações da OTAN (herança da ordem bipolar que nunca deixou de existir a revelia dos acordos do fim da Guerra Fria) que é controlada pelos EUA e sua filial europeia Inglaterra (Brexit), estimulando uma guerra local (Ucrânia) nas fronteiras com a Rússia para obrigar um novo arranjo político internacional. A Alemanha teve que romper o acordo energético com a Rússia, a China teve que se posicionar, ainda que timidamente, ao lado de Putin e a União Europeia novamente cai nas mãos da dominação estadunidense em decadência numa leitura de médio a longo prazo. O século americano, incrivelmente, no pós socialismo soviético não se manteve, pois o capitalismo mostrou-se incapaz de resolver os problemas estruturais da humanidade, ao contrário, os agravou, vide as questões ambientais e climáticas cada vez maiores e sem horizonte de soluções dentro dessa ordem.

CONJUNTURA NACIONAL

Ao longo de sua história, o Brasil apresentou-se na divisão internacional do trabalho predominantemente em posição subordinada aos interesses estrangeiros, seja na fase da acumulação primitiva, de expansão do comércio europeu, quanto depois da independência política que manteve as mesmas bases econômicas do período colonial até a Revolução de 1930, que foi mais que um golpe e menos que uma revolução. Entre os anos 1930-1980 o país conseguiu se colocar no grupo dos países industrializados, montando um novo arranjo entre as classes dominantes que impôs aos proprietários de terras do setor primário-exportador (café), numa posição secundária e ao lado do condomínio que promoveu a industrialização do país.

Os 50 anos de surtos industrializantes, com períodos de maior intervenção do Estado e outros de caráter mais liberal (leia-se entrada dos interesses das corporações multinacionais) engendrou um país que teve momentos de expansão (baseada na articulação capital de Estado, multinacionais e burguesia associada) e outros de recessão, refletindo em períodos de instabilidades políticas, especialmente pela entrada das massas trabalhadoras no jogo político, mesmo que de forma tutelada e restrita

pelo pacto populista. O Estado Novo varguista regulamentou a legislação trabalhista, coibindo a autonomia sindical atrelando-a ao imposto sindical obrigatório. Com isso o Estado passou a desempenhar o papel de árbitro entre os conflitos capital-trabalho, e ao mesmo tempo, de forma autocrática (bonapartismo?) desenvolveu a indústria de base (bens de capital). Com o fim da 2ª Guerra Mundial o país retoma a democracia, com governos liberais e mais estatizantes, como o segundo de Vargas, que promove a construção de outras bases industriais (setor energético) que o presidente JK consolida ao desenvolver o "50 anos em 5" que faz o país se colocar no modelo fordista de produção puxado pelos eletrodomésticos e automóveis.

O terceiro momento dessa "marcha forçada" rumo a industrialização se deu nos governos militares que eram alinhados ao mundo livre estadunidense mas tinham princípios keynesianos que desaguaram na economia de forma extremamente concentradora de renda que foi o milagre econômico entre 1968-1973. De maneira geral, para efeitos econômicos pode-se considerar alguns avanços ao capital submisso aos interesses internacionais (imperialismo). Nesse período, no entanto, na perspectiva do trabalho foram desastrosos, eliminando a estabilidade, sendo implantado o FGTS que acostumou a rotatividade no emprego e por consequência, o rebaixamento dos salários das massas trabalhadoras, desarticulando o movimento operário que encontrava-se numa fase de grande participação política. Os 50 anos de expansão industrial acabaram com os impactos da crise do petróleo sobre o milagre econômico. Dali em diante a ditadura perdia a justificativa econômica que ainda a mantinha com certo apoio - mesmo sendo o de maior repressão, vide OBAN - a máxima do bolo crescer para depois reparti-lo, deixou de ter apoio crescendo as manifestações sindicais e movimentos sociais pelo fim do período autoritário.

O advento do novo sindicalismo oriundo da região metropolitana de São Paulo, em plantas industriais fordistas levaram a luta econômica ser ampliada à luta política, engrossando o caldo das manifestações da Anistia de 1979 e das Diretas Já de 1984. A década de 1980 foi intensa de mobilizações políticas, muito devido ao fracasso econômico que o país enfrentou pela falsa euforia gerada pelo "milagre econômico" que concentrou mais renda, aumentando desigualdades sociais e o endividamento externo do país que nunca enfrentou para valer seus problemas estruturais (dependência econômica e segregação social).

A transição da ditadura à democracia foi um momento de imensos problemas econômicos com altas taxas de inflação e, inversamente, de grande reorganização da classe trabalhadora brasileira, especialmente no sindicalismo e nos partidos políticos. Os debates da Assembleia Nacional Constituinte e a efetivação na Constituição de 1988 colocaram na legislação o padrão social de um Estado de Bem-Estar Social. Houve o reconhecimento legal, sem nunca ter sido praticada na sua plenitude real e concreta. O SUS, modelo criado nessa toada, nunca conseguiu se realizar na concretude para a finalidade que foi concebido na CF de 1988. Assim mesmo na sua incompletude, teríamos perdido muito mais pessoas pelo covid caso ele não existisse.

A Nova República, arranjo político-institucional que se consolidou por uma transição negociada pelo alto, promoveu as disputas eleitorais em meio a problemas candentes de desorganização macroeconômica do país. A estabilidade do novo regime não foi tranquila, pois depois das eleições de 1989, com a vitória de Collor, abriu-se o mercado do país aos preceitos do Consenso de Washington que consistia nas orientações do imperialismo aos países do Terceiro Mundo da época bipolar. Privatizações, livre-mercado, fim de barreiras protecionistas e toda e qualquer forma de desenvolvimento nacional deveriam ser esquecidas para ingressar em mais uma rodada de modernização dos padrões de consumo sem tocar nas relações de poder e de propriedade. A estabilidade política não foi garantida mesmo com as mudanças econômicas redirecionando ainda mais a dependência do país.

Os governos subsequentes de FHC e Lula formaram a pax da Nova República, onde o primeiro conferiu racionalidade para implementar os ajustes fiscais que Collor não consegui realizar e o segundo, maior liderança sindical e política que o país formou no período, quando assumiu o Estado brasileiro manteve os princípios macroeconômicos do neoliberalismo

com suaves cuidados sociais, numa postura de maior presença do Estado na economia. Os dois mandatos do lulismo permitiram uma política de conciliação de classes que anestesiou muitos movimentos sociais e um sindicalismo mais combativo, independente e de classe. O debate de combate da pobreza substituiu o da propriedade dos meios de produção e de extração da mais-valia.

A crise de 2008-2009 chegou no Brasil, anos depois. A "marolinha" naquele momento foi atenuada pelas políticas anticíclicas que favoreceram o setor industrial (isenções de IPIs e das linhas brancas dos eletrodomésticos), no entanto, a medida não foi suficiente para atenuar os impactos que por volta de 2012 já sinalizaram ser muito maiores que uma "marolinha" e sim com proporções de um "tsunami". Em 2013, com as Jornadas de Junho, o pacto lulista, sob a égide de Dilma, não conseguiu compreender os verdadeiros recados das ruas. No imediato, o parlamento aprovou a destinação dos royalties da exploração do pré-sal para a educação e saúde sinalizava-se para um avanço, a exigência de mais direitos sociais em cidades superlotadas e cheias de problemas estruturais passava a sensação de que estávamos num momento de salto qualitativo, no entanto, foi mais do que isso. Permitiu o ingresso das direitas nas ruas e percepção por parte da burguesia que aceitava o pacto conciliador com Lula, pelo fato da política lulista conter a revolta das ruas. Quando viram 2013 acontecer e verificaram que PT e o lulismo não controlavam mais as ruas, não havia necessidade de mantê-los no poder. A partir daí, num movimento orquestrado pelos setores das classes dominantes (Lava-Jato, MBL, mídia oligopolista lideradas pela Globo) entraram em campo numa campanha de desestabilização sistemática, culminando no acordo com o Parlamento e o Judiciário levando a presidente Dilma ao impeachment.

O golpe de 2016 foi sobre a classe trabalhadora e abriu uma série de ataques que mexeram na coluna vertebral daquilo que se sonhava com a CF de 1988. As reformas que já eram tentadas nos governos de 2003-2016 agora encontram maior adesão e torna-se ofensiva, acelerando em tempo curto mudanças estruturais como as trabalhistas (imprimindo o trabalho intermitente, o negociado prevalecendo sobre o legislado, flexibilização e terceirização irrestrita); sindical (fim da estrutura varguista que não é de todo ruim, no entanto, não há horizonte de uma lógica mais independente de classe); e por fim o Novo Ensino Médio que atacou o movimento dos secundaristas que agitaram o país de sul a norte por vários estados, demonstrando consciência política não comum num país de bestializados. Rebaixar a consciência da juventude, introduzindo o esvaziamento curricular e a ideologia empreendedora para uma juventude não pensar na luta por mais direitos sociais. A potência de luta de Junho de 2013 e da onda secundarista foram assimiladas pela burguesia brasileira associada ao imperialismo, revertendo a explosão em contrarrevolução preventiva.

A eleição de Bolsonaro explorou a máxima "ninguém me representa" e o ódio das instituições que a política de conciliação colaborou em alimentar, bem como a política de desestabilização midiática com denúncias sistemáticas de corrupção. O campo liberal alimentou a esfinge que a devorou. Ao assumir o campo liberal, pensou em conseguir controlar o governo Bolsonaro. Moro tornou-se seu representante, no entanto, não foi capaz de dirigi-lo, saindo em conflito com os aliados de outrora. O ultraliberalismo somado a uma democracia autocrática foi a marca do governo, que ao surgir a pandemia, começou a demonstrar sua falta de coesão, aumentando seus desembarques, especialmente pelos liberais, como Mandetta. O negacionismo científico anti-vacina promoveu o crescimento do bloco midiático e dos partidos de esquerda na denúncia de um governo antipovo. De modo oportunista vários setores que apoiaram Bolsonaro, tiraram seu apoio e iniciaram uma campanha sistemática de desestabilização pela má condução da pandemia no país.

O renascimento da esquerda pós eleição de Bolsonaro se coesiona nos movimentos FORA Bolsonaro que avançaram por muitas cidades do país. Na ocasião, setores de esquerda queriam derrubar o governo e promover novas eleições e outros setores apostaram para a opção eleitoral, colocando em cena novamente o lulismo e o petismo que voltaram com a tática da Frente Ampla para enfrentar os traços de fascismo na sociedade e no Estado. A opção foi arriscada

pois a vitória - fundamental, sabemos disso - foi por 1%, sabendo que existiam muitas provas de crimes do governo. O esquema mídia-judiciário-parlamento não avançou além das denúncias da CPI do covid, que serviram para projetar lideranças do campo liberal como Simone Tebet, por exemplo. O quadro político está sobre um cenário econômico de redução dos mercados de nossas commodities e de desindustrialização de médio prazo que faz o setor primário-exportador retomar a dianteira do PIB.

O novo governo Lula é um alívio, mas longe de uma solução. A tática da frente ampla não garante estabilidade e sim maiores margens de negociação por setores da direita em conceder apoio no Congresso e indica que o governo será atravessado por recorrentes instabilidades abertas (como golpe frustrado de 8 de janeiro) e ocultas (como disputa pela condução econômica entre BC e Ministério da Fazenda, pelo novo regramento do MPs entre Executivo e Congresso). Ficar na espera de um governo que existiu em outra época não irá resolver nossa situação de agora - até porque não resolveu lá - e não eliminará por completo os perigos do crescimento do bolsonarismo. Se não ocorrer o fortalecimento e protagonismo das lutas da classe e dos movimentos sociais não teremos possibilidade de melhorias substanciais, dentre estas encontra-se a reinvenção das lutas sindicais e em especial da educação pública que as elites, vez por outra, desmontam tudo que está em construção. O que vem ocorrendo com o Ensino Médio e a forma que a política conciliadora do lulismo expressa uma solução, por Camilo Santana, é uma evidência de que teremos um remendo e não a revogação. É preciso construir luta para derrubá-lo para assim pensarmos em um projeto de educação pública de qualidade e socialmente referenciada.

CONJUNTURA ESTADUAL

O Rio Grande do Sul nas últimas décadas esteve envolvido em questões fiscais com a União. Desde o surgimento da Lei Kandir proposta pelo governo FHC (que favoreceu o setor primário-exportador e onera o RS, tornando-se credor da União sem nunca ter recebido o real valor que merecia) nossa economia vem sofrendo com desvantagens na relação com o governo federal. Nos anos 1990, com o governo Antônio Britto (MDB), alegava-se a necessidade de privatizar o setor financeiro (Caixa Estadual), setor elétrico (parte lucrativa da CEEE) e da companhia telefônica (CRT) justificando ser fundamental para sanar dívidas com o valor recebido pelas vendas. Não foi isso que aconteceu, o valor recebido foi aquém das dívidas existentes e tornou-se, de fato, uma transferência de patrimônio público para setores privados.

Com a assinatura de um plano de recuperação fiscal por Britto-FHC, o RS entrou numa ciranda de endividamento que acabou colocando nosso estado em situação de déficits frequentes. O debate político em torno da questão orçamentária tornou-se central nos campos políticos que se estabeleceram nas disputas eleitorais durante a Nova República. A alternância entre governos com visão mais estatizante e mais liberal foram as predominantes durante as últimas décadas, ou melhor até o ano de 2014. Desde esse ano não há um pólo do campo reformista pró-estatizante que tenha capacidade eleitoral. Esse é o drama que os serviços públicos e os trabalhadores vêm se deparando no RS.

A economia do estado vem desde a década de 1990 sofrendo com a perda de seu parque industrial - setor calçadista no Vale dos Sinos - pela concorrência desleal da guerra fiscal entre as unidades da federação, que colocam-se de forma rebaixada para conceder isenções e várias vantagens fiscais, quando não financiando, indústrias que se instalam, produzem e quando chega o encerramento dos contratos vão embora sem nenhum compromisso social. A instalação de montadoras de automóveis (GM em Gravataí feita por Britto e a revisão contratual da Ford por Olívio evidencia as diferenças entre as políticas desses campos, uma neoliberal e a outra desenvolvimentista).

O perfil econômico do RS não diferencia-se em muito do geral que ocorre no Brasil, sendo perceptível a desindustrialização em terras gaúchas também, bem como a assunção do setor primário-exportador, com especial crescimento da produção de soja e de eucalipto. Durante os governos desenvolvimentistas (Olívio de 1999-2002 e Tarso de 2011-2014) ocorreram estímulos à ampliação dos investimentos no setor secundário, como vistos no aumento do

setor da celulose e do polo naval de Rio Grande que tornou-se dentro de uma política nacional, importante setor de retomada das atividades industriais. No entanto, os efeitos da crise de 2008-2009, que aqui chegaram por volta de 2012, desfez todas as iniciativas que ensaiavam um ciclo virtuoso de crescimento da fatia industrial em nosso PIB.

Depois das transformações advindas da crise e de uma retomada dos interesses neoliberais no âmbito federal, o RS acabou se especializando em setores exportadores de baixo valor agregado (permitindo isenções fiscais) facilitando o crescimento da soja, eucalipto e arroz (que é produzido para abastecer mercado interno do país). Esses interesses econômicos, nas últimas eleições não vem encontrando oposição, podendo se dar ao luxo de lançar mais de um candidato que representa seus interesses e nas últimas ocasiões tem chegado ao segundo turno, numa falsa oposição de MDB-PSDB. Ou seja, o governo Sartori realinhou o RS nas veredas neoliberais trilhadas por Britto, Rigotto (MDB) e Yeda (PSDB), retomou o discurso do ajuste fiscal sobrepondo-se ao social e colocou a questão do corte de despesas (e por consequência da redução do Estado na economia) muito acima da atitude proativa de buscar aumentar as receitas e a capacidade de investimento.

Governar para Sartori era cortar despesas ao melhor estilo "mãos de tesoura", priorizando cortes dos serviços públicos essenciais que atendem a classe trabalhadora. Melhor dizendo, saúde, educação e outros direitos sociais foram os escolhidos para fazermos o sacrifício coletivo para "equilibrar as contas". A extinção das fundações estatais, os parcelamentos do salários dos servidores por mais de 50 meses e a necessidade de fechar uma conta em vez de atender as pessoas reais foi a tônica do discurso que vem ocupando os corações e mentes gaúchas, reforçadas todos dias pelos meios de comunicação de massa que formam a "opinião pública".

Eduardo Leite (PSDB) emerge de um contexto de crescimento econômico da zona sul do RS, devido ao incremento advindo da retomada do polo naval, colocando em cena novamente uma liderança política que vem da região mais atrasada do estado, ou melhor, das velhas elites vinculadas ao setor primário-exportador. Mesmo que o contexto de retomada industrial tenha oportunizado uma posição de destaque ao jovem governador, ele demonstra reproduzir a velha política ou a mesma que vinha sendo efetivada pelos governos Britto (MDB), Rigotto (MDB), Yeda (PSDB) e Sartori (MDB). Em realidade aprofundou a política neoliberal iniciada pelo representante da Serra, com a extinção do plano de carreira do magistério - colocada em ação depois do último Congresso e pouco debatida. Mesmo assim, a categoria resistiu com cerca de 80% da categoria aderindo a greve, que acabou com forte operação desmonte feita pela DC do CPERS em conversas de gabinete com o bolsonarista Melo, hoje prefeito da capital, à época deputado estadual "responsável" e "mediador".

A condução da pandemia, com uma aparência de controle racional (mapa das cores) fez o jovem governador alçar vôos mais altos, ao se cacifar para concorrer a presidência, ou melhor, o bolsonarismo negacionista rebaixou tanto o ambiente político, que atitudes mínimas de sensatez, ganhavam destaque e reconhecimento. Em outros tempos, vacinar era uma obviedade, em tempos de crise econômica e de falta de referências políticas tornou-se bandeira política.

Ao lado da questão sanitária, o governo Leite se esforçou em assinar mais um acordo entre União e RS sobre a dívida entre os dois entes, a ideia surgiu no governo Temer-Meirelles e teve desfecho com o Bolsonaro-Guedes colocando uma amarra para o futuro desenvolvimento do estado. O Regime de Recuperação Fiscal (RRF) torna-se um instrumento que asfixia o orçamento do RS para investimentos e extensão dos direitos sociais sob o manto da justificativa dos "cabeças de planilhas" que operam os números de receitas e despesas públicas. Nesse aspecto é forçoso verificar que na política econômica Leite aplicou a mesma agenda de Temer-Bolsonaro havendo concordância na insistente questão fiscal. Sendo assim, com a assinatura do RRF, o RS fica amarrado e concretamente fazendo Leite ser uma variante ao estilo "Bozo de sapatênis", com aparência de não ser negacionista da ciência, mas na realidade, um operador da devastação neoliberal em terras gaúchas com apoio do governo federal. A mesma lógica foi vista na destruição de nosso código ambiental, onde a permissão desenfreada

de agrotóxicos e o absurdo de possibilidades de autolicenciamento ambiental para garantir os vultosos lucros do agronegócio (eufemismo para o latifúndio monocultor e exportador) foi efetivada com maioria dos deputados da ALERS.

Leite com toda sua soberba, disse que não iria privatizar a CORSAN e o fez às pressas, no apagar das luzes de seu mandato. Ao renunciar para concorrer às prévias do PSDB quis projeção nacional que mesmo com ajuda de "globais" (Bial e Huck) não obteve maioria no tucanato dominado por SP. Dessa forma lançou-se ao seu plano B que consistia em tentar a reeleição. Entrou na disputa com a expectativa de que iria vencer com facilidade, o que no primeiro turno não confirmou, por pouco ficou em segundo lugar com apenas 3 mil votos na frente da candidatura do campo desenvolvimentista. A candidatura vitoriosa do primeiro turno no RS, expressou o bolsonarismo puro, levando os campos reformistas (neoliberal e desenvolvimentista) a se unirem num anti voto que fez com que Leite nem precisasse solicitar o apoio.

A esquizofrenia é tamanha que a DC tentou manifestar apoio aberto ao candidato que destruiu nosso plano de carreira, demonstrando mais uma vez que sua política sindical está a serviço dos interesses partidários. Leite venceu as eleições com o apoio da esquerda mesmo desdenhando e não sinalizando nenhuma abertura para construção de uma frente ampla como propugnam os "companheiros" do Planalto. A única coisa que fez foi pagar os dias recuperados da greve de 2019, fato que por si só, demonstra nossa fragilidade enquanto classe, pagou porque quis e em nenhum momento a superestrutura o forçou a fazê-lo.

A ideologia empreendedora invadiu a educação pública no RS, justamente no momento em que houve um apagão educacional, de modo proposital o MEC no governo Bolsonaro não tomou a dianteira do processo de organizar alternativas a impossibilidade de aulas presenciais durante a pandemia, permitindo que cada ente (municípios e Estados) tomassem suas decisões na condução da retomada. A entrada do ensino remoto provocou um grande impacto na rede estadual, onde o governo fez um grande negócio com as corporações como a Google of Education, demonstrando que o real interesse era reformular, sob o véu de modernizar, precarizando ainda mais o ensino, ao ponto de promover recuperações extras ad infinitum para maquiar os índices de evasão. O ensino remoto evidenciou o apartheid digital que existe em nossa sociedade e que os estudantes da escola pública se depararam. A vinda de Raquel Teixeira, uma secretária da educação que não conhecia a realidade da rede estadual, sendo mais uma tecnocrata das reformas liberais na educação, vinculada ao TPE que se orienta pela implementação da agenda privatizante que está em curso com a BNCC, NEM e na tentativa de desmonte do ENEM, foi a opção adotada por esse governo que mostra sua real intenção em não valorizar o sistema educacional do RS e sim com a pressa de reformular o quadro do funcionalismo público não mais pela lógica do Estado de Bem-Estar Social mas sim pela meritocracia neoliberal. Até o momento tem conseguido avançar nessa agenda, cabe ao CPERS oferecer real resistência, apostando na sua maior força, seu quadro de associados e os problemas reais do chão das escolas. Jogar tudo pro Judiciário ou para o Parlamento está nos colocando numa defensiva que só conseguimos garantir migalhas.

IPE

Diversos governos tentaram, e alguns avançaram, no desmonte do IPE. Este desmonte tomou ainda mais força com a separação do Instituto em IPE-Previdência e IPE-Saúde, imposto por Sartori, o retorno da contribuição previdenciária dos aposentados, o fechamento das sedes no interior do Estado e o aumento da dívida em aberto com médicos e hospitais, obra de Eduardo Leite. A realidade é que o IPE vem se esvaindo pela política privatizante dos governantes. Foram tantos médicos descredenciados no último período que parece que cresce o número de associados, mas na verdade somos hoje quase metade do 1 milhão de segurados que tínhamos anos atrás. A política de precarizar para poder privatizar é clara, o governo deixa de repassar para os hospitais o dinheiro descontado religiosamente no nosso contracheque, deixando estourar crises onde levam os hospitais a ameaçarem não atender mais pelo IPE por conta do valor devido pelo Estado.

No início deste ano Eduardo Leite declarou

que está preparando um pacote de reestruturação do IPE, afirmando que tende a aumentar a contribuição de quem mais usa o plano e de dependentes. Ora, no momento em que estamos adoecidos, que mais precisamos de auxílio e do plano, o governo vai aumentar o desconto no salário?! É uma política desumana, assim como fez com os aposentados que hoje seguem trabalhando na escola ou fazendo bicos para conseguir sobreviver, visto o confisco dos seus salários pela retomada da contribuição previdenciária!

O IPE é uma autarquia, ou seja, é financiado pelos servidores e pelo Estado, diferente dos planos privados, não tem como objetivo levantar lucro, mas sim dar condições de acesso à manutenção da saúde aos associados. Aceitar que nós devemos aumentar a contribuição é aceitar que aos poucos o governo coloque o IPE na lógica de funcionamento de um plano de privado, deixando o Estado cada vez mais de fora do compromisso de financiar parte do custo. Assim como o pagamento da previdência pelos aposentados, um absurdo sem tamanho!

Precisamos impulsionar a luta em defesa do IPE público e de qualidade! Pela ampliação dos atendimentos e serviços! Pela suspensão imediata da cobrança previdenciária dos aposentados, e que os valores cobrados até então sejam ressarcidos!

SINDICAL

O sindicato é uma frente única dos trabalhadores contra o capital, ele deve representar e organizar o conjunto, e não apenas uma parcela da categoria. Essa entidade reafirma a oposição entre o capital e o trabalho, possibilitando o desenvolvimento de uma consciência coletiva, de grupo, que possibilita a formação de uma consciência de classe. Sendo um espaço que prepara as lutas do dia a dia, as campanhas salariais, as lutas em conjunto com outros setores da classe, permite que trabalhadoras e trabalhadores se vejam como iguais e vivam seus primeiros enfrentamentos com os detentores do poder.

A forma como o sindicato se organiza e se relaciona com a base da categoria influencia na mobilização e no resultado das lutas. Acúmulos históricos junto com a realidade encontrada no cotidiano das escolas nos leva a elencar alguns princípios fundamentais que devem balizar a organização do CPERS e a relação deste com a categoria, a fim de fortalecer a entidade e frear o ciclo de derrotas no qual estamos submersos.

O Sindicato é uma ferramenta de luta histórica construída pelos trabalhadores, e se difere de qualquer outra forma de agrupamento justamente por se debruçar na defesa dos direitos das categorias como um todo, não só de quem se coloca em luta, mas do conjunto. Não seria possível sustentar uma greve, por exemplo, somente com os filiados ao CPERS. É importante possibilitar a vivência dos espaços do sindicato como processo de compreensão de como funciona esta ferramenta e, desta forma, sindicalização, pertencimento e participação.

A divisão nos enfraquece, a união nos fortalece. Os ataques pontuais a cada categoria, geralmente, estão interligados por uma política mais geral de ataque aos direitos dos trabalhadores como um todo. O ataque à educação pública avança assim como o ataque ao direito à água, à saúde etc. Compreender que a luta de cada categoria é um momento de uma luta maior contra o avanço do capital sobre o trabalho é fundamental para nos fortalecermos e arrancarmos vitórias. Nesse sentido, precisamos avançar na unificação de bandeiras de luta, agendas de mobilizações, atividades de rua. Houve ocasiões em que, num mesmo dia e cidade, aconteceu mobilização de diferentes categorias em separado, também foram construídas greves de diferentes categorias de forma concomitante sem, no entanto, elas nunca se encontrarem ou irem além de uma moção de apoio por escrito. Lutar com as demais categorias fortalece a luta, amplia a consciência e a solidariedade de classe.

Como órgão autônomo que é, o sindicato tem a possibilidade de colocar em prática aquilo que defendemos para toda a sociedade, como a DEMOCRACIA. Neste sentido tem o compromisso de ir além da democracia representativa e construir uma DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, onde cada um tem o poder de opinar, para além de concordar com ideias já colocadas ou de fazer parte de uma corrente. Quem não faz parte de nenhuma corrente sindical também deve ter espaço. Repensar a organização das Assembleias é fundamental para que as colegas se sintam, e de fato sejam, parte

ativa das suas lutas, pois não é possível que a base, a maioria, tenha apenas algumas poucas inscrições, ainda sorteadas, para intervir nestes espaços.

A estrutura do CPERS também necessita ser repensada a fim de se tornar mais democrática. Hoje a direção do sindicato é restrita à força majoritária (quem ganha leva tudo) e concentrada em apenas uma pessoa (a presidente). Apenas reproduz a forma organizativa da nossa importante mas frágil democracia burguesa. Vários sindicatos no país, inclusive nos municípios, já avançaram na democratização da direção do sindicato. É hora do CPERS aprofundar a democracia e mudar a sua estrutura organizativa. O sindicato será mais democrático se a direção central e dos núcleos for composta por PROPORCIONALIDADE, onde cada corrente ou independente tenha espaço conforme a sua expressão na base, e a DIREÇÃO for COLEGIADA, botando fim ao personalismo da direção, e até mesmo carreirismos, organizando a direção por DIRETORIAS, tirando a figura da presidente e dividindo as tarefas e responsabilidades aos demais diretores. Isso avançaria inclusive na relação entre as forças que compõem o CPERS, que na disputa entre direção e oposição travam batalhas fratricidas, tirando o foco das lutas e levando a entidade, em muitos casos, à descredibilidade da base.

Neste sentido, entendemos o sindicato como um organismo vivo, que deve constantemente buscar o aperfeiçoamento, estar atento e aberto às mudanças na categoria. No último período percebemos um descompasso entre direção e base, havendo um distanciamento entre estes importantes agentes, levando a desfiliações e desinformação dos colegas novos que chegam. As formas de intervenção e organização de décadas atrás já não dão conta de responder às demandas do presente. É urgente uma reinvenção do sindicalismo, conectado às mudanças no mundo do trabalho e à dinâmica de vida dos trabalhadores. Renovar as direções, métodos de mobilização e política sindical. Há anos estamos perdendo nossos direitos, é preciso humildade para nos perguntarmos em que medida a forma como nos organizamos e a política que botamos em prática também tem parte nas nossas derrotas.

O trabalho de base é a chave de um sindicato forte, conectado tanto com as demandas quanto com as pessoas. Deve ser construído permanentemente nos locais de trabalho e nas comunidades, buscando um enraizamento real dessa ferramenta no cotidiano das pessoas, estando aberto para críticas construtivas e sugestões que vem da base. A luta nem sempre precisa ser complexa, ações simples podem contribuir muito, faz parte do nosso cotidiano enquanto educadoras sermos criativas na solução dos inúmeros problemas com os quais nos deparamos na escola, é preciso incorporar essa potencialidade às lutas.

É PRECISO READEQUAR O SINDICATO À NOVA REALIDADE DO MUNDO DO TRABALHO

Na última década mudou muito o perfil da classe trabalhadora brasileira, mais precarizada, sem direitos e vínculo empregatício. Por isso existe a necessidade do sindicato se readequar às novas necessidades impostas pelas relações trabalhistas, extremamente frágeis. Já não somos mais a mesma classe trabalhadora da década de 1980. Compreender que hoje a professora/funcionária contratada não é mais exceção nas escolas. Por mais que defendamos concurso público para substituição dos contratos, a realidade é que essa massa de trabalhadoras, sem direitos e ainda mais expostas ao assédio, é que fazem as escolas funcionarem, juntamente com as concursadas. 30% DO MAGISTÉRIO GAÚCHO TEM REGIME DE CONTRATO TEMPORÁRIO. Em meio à pandemia se instaurou outro regime ainda mais precário de trabalho, tendência dos governos de plantão, as TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS. Recentemente o descobrimento de trabalho análogo à escravidão na serra gaúcha botou em evidência o grau de precarização colocado pela terceirização. As nossas colegas terceirizadas estão expostas a esse tipo de condições, trabalhar e não receber seu salário, assédio moral, condições de trabalho que causam perigos à saúde.. Como se abster dessa realidade que está ao nosso lado, apenas porque o vínculo destes colegas não é a SEDUC? Na hora de responder por alguma irregularidade, empresa terceirizada e SEDUC lavam as mãos, e nós, que compartilhamos o mesmo local de trabalho, não vamos incorporar estes colegas por mera questão burocrática de

localização de RH? O sindicato deve incorporar na sua luta todas as educadoras, independente do regime de trabalho, unificar aquilo que os governos tentam dividir, só assim teremos força para dar um basta nessa avalanche de ataques.

BALANÇO CPERS

É URGENTE RECALCULAR A ROTA DAS NOSSAS LUTAS!

O magistério gaúcho vive uma fase crítica. Após anos demonstrando sua capacidade de mobilização e luta, tivemos perdas de direitos históricos e fundamentais para as educadoras e à educação como um todo. Confisco do salário das aposentadas, terceirização das funcionárias, fim do plano de carreira, demissão de colegas contratados durante a licença saúde, Novo Ensino Médio, pasta educacional dominada pelo empresariado, intensificação da precarização do IPE entre tantos outros. São 6 anos nada fáceis de governos neoliberais (MDB e PSDB). Além da compreensão do governo que nos ataca, também precisamos tirar lições das nossas lutas e entender os nossos erros neste processo, pois a política adotada pela direção está acumulando derrotas históricas.

POLÍTICA DO DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO

A nossa categoria se colocou em luta em todos os anos desde o início do governo Sartori (MDB) em 2015, passando pelo governo Leite (PSDB), com uma das maiores greve em adesão em 2019, construindo mobilizações nas escolas e diversificando ações junto à comunidade escolar. Mas essa potência tem sido canalizada para DIALOGAR E NEGOCIAR COM OS GOVERNOS MAIS CARRASCOS DA HISTÓRIA do magisteŕios do RS. Política essa que além de nos impor derrotas, deseduca e confunde a categoria ao criar a ilusão de que existe diálogo com partidos da extrema direita sem dar algo em troca. A direção do sindicato tem um papel fundamental de apontar o caminho para a categoria, e este caminho tem sido, durante as 3 gestões da Helenir, de conversas na Assembleia Legislativa com quem tem como princípio retirar os nossos direitos. Quantos votos de deputados viramos? Tivemos uma única vitória com essa estratégia?

Todas as vezes que a categoria foi levada para assistir e "pressionar" os deputados durante a votação dos projetos, nós perdemos! As campanhas "deputado eu quero o seu voto" criam a ilusão de que os deputados estão abertos ao convencimento. Enquanto sabemos que a pressão só ocorre de fato quando disputamos a opinião pública. Os votos do PDT na votação do reajuste do piso nacional, são um exemplo de que cada deputado tem lado bem definido, e que não é a nossa visita nos gabinetes que irá reverter isso. Aliás, importante lembrar que há integrantes da atual Direção Central do CPERS que são do PDT.

Quando a derrota se consolida, ainda ocorre um processo de culpabilização da base, que não pressionou o suficiente cada deputado ou não sabe votar. Nunca fomos maioria na Assembleia Legislativa, justamente porque o jogo eleitoral está a serviço da consolidação dos representantes do capital nos espaços de decisão, afirmar que perdemos direitos porque o povo e a categoria não sabem votar é deseducativo, pois parte do princípio que o jogo eleitoral é justo e todos concorrem de igual para igual, enquanto na realidade sabemos muito bem que privilegia quem está do lado dos grande ricos e poderosos.

O governo iniciou este ano de 2023 afirmando que está construindo uma "reforma" no IPE. Nem é preciso ter detalhes para saber que caminha para o sucateamento e privatização. No entanto, já iniciamos o 2º trimestre do ano e ainda não há uma campanha de denúncia e mobilização por parte do CPERS para construir a resistência contra esse desmonte do nosso plano! O que se espera? Que se consiga dialogar com o governo para diminuir o ataque? Mais uma vez vem se apontando uma derrota para a categoria por conta de uma política errada da Direção Central do CPERS.

Conversar com os deputados é um tipo de intervenção a ser utilizado, mas tem mostrado da pior forma que não pode ser o carro-chefe das nossas lutas.

FALTA DE CONFIANÇA NA FORÇA DA CATEGORIA

Após diversas demonstrações de disposição da categoria para a luta, nos momentos decisivos a atual direção do CPERS jogou todas as fichas no diálogo com quem nos ataca. Não leva a luta às últimas consequências, apesar das educadoras

se disporem à tal, quando aderem ao movimento mesmo sofrendo represálias, assédio moral e ameaça de corte no salário. No final da greve em 2019 a direção preferiu confiar que Eduardo Leite teria bom senso em nos pagar os dias recuperados do que impulsionar a categoria para, se não manter, ao menos sair com dignidade da greve. Opções que inclusive colocou em ameaça a nossa saúde, ao não construir na categoria a necessidade de uma greve sanitária contra a volta às aulas presenciais em 2021, pauta amplamente defendida pela comunidade escolar, na época ainda sem vacina e em meio a chegada de novas cepas da COVID-19. O CPERS tem uma vasta história de lutas e conquistas, adquiridas com a força das educadoras. Acreditar e impulsionar essa força é vital para um futuro mais respirável para a nossa carreira e para a educação pública gaúcha.

Nos momentos decisivos, a atual Direção Central puxou o tapete da categoria.

Não foram apenas erros de condução, tem sido frequente nas nossas lutas sofrermos boicotes da direção do sindicato e isso tem fortalecido os governo nas batalhas. Em 2016 na Assembleia Geral do Pepsi On State, a direção se negou a contar os votos que claramente apontavam para a continuidade da paralisação de 3 dias contra o parcelamento do salário, causando grande desilusão e desfiliação do sindicato. Na greve de 2019 quando a direção do CPERS sumiu durante 2 semanas, deixando o movimento sem direção e ação, levando a baixa na adesão à greve. Logo após a greve de 2019, quando o governo cortou os salários, deixando uma massa de educadoras à míngua, a direção não cumpriu o que foi aprovado na Assembleia, criar um FUNDO DE GREVE para dar condições de permanecermos em luta.

Identificar como equivocada a política da atual DC do CPERS e ver esta entrar na sua 3ª gestão, coloca para a Oposição do CPERS uma parcela de erros também. Mesmo frente a gravidade da política da direção, a Oposição não avança na construção da unidade. Pelo contrário, a própria disputa entre as forças têm deixado ainda mais longe a possibilidade de retomar o CPERS para o caminho das lutas. Temos um longo caminho de mobilização da categoria pela frente, não basta apenas mudar a direção do sindicato, mas enquanto Oposição sabemos que mudar a política que orienta o CPERS é fundamental para reerguer a força da categoria e sairmos deste ciclo de derrotas. Enquanto oposição a atual direção do CPERS é importante retomarmos laços de confiança, construir processos de mobilização juntos, apontar uma plataforma unitária de política sindical, mediar prioridades e colocar como fundamental recuperar o CPERS para as lutas.

Apontamentos:

- Colocar em prática a proposta aprovada em Assembleia Geral, de criar um fundo de greve permanente com o valor que antes era destinado para a CUT;
- Fim do presidencialismo e composição da direção por proporcionalidade.

EDUCAÇÃO

Alvo do governo Bolsonaro, a educação pública já vinha mal desde muito antes do governo de extrema-direita. O Brasil está muito atrás dos demais países da América Latina quando o assunto é educação, no quesito analfabetismo, distorção idade-série, nível de escolaridade, níveis de leitura, acesso e permanência na escola. Frente a esta realidade histórica colocada, o governo Bolsonaro aprofundou ainda mais a disparidade da precarização do nosso ensino. Para explicar isto, Darcy Ribeiro foi certeiro ao afirmar que "a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto". Sendo o Brasil um país de capitalismo dependente das grandes potências mundiais, e com nenhuma iniciativa dos governantes de sair deste lugar, a educação toma centralidade nas disputas de organismos internacionais, os quais visam precarizar a formação.

Num momento de acirramento da crise mundial, o que é colocado para os países dependentes é a desindustrialização e a criação de bolsões de mão-de-obra. É deste lugar que vem a demanda de formação das novas gerações, que ocuparão empregos mais precários e sem direitos, deixando de acessar os conhecimentos científicos na escola para desenvolver habilidades e competências, pedagogia do "aprender a aprender" a se adaptar e renovar frente a instabilidade do mercado de trabalho.

A política expressão desse "novo trabalhador" é o Novo Ensino Médio, não à toa encarou

grande resistência até ser aprovado com grande impopularidade pelo golpista Michel Temer (MDB) e aplicado por Bolsonaro (PL). Um projeto construído pelo setor empresarial, travestidos de "fundações" como: Todos Pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Fundação Bradesco, Oi Futuro, Fundação Lemann, Eleva Educação, Sebrae e Fundação Cesgranrio. Entre eles estão grandes tubarões do setor privado do ensino, líderes absolutos no mercado educacional mundial, alimentados fortemente por políticas de injeção de recursos públicos na esfera privada, como o PROUNI, que em uma década viram suas matrículas aumentar vertiginosamente, e agora miram na educação básica para engordar ainda mais seus lucros.

É fato que o Ensino Médio tinha enormes lacunas, mas na ausência de proposta partindo das nossas demandas, o setor empresarial apresentou uma saída. Claro que atendendo os seus anseios de lucratividade e formação de novo trabalhador precário. Política tão danosa ao futuro do país que sofre resistência até mesmo depois de aprovada. Estamos no 2º ano de implementação do Novo Ensino Médio (NEM), e o cenário é caótico nas escolas. Tanto pela falta de recursos financeiros, de pessoal e estruturais para se colocar em prática os itinerários, como a negação de acesso ao conhecimento e consequente aprofundamento do abismo educacional brasileiro. Não existe remendo do NEM!

É muito grave a posição do governo Lula em não atender a principal demanda das educadoras, comunidade escolar e especialistas, de REVOGAÇÃO do NEM! Qual o intuito de criar uma plataforma de escuta sobre uma política que desde o início fomos taxativos em afirmar que não queremos? A posição da população é muito clara.

Precisamos aumentar e intensificar a mobilização pela REVOGAÇÃO do NEM, que cada núcleo do CPERS seja ponta de lança nessa luta, junto com os estudantes. É deste processo que nascerão as sínteses para construção de um projeto de Ensino Médio que realmente atenda às necessidades de quem acessa a escola pública.

"Os meus inimigos estão no poder"

O grande empresariado está enraizado nos principais postos de decisão sobre os rumos da educação, vendendo formação dos professores e livros didáticos, embolsando verba pública e ainda ganhando a opinião pública, se colocando como os salvadores da educação brasileira. É urgente desmascarar na sociedade quais os reais objetivos desses setores para com a educação pública, desconstruir a ideia que o setor privado funciona melhor que o setor público, um exemplo é o golpe aplicado por Jorge Paulo Lemann nas Americanas, o principal articulador das políticas neoliberais na educação pública. Esse é apenas um exemplo do rombo que preparam para a escola pública. Assim como os governos que nos atacam, os grandes empresários, sanguessugas dos recursos destinados à escola pública, devem ser denunciados e tratados como inimigos da educação.

VIOLÊNCIA CONTRA AS ESCOLAS

A violência contra as escolas e suas comunidades, algo que não pertencia à vida escolar brasileira, começou a virar rotina, além da preocupação constante, precisa ser enfrentada de forma séria, consequente, sem cair em falsas soluções, propostas muitas vezes dos mesmos setores que são responsáveis, em grande medida pela violência, através dos discurso de ódio, intolerância, preconceitos e ações armamentistas da população. Neste sentido, a extrema-direita, de um lado expressa pelo bolsonarismo e pela explosão de grupos neonazistas, contribuíram e importaram o que há de pior dos EUA, que são os famigerados ataques às escolas estadunidenses.

De acordo com mapeamento da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sobre casos de ataques em escolas por alunos ou ex-alunos, o primeiro episódio foi registrado em 2002. Foram listadas 22 ocorrências desde 2002, sendo que em uma ocasião o ataque envolveu duas escolas. Em três episódios, o crime foi cometido em dupla. Em cinco, os atiradores se suicidaram na sequência. Ao todo, 30 pessoas morreram, sendo 23 estudantes, cinco professores e dois funcionários das escolas. Do total de casos, 13 (mais da metade) estão concentrados apenas nos últimos dois anos.

A preocupação com a situação levou o professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Daniel Cara, a coordenar a criação de um grupo formado por 11 pesqui-

sadores de universidades de diversos estados do país. No final do ano passado, eles elaboraram um documento analisando o cenário e propondo estratégias concretas para a ação governamental: "O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental". Segundo os pesquisadores, esses casos devem ser classificados como extremismo de direita, pois envolvem cooptação de adolescentes por grupos neonazistas que se apoiam na ideia de supremacia branca e masculina e os estimulam a realizar os ataques. Esses grupos disseminam um discurso que valoriza o preconceito, a discriminação, o uso de força e que encoraja direta e indiretamente atos agressivos e violentos. Para os pesquisadores, medidas de prevenção só serão eficazes se atuarem sobre esse cenário.

Além da necessária batalha a ser travada contra estes setores extremistas, é fundamental também intensificar o cuidado das escolas e dos estudantes. A pandemia agravou o cenário da saúde mental da juventude, que já vinha preocupante por conta da falta de perspectiva desta geração frente à crise que se intensifica. Por isso foi criada a Lei 13.935/2019 a qual determina que todas as escolas tenham profissionais de psicologia, assistência social e equipes multiprofissionais para atender os alunos. A necessidade é gritante! Assim como monitores escolares e funcionários para viabilizar o bom andamento do cotidiano escolar.

É NA LUTA DE RESISTÊNCIA QUE SE CONSTRÓI O NOVO

Na esteira do projeto da burguesia, a pandemia foi terreno fértil para intensificar a aplicação dos ataques à escola e à educação pública. Com a dificuldade de nos reunirmos, e com a brecha colocada pelo ensino remoto, pelas mãos de Bolsonaro, Eduardo Leite e seus aliados, ficamos numa posição ainda mais defensiva. Em pouco tempo vimos o avanço da implementação do ensino EaD, a desobrigação do mínimo de 75% de presença dos alunos no RS e o esvaziamento do currículo, só para citar os ataques mais cruéis que vieram reconfigurar o que é a escola e para o quê ela serve.

Na última década construímos uma rica experiência de greves, mobilizações, atos e campanhas. Mas há tempos nossas lutas são para não perder. Não conseguimos avançar na construção de propostas, tampouco projeto, que atenda às necessidades das educadoras, estudantes e comunidade na perspectiva do fortalecimento da escola pública, da qualificação do ensino e carreiras. Mas é das lutas contra o avanço do projeto privatista-elitista-reacionário que o novo pode nascer, precisamos conectar as nossas lutas contra os ataques em torno da compreensão do projeto dos governos para a escola pública, e avançar assim na construção de um projeto da nossa classe para a educação brasileira. Os estudantes mostraram o caminho quando em 2015 ocuparam escolas e mostraram na prática a escola viva que defendiam. Este ano, centenas de estados e municípios pelo Brasil estavam na luta pela implementação da lei do Piso. Perdemos a potencialidade que poderia unificar este movimento. A entidade nacional que poderia cumprir este papel articulador, não avançar para além de puxar um dia de paralisação anualmente.

Aprofundar a democracia, não aceitar projetos prontos mas sim colocar a crivo da comunidade escolar os projetos a serem implementados a ver se dialogam com a especificidade de cada região. A Escola de Tempo Integral, por exemplo, deve ser melhor debatida, tanto entre as educadoras como com a comunidade escolar. Será que este modelo atende às necessidades e a realidade da população? De que forma deve acontecer? Já tivemos experiência nas escolas piloto no RS de recusa da comunidade à escola de tempo integral no Ensino Médio, pois a realidade do jovem brasileiro é de inserção cada vez mais precoce no mercado de trabalho, seja para se sustentar, seja para ajudar nas despesas da família. Com isso, a escola de Tempo Integral acaba por contribuir com a evasão escolar no Ensino Médio.

A derrota de Bolsonaro nas urnas foi uma importante vitória para a nossa classe e a educação pública em específico. Mas ainda temos duras lutas pela frente, vide a negativa do governo Lula em acatar a demanda nacional de revogação do NEM e a semente da violência disseminada pelo governo de extrema direita, que se expressa também nos massacres realizados e a onda de ameaças que vivenciamos.

Precisamos unir as nossas lutas e experiências, democratizar o debate da escola,

envolver a comunidade escolar, pensar em perspectiva de projeto nacional de educação, impulsionar as lutas e ampliar a defesa da escola e educação pública para toda sociedade.

Apontamentos:

- Impulsionar a campanha pela REVOGAÇÃO do Novo Ensino Médio.
- Que cada núcleo do CPERS articule nas cidades a construção do Comitê pela REVOGAÇÃO do NEM;
- Lutar para que a verba da educação seja destinada exclusivamente para a educação pública;
- Campanha de denúncia para a sociedade sobre os perigos e danos do setor privado pensando os rumos da educação;
- Lutar por psicólogos, assistentes sociais e rede multiprofissional nas escolas;
- Aprofundar o debate sobre a implementação das Escolas de Tempo Integral.

EDUCAÇÃO INDÍGENA

A Educação Indígena no Estado do Rio Grande do Sul, com raras exceções, sofre com a omissão por parte do poder público, representado tanto pelos governos federais, estaduais, secretaria de educação e coordenadorias regionais de educação. A suposta omissão se reflete nas estruturas precárias de funcionamento das escolas, que, em sua maioria, são habitações cedidas pelas comunidades. As leis que regulamentam a Educação Indígena, intercultural, bilíngue e diferenciada – Convenção OIT 169, artigo 2, Constituição Federal 1988, artigo 210, LDB 1996, artigo 78, para citar as principais - não são respeitadas nem garantidas: basta observar que não há avanços na institucionalização da diferenciação conforme as culturas para o calendário letivo, o currículo escolar, a alimentação (alimentos e modos de preparo), assim como não avançamos na contratação de educadores e educadoras indígenas, funcionários e funcionárias indígenas em número suficiente para sanar as demandas – e quando há, tem seguido a lógica da precarização através da contratação por empresas terceirizadas –, não há formação e capacitação para educadores e educadoras não indígenas que atuam nesses espaços, e, ainda trata-se de uma realidade muito distante a contratação de diretores e diretoras indígenas. Os obstáculos apontados para a construção de uma estrutura de ensino que respeite a educação diferenciada, isto é, que respeite a diversidade étnica e cultural garantida pela CF1988 aos povos indígenas é a consequência do racismo estrutural enraizado na sociedade brasileira, que opera como forma de opressão que impede a busca por uma simetria de poder que algum dia possa sanar a ferida colonial histórica e cotidiana a que estes povos são submetidos e à qual resistem há mais de 500 anos. Assim, devemos pensar em soluções para a garantia de acesso e permanência dos povos indígenas à educação diferenciada de qualidade, o que só poderá ocorrer se, de fato, forem respeitadas as diferentes culturas, seus diferentes modos de aprendizagem e seus conhecimentos ancestrais, e, além disso, for ofertada em todos os níveis – ensino fundamental, médio e superior -, uma vez que cada etapa é pré-requisito para a próxima. Somente quando houver equidade na ocupação dos espaços de poder, com o acesso à educação e à universidade, teremos a possibilidade de desconstruir o racismo estrutural que sustenta o abismo entre indígenas e não indígenas em nossa sociedade.

Contribuição dos colegas **Artêmio Soares Marques** – Professor do 34º Núcleo CPERS. **Leandro Gomes da Silva** – Professor Guarani Mbyá do 34º Núcleo CPERS. **Márcia Luísa Tomazzoni** - Professora do 34º Núcleo CPERS.

FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

Funcionários públicos que trabalham em escolas precisam de uma definição de suas vidas funcionais. Quando aprovado o plano de carreira saíram do quadro geral e passaram a ser funcionários da Educação. Porém, quando professores recebem reajustes anuais do piso, os funcionários não recebem. Dessa forma ficam de fora dos reajustes da educação, chegando a oito anos sem qualquer reposição salarial. Esses profissionais já possuem os piores salários do setor público estadual. Precisamos lutar por uma forma de reajuste anual que possibilite manter a saúde financeira e consequente crescimento real dos seus salários. O que não pode acontecer é o nosso sindicato ficar criando desculpas para explicar a

ausência de reajustes para essa importante parte da nossa categoria. A pandemia nos mostrou a devida importância desses profissionais. Estiveram na linha de frente e garantiram a segurança sanitária de toda comunidade escolar sem a devida formação que devia ser oferecida pelo governo do estado. O CPERS precisa definir se realmente quer lutar por esses profissionais ou se quer apenas às contribuições sindicais e a presença desses nas lutas pelos professores. A mesma disposição empregada nas lutas pelos professores precisa acontecer nas pautas dos FUNCIONÁRIOS.

Alguns pontos que entendemos importante:

- Promover formação para todos os funcionários nomeados possibilitando ascensão no plano de carreira e consequente melhoria salarial, inclusive na aposentadoria;
- Criar mecanismo de reajuste anual para os funcionários;
- Lutar por CONCURSO para todos os cargos de funcionários, Agentes Educacionais (merenda e manutenção), Monitores e Secretários, buscando o 100% de servidores nomeados nas escolas.

PLANO DE LUTAS

- REVOGAÇÃO IMEDIATA da Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista, PL do Teto dos Gastos e Novo Ensino Médio;
- Auditoria da Dívida Pública;
- Taxação das grandes fortunas;
- Dinheiro da Educação Pública somente para a Educação Pública;
- Concurso público para professoras, funcionárias e setores, com nomeação já!
- Regime de CLT para os contratados;
- Ampliação e qualificação do IPE-Saúde;
- Fim da cobrança previdenciária dos aposentados com ressarcimento dos valores indevidamente descontados;
- Implementação da Lei do Piso Salarial para todos;
- Gatilho de reajuste salarial anual para os funcionários.

CONHEÇA O ALICERCE, ORGANIZE-SE E LUTE CONOSCO!

O Alicerce é um coletivo político que reúne pessoas dispostas a pensar e a lutar em união. Como a maioria do nosso povo batalhador, estamos indignados com o rumo das coisas, no país e no mundo: com a miséria, o desemprego, a corrupção, a falta de saúde, de assistência, de educação; com o alto preço de tudo, até do feijão. Nós nos revoltamos com a violência, com a falta de respeito, com o sufoco cotidiano de quem anda de busão, com toda forma de injustiça, de desigualdade e de opressão. Como forma de resolver nossos mais graves e profundos problemas, acreditamos na luta coletiva e na necessidade de uma revolução. Sozinhos, ou junto a poucos, somos mais frágeis nessa batalha, por isso nos organizamos para aumentar nossa força, para preparar e pensar a nossa própria ação.

Contato: Facebook alicercers

Representantes regionais:
SANTA MARIA - **Alessandra de Sá, Guilherme Lovatto, Maíra Couto, Roni Santos; Mauren Lize Ribas**;
PORTO ALEGRE - **Guilherme Gil, Inaê Macedo, Jatair Martins, Andrea Schaeffer Maderlen Sarmento;**
ALEGRETE - **Danilo Gomes;**
OSÓRIO - **Eduardo Ruppenthal, Giovani Pereira;**
GUAÍBA - **Bruno Silveira, Artêmio Soares Marques, Felipe Sanzi, Fernando Buratto;**
TRAMANDAÍ - **Maira Knackfuss.**

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

CPERS
SINDICATO FILIADO À CNTE

XI CONGRESSO DO CPERS

DEMOCRACIA VIVA,
EDUCAÇÃO PRESENTE.